

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LUCIANA DA SILVA OLIVEIRA

POR UM CUIDADO MENOR:
MULHERES, VIOLÊNCIAS E PSICOLOGIA(S) FEMINISTA(S)

Niterói
2020

LUCIANA DA SILVA OLIVEIRA

POR UM CUIDADO MENOR:
MULHERES, VIOLÊNCIAS E PSICOLOGIA(S) FEMINISTA(S)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia.
Área de concentração: Estudos da Subjetividade
Linha de Pesquisa: Subjetividade, Política e Exclusão Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Katia Faria de Aguiar

Niterói
2020

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

O48u Oliveira, Luciana da Silva
Por um cuidado menor : mulheres, violências e psicologia(s)
feminista(s) / Luciana da Silva Oliveira ; Katia Faria de
Aguiar, orientadora. Niterói, 2020.
256 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,
2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGP.2020.d.07151876602>

1. Psicologia social. 2. Violência doméstica. 3. Política
pública. 4. Feminismo. 5. Produção intelectual. I. Aguiar,
Katia Faria de, orientadora. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDD -

LUCIANA DA SILVA OLIVEIRA

POR UM CUIDADO MENOR:
MULHERES, VIOLÊNCIAS E PSICOLOGIA(S) FEMINISTA(S)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Aprovada em 18 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Katia Faria de Aguiar (Orientadora) - UFF

Profa. Dra. Amana Rocha Mattos – UERJ

Profa. Dra. Roberta Carvalho Romagnoli – PUC Minas

Profa. Dra. Márcia Oliveira Moraes – UFF

Proa. Dra. Paula Land Curi - UFF

AGRADECIMENTOS

Não escrevi esta tese sozinha. Muitas e muitos caminharam comigo, sendo incentivo, força e inspiração; tecendo redes de pensamento, de trocas, de afetos e de cuidado que tornaram possível seguir na pesquisa e tecer este trabalho. Reconheço com muita alegria as muitas vozes e presenças que perpassam esta escrita.

Às psicólogas e ao psicólogo que participaram desta pesquisa, agradeço pela disponibilidade, pelo acolhimento e pelas valiosas partilhas sobre o fazer desafiador da psicologia junto às mulheres em situação de violência. As contribuições generosas de vocês foram fundamentais para a construção desta tese.

À artista Eugênia França agradeço por ter autorizado o uso de imagens e das cartas que compõem a exposição “Em nome das Rosas”, que sem dúvida potencializaram esta tese.

À Angela, Dani, Luísa e Pati, profissionais do Benvinda com quem atuei no período de 2013 a 2016, agradeço por todo o aprendizado e parceria nesse trabalho tão desafiador. Agradeço especialmente à Dani, psicóloga que na época coordenava o serviço e que hoje segue como uma grande amiga, pela perspectiva crítica e comprometida na condução do trabalho e pelas problematizações e discussões importantes sobre nossas intervenções.

À minha orientadora Katia Aguiar, agradeço pelo acolhimento, parceria, incentivo e pelas observações sensíveis, cuidadosas, “precisas e preciosas” sobre esta escrita. Agradeço também pelos valiosos momentos de discussão, aprendizado e partilha no coletivo de pesquisa, com suas apostas inspiradoras, e problematizações e questionamentos potentes.

Agradeço às professoras Amana Mattos, Márcia Moraes, Paula Curi e Roberta Romagnoli pelas considerações e indicações valiosas no momento da qualificação, que contribuíram sobremaneira para os caminhos da pesquisa e da escrita desta tese. A escolha de uma banca composta por mulheres, cujos percursos acadêmicos/profissionais e postura ético-política me inspiram, não foi ao acaso. À Amana agradeço também pela chance de aproximação de perspectivas feministas críticas e interseccionais, por meio de debates de qualidade em sua disciplina e no Degenera, que inspiraram muitas das problematizações desta pesquisa. À Márcia por, juntamente com a professora Ana Cláudia, me acolherem com afetividade nas disciplinas que ofertaram, cujas discussões também me aproximaram de referenciais feministas importantes para este estudo. À Paula pelo acolhimento no Programa Extensionista Mulherio (UFF), pelo apoio, partilha e parceria em diferentes

atividades acadêmicas e profissionais, para as quais sempre se mostra aberta e disponível. À Roberta, orientadora de mestrado que se fez amiga e que acompanha o meu percurso profissional e acadêmico desde há muito, por me acolher no seu grupo de pesquisa logo que retornei à BH e por sempre me impulsionar, com suas palavras de inspiração e parceria, a resistir, ir além e fazer de nossos trabalhos e estudos dispositivos propagadores de alegria, ampliadores de pensamento e potencializadores da vida.

Agradeço às professoras Conceição Nogueira e Liliana Rodrigues pelo acolhimento cuidadoso na Universidade do Porto, por ouvirem com atenção e sensibilidade a apresentação da minha pesquisa e oferecerem contribuições e informações importantes sobre as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher em Portugal. À Debora, Fernanda, Luan e Vanessa, companhias queridas durante o período do sanduíche em Portugal, agradeço pelos conhecimentos partilhados, pelas discussões sobre nossos trabalhos, e pelo apoio quando nosso país enfrentava um momento político delicado, que só conseguíamos acompanhar à distância, o que intensificava nossas angústias.

À Fer, Ju, Kelly, Paulinha e Pri agradeço por terem topado, em meio ao caos pandêmico, embarcar na experimentação de um “coletivo de escrita”, que nos conectou virtualmente para a tecitura e partilha de uma escrita prazerosa, que se faz por afetos, que cria múltiplos sentidos e que produz cuidado e vida. A vocês também agradeço pela leitura generosa de partes da tese e por me ajudarem a sustentar caminhos de pensamento importantes.

À Flavinha, amiga-escritora que tanto admiro, agradeço pela parceria e pela interlocução sensível, dedicada e cuidadosa no processo de escrita e de construção da tese.

Às/aos colegas da pós-graduação da UFF que me acolheram tão bem em Niterói e se tornaram verdadeiras/os amigas/os, especialmente Áurea, Elis, Felipe, Diana, Gabriel, Ju, Julia, Lucila, Pri, Rapha e Vanessa, agradeço por tantas partilhas. À querida Vanessa agradeço também pelo aprendizado, generosidade, paciência, cuidado, hospedagens (no Rio e no Porto) e pela boa parceria e companhia durante todo o doutorado, além da leitura atenta e das contribuições sensíveis a este trabalho. À Lucila, agradeço pelo aprendizado por meio da ajuda com a descrição das imagens que compõem esta tese. Às colegas e aos colegas que compuseram o coletivo de pesquisa coordenado pela profa. Katia durante o período do meu doutorado agradeço pelo espaço de trocas, de aprendizados e de experimentação coletiva, onde foi possível pensar e operar nossas pesquisas na diferença, produzindo inspirações e contribuições importantes para este estudo.

Agradeço ao Léo por ter caminhado ao meu lado em momentos cruciais desse percurso, com sua presença apoiadora, companhia carinhosa e interlocução potente e cuidadosa.

À Lydi, Selma e Zi agradeço por terem me acompanhado em momentos desafiadores que atravessaram o meu percurso de estudo e pesquisa, me amparando com muito cuidado e acolhimento nas minhas quedas e me encorajando a experimentar e afirmar novos territórios existenciais.

À Beta, Carol Gomes, Deborah, Ju, Nat Takaki e Raquel, amigas queridas que me acompanham desde os tempos da juventude em Viçosa, por estarem ao meu lado transmitindo força, apoio e acolhimento nessa etapa desafiadora. À Ana, Mari, Ju Roela e Maria Clara, amigas do Polos, agradeço pela alegria e pelo ânimo para seguir.

Ao Rafa, um bom encontro em tempos duros, agradeço por, mesmo à distância, ter sido companhia leve, alegre e encorajadora em grande parte da escrita desta tese.

Agradeço à Bárbara, parceira querida que muito admiro, pelas trocas e pelas produções conjuntas no “Caldeirão da Cientista”.

Agradeço às parcerias da clínica, que foram respiro e aprendizado nesse percurso. Especialmente às/aos colegas e amigas/os da potente “supervisão rizomática”: Bárbara, Carol, Érika, Henrique, Kelly e Marcelo; e do Espaço Três Passos: Cristhian, Maria Bruna e Paula. Também agradeço ao André pela parceria e aprendizado na supervisão do projeto Mulheres da Quebrada.

Aos meus pais, Marli e Tarcísio, agradeço por sempre investirem, incentivarem e oferecerem o apoio necessário para que eu tivesse uma formação de qualidade. Se cheguei até aqui foi, em primeiro lugar, porque eles me possibilitaram todas as condições para trilhar esse caminho com segurança. Agradeço pelo privilégio de poder contar com o apoio carinhoso de ambos nas decisões e nos caminhos que venho construindo, sendo sempre um porto seguro. À vó Maria, vó Lia e Tidê, mulheres de fé inabalável, agradeço pelas rezas e velas acesas nas ocasiões mais desafiadores dessa trajetória. Às minhas irmãs, Daniela e Renata, e ao meu irmão, Tarcísinho, pela parceria e apoio de toda uma vida. À Renata agradeço também pela companhia durante os dias difíceis de isolamento, devido à pandemia, em que me dediquei à escrita dessa tese; e ao Tarcísinho pela disponibilidade constante em me ajudar com revisões e traduções de artigos e trabalhos, e no encaminhamento de outras questões acadêmicas importantes.

RESUMO

O presente estudo realiza uma analítica do cuidado inscrito nas práticas das políticas públicas para mulheres em situação de violência e que são operadas, dentre outros, por profissionais de psicologia. Foram realizadas aproximações com a própria experiência de trabalho da pesquisadora nas políticas públicas para mulheres em situação de violência, bem como com as experiências e perspectivas de outras doze profissionais de psicologia que também trabalham ou trabalharam com esse público, por meio da produção de memórias narrativas e de conversas sobre esse fazer. A essa cartografia inicial de práticas da psicologia junto a mulheres em situação de violência de gênero, foram tecidas problematizações e análises em interlocução com a filosofia da diferença, com a análise institucional e com os feminismos - especialmente com feministas negras e interseccionais -, perspectivas que propõem epistemologias que desestabilizam as lógicas hierárquicas produzidas tanto pelo pesquisar, quanto pelo cotidiano dos serviços que compõem as políticas públicas para mulheres. Assim, a partir das experiências e das lutas que compõem esse campo de trabalho, esta tese traz conceitos e contribuições desses referenciais políticos e epistemológicos para apoiar a produção de análises, bem como a construção e potencialização de práticas de cuidado voltadas para mulheres em situação de violência de gênero. Foi possível observar múltiplos sentidos atribuídos à produção de cuidado direcionado a essas mulheres. As narrativas das psicólogas evidenciam o quanto cuidado e controle podem ser práticas de difícil distinção no contexto das políticas públicas, mas também enfatizam possibilidades de estranhamento às práticas instituídas e naturalizadas, e apostas em formas de cuidado aliadas à vida enquanto potência de singularização. Refletir, problematizar e experimentar deslocamentos e transformações nas estratégias de cuidado, sempre partindo de uma perspectiva interseccional e de uma direção ética que não negligência a agência das mulheres, coloca-se assim como tarefa constante a ser assumida pelas profissionais e pelas pesquisadoras da área. Considerando que, embora a psicologia tenha nascido de uma ciência tradicional, moderna, positivista, sendo frequentemente caracterizada como androcêntrica, racista e classista, transformou-se num amplo leque de perspectivas em que existem dissidências de pensamento, a aposta é na produção de intervenções que se contrapõem a (re)produção de hierarquias e do sexismo. Desse modo, são enfatizadas algumas direções éticas e políticas importantes para a afirmação de psicologia(s) feminista(s) por meio da tecitura de um *cuidado menor*: uma atitude ética e política que busca a dimensão micropolítica das práticas de trabalhadoras sociais nesse campo, deslocando o cuidado de modelos protocolares universalistas para percorrer linhas de derivas menores, singulares, buscando produzir efeitos potentes junto àquelas que vivenciam as violências e enfrentamentos impostos pelo sexismo, pelo racismo e por outras opressões estruturais.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia feminista. Práticas de cuidado. Mulheres em situação de violência de gênero. Políticas públicas. Micropolítica.

ABSTRACT

The present study carries out an analytic of the care inscribed in the practices of public policies for women in situations of violence and which are operated, among others, by psychology professionals. Approaches were made with the researcher's own working experience in public policies for women in situations of violence, as well as with the experiences and perspectives of twelve other psychology professionals who also work or have worked with this public, through the production of narrative memories and conversations about this work. To this initial cartograph of psychology practices with women in situations of gender violence, questions and analyzes were woven in interlocution with the philosophy of difference, with institutional analysis and with feminisms - especially with black and intersectional feminisms - perspectives that propose epistemologies that destabilize the hierarchical logics produced both by research and by the daily life of the services that compose public policies for women. Thus, based on the experiences and struggles that make up this field of work, this thesis brings concepts and contributions of these political and epistemological references to support the production of analyzes, as well as the construction and potentialization of care practices aimed at women in situations of gender violence. It was possible to observe multiple meanings attributed to the production of care directed to these women. The psychologists narratives show how care and control can be practices that are difficult to distinguish in the context of public policies, but they also emphasize possibilities of estrangement to established and naturalized practices, and betting on forms of care allied to life as a power of singularization. Reflecting, problematizing and experimenting displacements and transformations in care strategies, always starting from an intersectional perspective and from an ethical direction that does not neglect women's agency, is a constant task to be assumed by professionals and researchers in the field. Considering that, although psychology was born from a traditional, modern, positivist science, being often characterized as androcentric, racista and classista, it has become a wide range of perspectives in which there are dissidences of thought, the bet is on the production of interventions that oppose the (re)production of hierarchies and sexism. In this way, some important ethical and political directions for the affirmation of feminist psychology(s) are emphasized through the weaving of a minor care: an ethical and political attitude that seeks the micropolitical dimension of the practices of social workers in this field, displacing care from universalistic protocol models to follow minor, singular drift lines, seeking to produce potente effects on those who experience the violence and confrontations imposed by sexism, racism and other structural oppressions.

KEYWORDS: Feminist psychology. Care practices. Women in situations of gender violence. Public policy. Micropolitics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Imagens da Exposição “Em Nome das Rosas”, da artista Eugênia França.	13
FIGURA 2 – Imagem da Exposição “Em Nome das Rosas”, da artista Eugênia França.	28
FIGURA 3 – Imagem da Exposição “Em Nome das Rosas”, da artista Eugênia França.	70
FIGURA 4 – Imagem da Exposição “Em Nome das Rosas”, da artista Eugênia França.	99
FIGURA 5 – Imagem da Exposição “Em Nome das Rosas”, da artista Eugênia França.	146
FIGURA 6 – Imagem da Exposição “Em Nome das Rosas”, da artista Eugênia França.	208

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: SOBRE TECITURAS	15
ENTRADA 1 - NO FIO DA NAVALHA	30
1.1 Sobre emaranhados: violência contra a mulher e suas interseccionalidades.....	50
1.2 Sobre nós: o contexto de atuação das profissionais de psicologia nas políticas públicas para mulheres.....	59
1.2.1 Breve pausa para indignar-se.....	61
1.2.2 Retomando os nós.....	63
ENTRADA 2 – TRAMANDO FIOS DE UMA MESMA TECITURA: O ACOMPANHAR E ANALISAR PROCESSOS E AS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS.....	72
2.1 Narrando memórias	82
2.2 As conversas	86
2.3 As análises e problematizações.....	95
ENTRADA 03 – ENTRELAÇANDO FIOS E TRAMAS: PSICOLOGIA(S) E FEMINISMO(S).....	101
3.1 Tensionando os fios que compõem uma psicologia hegemônica.....	106
3.2 A trama interseccional	117
3.3 Enredando psicologia(s) e feminismo(s): dando relevo a alguns nós e linhas	130
3.3.1 Os nós na sororidade.....	132
3.3.2 As linhas no empoderamento	139
ENTRADA 04 - OS FIOS DO CUIDADO: O EMARANHADO QUE COMPÕE OS ENCONTROS ENTRE PSICÓLOGAS E MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	148
4.1 As hierarquias que se entrelaçam na produção do cuidado feminino: para além das questões de gênero.....	154
4.2 Ética do Cuidar: o <i>com fiar</i> e o aumento da potência de agir	157
4.2.1 A ênfase na singularidade	161
4.2.2 Os afetos e as emoções.....	165
4.2.3 A Empatia.....	167
4.3 A tutela e os microfascismos: as linhas, os limiars e os riscos que compõem nossas práticas de cuidado	174

4.4 Os grupos de mulheres e a tecitura de um cuidado coletivo.....	188
4.5 Os efeitos do trabalho com violência de gênero nas psicólogas e a importância do cuidado de si.....	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS: PISTAS PARA UM CUIDADO MENOR.....	210
POSFÁCIO: BASTIDORES DA ESCRITA DE UMA TESE	224
REFERÊNCIAS	238
ANEXO A – Informações sobre a exposição Em Nome das Rosas, de Eugênia França ...	251
ANEXO B – TCLE.....	255

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.*

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres,
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.*

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.*

*A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
de nossa milenar resistência.*

(CONCEIÇÃO EVARISTO, 2008, p. 21)



Figura 1 - Imagens da Exposição “Em Nome das Rosas”, da artista Eugênia França. Estão dispostas em duas colunas com quatro imagens em cada coluna. Todas as imagens mostram pinturas que retratam faces de mulheres machucadas, deformadas e muitas vezes inconformadas pela violência sofrida. As faces foram pintadas sobre lonas de caminhão, mostrando, em um segundo plano, as marcas do longo uso das lonas, muitas vezes remendadas, que são como as cicatrizes que marcam as vidas dessas mulheres.

Na coluna da esquerda vemos os seguintes rostos, de cima para baixo: 1) A pintura em diferentes tons de preto retrata o rosto de uma mulher branca levemente virado para o lado, com algumas manchas, cabelos lisos e curtos, sobrancelhas finas, um dos olhos machucado, nariz largo, lábios finos e um machucado na região da mandíbula. Seu olhar é para o lado e suas feições tristes. 2) A pintura em diferentes tons de preto retrata o rosto de uma mulher de frente, com o rosto levemente inclinado e com algumas manchas, cabelos curtos, sobrancelhas finas, um olho está aberto e o outro está fechado, machucado e inchado, nariz e lábios finos. Suas feições são tristes. 3) A pintura em diferentes tons de preto retrata o rosto de uma mulher de frente, com cabelos curtos, sobrancelhas finas, machucados na região dos olhos, que estão abertos, nariz e lábios grossos, boca machucada e um pouco aberta. Seu olhar é para o lado e suas feições são tristes. 4) A pintura em diferentes tons de preto retrata o rosto uma mulher com algumas manchas, com os cabelos curtos e ondulados, sobrancelhas finas, olhos abertos, nariz largo com um machucado ao seu redor, lábios grossos e uma pequena marca de machucado logo abaixo do lábio inferior. Seu olhar é baixo e suas feições são tristes. Na coluna da direita, vemos os seguintes rostos, de cima para baixo: 5) A pintura em diferentes tons de preto retrata o rosto de uma mulher de frente, cabelos curtos, sobrancelhas finas, os olhos estão abertos e um deles está um pouco mais fechado parecendo estar machucado, nariz largo, lábios grossos e machucados e um machucado na região da clavícula. Ela olha para baixo e suas feições são tristes 6) A pintura em diferentes tons de preto retrata o rosto de uma mulher de lado, com algumas manchas, cabelos curtos, sobrancelha fina, olho aberto com machucados ao seu redor, nariz e lábios grossos, a boca está machucado e levemente aberta. Suas feições são tristes. 7) A pintura em diferentes tons de preto retrata o rosto de uma mulher de lado, com algumas manchas, cabelos curtos, sobrancelhas finas, olhos fechados, nariz e lábios grossos e uma cicatriz na região da maçã direita do rosto. Suas feições são tristes. 8) A pintura em diferentes tons de preto retrata o rosto de uma mulher com algumas manchas, cabelos curtos, sobrancelhas finas e bem próximas aos olhos que estão abertos, logo abaixo dos olhos há algumas manchas que parecem machucados, nariz grosso e lábios finos. Seu olhar é para frente e suas feições tristes.

A artista autorizou o uso das imagens e das cartas que compõem a exposição nesta tese. Mais informações no Anexo A.

INTRODUÇÃO: SOBRE TECITURAS

Um choro incontido na recepção do Centro de Referência da Mulher. Cinco crianças gritando, correndo pelos corredores e pelas escadas, sem ouvir os apelos das mães e da equipe técnica que clamam para que fiquem na brinquedoteca e que façam menos barulho. Durante o atendimento, quando questionada se já sofreu violência sexual, a mulher responde com o olhar baixo e com a voz embargada: “por que vocês acham que eu tenho seis filhos?”. O constrangimento. A vergonha por aguentar tanto tempo um relacionamento violento. O medo que paralisa. O uso de drogas parece ser justificativa para a violência. A pergunta que acompanha a difícil decisão de ir para um abrigo de acolhimento a mulheres em situação de risco, com tantas restrições no ir e vir: “ele que me bate e eu que tenho de ficar presa?”. A impotência. O atendimento difícil da usuária¹ com transtorno mental e o risco que não deve ser minimizado. A complexidade dos casos atendidos e a fragilidade de algumas intervenções. O autor de violência que liga para o serviço perguntando se sua mulher passou por ali. O outro que vai até a porta do Centro de Referência com uniforme de trabalho, encarna o bom moço, diz ser trabalhador e num tom vitimizado reclama que a mulher sumiu com sua filha. A delegada que encaminha uma mulher às 17h30, sem agendamento, com demanda de ser encaminhada para o abrigo. O chegar no trabalho às 9h da manhã e sair após às 20h. O cansaço.

Enquanto isso, a politicagem rola solta nas vésperas das eleições. A representante do nível hierárquico mais alto da política para mulheres do município pede os nomes e os contatos das mulheres atendidas pelo serviço. Mas sustentamos o compromisso de sigilo acordado com as mulheres. As emissoras de TV e rádio ligando sem parar durante o mês de março, “mês da mulher”. Em novembro e dezembro, na ocasião da campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, os jornalistas voltam a ligar suplicando para entrevistar alguma usuária do serviço. A dificuldade para conseguir um carro disponível na prefeitura para levar a mulher e seus filhos para o abrigo. A vaquinha da equipe técnica para comprar algum alimento para a mulher que teve de sair de casa às pressas na noite anterior, sem nenhum pertence ou dinheiro, e que após passar a noite na delegacia é encaminhada para atendimento no serviço no meio da manhã. A precariedade. A dificuldade de trabalhar com algumas instituições que compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Os entraves burocráticos. Um atendimento

¹ Nesse trabalho o termo usuária é empregado várias vezes para se referir as mulheres que são atendidas e acompanhadas nos serviços públicos que oferecem cuidado às mulheres em situação de violência.

realizado no hospital; outro na casa de uma mulher impossibilitada de sair da sua residência pela dificuldade de mobilidade. A necessidade de romper com o prescrito. A preocupação pela falta de notícias da usuária em situação de risco iminente de morte que não quis ir para o abrigo. O perigo. Um policial que não leva a sério quando iniciamos o trabalho com grupos no serviço e faz chacota: “você estão mesmo com tempo sobrando para ficarem fazendo grupo?”. As tensões que surgem nas reuniões semanais da coordenação com a equipe técnica. O desgaste.

A recepção do serviço cheia de mulheres que chegam para participar do grupo. As discussões de casos na sala da coordenação do serviço. O mesmo policial encaminhando mulheres para o grupo. O contato com familiares buscando articular alguma alternativa de segurança nos casos de risco iminente de morte. A decepção quando um familiar não pode ou não se dispõe a ajudar. Ir para o abrigo. A notícia da ex-abrigada que voltou a morar com o autor de violência, seu companheiro. Os laços de afeto que não se desfazem facilmente. A notícia da outra mulher que se mudou de cidade fugindo das agressões e que está ajeitando a vida com os filhos. A busca de novos começos. A ajuda mútua entre as profissionais. Os maus entendidos entre a equipe técnica. O não dito. As redes que vão se tecendo entre as mulheres a partir do grupo. As angústias partilhadas. O encorajamento. As pequenas conquistas e alegrias das usuárias e também das profissionais. O cuidado que compartilhamos.

Fios e camadas de uma rotina que podem passar despercebidos para alguns, como enredos fugidios, que escapam, mas que ajudam a desenhar um contexto: minha experiência de psicóloga em uma política pública para mulheres em situação de violência de gênero. Essa experiência profissional se deu num período de pouco mais de três anos, de julho de 2013 a setembro de 2016, no Benvinda, um Centro Especializado de Atendimento à Mulher² localizado na cidade de Belo Horizonte - MG, e envolveu diversos desafios e uma disposição constante para sustentar tensões.

Nesta tese busco produzir uma analítica do cuidado inscrito nas práticas das políticas públicas para mulheres em situação de violência de gênero e que são operadas, dentre outros, por profissionais de psicologia. Parto da minha própria experiência de trabalho com as mulheres - por meio da produção de memórias narrativas -, bem como

² Conhecido também como Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, ou simplesmente como Centro de Referência da Mulher, o Benvinda é um serviço municipal, inaugurado em 1996, voltado para mulheres em situação de violência de gênero, que oferece atendimentos psicológicos, psicossociais e orientações jurídicas, buscando criar condições necessárias para que as mulheres construam, com o suporte do serviço, possibilidades de ruptura com as violências que vivenciam.

das experiências e perspectivas de colegas psicólogas que também trabalham ou trabalharam com esse público - com as quais realizei conversas sobre esse fazer - para produzir uma cartografia inicial de práticas da psicologia junto a mulheres em situação de violência. Foram tecidas problematizações e análises em interlocução com a filosofia da diferença, com a análise institucional e com os feminismos - especialmente com feministas negras e interseccionais -, perspectivas que propõem epistemologias que desestabilizam as lógicas hierárquicas produzidas tanto pelo pesquisar, quanto pelo cotidiano dos serviços que compõem as políticas públicas para mulheres. Assim, a partir das experiências e das lutas que compõem esse campo de trabalho, trago para esta tese conceitos e contribuições dessas perspectivas políticas e epistemológicas para apoiar a produção de análises, bem como a construção e potencialização de práticas de cuidado voltadas para mulheres em situação de violência. Dou destaque para algumas direções éticas e políticas importantes para a afirmação de psicologia(s) feminista(s) por meio da tecitura do que chamo de um *cuidado menor*: uma atitude ética e política que busca a dimensão micropolítica das práticas de trabalhadoras sociais nesse campo, deslocando o cuidado de modelos protocolares universalistas para percorrer linhas de derivas menores, singulares, buscando produzir efeitos potentes junto àquelas que vivenciam as violências e enfrentamentos impostos pelo sexismo, pelo racismo e por outras opressões estruturais.

De acordo com os registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, compilados na edição de 2019 do Atlas da Violência, pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), ao todo foram registrados 4.936 assassinatos de mulheres em 2017, o maior número registrado desde 2007. É uma média de 13 homicídios por dia, sendo que a maior parte das vítimas (66%) é negra e é morta por armas de fogo (53,8%) e, em boa parte dos casos essas mortes acontecem dentro de casa (39,3%). Houve um aumento de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país durante a década de 2007-2017, aumento que se dá sobretudo entre mulheres negras, cujos números de homicídios cresceram 60,5% em uma década, em comparação com o crescimento de 1,7% nos assassinatos de mulheres não negras. Como a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015)³ vigora desde 2015, sendo relativamente nova, não se sabe se o aumento dos registros de feminicídios pelas

³ Desde 2015, o Brasil tem uma lei específica para enquadrar homicídios cometidos contra mulheres que envolvam violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação à condição de mulher. A Lei do Feminicídio incluí o assassinato de mulheres na lista de crimes hediondos determinando penalidades mais duras e inafiançáveis, sendo previstas punições de 12 a 30 anos de prisão. Fonte: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-voce-conhece-a-lei-do-feminicidio/>

autoridades reflete efetivamente aumento no número de casos ou diminuição das subnotificações. Porém, o fato de quase 40% das mortes femininas terem acontecido dentro de casa faz com que sejam grandes as chances delas se relacionarem com casos de feminicídio, como apontado pelos organizadores do estudo. Estes também observam que o crescimento muito superior da violência letal entre mulheres negras, em comparação com as não negras, demonstra a grande dificuldade que o Estado brasileiro tem de garantir a universalidade de suas políticas públicas.

Esses dados evidenciam a urgência, reivindicada pelo movimento de mulheres negras, no aprofundamento da identificação da questão racial como variável da violência e da inclusão da análise de gênero e raça, de modo mais articulado e efetivo, nas ações políticas de enfrentamento da violência doméstica contra mulheres em nosso país. É preciso reconhecer o peso que a dimensão racial tem na “caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país, que não é branca” (SUELI CARNEIRO, 2019a, p. 316)⁴.

Se, por um lado, a dimensão racial nos chama atenção para essas estatísticas alarmantes relacionadas às mulheres negras, que compõem grande parte do público atendido nas políticas públicas, por outro, ela aponta a branquitude como o lugar predominante ocupado por aquelas que operacionalizam as políticas para mulheres, como aponta a pesquisa realizada em 2008 no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), sobre as “Práticas da(o) Psicóloga(o) em Serviços de Atenção às Mulheres em Situação de Violência”. Essa pesquisa, que subsidiou a elaboração do documento de “Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência” (CFP, 2012), apresenta o seguinte perfil sociodemográfico das psicólogas e psicólogos que trabalham com mulheres em situação de violência: em sua maioria são mulheres (80,4%), de cor branca (70,9%) e pós-graduadas (58,9%). Assim, como Sueli Carneiro (2019b) destaca, ao falar de mulheres, devemos sempre nos perguntar de que mulheres estamos falando, pois as mulheres não constituem um bloco homogêneo: elas possuem diferentes

⁴ Inspirada nas “orientações para submissão” de algumas publicações científicas de estudos feministas, neste trabalho decidi seguir uma normatização feminista na aplicação da ABNT: cito nome e sobrenome da autora (ou do autor) na primeira citação da mesma de forma a garantir principalmente a identificação de gênero das autoras e nas citações seguintes uso apenas sobrenome. Como Angela Figueiredo (2020) destaca, essa transformação das regras de citações, pelos textos feministas, ao incluir os primeiros nomes das mulheres citadas nos artigos, é uma prática política “para fazer frente a certa masculinização das referências bibliográficas, quando apenas os sobrenomes são citados” (p. 8).

pontos de partida. A autora aponta para a necessidade premente de não universalizar essa categoria, sob o risco de manter na invisibilidade mulheres em cujos corpos se articulam diferentes opressões. Em outras palavras o que Sueli destaca é a relevância de dar nome e trazer à visibilidade para se restituir a humanidade. Considerando que parcela significativa das mulheres atendidas nas políticas públicas endereçadas a mulheres são negras e de classes menos favorecidas, muitas delas com baixa ou nenhuma escolarização, o que agrava os impactos das subordinações e violências de gênero, enquanto profissionais brancas e com alto nível de escolarização, estamos sempre correndo o risco de reproduzir, por meio de nossas intervenções, valores e posicionamentos que reforçam opressões de cunho racistas e classistas. Nesse sentido, uma ferramenta que pode ser bastante útil para auxiliar as trabalhadoras sociais na reflexão e no questionamento a respeito de que tipo de práticas elas têm produzido, possibilitando que elas também se transformem nesses processos, é a análise de implicação, como veremos adiante.

No momento em que vivemos a pandemia do corona vírus, proliferam e se intensificam estratégias bio(necro)políticas que impactam de forma intensificada as vidas de mulheres negras e pobres, especialmente no que se refere à violência de gênero. Nesse contexto, este trabalho de tese passa a ser atravessado por tensões relacionadas com incertezas diversas⁵, trazendo novos questionamentos para as análises e problematizações que vinham sendo feitas até então: como cuidar de mulheres que estão desprotegidas, muitas vezes correndo risco de morte, em suas próprias casas, locais onde deveriam estar seguras? Como cuidar de mulheres que nesse momento estão lutando duplamente pelo direito à vida (contra o vírus e contra a violência doméstica)? Como intensificar nossas redes de proteção e de cuidado nesse momento de isolamento social fazendo com que elas alcancem verdadeiramente essas mulheres? Essas questões colocam-se como pano de fundo de extrema relevância neste momento e podem perpassar as reflexões e análises sobre as instituições em jogo nas práticas de cuidado produzidas pelas profissionais de

⁵ Apesar das tensões e angústias vivenciadas nesse período, uma experiência potente nesse momento de isolamento foi compor um coletivo de experimentação da escrita junto com cinco colegas pesquisadoras da pós-graduação. Ainda que nossas investigações tenham temas distintos, o desejo de produzir uma escrita viva e encarnada em nossas teses e dissertações nos uniu em um movimento de solidariedade entre mulheres. Em meio a pandemia começamos a nos reunir virtualmente, quinzenalmente, para compartilhar nossos processos de pesquisa. A partir da partilha de nossas escritas e da experimentação de uma escrita coletiva, fomos nos ouvindo, nos cuidando e ponderando sobre nossos estudos, de modo que os fios que compunham nossas experiências pessoais foram se entremecendo no coletivo, produzindo interferências e afetações. Foi um potente espaço de cuidado coletivo, onde nos sentimos a vontade para afirmar tanto nossas afinidades, quanto nossas diferenças enquanto tecíamos e retecíamos coletivamente nossas narrativas. O “Posfácio” desta tese é fruto dessa experimentação.

psicologia nas políticas públicas para mulheres.

Das notícias televisivas, das redes sociais, de eventos tornados remotos nesse tempo de isolamento, alguns me alcançaram afetando a produção da escrita. A exposição “Em Nome das Rosas”, da artista Eugênia França, me colocou frente a muitos rostos de mulheres pintados e me deu acesso a áudios-registros com a leitura de cartas escritas por mulheres em situação de violência de gênero⁶. Fui tocada pela experiência audiovisual da exposição que me reconectou, por outros caminhos, às condições das vidas violentadas de tantas mulheres com as quais encontrei nos meus percursos de trabalho e de pesquisa-intervenção. Com perspectivas e linguagens distintas - eu na pesquisa acadêmica e Eugênia nas artes - nos encontramos imersas num mesmo universo que agrega multiplicidades e nuances, podendo sugerir a articulação de abordagens vinculadas a diferentes campos de saber, ou mesmo o agenciamento entre conhecimento e arte. Numa composição com a minha escrita, trago algumas imagens da artista e as cartas escritas pelas mulheres apostando na intensificação da aproximação com esse universo. Uma vez que essa tese recorre às narrativas minhas e as de colegas psicólogas - constituídas de um conjunto de experiências, não necessariamente lineares, mas que compõem nossas existências -, trazendo as mulheres em situação de violência em suas entrelinhas, mas sem trazer relatos próprios desses sujeitos; as narrativas em primeira pessoa, nas imagens e nas cartas escritas pelas mulheres, trazem suas vozes e seus corpos para este texto, abrindo outras camadas de enunciação e de sentido em meios às análises e problematizações geradas nos encontros com outras tantas mulheres – escritoras, professoras, psicólogas, colegas, ativistas...

Quando ingressei no doutorado em Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), minha intenção era fazer uma aproximação mais direta com mulheres em situação de violência de gênero, trazendo suas vozes e corpos de forma mais

⁶ A exposição “Em Nome das Rosas” ficou disponível para visitação em meio digital no período de 22 de julho à 22 de outubro de 2020 e foi promovida do BDMG Plural em parceria com o BDMG Cultural com o objetivo de dar visibilidade à questão da violência doméstica. Na exposição, a artista plástica Eugênia França, que também tem formação em serviços social e atua nas políticas públicas de saúde do município de Belo Horizonte, dá corpo aos números da violência, dando visibilidade para as mulheres em situação de violência de gênero. O nome da exposição indica as contradições que atravessam as histórias dessas mulheres, que não se resumem à dor, sendo também histórias de amor, de resistência, de luta, de superação e de empoderamento. Por meio das pinturas, expostas uma ao lado da outra, assim como dos áudio-registros de cartas escritas por mulheres em situação de violência de gênero que também compõem a exposição, os números ganham uma dimensão pesada, assombrosa e sensível que os gráficos são incapazes de corporificar. Conversei com Eugênia e obtive sua autorização para o uso das pinturas e das cartas transcritas nessa tese, conforme termo de autorização no ANEXO A, onde também podem ser encontradas informações mais detalhadas sobre a exposição.

encarnada nesta pesquisa, por meio da investigação das estratégias e táticas de resistência construídas por essas mulheres, em especial no contexto dos dispositivos grupais. A intenção era produzir análises em diálogo com os estudos feministas contemporâneos e com a filosofia da diferença, principalmente Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari. Minha implicação com essa proposta inicial de investigação, com a qual fui aceita no doutorado, estava relacionada com uma espécie de linha de fuga que fui criando para os desafios e tensões que atravessavam o meu cotidiano de trabalho no Benvinda e que se refere ao investimento nos dispositivos grupais. Os grupos foram se transformando em tempos e espaços de problematização diferenciados, não apenas para as mulheres participantes, mas também para mim, pois percebia que ofereciam, de diversas maneiras, resistências e possibilidades outras às linhas duras de um trabalho complexo.

Porém, em setembro de 2016, com o início do doutorado, me desliguei do trabalho no Centro de Referência da Mulher, em Belo Horizonte, e me mudei para Niterói. Afastada da prática profissional cotidiana junto a mulheres em situação de violência de gênero e inserida em novos espaços – em uma Universidade em que nunca tive inserção, com novas professoras, professores e colegas, em uma cidade e estado que também me eram novos –, vou ao encontro de outras experimentações: outras relações, outras parcerias, outros discursos, outras autoras e autores, outras leituras. A partir desses novos encontros, que se deram sobretudo no âmbito de algumas disciplinas cursadas⁷ e das ações extensionistas de que participei⁸, as questões que me interpelavam enquanto pesquisadora aos poucos foram se deslocando e apontando para a possibilidade de construir outras entradas no meu caminho investigativo.

Diante dos novos encontros e possibilidades que se delinearam em minha trajetória, passo a me sentir mobilizada por um conjunto de questões que se articulam com minha proposta inicial de pesquisa, mas que também apontam para outras direções:

⁷ Especialmente as seguintes disciplinas produziram “inquietações” que contribuíram para os novos rumos que essa pesquisa tomou: “A perspectiva feminista de Donna Haraway” e “Feminismos e Ciência”, ministradas pelas professoras Márcia Moraes e Ana Claudia Monteiro na UFF; “Subjetividade e exclusão social”, oferecida pela professora Katia Aguiar e pelo professor Abrahão Santos na UFF; “Liberdade, gênero e relações raciais: perspectivas interseccionais”, ministrada pela profa. Amana Mattos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); “Práxis e cuidado na psicologia: diálogos com Paulo Freire”, oferecida pela professora Luiza Oliveira, na UFF.

⁸ Refiro-me aqui ao projeto de extensão “Por que também temos que falar de violência?”, coordenado pela professora Paula Land Curi, no Departamento de Psicologia da UFF. As ações deste projeto são centradas na temática da violência contra a mulher, apostando, prioritariamente, em três formas de ação: ações e eventos no território voltadas à orientação/sensibilização; ações voltadas ao cuidado/assistência às mulheres em situação de violência, sob a forma de atendimento psicológico; e ações voltadas à formação profissional, através da inserção das temáticas violência e gênero em atividades acadêmicas.

da investigação das estratégias e táticas de resistência construídas por mulheres em situação de violência nos grupos, me desloco para o desejo de pesquisar as intervenções, processos e práticas de cuidado produzidas por profissionais de psicologia junto a mulheres em situação de violência de gênero, especialmente no âmbito das políticas públicas. Trata-se, de fato, de uma inflexão na pesquisa me levando aos especialismos, suas formas institucionais, conceituais, e aos modos de subjetivação nas práticas de proteção e de cuidado endereçadas a mulheres em situação de violência.

As autoras feministas com quem tive contato a partir da entrada no doutorado, juntamente com as colegas e professoras, colocaram-se como importantes aliadas e fonte de inspiração nas reflexões e nos questionamentos sobre concepções hegemônicas de conhecimento, que também se relacionam ao próprio processo de trabalho com as mulheres em situação de violência. Isso porque a modernidade, referenciada no sujeito heterossexual masculino, branco e europeu, imprime a hegemonia de uma racionalidade excludente, estigmatizante, colonialista, misógina e racista, que opera por dicotomias reducionistas e opressivas que produzem desigualdades, opressões e violências.

Nesse sentido, há um entrelaçamento entre a escolha do modo de fazer-se desta pesquisa, isto é, seu método, e também de sua política de escrita com uma certa crítica a uma “vontade de verdade”. A perspectiva aqui escolhida não constitui um encaminhamento para uma verdade universal ou absoluta: este tipo de verdade não comparece neste trabalho como a direção que o percurso investigativo deve finalmente alcançar. A intenção aqui é de debruçar sobre “verdades localizadas”, ou seja, aquelas verdades que permeiam um contexto cultural e histórico específico, dando visibilidade para múltiplas vozes, múltiplas narrativas, lançando luz tanto sobre as tramas que costumam ser invisibilizadas no trabalho de pesquisa, quanto àquelas relativas ao trabalho desenvolvido com mulheres em situação de violência de gênero. Interessa a esse trabalho de pesquisa produzir uma escrita que leve em consideração os percursos e atravessamentos presentes nos processos; que inclua as hesitações, impasses e controvérsias que, com frequência, costumam ficar de fora. Em outras palavras, trata-se de criar espaços para dizer o que geralmente não é dito, por quem não costuma dizer; pensar o que costuma ser impensável; e ver o que predominantemente não é visto, possibilitando assim novas composições para o trabalho com a violência de gênero, bem como a criação de novas realidades políticas no mundo.

Sabemos que a violência contra a mulher se manifesta de diversas formas, colocando-se como uma questão social grave e com consequências diretas em vários

aspectos das vidas e das subjetividades das mulheres, já que quando se encontram em situação de violência fatores e forças heterogêneas - como o medo, os estereótipos, a discriminação, o silenciamento - atuam afetando e intensificando de modo particular seus anseios e dilemas. Adotando uma perspectiva interseccional que considera que a violência experimentada pelas mulheres também é moldada por outras dimensões de suas identidades, como raça, classe e sexualidade, esses sujeitos podem ter sua saúde física e mental afetadas de forma ainda mais intensa, com repercussões em diferentes aspectos de suas vidas, como é o caso das relações familiares, da convivência social, do trabalho, entre outras.

É a partir dessas múltiplas tensões e sofrimentos inerentes às diversas violências vivenciadas pelas mulheres que começo a desenhar o problema desta pesquisa. Esse contexto abre possibilidades para diferentes intervenções, processos e práticas que podem ter sentidos diferentes. Pensar o cuidado de forma generalizada e abstrata, como se fosse um consenso ou quase uma palavra de ordem, nos impede de perceber e de ter acesso aos tensionamentos que o compõem. Ao invés disso, recorro a imagem de um novelo composto por múltiplas linhas, emaranhados de fios, para pensar o cuidado. Algumas dessas linhas legitimam práticas opressivas, sexistas, racistas e capacitistas, muitas vezes de caráter tutelar e moralista, que constroem as mulheres, as despotencializam e invisibilizam dominações. Outras linhas inauguram processos que têm o efeito de sustentar aberturas, promovendo reinvenções capazes de potencializar essas mulheres em suas experiências singulares de vida, por meio de proteção, de apoio. Linhas de reprodução e de singularização se embolam e produzem tensões nesse emaranhado que é o cuidado. Diante da exigência de intervenção das políticas públicas e do questionamento sobre como cuidar e não oprimir, e considerando essas variações que compõem o cuidado, é necessário colocar essas modulações em análise nas nossas práticas, buscando perceber e intensificar os fios que ajudam, que favorecem o rompimento com as opressões e violências em nós para compor processos potencializadores da vida junto às mulheres em situação de violência de gênero.

Como já dito, minha rotina de trabalho no Centro de Referência da Mulher era atravessada por situações confusas, contraditórias e delicadas, que demandavam das profissionais algum posicionamento, desencadeando impasses metodológicos, técnicos, éticos e políticos. Em grande parte das vezes, as normativas das políticas para mulheres no campo da saúde e da assistência social, por limitarem-se a práticas discursivas, não conseguiam responder a tais impasses no sentido de assegurar a operacionalização de um

cuidado efetivo às mulheres. Uma necessidade de pensar o cuidado sem ter a pretensão de construir soluções generalistas e definitivas para problemas complexos e sem cair em posicionamentos opressivos, culpabilizantes e violentos se coloca diante desse contexto.

O campo das políticas públicas para mulheres, enquanto um campo intersticial do Estado em que o controle se encontra capilarizado, abarca o risco permanente de captura por meio da reprodução de lugares subalternos, de olhares universalizantes e moralizantes e da naturalização de discursos de gênero e de raça estigmatizantes e opressores que geram silenciamento e exclusão. Atenta a esses riscos de captura e entendendo que as práticas produzidas nesse campo são sempre muito tensionadas e arriscadas, busco percorrer as experiências de cuidado produzidas pelas trabalhadoras sociais a partir de uma perspectiva crítica que procura refinar o olhar para perceber as sutilezas, os detalhes da tecitura das práticas discursivas e não discursivas. Essa é uma aposta na retomada da complexidade nesses processos, pensando numa outra sensibilidade capaz de captar os meandros do controle e de favorecer processos libertários e potencializadores. É nesse sentido que às narrativas de práticas endereçadas ao apoio, à proteção e ao cuidado das mulheres em situação de violência busco enredar conceitos operatórios que contribuem para as análises desse campo problemático e para a afirmação de um posicionamento ético micropolítico de um *cuidado menor*.

Foi a experiência concreta de atuação das psicólogas-trabalhadoras sociais nas políticas públicas para mulheres que deu chão a esta pesquisa e a escrita desta tese. Como uma tecelã, fui tecendo fios entre experiências singulares e transformando essa matéria prima em um tecido vivo e coletivo: um trabalho artesanal que carrega tanto as minhas marcas quanto as marcas de outros sujeitos.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa conversei com um total de doze profissionais de psicologia, sendo somente um do sexo masculino. Considerando que a psicologia é uma profissão representada por 89% de mulheres no Brasil (CFP, 2013b) e que esta pesquisa possui uma perspectiva feminista, além do fato de que o uso que se faz da língua em nossos trabalhos acadêmicos é também um uso político que deixa entrever um método de escrita, busquei empregar uma linguagem não sexista para me referir às participantes e ao participante desse estudo. Assim, num gesto de negociação feminista com o texto e buscando sua maior fluidez emprego “as psicólogas” ou “as profissionais de psicologia” ao invés de “as/os psicólogas/os” ou “as/os profissionais de psicologia”. Importante dizer também que ao longo do texto, quando me refiro às psicólogas que trabalham com mulheres em situação de violência, o pronome se desloca, se modifica:

em alguns momentos usei a primeira pessoa do plural e em outros a terceira pessoa do plural. Essa variação não é um acaso, ela advém dos lugares que ocupo e que se sobrepõem neste trabalho: de pesquisadora e de psicóloga-trabalhadora social. Mantive essa mistura na escrita desta tese, afirmando a multiplicidade desse corpo e o entrecruzamento constante do olhar do corpo-pesquisadora com o olhar do corpo-trabalhadora-social, ressignificando e compartilhando experiências (RAPHAELLA DAROS, 2016).

A partir dos fios narrativos que compõem rizomas de experiências tecidas nos encontros, nos movimentos, nas alianças, nas relações entre acontecimentos e pessoas, organizei esta tese em quatro entradas. Dessas narrativas de experiências de cuidado puxo algumas linhas analisadoras: acontecimentos, indivíduos, práticas ou dispositivos que catalisam a análise, que colocam em cena a instituição oculta, revelando em seu próprio funcionamento o impensado de uma estrutura social (KATIA AGUIAR; MARISA ROCHA, 2007), no caso, dos processos e práticas que compõem as políticas públicas para mulheres. Junto com as contribuições de autoras e autores intercessores, as narrativas vão compondo as entradas desta tese, que também se fazem permeáveis ao entrelaçamento do leitor, que é convidado a ingressar nesta trama pela entrada que mais lhe atrair, acompanhando os fios que mais lhe interessam e compondo com eles a partir de suas próprias experiências.

Na primeira entrada, intitulada “No fio da navalha”, apresento os cenários e configurações do campo, introduzindo problematizações sobre as práticas produzidas pelas psicólogas junto a mulheres em situação de violência de gênero, a partir do relato da experiência de acompanhamento de um caso na política pública em que atuei. Demonstro como é a partir desse caso que nascem as questões que começam a compor o meu caminho investigativo, gerando tensões na minha atuação de psicóloga-especialista. Essa narrativa extraída da minha atuação junto às mulheres abre caminhos para as reflexões e análises sobre a Psicologia e as práticas, entendidas como práticas de cuidado, que serão aprofundadas nas entradas três e quatro desta tese, sobretudo a partir das narrativas das colegas psicólogas.

Na segunda entrada, “Tramando fios de uma mesma tecitura: o acompanhar e analisar processos e as epistemologias feministas”, concentro-me na apresentação dos referenciais epistemológicos e metodológicos desta pesquisa. Destaco que dialogo com autoras feministas que foram minhas companheiras no esforço de (re)pensar nossas práticas de cuidado junto às mulheres, construindo pontes e conexões com as mesmas,

mas sem a pretensão de esgotar as ideias de cada uma delas. Também trago para as problematizações desta pesquisa contribuições de autores da filosofia da diferença que nos incitam a analisar e (re)pensar criticamente nossas práticas, potencializando o nosso fazer no percurso investigativo e favorecendo uma análise de práticas. Em termos de dispositivos e ferramentas metodológicas, além dos estudos bibliográficos, produzidos de um modo encarnado - já que parto das experiências para rastrear determinados caminhos investigativos e conceitos para apoiar as análises -, recorri às narrativas de práticas de cuidado de psicólogas junto a mulheres em situação de violência, por meio de registros em cadernos de trabalho e diário de campo, e de conversas com colegas psicólogas. Também trago algumas cartas que propus que as próprias psicólogas escrevessem no momento da nossa conversa, além das cartas e das imagens da exposição em “Nome das Rosas”, de Eugênia França.

Na entrada três, “Entrelaçando fios e tramas: psicologia(s) e feminismo(s)”, abordo brevemente o papel histórico da psicologia na promoção de controle e de domínio das subjetividades, os questionamentos que surgem frente a esse modo de conceber o saber psi e as articulações entre psicologias e feminismos. Aposto na possibilidade de operacionalização de psicologia(s) feminista(s), engajadas na luta a favor da emancipação feminina e contra a naturalização da violência, que se fundamentam em uma perspectiva epistemológica interseccional. Destaco ainda duas dimensões que considero fundamentais nos processos de cuidado desenvolvidos pelas psicólogas junto às mulheres em situação de violência: a sororidade e o empoderamento.

Na entrada quatro, “Os fios do cuidado: o emaranhado que compõe os encontros entre psicólogas e mulheres em situação de violência”, discuto as hierarquias que se entrelaçam na produção do cuidado feminino e produzo articulações entre a “ética do cuidar” proposta por Patrícia Hill Collins (2019) como um dos fundamentos de uma epistemologia feminista negra, e as intervenções produzidas junto às mulheres em situação de violência, dando destaque para algumas dimensões importantes do cuidado presentes na concretude do trabalho das psicólogas: a singularidade individual; os afetos e a empatia. Também busco dar visibilidade para os limiares entre cuidado e tutela, chamando atenção para a produção de práticas que tendem a ser controladoras. Aposto ainda na possibilidade de se produzir um cuidado coletivo com as mulheres em situação de violência por meio dos dispositivos grupais. Por fim, enfatizo a importância e a urgência de considerar os processos de subjetivação das profissionais de psicologia, discutindo os efeitos dessa produção de cuidado nessas trabalhadoras sociais, que não

passam incólumes pela produção sistemática de violência patriarcal e machista em nossa sociedade, além de serem continuamente desvalorizadas e exploradas pelo próprio Estado, sendo, pois, fundamental que esses sujeitos também estejam incluídos nas redes de cuidados.

Nas “Considerações Finais: pistas para um cuidado menor”, concentro meus esforços em arrematar os fios desta investigação, retomando brevemente e de forma mais sistematizada as direções éticas e políticas do cuidado discutidas nesse trabalho, apostando que elas podem contribuir com psicologias que se afirmam feministas, por meio da tecitura de um *cuidado menor*. Também apresento algumas considerações sobre os limites desta pesquisa e sobre possíveis desdobramentos acadêmicos e políticos das problematizações produzidas aqui.

Com o “Posfácio: bastidores da escrita de uma tese” encerro este trabalho na companhia de mais cinco mulheres pós-graduandas, que foram minhas aliadas nos últimos meses do doutorado, trazendo uma composição que é fruto de nossas experimentações coletivas de escrita. Seguir junto com essas colegas neste momento tão duro e desafiador que vivemos foi muito importante para sustentar parte significativa da tecitura desta tese, reafirmando a força dos movimentos de solidariedade entre mulheres.

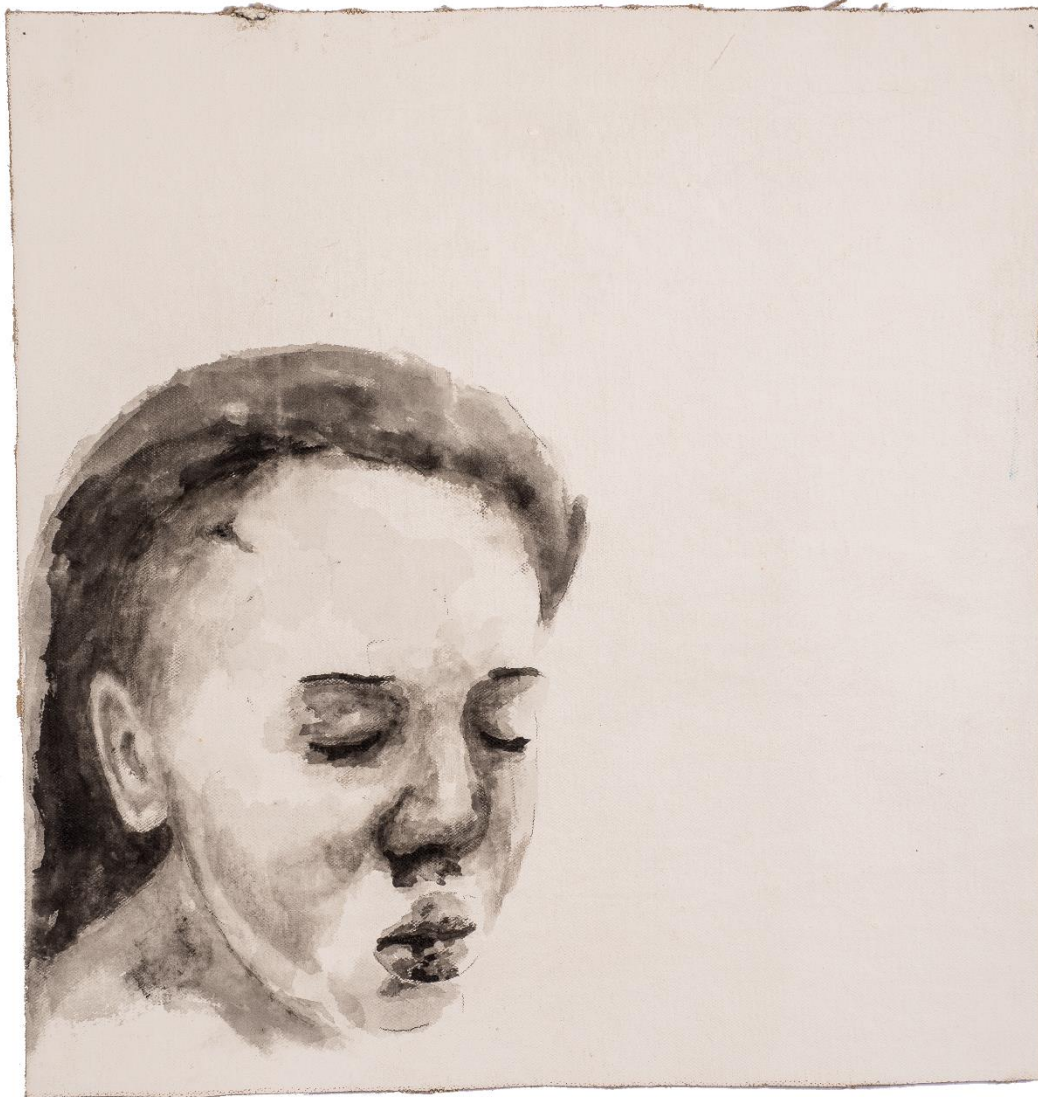


Figura 2 - Imagem da Exposição “Em Nome das Rosas”, da artista Eugênia França. A pintura sobre lona de caminhão tem o fundo branco. A imagem em diferentes tons de preto retrata o rosto de uma mulher virado um pouco de lado, com algumas manchas, cabelos na altura do pescoço, sobrancelhas finas, olhos fechados, nariz largo e lábios grossos. Suas feições são tristes.

Desde cedo eu fui ensinada como sentar, com o que brincar, o que assistir, ouvir e como dançar.

Eu não conhecia e não entendia o que se passava com o meu próprio corpo.

Mas aprendi a sentir vergonha, a me cobrir, me esconder e não dar motivos para que os homens me olhassem. E, se olhavam, passei a ter medo que me tocassem. Nunca tocaram, mas o medo não foi embora.

Cresci em uma família em que toda uma geração era de meninas. Começaram a surgir as piadas de que meu avô era “fornecedor”. Eu só conseguia rir e concordar que eles estavam brincando.

Agora, mesmo sendo adulta, ainda tenho que me importar com o que os outros falam de mim: o quanto engordei, que saio demais, que sou a puta da rua, que sou o problema da família, e que homem vai querer uma mulher assim? Essa loucura vai entrando pelos ouvidos e instalando no coração.

Então o primeiro que demonstrou amor passou a ser meu colete salva vidas! Até o momento que ele levantou a voz, ameaçou e me fez desejar não mais viver. Foram seis meses em um inferno que ainda dói.

Quase dez anos se passaram e eu aprendi a me amar, a lutar e a me tornar mais forte. Apesar dos medos e das dores. Muito me entristece que muitas mulheres ainda morram por conta das mesmas dores e dos mesmos medos.

Estou aqui para fazer um pedido de socorro pra mim, pra elas e pra todas nós.

CONTAGEM, JULHO DE 2020.

ENTRADA 1 - NO FIO DA NAVALHA

Era junho de 2013 e eu trabalhava no Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Belo Horizonte (CRLGBT/BH), na Prefeitura de Belo Horizonte. Um serviço que tem como objetivo contribuir para o avanço da defesa e promoção dos direitos humanos do segmento LGBTQI+⁹, por meio de ações de enfrentamento à violência e discriminação homofóbica na capital mineira. Foi nessa época que surgiu a possibilidade de ir trabalhar no Benvinda, um Centro de Referência da Mulher, a convite da Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM). Não aceitei de imediato. Foram semanas refletindo se devia ou não me deslocar para um outro serviço.

É verdade que eu andava incomodada com alguns aspectos do trabalho que desenvolvia no CRLGBT, que vinha sendo atravessado por diferentes questões de ordem política e institucional. O meu incômodo estava relacionado principalmente com uma lacuna entre o discurso institucional sempre bem articulado e bem intencionado e a concretização da política, sua operacionalização junto ao segmento LGBTQI+ ao qual era direcionada, devido ao esvaziamento cotidiano das práticas, cujos efeitos não eram visíveis; ao descompasso entre as graves condições das pessoas atendidas e a ausência de sustentação de ações intersetoriais consequentes; e possivelmente também devido a minha própria condição de iniciante nesse campo de atuação. Assim, nos seis meses em que lá atuei, não consegui perceber e construir um sentido para o trabalho e para o cuidado que supostamente deveríamos garantir a esses sujeitos, principalmente às pessoas trans, que chegavam no CRLGBT denunciando os preconceitos, opressões e violências de que eram alvo e escancarando em seus corpos as marcas das graves degradações, dos riscos e das ausências que faziam parte de suas vidas naquela cidade.

Nesse sentido, talvez ir para o Benvinda, um serviço que nessa ocasião já tinha mais de quinze anos de funcionamento, com uma metodologia de atendimento já consolidada, poderia trazer algum alívio ou apaziguamento. Por outro lado, me assustava ir trabalhar em um local onde eram atendidas mulheres em situação de violência, muitas delas em risco iminente de morte, que precisavam ser encaminhadas para um abrigo de

⁹ Atualmente é mais usada a sigla LGBTQI+ para representar as pessoas que fazem parte da comunidade. O “Q” (queers), o “I” (intersexuais) e o “+” (faz referência a outras manifestações da sexualidade, como os assexuais, os pansexuais, os não-binários e os crossdressers) foram acrescentados para contemplar também outras identidades de gênero e manifestações da sexualidade.

segurança, em endereço sigiloso, em busca de proteção. Hesitei muito: como lidar com tamanha responsabilidade? Seria eu capaz? Em julho de 2013, depois de muito ponderar, inclusive de ir conhecer o Benvinda pessoalmente e conversar com a coordenadora e equipe técnica sobre o trabalho ali desenvolvido, decidi assumir esse novo desafio.

Foi na minha primeira semana no Benvinda, quando ainda estava tateando e buscando me familiarizar com os protocolos e com as práticas do novo trabalho, que conheci Rose¹⁰. Mulher branca, com 33 anos e moradora de uma região periférica da cidade, Rose chegou no serviço de cabeça baixa e olhar desconfiado. Foi encaminhada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de seu território e estava agendada para um primeiro atendimento, que foi realizado por mim e por uma colega do serviço social.

No período em que trabalhei no Benvinda, a maior parte dos atendimentos eram agendados por telefone pela própria mulher ou pelo profissional da rede de atendimento que a encaminhava. O primeiro atendimento era realizado preferencialmente por uma dupla interdisciplinar de profissionais (uma psicóloga e uma assistente social) e tinha como objetivo promover a autonomia, o fortalecimento e o empoderamento da mulher, além de prestar informações sobre direitos e de realizar encaminhamentos. Era um atendimento longo, com duração média de 1h30, em que utilizávamos como roteiro da conversa com a usuária uma ficha de anamnese psicossocial e jurídica, que também íamos preenchendo durante o atendimento. Essa ficha continha dados relativos à mulher, à sua história de vida e à situação de violência vivenciada por ela. As duas técnicas realizavam uma escuta cuidadosa. Era possível perceber que muitas vezes era nesse espaço que a usuária começava a ressignificar e a elaborar aspectos de sua história de vida no sentido de desnaturalizar a violência. Buscávamos entender as demandas das mulheres e construir, em conjunto com elas, o encaminhamento do caso, bem como estratégias de proteção. A partir do primeiro atendimento eram realizados alguns encaminhamentos, que podiam ser: externos (para outros serviços da rede de atendimento, de diferentes áreas: justiça, saúde, educação, assistência social, etc.); internos (acompanhamento psicossocial e/ou psicológico realizados dentro do próprio serviço, ambos orientados por uma

¹⁰ Todos os nomes próprios que aparecem nas narrativas são fictícios a fim de preservar as identidades das pessoas citadas.

perspectiva de gênero) ou triagem para a Casa Sempre Viva¹¹ nos casos de risco iminente de morte.

Conversamos muito durante o primeiro atendimento de Rose, que, entre outras coisas, nos contou que já havia trabalhado como babá, como doméstica e como balconista, mas que naquele momento não estava trabalhando e que contava com renda de R\$102,00 do Bolsa Família. Era casada há 8 anos com Vagner, de 29 anos, com quem tinha uma filha de 3 anos. Ele era lanterneiro, fazia bicos em diferentes locais, e tinha uma renda mensal de cerca de R\$800,00. Num misto de ingenuidade e desconfiança, Rose nos contou que Vagner já havia feito uso de drogas e de bebida alcoólica, mas que não sabia dizer quais drogas exatamente ele já havia usado e nem se naquele momento continuava fazendo uso. Acrescentou que o marido costumava dizer que já foi traficante e se gabar por andar só com “bandidos”, mas ela não sabia se isso procedia e se o marido, de fato, vendia drogas naquela ocasião.

Rose foi mais a fundo nos detalhes de sua história com Vagner: se conheceram na Igreja Universal, logo começaram a namorar e depois de sete meses se casaram e foram morar de aluguel em um bairro periférico de Belo Horizonte. Nessa época Rose trabalhava como babá. Logo no início do casamento Vagner mostrou-se agressivo, costumava destruir objetos da casa e agredi-la fisicamente quando estava nervoso ou sem paciência. Mas Rose acreditava que ele iria mudar. As esperanças de mudança foram enfraquecendo quando ela descobriu traições do marido (ele mesmo a contava sobre seu envolvimento com outras mulheres). Dizia que se sentia muito sozinha, pois Vagner “passava muito tempo na rua com outras mulheres”. Mesmo assim, quando ele pediu para ela sair do trabalho, ela saiu sem resistir, pois tinha medo dele. Quando engravidou suas esperanças de que o marido melhorasse ganharam força novamente. Porém, a gravidez não fez com que Vagner parasse de traí-la e nem de agredi-la: durante a gestação ele chegou a jogar água quente na barriga de Rose. Ela nos disse que foi ficando depressiva com toda essa situação, parou de comer e emagreceu muito. Voltou a frequentar a Igreja Universal durante a gravidez “para buscar forças”.

O tempo passou, a filha nasceu e as agressões continuaram. Vagner praticava os mais diversos tipos de violência contra Rose: violência física, psicológica, sexual,

¹¹A Casa Sempre Viva é um abrigo de proteção, situado em local sigiloso, que compõe a rede de enfrentamento à violência contra a mulher de Belo Horizonte e de alguns municípios da região metropolitana, cujo objetivo é acolher temporariamente mulheres em situação de violência de gênero que estejam em risco iminente de morte e sem outra alternativa de proteção.

patrimonial, privação de liberdade, ameaças de morte, tortura. A presença da filha parecia não o inibir. Usava o que via pela frente nas agressões e ameaças à Rose: copos, vasilhas, ferro de passar roupa, faca, etc. Ele também dizia que tinha arma de fogo e apesar de Rose nunca ter visto o marido com um revólver ou algo do tipo, ela se sentia intimidada. Por isso, mesmo com as agressões se tornando cada vez mais intoleráveis e com Rose ficando cada vez mais descrente de que o marido mudaria, até então ela nunca tinha tido coragem de tomar alguma providência no sentido de dar um basta naquilo tudo. Fazer uma representação criminal ou mesmo um simples boletim de ocorrência contra Vagner podia ser arriscado; ela não sabia o que de fato aconteceria com ele, se ele seria punido ou não, mas sabia que quando ele descobrisse, ficaria com mais raiva dela e poderia tentar algo pior do que o que já vinha fazendo até então. Eram muitas ameaças, o medo que habitava Rose era muito grande e de certa forma a paralisava. Ela preferia não correr o risco de deixar Vagner ainda mais irritado. Dizia que queria mesmo é que as coisas fossem resolvidas de forma amigável, só entre os dois, pois ele era pai de sua filha e ela não queria prejudicá-lo.

E era isso que Rose estava fazendo até ali: sem sucesso tentava resolver as coisas com Vagner de forma amigável. Porém, chegou um momento em que, mesmo com todo o medo que sentia – que em alguns momentos invadia seus relatos com tamanha intensidade que eu também chegava a senti-lo –, Rose foi percebendo que não dava para continuar como estava, disse que não estava aguentando mais e que há três meses estava separada de corpos de Vagner. Disse que ele não se importou dela passar a dormir no quarto da filha, que se mostrou indiferente. Um mês depois ela criou coragem e disse para ele que queria se separar. Dessa vez Vagner ficou surpreso com a atitude dela, mas inicialmente concordou com a separação. Porém, começou a protelar, dizendo que estava “olhando os papéis para o divórcio”, que os dois iriam juntos ao cartório para resolver tudo, de forma que até então nada de efetivo havia sido feito. Rose estava convicta de que ele não estava mexendo com nada, que só estava a enrolando.

A usuária contou-nos também como havia sido o último episódio de violência, ocorrido no dia anterior. Vagner estava sentado no sofá e a chamou para conversar em tom intimidador, com um chinelo ao seu lado. Ela, assustada, mas também incomodada com a enrolação do marido, se recusou a conversar com ele e disse que não aguentava mais a situação que vivia há tanto tempo. Então Vagner partiu para cima dela, começou a agredi-la com o chinelo e colocou uma faca em seu pescoço. A filha estava presenciando tudo e começou a chorar. Quando Vagner soltou Rose, ela gritou, os vizinhos interviram

e pela primeira vez ela teve coragem de acionar a polícia - disse que foi no “automático”, que nem ela sabe como teve essa reação. Na ocasião alguns policiais foram até o local, conversaram com o casal, mas não chegaram a registrar boletim de ocorrência do fato.

Rose chegou ao Benvinda por intermédio de Rosângela, sua técnica de referência no CRAS. Contou-nos que um tempo após a briga com Vagner, ele saiu e ela foi ao CRAS levar a filha para uma atividade. Rosângela percebeu algo diferente em Rose e a chamou para conversar. Rose acabou contando o que havia acontecido pouco tempo antes de ir para o CRAS e a técnica perguntou se ela conhecia o Benvinda, explicou que era um serviço de apoio às mulheres em situação de violência e demais detalhes de seu funcionamento e enfatizou que lá ela poderia encontrar ajuda para resolver a situação de violência que vivenciava. Rose achou uma boa ideia quando a técnica se ofereceu para agendar o atendimento no serviço. Assim, naquele mesmo dia foi feito contato telefônico e agendado atendimento no Benvinda para o dia seguinte.

No final do primeiro atendimento, perguntamos à Rose qual era a sua expectativa com relação ao Benvinda, o que ela foi buscar no serviço, e ela nos respondeu que foi em busca de um “advogado para saber se o negócio da separação sai mesmo” e que gostaria de um lugar para ficar até a situação com Vagner se resolver.

Como percebemos, pelos graves relatos de Rose, que ela de fato se encontrava em situação de risco iminente de morte, perguntamos se ela não tinha algum lugar seguro para ficar com a filha, algum parente ou amiga(o) que pudesse acolhê-la por um tempo, nos disponibilizando a ajudá-la no contato com essas pessoas, se ela assim o desejasse e se sentisse à vontade. Rose nos contou que tinha duas irmãs e um irmão que moravam em Belo Horizonte e que seu padrasto, que considerava um verdadeiro pai, morava em um município próximo, na região metropolitana de BH. Porém, Rose disse que naquele momento quase não tinha contato com os familiares: eles não frequentavam sua casa por conta de Vagner, que também não deixava ela ir visitá-los. “Eles me abandonaram por causa dele”. Então nos contou sobre uma ocasião em que foi para a casa do padrasto por causa das agressões de Vagner, ficou lá por dois dias e o marido foi atrás dela, chorando, pedindo para ela voltar dizendo que tinha mudado. Ela, que ainda gostava dele, acreditou nas suas promessas de mudança e acabou “fazendo as pazes” e voltando com ele para casa. Mas não demorou muito para Vagner voltar a agredi-la. Disse-nos que a família, principalmente o padrasto, se ressentia dela ter aceitado voltar para casa com o marido, mesmo depois de tudo que ele havia feito com ela. Ainda assim, Rose achava que, se ela precisasse, a família acabaria aceitando acolhê-la mais uma vez. Ao mesmo tempo,

também achava problemático ir para casa do pai ou dos irmãos e Vagner tentar fazer “algo de ruim” com eles, pois ele vivia ameaçando seus familiares quando ficava agressivo e tinha conhecimento do endereço de todos eles.

Tendo Rose apontado os riscos dos parentes a receberem naquele momento e não apresentando nenhuma outra alternativa de proteção, falamos sobre a possibilidade dela ser abrigada na Casa Sempre Viva; explicamos sobre o funcionamento do equipamento e destacamos a necessidade dela realizar a representação criminal se optasse por ir para o abrigo. Inicialmente Rose aceitou o abrigamento, mas sua angústia e hesitação eram bastante evidentes. De qualquer modo, seguindo a metodologia de atendimento do serviço, o abrigo foi acionado para realização da triagem.

Quando a equipe do Benvinda avaliava que se tratava de um caso de risco iminente de morte, em que a mulher não contava com outra alternativa de proteção, era oferecido o abrigamento. Aceito o acolhimento, o protocolo da política previa que a equipe da Casa Sempre Viva fosse acionada para realização de uma triagem, em conjunto com a equipe do Benvinda. Quando a técnica do abrigo responsável pela triagem chegava ao serviço, o caso era repassado pelas técnicas que haviam realizado o primeiro atendimento e era feita uma outra escuta da mulher, mais breve, que se atinha a esclarecer alguns pontos da situação de violência que podiam não ter ficado claros no atendimento e que buscava confirmar se a mulher atendia de fato aos critérios para abrigamento, sendo os principais deles: estar em risco iminente de morte devido à violência de gênero; não contar com outra alternativa de proteção; oficializar denúncia na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM); concordar com as normas da Casa Sempre Viva e querer ser abrigada. Também eram esclarecidas questões relativas às regras de funcionamento do abrigo e as mulheres podiam fazer perguntas, colocar abertamente suas dúvidas com relação ao abrigamento. A triagem era considerada uma continuidade do atendimento, e não um recomeço.

Rose passou por essa triagem e para a técnica da Casa Sempre Viva também ficou clara a gravidade da situação de violência em que a usuária se encontrava e que, naquele momento, a melhor alternativa parecia ser o abrigamento, ao qual ela atendia aos critérios. Assim foi acordado com Rose que ela se retiraria do contexto de violência e permaneceria em um local protegido, onde teria condições de refletir, se fortalecer e, com o auxílio da equipe da Casa Sempre Viva, efetivar os encaminhamentos necessários para romper com a situação de violência que vivenciava e construir uma alternativa segura para sair do abrigo e poder retomar sua vida sem violência.

Depois de toda uma manhã dedicada ao caso de Rose, entre primeiro atendimento, discussão do caso com a coordenação, contato com a Casa Sempre Viva e realização de triagem, parecia que, pelo menos momentaneamente, o caso estava encaminhado. Porém, no momento em que Rose e a filha estavam entrando no carro que as levariam para a Casa Sempre Viva, acompanhadas da técnica do equipamento, a usuária acabou externando toda a sua angústia e hesitação, expressando que estava com dúvidas, que não sabia se tinha tomado a decisão certa ao optar em ir para o abrigo. Diante da oscilação de Rose, retornamos para a sala de atendimento e junto com a técnica da Casa Sempre Viva conversamos por mais um tempo com a usuária. Por fim, depois de dizer que estava receosa sobre como seria a sua vida quando saísse do abrigo, Rose achou melhor ter um tempo para pensar no que gostaria de fazer, para decidir se ir para o abrigo de fato seria a melhor alternativa. Ela também tinha medo que a filha não se adaptasse. Conversamos muito sobre os riscos que Rose estava exposta ao voltar para casa, e foi colhido um termo de responsabilidade explicitando os motivos da recusa do abrigamento e enfatizando que ela poderia rever a qualquer momento sua decisão com relação ao abrigamento. Agendamos retorno para uma semana depois para ouvir a usuária novamente, destacando que, se achasse necessário, ela poderia fazer contato para antecipar o atendimento.

Como psicóloga que chegara há pouco no Benvinda, esse foi um atendimento extremamente intenso, difícil, que mexeu muito comigo, assim como o modo como a partir de então se deu todo processo de acompanhamento de Rose no serviço. Num primeiro momento passei a ser a referência de Rose, fiquei responsável por realizar os retornos, encaminhamentos e articulações que o caso demandava. Eu estava sempre angustiada com a situação da usuária, que parecia viver “no fio da navalha”; seus relatos das situações de violência vivenciadas junto ao marido, o medo que era tão visível no seu corpo, seu comportamento que algumas vezes me parecia ingênuo e em outras desconfiado, sempre me faziam pensar: “qualquer hora esse cara vai mesmo matar essa mulher”. A verdade é que eu também tinha medo daquele homem e daquilo que ele poderia fazer com Rose e sua filha, das consequências de tudo aquilo. Era difícil conviver com o risco iminente presente no jogo violento de Wagner. E foi um acompanhamento nada linear, cheio de rupturas, retomadas, intermediações e muitas aflições. E é no mínimo curioso o quanto tem sido difícil escrever essa passagem sobre o acompanhamento de Rose. Rememorar esse caso com detalhes, revisitar anotações, parece estar sendo também reviver angústias e aflições. De algum modo, a intensidade que perpassou o trabalho desenvolvido com Rose atravessa também essa passagem do

texto, que vai sendo produzida num processo de escrita cheio de interrupções e retomadas, idas e vindas, bloqueios e procrastinações.

Foram várias faltas aos retornos agendados: ora porque Vagner passou o dia todo em casa, vigiando Rose, não permitindo que ela saísse; ora porque ela ou a filha estavam doentes ou porque tinha outras coisas mais importantes para resolver. Várias tentativas sem êxito de contato telefônico com Rose, ocasiões em que ela ficou incomunicável porque o marido havia tomado seu celular para que ela não acionasse a polícia ou que tinha quebrado o aparelho no meio de uma agressão. Diversas articulações com Rosângela, técnica do CRAS, que também se mostrava muito preocupada com a situação da usuária, e que, atuando no território, mais próxima fisicamente de Rose, muitas vezes intermediava o contato do Benvinda com a mesma e tentava criar estratégias para envolvê-la mais nas atividades do CRAS para, de algum modo, ter sempre notícias dela e da filha. Também foram realizados encaminhamentos para serviços de saúde e de justiça, principalmente para a defensoria pública, sendo que a maioria deles não foi efetivada pois Rose não conseguia comparecer aos locais indicados. Momentos em que a usuária relatava que o marido parecia estar mais tranquilo, que parecia estar aceitando a separação e que finalmente conseguiriam formalizar o divórcio; que se intercalavam com períodos em que as agressões e ameaças se intensificavam, que Vagner se mostrava abertamente contrário à separação, e ameaçava “picar” Rose todinha com uma faca quando ela tocava no assunto. Nessas ocasiões, aumentava o medo de Rose de que o marido tentasse algo mais grave contra ela, ela reconhecia que estava em risco e avaliava que ir para o abrigo era sua melhor alternativa. Porém, geralmente nos momentos em que já estava tudo articulado para sua ida para a Casa Sempre Viva, ela acabava desistindo, por diferentes motivos: preocupação com a filha, com como seria sua vida depois que saísse do abrigo, com o cachorro de estimação que ela não podia levar para o abrigo e não tinha quem cuidasse enquanto ela estivesse abrigada, medo de Vagner ameaçar e fazer algo grave com sua família para saber onde ela estava, entre outros medos.

Também houve um momento em que Vagner trocou a casa em que moravam por um apartamento em outro bairro, pressionando Rose a assinar os papéis relativos à troca, ameaçando “arrebentá-la e matá-la” caso ela não o fizesse. É que Rose não queria se mudar, dizia que no antigo bairro ao menos já conhecia os vizinhos e que era importante ter gente conhecida por perto. Como foi tudo muito rápido, às pressas mesmo, Rose desconfiava fortemente que o motivo dessa mudança repentina era o envolvimento de Vagner com o “mundo do crime”, pois algumas vezes ele mesmo havia comentado com

ela sobre esse envolvimento e os vizinhos também chegaram a alertá-la. Rose dizia que tinha “quase certeza” que ele estava sendo ameaçado por pessoas envolvidas com o tráfico na comunidade em que viviam e que estavam mudando para fugir. Nessa ocasião, Rose também comentou com tristeza que se arrependia de ter saído da casa do pai para voltar a viver com Vagner acreditando que ele havia mudado e reiterou que passou a evitar ter contato com seus parentes porque o marido também os ameaçava, sabia onde todos moravam e ela não duvidava que ele seria capaz de tentar algo grave contra eles também. Ouvindo esses relatos eu sentia que a aparente ingenuidade de Rose ia se esvaindo.

Também tive muitas discussões do caso com a coordenação e com a equipe técnica do Benvinda, e chegamos a levar o caso para a supervisão que nos era oferecida por uma professora de psicologia de uma universidade parceira, como contrapartida ao estágio que seus alunos realizavam no serviço. Nesse sentido, era sim um alívio sentir que eu não estava completamente sozinha com Rose. Mas, mesmo não estando sozinha, por fim, após cerca de oito meses intensos na linha de frente de condução do caso, sempre apreensiva, principalmente nos momentos em que Rose sumia e que eu não tinha notícias dela, avaleiei que era melhor que eu não continuasse como sua referência no Benvinda. Tinha chegado num limite em que ficou claro que minha aflição e insegurança diante de sua situação poderiam prejudicar o andamento do caso. Acabei pedindo para que a colega do serviço social que havia feito o primeiro atendimento comigo, com quem eu sempre compartilhava minhas angústias sobre o caso, passasse a ficar como referência de Rose. Muito gentilmente ela acolheu o meu pedido de ajuda. A partir de então passei a acompanhar Rose mais à distância, participando das discussões do caso em equipe e estando sempre disposta a pensar com a colega que assumiu o caso as intervenções e encaminhamentos mais propícios para cada momento.

Cerca de três ou quatro meses depois que repassei o caso para a colega assistente social, e quase um ano depois do primeiro atendimento de Rose no Benvinda, ela acabou de fato indo para a Casa Sempre Viva. As agressões de Vagner haviam se intensificado muito, o risco só aumentava e por fim Rose sustentou a decisão de ir para o abrigo. Permaneceu abrigada por cerca de cinco meses. Nesse período, a usuária participou das atividades oferecidas pelo equipamento (grupos de reflexão, oficinas temáticas, atendimentos psicológicos e psicossociais) e, com o suporte da equipe do abrigo, efetivou encaminhamentos sociais, de saúde e jurídicos - além da representação criminal e pedido de medidas protetivas, Rose entrou com ação de família para regularizar as questões relativas ao divórcio, guarda e pensão da filha, assistida pelo Núcleo de Defesa da Mulher

(NUDEM), da Defensoria Pública de Minas Gerais. Por meio do acompanhamento jurídico no NUDEM, acabamos descobrindo que de fato Vagner tinha envolvimento com o tráfico de drogas e que já havia outros processos criminais contra ele, inclusive um outro de violência contra a mulher, que parecia resultar da denúncia de uma amante.

Enquanto Rose esteve abrigada, Vagner fez alguns contatos com o Benvinda e chegou a ir procurar a usuária e a filha no serviço¹². Também ocorreram episódios em que ele foi atrás dos familiares de Rose na tentativa de descobrir o paradeiro dela e fez ameaças graves contra eles, os quais chegaram a registrar denuncia na delegacia. Foram realizadas algumas reuniões com Rose e sua família, buscando construir sua saída em segurança do abrigo. Depois de muito refletir e ponderar e contando com o apoio dos parentes, a usuária avaliou que, quando saíssem da Casa Sempre Viva, era melhor ela e a filha irem para a casa do padrasto, na região metropolitana de Belo Horizonte, mas em novo endereço, que Vagner não tinha conhecimento até então. Assim, após ter sido desligada do abrigo e se mudado de município, Rose não pôde dar continuidade ao seu acompanhamento no Benvinda¹³. Porém, de vez em quando ligava para o serviço e nos dava notícias sua, de sua filha e dos novos caminhos que iam seguindo.

Por quê trazer o caso de Rose para esta tecitura? Por quê narrar o encontro de uma psicóloga com uma usuária, evidenciando as angústias, dificuldades e também limites de ambas? Não foi uma escolha ao acaso. Essa narrativa diz muito sobre onde desejo

¹² Em Belo Horizonte, pelo menos até o período em que estive vinculada a Prefeitura, em outubro de 2016, a porta de entrada para a Casa Sempre Viva, que fica em endereço sigiloso, era o Benvinda. Assim, era comum as pessoas, tanto homens como mulheres, confundirem este serviço com o abrigo. Por exemplo, algumas mulheres que atendi já me disseram que ficaram resistentes a buscar atendimento no Benvinda porque achavam que ali era um abrigo e não queriam ser abrigadas; com relação aos homens, alguns autores de violência costumavam ligar para o serviço buscando informações sobre suas companheiras ou esposas ou iam até lá pessoalmente na expectativa de encontrá-las no local.

¹³ O desligamento da Casa Sempre Viva era um processo construído junto com a mulher e cada caso era pensado de modo singular. Um aspecto importante de ser trabalhado nesse processo era a relação da abrigada com sua família, considerando que o apoio dos familiares facilitava o seu desligamento, e também a ruptura com a situação de violência. Esse processo envolvia aspectos subjetivos e objetivos, como empoderamento, autonomia, moradia e emprego. A questão da moradia e do emprego costumava ser um entrave para o desligamento, pois não existem políticas que absorvam esta demanda, assim, na maioria das vezes, era preciso articular com as redes locais e com a família estendida da mulher para um encaminhamento adequado do caso. Além disso, era fundamental avaliar se com a saída da Casa Sempre Viva a mulher iria se expor novamente ao risco de morte que a levou a ser abrigada. Após ser desligada do abrigo, se a mulher continuasse residindo em Belo Horizonte, poderia continuar sendo acompanhada pelo Benvinda, se assim o desejasse, realizando atendimentos psicossociais e/ou psicológicos, no âmbito do que era denominado acompanhamento pós-abrigamento.

interferir. Além do caso de Rose fazer aparecer questões importantes para pensar o cuidado junto a mulheres em situação de violência, problematizando o fazer da psicologia – com seus “furos” e paradoxos - junto a essas mulheres, o encontro com Rose me afetou de diferentes formas, me desafiou e me mobilizou emocionalmente e intelectualmente, exigindo muito trabalho, mas também me ensinando muito.

Em diferentes momentos os protocolos não foram suficientes para a condução do caso de Rose. E depois, no encontro com outras mulheres em situação de violência, fui me dando conta de que era comum que mais cedo ou mais tarde eles acabassem não dando conta das complexidades envolvidas nas situações de violência, e que nesses momentos era preciso reinventar um estar junto diante de uma forma pré-estabelecida que era tensionada no ponto de injunção dos procedimentos protocolares das políticas públicas e das singularidades dos corpos-vidas a que ela se endereça. Luciana Franco (2016, p. 69) narra muito bem o trabalho e o aprendizado que advém do “reinventar um estar junto quando o modo que se apresenta parece falir, ou falhar”. Ela nos lembra como as não concordâncias, as resistências e as tensões nos são trabalhosas, no sentido de exigir o repensar de nossas práticas e intervenções, repensar no que estamos intervindo e se nesse processo é possível escutar o outro. Diz do perigo de seguirmos um caminho em que submetemos o outro a um modo já pronto, nos tornando refratários ao que nos interroga e descartando o que não se encaixa. Por fim, destaca que se escolhermos o outro é preciso nos dar ao trabalho de estar disponível e nos refazer, por mais que não seja fácil suportar um não saber, que pode estar relacionado a um abrir mão das prescrições, manuais e protocolos. “É estar disponível a ir construindo esse saber ao longo de todos os dias. Tão mais alentador seria se já soubéssemos exatamente como proceder a cada caso, mas justo aí está a graça (e os espantos) dos encontros: o sempre inédito” (FRANCO, 2016, p. 68).

Esse reinventar um estar junto diante de novos encontros coloca-se como uma dimensão fundamental dos processos e práticas de cuidado que, enquanto psicólogas, produzimos junto a mulheres em situação de violência, remetendo à singularidade de cada caso, de cada história, de cada vida com a qual nos encontramos no nosso trabalho cotidiano e também à dimensão micropolítica das práticas. A médica e filósofa holandesa Annemarie Mol, no livro *A lógica do cuidado (The logic of care)* (2008), coloca que, no campo da ética, a discussão sobre o cuidado considera que o bom cuidado não é um ideal que pode ser defendido em termos gerais, como uma questão de princípio, mas é algo que as pessoas estão sempre moldando, inventando e adaptando nas práticas cotidianas. Em

outras palavras: é na singularidade do caso a caso, e em uma dimensão micropolítica, que o bom cuidado é tecido e levado adiante, extrapolando os protocolos das políticas e as prescrições de manuais e normativas, sem negligenciar que os indivíduos e as coletividades exigem diferentes tipos de cuidado.

Não se trata de desconsiderar a dimensão macropolítica das práticas, relacionada com um vetor moral que conhece os códigos, isto é, as normativas, leis e protocolos que regulam os direitos das mulheres e orientam os processos de cuidado endereçados a esses sujeitos nas políticas pública. Sem dúvida esse vetor moral, macropolítico, é importante e necessário na produção de cuidado pelas trabalhadoras sociais junto às mulheres em situação de violência. Porém, ele não é suficiente, de modo que a dimensão micropolítica é fundamental para a atualização de um vetor ético nas políticas públicas, capaz de produzir novas composições entre diferenças e de selecionar o que favorece e o que não favorece a vida, afirmando sua potência criadora. (SUELY ROLNIK, 1994).

Mol (2008) compreende que as práticas fazem existir certos modos de vida e defende uma lógica do cuidado, que leva em consideração uma rede de elementos humanos e não humanos no processo de cuidar, em contraposição a uma lógica da escolha, que invisibiliza essas conexões e responsabiliza apenas o indivíduo. A questão que se coloca na lógica do cuidado não é negar a existência das escolhas e decisões, mas não as considerar como atos isolados, de responsabilidade apenas do indivíduo, pois elas estão relacionadas com toda uma articulação de elementos, com uma rede multifatorial.

A lógica da escolha, que Mol contrapõe à lógica do cuidado, nos remete à discussão sobre liberdade, um valor que assume um sentido bastante específico no âmbito do liberalismo, em que é tido como universal e é associado a ideia de autonomia, de independência de qualquer conexão com as situações, contextos ou relações, constituindo-se como uma qualidade individual e privada. Joaquín Herrera Flores (2009, p. 50) observa que nesse espaço moral individual da liberdade, “todos somos semelhantes e todos nos vemos envolvidos em um só tipo de relação, a de indivíduos morais e racionais, sem corpo, sem comunidade, sem contexto”. É nesse sentido que Amana Mattos (2012) destaca que essa concepção liberal toma a liberdade como um atributo que emerge do alargamento das possibilidades de escolha, de expressão e de realização individual, sendo claramente direcionada a um sujeito particular: o sujeito racional, autônomo, autocentrado, capaz da reflexão e do bom senso.

Essa noção de liberdade, associada ao pensamento racionalizante hegemônico, é alvo de críticas de autoras feministas, como Diana Coole (1993) e Chantal Mouffe (2005),

que consideram que ao construir uma noção universalizada, desencarnada e abstrata de sujeito racional, que é aquele tradicionalmente considerado apto à liberdade, exclui-se um grande número de sujeitos que não são considerados aptos à participação no mundo comum. Em outros termos, o que as feministas denunciam é que a construção liberal do conceito de liberdade exclui as classes populares, mulheres, outras raças, etnias e povos “do exercício ou da possibilidade de acesso a esse valor fundamental para a modernidade. Essa exclusão é feita através da delimitação dos critérios necessários – apresentados como universais – para que o sujeito possa ser efetivamente livre” (MATTOS, 2012, p. 119). Portanto, essa ideia de liberdade acaba por ocultar desigualdades e por invisibilizar dinâmicas sexistas, racistas, classistas e opressoras que excluem da posição autônoma, racional, de moralidade, de sujeito de direitos, tudo o que diz respeito às experiências heterogêneas das mulheres.

Torna-se, pois, necessário considerar outros sentidos para a liberdade, que extrapolam ou mesmo se contraponham a noção liberal, evitando-se assim a adoção da premissa de que mulheres – e aqui especialmente aquelas que se encontram em situação de violência de gênero – estão automaticamente impedidas de exercer qualquer tipo de liberdade. Nesse sentido, tomar a liberdade numa visada micropolítica, enquanto processo e não como um lugar a ou estado a ser conquistado, pode ser um caminho interessante: considerar a liberdade pela via da resistência no registro do poder, se fazendo num movimento constante de lutas e de enfrentamentos, como criação de possíveis, se aproximando mais da impermanência, de modo a complexificar as análises. Como Rolnik (1994) indica, trata-se de considerar a conquista da liberdade não se passa apenas no plano dos ideais, mas num processo que envolve experimentações e transformações da subjetividade. Nessa perspectiva, “liberdade é conquistar a capacidade de selecionar e de tomar decisões a favor das diferenças, decisões que são disparadoras de processualidade” (ROLNIK, 1994, p. 175). Mas, para tal, é fundamental considerar as mulheres em sua diversidade, suas histórias e condições de vida e as dinâmicas de violência em que podem estar envolvidas, rompendo com uma suposta universalidade desses sujeitos que gera enquadramentos das mais diversas ordens.

É preciso destacar, como a jurista afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002, p. 173) aponta, que é fundamental reconhecer que, além da discriminação de gênero, a qual de algum modo todas as mulheres estão sujeitas, “outros fatores relacionados as suas identidades sociais, tais como “classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ no modo como vários grupos de

mulheres vivenciam a discriminação”. Logo, esses fatores também devem ser levados em consideração, pois, em interação com o gênero, eles também atravessam a forma como cada mulher experiencia as possibilidades de “ser livre”.

Refletir sobre como as opressões se combinam e se articulam produzindo outras formas de opressão é fundamental para se considerar outras formas de existência. Nesse sentido, historicamente as mulheres negras “vêm pensando a categoria “mulher” de forma não universal e crítica, apontando sempre para a necessidade de se perceber outras possibilidades de ser mulher” (DJAMILA RIBEIRO, 2018b, p. 123).

De acordo com a trajetória filosófica de Simone de Beauvoir (2009), em *O Segundo Sexo*, de 1949, a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do olhar do homem, que a aprisiona a um papel de submissão que abarca significações hierarquizadas. A mulher constitui-se assim como o Outro, considerada como um objeto, como algo que possui uma função, o que destitui sua humanidade, seu lugar de sujeito. E isso também acontece “porque o mundo não é apresentado para as mulheres com todas as possibilidades, sua situação lhes impõe esse lugar de Outro” (RIBEIRO, 2017, p. 38).

No entanto, se para Beauvoir a mulher é o Outro por não ter reciprocidade do olhar do homem, para Grada Kilomba (2019) a mulher negra é o Outro do Outro, o que a coloca numa posição de mais difícil reciprocidade. Assim, a autora chama atenção para a complexidade que constitui esse estado de Outridade em um esquema sexo-gênero:

Mulheres *negras*, por não serem nem *brancas* nem homens, passam a ocupar uma posição muito difícil dentro de uma sociedade patriarcal de supremacia *branca*. Nós representamos um tipo de ausência dupla, uma Outridade dupla, pois somos a antítese tanto da branquitude quanto da masculinidade. Nesse esquema, a mulher *negra* só pode ser a/o “*Outra/o*” e nunca o eu. [...] As mulheres *brancas* têm um status oscilante, como o eu e como a “*Outra*” dos homens *brancos* porque elas são *brancas*, mas não homens. Os homens *negros* servem como oponentes para os homens *brancos*, bem como competidores em potencial por mulheres *brancas*, porque são homens, mas não são *brancos*. As mulheres *negras*, no entanto, não são *brancas* nem homens e servem, assim, como a “*Outra*” da alteridade (KILOMBA, 2019, p. 190-191).

Ribeiro (2017) observa que Kilomba aprofunda a análise e discorda da categorização feita por Beauvoir, para quem não há reciprocidade, uma vez que a mulher é sempre vista pelo olhar do homem numa posição de subordinação, como o outro absoluto. Mas a afirmação da filósofa francesa faz referência a um modo de ser mulher: a mulher branca. Quando Kilomba inclui a mulher negra em sua análise, demonstra que existe um status oscilante que ora pode permitir que a mulher branca se coloque como

sujeito, assim como o homem negro, rejeitando a fixidez desse status, enquanto que, nesse esquema, a mulher negra só pode ser o Outro e nunca si mesma. “Nos termos de Beauvoir, seria a mulher negra, então, o outro absoluto. Tanto o olhar de homens brancos quanto o de negros e de mulheres brancas confinaria a mulher negra a um local de subalternidade muito mais difícil de ser ultrapassado” (RIBEIRO, 2018b, p. 126-127).

Reconhecer que as mulheres possuem situações diferentes, nos possibilita olhar para as especificidades e romper com a invisibilidade da realidade das mulheres negras, como Grada Kilomba o faz. Insistir em se referir as mulheres como universais, sem dar visibilidade para as diferenças existentes, faz com que apenas parte das mulheres sejam vistas, contribuindo para a realização de análises universalizantes e simplistas que acabam sendo excludentes. É nesse sentido que Angela Davis (2016), em *Mulheres, Raça e Classe*, de 1981, mesmo antes da conceitualização de interseccionalidade ganhar destaque, considerava as opressões estruturais como indissociáveis, enfatizando a relevância de se considerar outros parâmetros para a feminilidade e denunciando o racismo existente no movimento feminista, além de sua análise ser anticapitalista, antirracista e antissexista.

Nessa direção, é importante que não nos atenhamos apenas ao fenômeno da violência de gênero em si, mas que também busquemos compreender melhor as mulheres que, antes de estarem inseridas no fenômeno da violência, têm muito o que enunciar sobre as pertencas e as vivências que as constituem. Isto significa que é importante considerar que o apoio, o cuidado e o contínuo acolhimento não respondem apenas à demanda direta da violência de gênero, que há outras violências que permeiam as relações e causam impactos nos sujeitos de modo geral e que a própria busca por parte da mulher por um atendimento comporta uma agência no interior de um contexto de sofrimento, intrínseco a opressões estruturais de várias ordens.

É, pois, fundamental refletirmos sobre a possibilidade de agência das mulheres que se encontram em situação de violência, levando em conta que quando colocamos sujeitos desfavorecidos num lugar em que precisam ser protegidos e tutelados, corremos o risco de apagar trajetórias de vida que comportam agência, desconsiderando as possibilidades de resistências dos sujeitos subalternos. Aqui, acredito que o desafio para as profissionais envolvidas com o cuidado das mulheres relaciona-se com o deslocamento dessas últimas da posição de vítimas passivas, onde são silenciadas, tuteladas, infantilizadas, passando a direcionar o nosso olhar para as especificidades e singularidades que compõem as trajetórias de vida de cada uma, buscando compreender

as forças em jogo. No caso de Rose, por exemplo, era preciso atenção e cuidado para não reduzir tudo a ir ou não ir para o abrigo e para não esquecer que recusar o abrigo também dizia da agência daquela mulher. Para não operacionalizar um “cuidado tutelador”, era fundamental ouvir a usuária e tomá-la como parte primordial da rede de cuidado em que estávamos todas envolvidas - profissionais do Benvinda, profissional do CRAS, Rose, outras e outros.

A teórica feminista e pós-colonial Gayatri C. Spivak (2010) propõe uma reflexão importante sobre as ferramentas de poder e as possibilidades de agenciamento do sujeito subalterno, que é aquele que pertence “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p.12). A autora argumenta, que essa condição marginal do subalterno se impõe mais às mulheres que não podem falar e que, quando tentam fazê-lo, não encontram os meios para que sejam ouvidas. Daí a necessidade de desestabilizar a construção de saber hegemônica, evitando (re)produzir práticas profissionais baseadas em discursos que efetuam o silenciamento do outro, tentando falar por ele, e abrir espaços de escuta para as perspectivas dos grupos oprimidos, como as mulheres negras, que têm se posicionado ativamente e não como cúmplices da dominação. Nessa direção, como destaca Sueli Carneiro (2019b), o movimento de mulheres negras no Brasil vem realizando denúncias importantes a respeito de outras formas de opressão que não somente o sexismo, buscando tirar da invisibilidade as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres que enfrentam múltiplas formas de opressão em nossa sociedade.

Aqui é importante retomar os dados da pesquisa realizada pelo CREPOP, referentes ao perfil sociodemográfico das profissionais que trabalham com mulheres em situação de violência, que em sua maioria são mulheres (80,4%), de cor branca (70,9%) e pós-graduadas (58,9%), conforme mencionado na introdução deste trabalho. Considerando que grande parte das mulheres atendidas nas políticas públicas são negras, de classe menos favorecidas e com graus de escolaridade mais baixos do que os das psicólogas, ao intervir essas profissionais se encontram em posições de privilégios, que facilmente convidam a hierarquizações, reforçando as diferenças especialista-usuária, o que pode vulnerabilizar ainda mais aquelas que já entram nessa relação por sua condição desfavorecida.

Na narrativa do caso com que iniciei essa primeira entrada, percebo as manifestações dessa hierarquização, por exemplo, quando descrevo que sinto certa

ingenuidade e desconfiança em Rose. Hoje, quando releio esse caso, escrito no início da minha trajetória de pesquisa, há quase três anos, me pergunto: o que me fez inferir ingenuidade em Rose? Apesar de nós duas sermos brancas, a hierarquização de classe e de escolaridade estava presente na nossa relação. O que percebo é que minha história e meu percurso de mulher branca, de classe média e pós-graduada influenciou nesse pré-julgamento que acionei na relação com a usuária. Um outro momento em que essa hierarquia parece ganhar força está relacionado com a recusa inicial de Rose de ir para o abrigo. A narrativa deixa evidente o quanto fiquei mobilizada diante de sua recusa e a impressão que tive ao reler o caso depois desses anos é que assumi uma postura salvacionista com a usuária. Que bom que Rose, parte central dessa rede de cuidado, me deslocou desse lugar e me fez perceber que essa fantasia de salvar vidas, não é necessariamente cuidado. Esses dois exemplos evidenciam a necessidade de atenção a essa linearidade instituída na relação de poder que “cuidar dos vulneráveis” impõe e que muitas vezes se sustenta em preconceitos, em práticas predominantemente moralizantes e em relações de submissão e tutela que impedem conexões potentes entre as mulheres e a vida no âmbito das próprias práticas de cuidado.

Algumas problematizações e provocações apresentadas por Lia Abu-Lughod (2012), embora digam respeito a outro contexto, o das mulheres afegãs, podem contribuir para a reflexão de determinadas posturas das profissionais no atendimento às mulheres em situação de violência, levando em conta a crítica que a autora faz em torno da retórica de salvar pessoas. Abu-Lughod defende a necessidade de se reconhecer e respeitar as diferenças, precisamente como produtos de diferentes histórias, como expressões de diferentes circunstâncias e como manifestações de desejos diferentemente estruturados, colocando o seguinte questionamento: será que “podemos aceitar que pode haver ideias diferentes sobre a justiça e que mulheres diferentes podem querer, ou escolher, futuros diferentes daqueles que vislumbramos como sendo melhores?” (ABU-LUGHOD, 2012, p. 462). Ao deslocar essa provocação para o contexto das políticas públicas para mulheres em situação de violência, surge a seguinte questão: as profissionais que acompanham mulheres diariamente, nos serviços de atendimento, permitem que essas mulheres manifestem seus desejos e escolham coisas diferentes daquelas que as profissionais vislumbram como sendo as melhores opções?

Essa perspectiva ressalta a atenção que se deve ter para que os imperativos, as exigências relacionadas ao contexto pessoal de cada profissional, suas vivências pessoais e valores, não acabem trazendo ressonâncias perigosas para as intervenções que realizam.

Além disso, como afirma Crenshaw (1994), é relevante considerar que se as estratégias de intervenção das profissionais – em sua maioria mulheres brancas e de classe média, que não compartilham a mesma classe e/ou raça de grande parte das mulheres atendidas nas políticas públicas – forem baseadas unicamente em suas experiências, elas serão de ajuda limitada para mulheres que enfrentam obstáculos diferentes por causa da raça e/ou classe. Ressalta-se, pois, a importância de se ter atenção ao atribuir autenticidade às escolhas que as mulheres vão fazendo em suas vidas e histórias de violência, pois uma opção que pode parecer mais acertada para quem está fora de determinada situação ganha outros contornos quando é vivida. Também é fundamental ter clareza de que o fato de estarem em situação de violência não deve ser usado para justificar uma falta de agência dessas mulheres, colocando-as na posição passiva, silenciada, de vítima.

Portanto, entre outros fatores, a efetivação de um cuidado potente pelas profissionais de psicologia junto a mulheres em situação de violência exige a compreensão do contexto em que essas mulheres se encontram, das circunstâncias na qual a violência ocorre, do significado que assume, de quais relações movimenta e quais questões e elementos estão em jogo para cada uma delas, considerando que diferentes especificidades e interseccionalidades as constituem (gênero, deficiências, faixa etária, raça/etnia, classe social, entre outros). Por exemplo, uma mulher que está há muito tempo sendo agredida em um relacionamento e não se separa do companheiro; ou outra que denuncia seu companheiro, mas não dá continuidade ao processo e desiste de processar o autor de violência; ou ainda àquela que rompeu um relacionamento abusivo, mas acabou reatando com o parceiro (como aconteceu em determinado momento com Rose). São muitas vivências e configurações possíveis. Nesses casos, se os aspectos contextuais não forem levados em conta, as profissionais podem incorrer no risco de adotar uma postura de culpabilização desses sujeitos pelos caminhos que vão percorrendo em suas vidas, não levando em consideração que existem muitas razões, circunstâncias variadas, para que uma mulher tenha dificuldade em romper com a situação de violência em que se encontra.

É preciso ter em mente que a tentativa de romper com uma relação violenta, geralmente é em si um processo muito difícil, um caminho longo, muitas vezes tortuoso, cheio de dúvidas e hesitações, de idas e vindas, avanços e recuos, tentativas e desistências, pois envolve uma rede complexa de elementos e forças que não se desfaz de forma simples e imediata. Essa rede articulada constitui-se de: afetos diversos e até ambivalentes com relação ao agressor (por exemplo: amor e ódio; raiva e pena); riscos reais que demandam todo um planejamento para que a mulher consiga sair da situação de violência

em segurança; algumas vezes dependência econômica ou mesmo emocional do parceiro; receio de perder a guarda dos filhos, já que essa é uma ameaça que muitas vezes o autor de violência faz como uma forma de chantagear a mulher para que ela não se separe dele; medo de não ser ouvida, de ser criticada; vergonha de pedir ajuda; etc. Dessa forma, diante de situações em que as mulheres se mantêm em relacionamentos abusivos e violentos, enquanto profissionais, precisamos ter muita cautela para não nos posicionarmos em consonância com uma lógica da escolha, que reproduz pressupostos liberais e atribui o “fracasso” das mulheres romperem com o relacionamento, ao esforço individual e às opções feitas por elas, muito mais do que ao contexto e as condições em que essas escolhas se realizam.

Por que as mulheres permanecem nas situações de violência conjugal é uma pergunta recorrente nas práticas assistenciais e na pesquisa sobre o tema. Quando colocamos a questão nesses termos, estamos tacitamente assumindo que permanecer na relação violenta é uma escolha livre da mulher, independente do contexto em que ela se encontra. Obscurecemos, assim, toda rede de relações de cada indivíduo particular, e a importância, nas decisões e ações de cada um, de suas relações pessoais próximas, e dos recursos comunitários e sociais presentes, incluindo o universo cultural em que se está imerso. Em verdade, pesquisas têm demonstrado que mulheres em situação de violência conjugal buscam diversas alternativas para superar a sua situação, sendo bastante ativas no sentido de buscar interromper a violência, sempre que possível (ANA D’OLIVEIRA; LILIA SCHRAIBER, 2013, p. 136).

Uma questão importante na discussão sobre escolhas, que atravessa a vida das mulheres, é a sensação de angústia. Problematizando a frequente associação do exercício da liberdade com a felicidade e realização pessoal dos indivíduos, Mattos (2012) argumenta que nem sempre a ação livre é acompanhada por sentimentos que correspondem a essa realização pessoal preconizada pela teoria liberal. “Ao contrário, o agir livre constantemente leva os sujeitos a se depararem com o mal-estar, com conflitos, com a angústia. A liberdade pode paralisar sujeitos, levando-os a dilemas éticos e a pensamentos inquietantes” (MATTOS, 2012, p. 133).

Sobre esse mal estar Rose muito me ensinou. É preciso suportar e sustentar a angústia que acompanha as mulheres diante de situações em que elas precisam tomar decisões importantes: ir ou não ir para um abrigo de proteção com os filhos e filhas menores, deixando o restante da família ou mesmo os animais de estimação; se separar ou não do companheiro; denunciar ou não o autor de violência; mudar ou não de cidade para se proteger do (ex)parceiro que coloca sua vida em risco; etc. É preciso entender que estes são momentos de impasse diante da necessidade de definições, em que as mulheres

com frequência expressam angústia, sofrimento, indecisão, hesitação e muitas vezes, de fato, paralisam. São situações em que não é possível gozar das diversas opções ao mesmo tempo, e que quando a mulher decide por uma alternativa, ela toma uma posição, decide ir por um caminho que exclui os demais. Além disso, quando se veem diante da necessidade de tomar decisões desse tipo, as mulheres costumam levar em conta as outras pessoas implicadas nessa situação (seus filhos, familiares e mesmo o companheiro/autor de violência), com as quais, essas mulheres possuem fortes laços afetivos. Ou seja, em alguns momentos, o vínculo com o outro pode ser um limite para que a mulher faça determinada opção, não por se tratar de um obstáculo, de um impedimento físico, mas de um compromisso pessoal com alguém que tem importância em sua vida. Como vimos no caso de Rose, o medo, um afeto que prevalece em diferentes relações que tencionam a dominação, desde as violências de Estado até aquelas da vida cotidiana, é um outro fator que contribui para paralisar as mulheres no interior das relações violentas, sendo produzido, por exemplo, por meio das ameaças constantes que vão se tecendo nas linhas do machismo e de outras opressões.

Tudo isso reforça a aposta de que para operacionalizar um cuidado potente de fato é fundamental problematizar as interseccionalidades, as circunstâncias, os contextos e as relações de desigualdade e opressão vivenciadas pelas mulheres quando fazem suas escolhas. É preciso considerar que escolhas não são atos isolados que se dão no vácuo e que não dependem só do indivíduo pois dizem respeito a toda uma rede articulada. E também que todo esse processo produz sim angústia na mulher e, não raras vezes, também nas profissionais, mas que é preciso, em conjunto, encontrar e inventar maneiras de lidar com esse mal-estar para que seja possível continuar vivendo; inventar modos sempre singulares que não negligenciam as conexões que perpassam a história de cada mulher e que tornem possível o existir.

Portanto, com Rose, e também com tantas outras mulheres, aprendi a importância de sempre levar em consideração a complexidade que envolve cada tomada de decisão das mulheres, que traz impacto direto não só em suas vidas, mas nas de outras pessoas com quem também se importam e se preocupam. Um aprendizado que diz da necessidade de respeitar o processo de cada mulher e de sustentar a angústia e a aflição que junto com tantos outros fatores e forças constituem esse processo. Hoje percebo que, enquanto profissional de psicologia, ter essa clareza à época do acompanhamento de Rose poderia ter contribuído para uma maior disponibilidade no encontro com ela, para um estar junto mais potente para ambas. Era preciso agir, persistir com Rose, sem buscar controlar,

afirmando um cuidado processual, compartilhado, contínuo, que se dá na singularidade e na imprevisibilidade de cada encontro, demandando tempo; um cuidado que é processo inacabado, sempre em aberto, que pode ser modelado e remodelado de acordo com seus efeitos a cada momento (MOL, 2008).

Não consegui sustentar a angústia de todo esse processo junto de Rose e em alguns momentos cheguei a pensar que não fiz o suficiente por ela. Mas hoje percebo que não tinha mesmo como fazer algo **por** ela: só era possível tecer esse cuidado **com** ela. E nesse sentido, fizemos o que estava dentro das possibilidades de cada uma de nós naquele momento. E se, posteriormente, consegui estar junto de outras mulheres de outros modos, foi porque fui levando em consideração os meus tropeços na caminhada, prestando atenção ao que me fazia titubear e reconheci o quão difíceis alguns aspectos desse trabalho podem ser e o quão necessário torna-se um esforço calmo, persistente e compreensivo nessa caminhada com as mulheres. Só assim, perdendo referências e me colocando a pensar com a diferença, foi possível me refazer, me reinventar, para estar disponível a outros encontros em que as protagonistas são sempre as mulheres que acompanhamos.

1.1 Sobre emaranhados: violência contra a mulher e suas interseccionalidades

Dentre os vários tipos de violência, destaco aqui a violência associada às relações de gênero, quer dizer, aquele tipo de violência relacionado à construção social e histórica do masculino e do feminino, às relações e entendimentos das categorias homem e mulher, marcadas em nossa sociedade por um forte desequilíbrio. Trata-se de um fenômeno complexo e multifacetado, um emaranhado de fios, que resulta de uma construção social e histórica que demarca espaços de poder hierárquicos e assimétricos entre o masculino e o feminino, e que normatiza papéis e valores que reforçam desigualdades.

Considerando as diferentes configurações que a violência de gênero, como categoria mais ampla, pode assumir, é importante dizer que este trabalho aborda aquela violência direcionada às mulheres especificamente no âmbito de suas relações de convivência e afetividade, comumente definida como violência doméstica e familiar. Ou seja, nos aproximamos aqui de um tipo de violência que pressupõe algum vínculo entre os envolvidos, daqueles contextos em que as mulheres são agredidas a partir de uma relação de convivência, intimidade, afeto e/ou laço consanguíneo entre as partes – por exemplo: (ex) namorado, (ex) companheiro, (ex) marido, pai padrasto, irmão, sogro,

filho, primo, amigo, etc.¹⁴. Difere assim das violências perpetradas contra as mulheres por desconhecidos, como acontece com frequência nos casos de assédio no espaço público e em alguns casos de estupro. Levando em conta que a violência que tem por contexto as relações afetivas, íntimas, familiares e domésticas é exercida na maioria das vezes contra as mulheres ou contra aqueles que ocupam a posição subalterna reservada ao feminino, esse recorte justifica-se pelas percepções estatisticamente comprovadas de que o espaço doméstico e familiar é aquele que apresenta maior perigo para as mulheres (BRUNA PEREIRA, 2016).

Como vimos no caso de Rose, a violência cometida contra as mulheres no âmbito de suas relações de afeto se manifesta de múltiplas formas – agressões físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais – e engloba atos que, por meio de força, ameaça e/ou coação infringem na vida privada ou pública das mulheres sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos (CARMEM ALEMANY, 2009), produzindo opressões, intimidações e humilhações que atingem diretamente seus corpos e suas subjetividades. Importante ressaltar que essa violência que afeta a vida de muitas mulheres cotidianamente, pode encontrar na morte seu desfecho mais extremo, por meio de feminicídios que não devem ser entendidos como eventos isolados e excepcionais, pois ocorrem em conexões com outras formas de violência contra a mulher. No espaço privado, no qual tradições e mentalidades conservadoras garantem a dominação masculina, as manifestações das assimetrias de gênero, como é o caso da violência, potencializam-se ainda mais (WÂNIA PASINATO, 2010). A violência contra a mulher coloca-se assim como uma questão social grave e com consequências diretas em vários aspectos das vidas das mulheres, já que quando se encontram em situação de violência fatores e forças heterogêneas – como o medo, os estereótipos, a discriminação, o silenciamento – atuam afetando e intensificando de modo particular seus anseios e dilemas.

Cada vez mais a violência contra as mulheres vem se tornando assunto público,

¹⁴ A Lei Maria da Penha define a violência doméstica e familiar contra a mulher como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação”. No parágrafo único do referido artigo, destaca-se que tais relações pessoais “independem de orientação sexual” (artigo 5º da Lei 11.340/2006). Teresa Lisboa (2010, p. 67) salienta que o artigo 5º da Lei Maria Penha, pela primeira vez na legislação, reconhece o conceito moderno de família: “se entende por família a união de pessoas relacionadas de forma espontânea e efetivamente, estejam ou não casadas, vivam ou não debaixo do mesmo teto, hetero ou homossexuais”.

junto com o reconhecimento de que não se trata de um problema pessoal, mas tem origem na constituição desigual dos lugares de homens e mulheres nas sociedades (a desigualdade de gênero), que tem implicações não só nos papéis sociais e nos comportamentos sexuais masculinos e femininos, mas também em uma relação de poder. Ou seja, a desigualdade é estrutural: a sociedade, social, histórica e culturalmente, designa as mulheres um lugar de submissão e de menor poder em relação aos homens. Assim, qualquer outro elemento (por exemplo: o ciúme, o desemprego, o alcoolismo, o comportamento da mulher, o modo como ela se veste ou exerce sua sexualidade, entre outros) não são causas, mas justificativas aceitas socialmente para que as mulheres continuem a sofrer violência. Podemos dizer que nessas situações as mulheres sofrem violência simplesmente porque são mulheres. Porém, não é somente a desigualdade de gênero que é estrutural em nossa sociedade: além do patriarcado, nossos processos sociais também são fortemente marcados por processos colonizadores, pela escravidão, pelas hierarquias de classe. O estabelecimento dessas desigualdades, quer de gênero, classe ou raça, articuladas ou não, manifestam-se como formas de dominação e opressão, que geram violências das mais diversas ordens, impactando de forma desproporcional alguns grupos sociais, como é o caso da população negra.

A produção e reprodução da violência de gênero nas relações de poder, em que podem se entrelaçar as categorias de gênero, raça, classe, deficiências e outras, evidenciam uma forma particular de violência global mediatizada pelo patriarcado. Esta formação social em que os homens detêm o poder, e estabelecem e mantêm o controle sobre as mulheres, podendo para isso usar a violência, torna-se um fator preponderante na produção da violência de gênero, já que fundamenta as representações de gênero que legitimam a desigualdade e dominação masculina internalizadas e naturalizadas por homens e mulheres (MARIA ARAÚJO, 2008).

Durante muito tempo a perspectiva teórica que conecta a opressão das mulheres ao sistema patriarcal foi usada por feministas na análise da relação dominação-submissão feminina, porém, ao longo das décadas de 1980 e 1990 essa perspectiva, assim como a denominação “violência contra a mulher”, passam a receber críticas dos estudos de gênero por sua tendência fixa e essencialista. Nesse sentido, a adoção do conceito de gênero propiciou a revisão do paradigma de dominação universal e a-histórica e de um poder e violência estritamente dos homens contra as mulheres. Não podemos enxergar a dominação masculina como algo fechado, que se reproduz de forma idêntica, pois existem variações na maneira como o poder patriarcal se institui e se legitima, assim como nos

modos de resistência que as mulheres produzem nos diferentes contextos (ARAÚJO, 2008).

Várias autoras feministas, como Joan Scott (1995), Teresa de Lauretis (1994) e Judith Butler (2003), entre outras, desenvolveram uma perspectiva de gênero que possibilita outras possibilidades analíticas para se pensar a violência de gênero não apenas sob a perspectiva da dominação masculina, mas também para além dela. Assim, “gênero” passa a ser referenciado como uma categoria mais ampla que “patriarcado” para compreender as relações de poder e violência. Na definição Scott (1995), por exemplo, o conceito de gênero é sistematizado considerando-se suas três características centrais: construção social das diferenças percebidas entre os sexos, dimensão relacional e campo principal onde o poder se articula.

Este novo ângulo analítico questiona a universalidade das categorias homem e mulher, associadas a construções binárias que associam poder e dominação ao masculino e obediência e submissão ao feminino. Se o gênero é relacional, não se pode admitir, no contexto das relações de gênero, um poder masculino absoluto. As mulheres também detêm parcelas de poder, embora desiguais e nem sempre suficientes para sustar a dominação ou a violência que sofrem. Desta forma, é possível pensarmos em diferentes possibilidades ou modos de subjetivação e singularização vivenciados por homens e mulheres (ARAÚJO, 2008).

Quando compreendemos a violência de gênero como experiência histórica, dinâmica, relacional e contextual, de forma a ultrapassar uma apreensão reificada e engessada da violência e da realidade social, abordamos a violência contra a mulher partindo de um entendimento das relações de gênero como uma das formas de circulação de poder na sociedade. Um poder que não deve ser tomado como absoluto, estático e polarizado, exercido via de regra pelo homem sobre a mulher, como defende a abordagem da dominação patriarcal, mas sim de forma dinâmica e relacional, exercido tanto por homens como por mulheres, ainda que de modo desigual (CECÍLIA SANTOS; WÂNIA IZUMINO, 2005). Isto significa abandonar uma compreensão da violência que limita as possibilidades de existência das mulheres ao mantê-las unicamente na posição fechada, estática e polarizada de “vítimas”, de não-sujeito, e adotar uma perspectiva que também compreende essas mulheres como sujeitos de agência, evocando a ideia de “mulheres em situação de violência”, que destaca o entendimento de que as mulheres têm poder para alterar e romper essas situações. Teresa Lisboa (2010) nos auxilia na compressão desta perspectiva:

Ao tratar a mulher como vítima, os aparatos jurídicos e a sociedade em geral, de certa forma, estão contribuindo para estigmatizá-la, atribuindo um distintivo a ela, uma identidade que reforça sua baixa autoestima e impede que crie mecanismos de autoconfiança, coragem para enfrentar a situação. É importante frisar que, em uma relação de violência, a mulher deve conceber-se como sujeito da relação; isto implica que, em uma correlação de força, ela tem condição de fortalecer-se e lutar para reverter o quadro de violência (LISBOA, 2010, p. 66).

Assim, sem desconsiderar os efeitos das relações de poder desiguais, entre os quais destacam-se a estigmatização, o silenciamento, a inferiorização, a deslegitimação e a prescrição de modos de vida, pensamento e sociedade (CLAUDIA MAYORGA, 2014), é também importante frisar que as mulheres não assumem apenas posições de submissão. É possível transitar para posições de empoderamento, numa dinâmica de poder que perpassa as situações de violência de gênero e que abre possibilidades de mudanças nas relações, trazendo inclusive a possibilidade de rompimento dessas relações perpassadas por agressões.

Nesse entendimento da violência de gênero como fruto de relações de poder que nem sempre são estáticas, a análise do poder e da resistência de Michel Foucault, que leva em conta uma multiplicidade de relações de forças, num jogo dinâmico que envolve lutas e resistências que transformam continuamente as relações, pode nos ajudar a pensar modos de lidar com as relações de poder entre homens e mulheres no âmbito doméstico e familiar. Foucault nos incita a buscar um entendimento mais complexo do poder, caracterizado por ele como relacional e, portanto, também local, heterogêneo, móvel e instável. O poder está em toda a parte, ele circula, provém de todos os lugares, está em todo o campo social, não podendo ser localizado em um único foco de soberania (FOUCAULT, 1995; 1996; 2010a); ele circula também nas microrrelações cotidianas entre homens e mulheres, entre aqueles que sabem e os que não sabem, na família, etc.

Foucault (1995) nos diz que se interessava pelo fenômeno do poder no sentido de criar uma história dos diferentes modos por meio dos quais os seres humanos tornam-se sujeitos em nossa cultura, buscando compreender as relações de poder por meio da investigação das formas de resistência e das tentativas de dissociar essas relações. O autor reconhece que embora seja difuso, o poder não é igualmente distribuído, e define a relação de poder como uma forma de ação que não age de forma direta e imediata sobre os outros, mas sobre seus atos, de modo que o exercício do poder sempre é uma maneira de operar sobre um sujeito que age ou sujeitos que agem, devido ao seu agir ou sua capacidade de ação; um conjunto de ações sobre outras ações. Destaca assim que no centro da relação

de poder, e constantemente a provocando, estão a recalcitrância da vontade e a intransigência da liberdade. Isso significa que a insubmissão está presente no núcleo das relações de poder, de modo que este não exclui a liberdade, mas a sugere como condição permanente de sua existência. Guilherme Castello Branco (2001) destaca que Foucault considera que as resistências ao poder devem ser entendidas como aquelas que visam à defesa da liberdade do indivíduo, ontologicamente considerado, que é livre pois sente, pensa e age.

Nem nas relações de dominação, descritas como formações de poder particulares, que são assimétricas e que persistem ao longo do tempo podendo parecer fixas, Foucault (2010a) exclui a possibilidade de liberdade. Ainda que nessas relações de dominação a liberdade seja extremamente restrita, que as opções sejam mais limitadas, a resistência é possível. Lançando mão de um exemplo de estado de dominação, Foucault faz referência à estrutura conjugal tradicional dos séculos XVIII e XIX, que não deixava de oferecer algumas opções – apesar de bastante limitadas – para as mulheres diminuírem ou reverterem as assimetrias de poder na relação entre os gêneros: havia a possibilidade da mulher enganar o homem, tirar o dinheiro dele, recusar relações sexuais. Margaret McLaren (2016) observa que o engano, o roubo e a castidade não são formas de resistência que agradam as feministas, pois se configuram como atitudes que podem contribuir para reforçar estereótipos femininos imprecisos e prejudiciais. Mas, como a autora destaca, Foucault não desconsidera a possibilidade de outros tipos de estratégias que na realidade podem mudar a situação de dominação de gênero mais genericamente, de modo que entre os tipos de resistência específica que ele menciona encontram-se a possibilidade “de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação” (FOUCAULT, 2010a, p. 277). Portanto, o que é importante destacar aqui é que de maneira alguma Foucault exclui as possibilidades de resistência ao poder: “[...] as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis” (FOUCAULT, 2003, p. 232).

Margareth Rago (2019) ressalta que enquanto os feminismos registram uma vasta experiência histórica construída a partir de críticas precisas às maneiras excludentes e sexistas de organização da vida social, as teorizações de Foucault sobre o poder, a liberdade, o sujeito, a sexualidade e o corpo fornecem uma linguagem conceitual acurada “para abordar e nomear temas que envolvem a produção da subjetividade, fornecendo, às feministas, operadores para pensarem politicamente questões pouco claras ou visíveis e para darem visibilidade a muitas de suas práticas e experimentações” (p. 02).

É nesse sentido que no livro *Mulheres, Raça e Classe*, Angela Davis (2016) narra o modo como a todo momento as mulheres negras escravizadas resistiam e desafiavam a desumana instituição da escravidão norte-americana, afirmando que elas “resistiam ao assédio sexual dos brancos, defendiam e participavam de paralisações e rebeliões” (p. 30). A autora coloca que pelo grande número de registros sobre as repressões violentas que os feitores infligiam a essas mulheres, é possível inferir que era exceção e não a regra, aquela que aceitava passivamente sua sina de escrava. Davis destaca ainda que “em muitos casos a resistência envolvia ações mais sutis do que revoltas, fugas e sabotagens. Incluía, por exemplo, aprender a ler e a escrever de forma clandestina, bem como a transmissão desse conhecimento aos demais” (p. 34).

Na mesma direção, Paula Gonzaga e Lina Aras (2016) ressaltam, por exemplo, a situação das mulheres negras escravizadas diante da obrigatoriedade de exercerem a maternidade não de seus filhos, mas dos filhos de outras, numa lógica perversa, mas sempre acompanhada de resistência por parte das mulheres negras. A obrigação de amamentar uma criança em detrimento do próprio filho “é uma violência simbólica que configura o processo de desumanização à qual as negras estavam submetidas; seus corpos, sua sexualidade, seus filhos e seu leite nada mais eram do que propriedades dos senhores” (GONZAGA; ARAS, 2016, p. 114). Porém, as autoras sinalizam que mesmo em um contexto tão desfavorável, violento e irracional como o do regime escravocrata ao qual as mulheres negras estavam submetidas, elas nunca se renderam aos sistemas de exploração, de modo que não foi sem resistência que elas enfrentaram os discursos e torturas de seus senhores. As escravizadas recorriam ao aborto e ao infanticídio como uma maneira de proteção da prole, e como uma forma de resistir a utilização do seu corpo como fonte de aleitamento para as crianças da casa grande ou para não terem de trabalhar no campo por longos períodos de tempo com uma criança nas costas. A decisão pelo aborto era, pois, uma possibilidade para as escravizadas que buscavam não aumentar sua carga de trabalho e de sofrimento diário com o cuidado de um filho. A experiência de maternidade ‘roubada’ vivenciada pelas mulheres negras não lhes privou da capacidade de resistir e decidir, ainda que em algumas situações minimamente, sobre alguns acontecimentos do seu cotidiano. “Assim o aborto foi uma escolha legítima para elas e segue sendo uma escolha legítima para mulheres negras ao longo de tempo, mesmo que não tenha encontrado aporte legal que valide isso” (GONZAGA; ARAS, 2016, p. 115).

Vale destacar que quando as mesmas autoras abordam a atual discussão sobre a criminalização do aborto no nosso país, elas enfatizam que por mais que classe e raça

acabem configurando como indicadores relevantes para se compreender a decisão pela interrupção da gravidez nos dias de hoje, não deixa de ser problemático pressupor que a decisão pelo aborto é imposta pela conjuntura social, desconsiderando a capacidade de agência das mulheres negras que tomam essa decisão:

As influências contextuais sejam elas de classe, idade, religião, raça compõem uma série de fatores que vão se articular na análise e decisão da mulher sobre abortar ou não. [...] Não podemos reduzir as mulheres negras à pobreza, à escravidão, à fome, à violência sexual e simbólica. As mulheres negras são, apesar da pobreza, da escravidão, da fome, da violência sexual e simbólica um segmento social de resistência, de ação e de autonomia sobre suas vidas (GONZAGA; ARAS, 2016, p. 117-118).

Portanto, considerar que o aborto pode ser fonte de autonomia e de transgressão ao controle historicamente exercido sobre os corpos e sobre a sexualidade das mulheres - sobretudo das mulheres negras tantas vezes desumanizadas como um corpo que não pensa, não reflete, não decide, que existe apenas para o uso e abuso do homem branco - diz da possibilidade de resistência mesmo em relações de dominação em que a liberdade é extremamente restrita, como Foucault defende.

Assim, partindo de uma posição que considera que as análises de Foucault podem dialogar e contribuir com os estudos feministas, considero que é essa compreensão foucaultiana do poder como ação sobre sujeitos que agem e que, ao mesmo tempo, nos transforma em sujeitos agentes, que é relevante para a teoria feminista (SANDRA AZERÊDO, 2007). Ressalto também a observação de Margaret McLaren (2016, p. 59) de que “os interesses feministas podem ser mais bem representados reconhecendo-se que a resistência pode ocorrer em uma variedade de formas, tanto coletivas, quanto individuais”.

No entanto, não podemos desconsiderar que no caso da violência que acontece nas relações afetivas, que pode se expressar de diferentes maneiras de acordo com os contextos socioculturais nos quais ocorre, a busca por mudanças nessas relações e especialmente a tentativa de rompimento com a mesma constitui um processo complexo, nada fácil ou previsível, sendo descrito pelas mulheres como uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e de retorno a ela, em que com frequência é possível perceber o caráter cíclico com que a violência doméstica costuma se manifestar.

Procurando explicar essa especificidade cíclica da violência que ocorre entre homens e mulheres em suas relações de intimidade e afeto, a psicóloga norte-americana Leonor Walker (1979) apresentou o “Ciclo da Violência”, sugerindo um padrão de

funcionamento dos relacionamentos violentos em fases: a primeira delas seria a fase da construção da tensão no relacionamento; a segunda fase é a da explosão, geralmente com episódio(s) de violência física; e a terceira, a fase da lua de mel. Este caráter cíclico muitas vezes é promovido pelas promessas de mudança por parte do companheiro/autor de violência e pelo desejo e expectativa da mulher de que essa mudança ocorra, já que há uma vinculação afetiva na relação em questão¹⁵.

Mesmo quando a violência se manifesta dessa maneira cíclica e as mulheres permanecem por anos na relação, elas não deixam de reagir à violência por meio de múltiplas estratégias de resistência, como por exemplo: o enfrentamento verbal; a omissão de informações; o silêncio e a contenção de emoções buscando demonstrar calma em situações de maior tensão e por vezes até de risco; fugas; o enfrentamento corpo a corpo em defesa das filhas e filhos quando estes também são violentados; a busca de apoio junto a amigas, amigos e familiares, etc. Porém, a tentativa de ruptura propriamente dita com frequência apresenta-se como um caminho longo, tortuoso, cheio de dúvidas e hesitações, de idas e vindas, avanços e recuos, tentativas e desistências, como sugere a narrativa do acompanhamento de Rose e a discussão que a acompanha. E esse processo de rompimento de uma relação violenta pode ser ainda mais difícil e demorado, durando meses ou anos, dependendo do grau de envolvimento emocional, dos riscos a serem enfrentados e sobretudo do apoio recebido dos amigos, familiares e profissionais com quem a mulher entrar em contato (BÁRBARA SOARES, 2005). É nesse sentido que “raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo” (HELIETH SAFFIOTI, 2015, p. 84). Porém, o que a literatura assinala é que a busca de apoio no enfrentamento dessas situações por parte das mulheres ainda é envolta por uma quantidade significativa de dificuldades subjetivas e obstáculos objetivos na dinâmica da vida social, comunitária, familiar e dos relacionamentos de casal (D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2013).

As políticas públicas voltadas para as mulheres assumem assim um papel

¹⁵É fundamental destacar que, apesar de frequentemente as profissionais que trabalham com as mulheres em situação de violência identificarem essa manifestação cíclica da violência doméstica, é preciso incorporar e considerar práticas de acolhimento e cuidado que possibilitem outro olhar sobre a reprodução desse ciclo, buscando assim escapar da naturalização e do determinismo na compreensão do fenômeno da violência. Ou seja, ao descrever esse processo como algo cíclico, é preciso atenção para não cair em uma lógica generalizadora que considera que todos os casos de violência contra a mulher são vivenciados de uma mesma forma, excluindo-se elementos contextuais, políticos e culturais. “Todo o cuidado se faz necessário para que não haja uma pré-classificação de situações de violência em ciclos rígidos, que acabam por convencer os profissionais a normatizar a experiência psicológica sem a devida compreensão da singularidade de cada vivência da situação de violência” (CFP, 2012, p. 69).

fundamental no apoio a esses sujeitos, quando de fato são comprometidas com o oferecimento de um suporte para lidar com as complexas situações de violência que as mulheres vivenciam. Para tal, é fundamental equacionar desigualdades de gênero em articulação com outras dimensões das relações sociais que constituem as mulheres em sua diversidade e que também suscitam desigualdades profundas, como é o caso da raça, classe social, orientação sexual e deficiências.

1.2 Sobre nós: o contexto de atuação das profissionais de psicologia nas políticas públicas para mulheres

Diferentes políticas públicas direcionadas para questões relacionadas ao gênero e à violência contra as mulheres foram formuladas e implementadas pelo Estado Brasileiro como resposta à trajetória de lutas dos movimentos feministas, que reivindicavam que o poder público passasse a atuar sobre as desigualdades de gênero, efetivando medidas concretas para a sua superação. Entre as principais reivindicações desses movimentos sociais estavam a luta pela saúde integral da mulher e pelo enfrentamento à violência de gênero (BETÂNIA GONÇALVES et al., 2011). Destaco aqui, especialmente, as políticas públicas relacionadas com o enfrentamento à violência de gênero, uma vez que esta pesquisa discute e problematiza intervenções e práticas de cuidado desenvolvidas especialmente no âmbito dessas iniciativas, buscando assim produzir contribuições para as mesmas.

Desde 1985, ano de fundação das primeiras Delegacias de Defesa das Mulheres várias políticas e programas sociais foram sendo implementados pelos governos municipais, estaduais e federal, graças a já mencionada mobilização dos grupos organizados de mulheres que compõem os movimentos feministas. Ao lado da criação desses serviços, desde os anos 70/80, presenciamos uma forte reivindicação pelos direitos humanos das mulheres, o aumento na produção de conhecimento sobre a temática e a adesão pelo governo brasileiro a diferentes convenções e tratados internacionais, que apresentam conceitos e recomendações sobre a erradicação de qualquer forma de discriminação e violência contra as mulheres, como: a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) (1979), a Conferência Internacional sobre Direitos Humanos - Viena (1993), a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - Cairo (1994), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Belém do Pará (OEA) (1994) e a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher – Beijing (2005). Também foram criados os

Conselhos da Condição da Mulher e as Coordenadorias da Mulher em administrações estaduais e municipais e, em 2003, da Secretaria de Políticas para Mulheres no governo federal (LOURDES BANDEIRA, 2009).

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340) foi promulgada em 2006, como resultado da mobilização realizada nas décadas anteriores e foi inspirada na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Além de tipificar o crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, ampliando os repertórios conceituais relativos às diversas formas que essa violência pode assumir, a Lei Maria da Penha prevê diversas medidas e serviços para o trabalho com o problema, estabelecendo a necessidade da articulação de diferentes setores sociais para o seu enfrentamento, como é o caso do sistema judiciário, da segurança pública e da rede de serviços de saúde e de assistência social. A Lei prevê ainda a necessidade de capacitação permanente dos profissionais trabalhadores dos diversos setores envolvidos em questões de gênero e de raça ou etnia (BRASIL, 2006).

Em 2007, como parte da Agenda Social do Governo Federal, foi criado o Pacto Nacional para o Enfrentamento da Violência Contra a Mulher. Coordenado pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), o Pacto é um acordo estabelecido entre os governos federal, estaduais e municipais que tem como objetivo a articulação de ações que objetivam a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo o território nacional (BRASIL, 2011).

Não pretendo aqui me estender em uma apresentação exaustiva, a nível macro, das ações e políticas públicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Mas é importante destacar que a partir de 2003, o papel do Estado como promotor de políticas públicas foi ressaltado, em parceria com o movimento social organizado. Tendo como eixo central o os direitos sociais, tivemos uma gestão governamental federal que criou as Secretarias Especiais: de Políticas para Mulheres (SPM), de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e de Direitos Humanos, “com a finalidade de elaborar e implementar, de forma transversal com os demais Ministérios, políticas públicas com capacidade de reversão do quadro de desigualdades e discriminações de todos os tipos, dentro os quais de gênero e raça” (MARIA HEILBORN; LEILA ARAÚJO; ANDRÉIA BARRETO, 2011, p. 35).

Assim, apesar de terem se mantido padrões que ainda sustentavam a violência continuada contra mulheres como constante nas nossas vidas, podemos observar alguns

avanços e conquistas importantes até 2015. No entanto, o surgimento de uma onda reversa, conservadora politicamente, refreou e estancou mudanças importantes, que foram se intensificando a partir do Golpe de 2016 e se agravaram com o início do governo do presidente de Jair Bolsonaro em 2019.

Antes de seguir nessa discussão sobre as políticas públicas endereçadas às mulheres, é importante tecer uma breve marcação histórica com relação ao nosso momento político atual e o seu impacto no âmbito do enfrentamento à violência de gênero em nosso país.

1.2.1 Breve pausa para indignar-se

“A coisa já está acontecendo. Hoje chegou uma mulher que foi atendida no Benvinda em 2015. Ela estava apavorada e quer o atendimento urgente porque o marido lhe disse que Bolsonaro liberou a venda de armas e que ele irá comprar uma arma e que o boçal iria revogar a Lei Maria da Penha. E ainda que não seria mais crime matar mulher. Arrepiei. Me deu vontade de chorar.”

Uma assistente social com quem trabalhei no Benvinda me enviou essa mensagem no WhatsApp um dia após a vitória de Bolsonaro no primeiro turno das eleições presidenciais. Junto com a colega e com tantas outras mulheres, sinto-me sem chão, engasgada, impactada. Não consigo me concentrar em outra coisa e a sensação que tenho é que precisamos estar juntas e nos cuidar, pois vem mais golpes fortes pela frente. Aqui em Portugal estou longe dos eleitores de Jair, mas estou assustada, amedrontada, com um nó na garganta só de pensar que têm pessoas gozando e nos ameaçando com o apoio a um governo fascista. O que nós mulheres podemos esperar diante da possibilidade cada vez mais próxima de nosso país ser governado por aquele que não tem nenhum pudor em declarar que mulher é fruto de uma fraquejada? Em propor ideias que disseminam o ódio e ameaçam aniquilar determinados grupos? Em ser conivente com as performances de homens ameaçadores que fazem sinal de arma com a mão? Não sei... hoje estou sem chão.

Escrevi esse trecho no meu diário de campo em 08/10/2018, logo após Jair Bolsonaro ter vencido o primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, com 46% dos votos. Desde então, temos vivido tempos cada vez mais difíceis em nosso país. Afirmar que o governo Bolsonaro reforça e agrava o ataque à vida das mulheres não é novidade. Como demonstra a mensagem da colega assistente social ainda antes de Jair ser eleito no segundo turno, existe um forte discurso de tolerância às violências, entre elas aquela dirigida às mulheres. Trata-se de um governo que estimula o ódio, as violências e as armas, fragilizando os mecanismos de enfrentamento à violência contra as mulheres decorrentes do machismo estrutural e de outras opressões estruturais.

Como já mencionado, a última edição do Atlas da Violência indicou que a taxa de feminicídio bateu recorde histórico em 2017, chegando a 4,7 assassinatos a cada 100 mil habitantes, com grande parte dessas mulheres sendo mortas por arma de fogo (53,8%) e dentro de casa (39,3%) por uma pessoa conhecida ou íntima. Porém, mesmo diante desses dados preocupantes, o governo Bolsonaro cumpre o desserviço de combater a proposta de educação sobre a questão de gênero nas escolas. Além disso, o governo tem promovido o desmonte das Casas da Mulher Brasileira¹⁶, um importante serviço de suporte às mulheres em situação de violência, e cortou impetuosamente o orçamento destinado às políticas públicas de combate à violência contra a mulher. Essa tem sido a resposta do governo Bolsonaro para esses dados que demonstram que em nosso país as mulheres estão sendo violentadas e assassinadas.

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, também protagoniza vários episódios de desserviço às políticas para mulheres. No polêmico discurso em que afirma que “menino veste azul e menina veste rosa”, nega a fluidez da identidade de gênero, aprisionando essa identidade a um sistema exclusivamente binário: homens e mulheres cis, sustentando um posicionamento claramente transfóbico. Uma das ações que a ministra queria implementar, supostamente em prol da proteção das mulheres, é criar uma área da mulher em todas as delegacias do país, pintando-as de rosa. Essa medida é um exemplo de simplificação de um fenômeno complexo como a violência de gênero: pintar as paredes de rosa como forma de aumentar o número de locais de denúncia não garante que haja um atendimento adequado, acolhedor, de qualidade às mulheres violentadas. Além disso, a ministra não propôs políticas de prevenção nem para o momento posterior a denúncia, como casas de acolhida e programas de incentivo e auxílio à construção de uma autonomia econômica. Poderíamos retomar várias outras declarações de Damare que demonstram seu pensamento conservador a respeito das questões de gênero, mas não é esse o objetivo desse trabalho.

O que é preciso destacar é que este governo, ao protagonizar o desmonte de políticas públicas relevantes e ao naturalizar e incentivar discursos de ódio contra minorias, produz retrocessos e traz prejuízos enormes no campo das políticas sociais. E nunca é demais ressaltar que as mulheres são afetadas de formas distintas com os desmontes dessas políticas: mulheres privilegiadas (brancas, cis, heterossexuais, de

¹⁶ A Casa da Mulher Brasileira foi criada em 2013 pela ex-presidenta Dilma Rousseff e faz parte do programa “Mulher: Viver Sem Violência” que tem como objetivo aumentar e integrar políticas públicas à mulheres em situação de violência.

classes sociais mais favorecidas) que possuem acesso a serviços particulares como hospitais, acompanhamento psicológico, advogados, não são afetadas pelo desmonte como o são as mulheres que dependem exclusivamente dos serviços. Ou seja, com a negligência do Estado com relação a manutenção das políticas para mulheres, são as mulheres negras e de classes menos favorecidas que têm mais dificuldade para romper com as amarras da violência e se veem desamparadas frente à misoginia e ao racismo que não tem limites no governo Bolsonaro. Um governo que se coloca abertamente na contramão de avanços no enfrentamento aos diferentes tipos de opressão que as mulheres vivenciam em nossa sociedade.

1.2.2 Retomando os nós

É fato que o Estado tem um papel fundamental no enfrentamento à violência de gênero e na minimização das desigualdades existentes. No entanto, como observa Marlise Matos (2008), é preciso destacar que esse mesmo Estado também sempre teve um papel fundamental na reprodução das desigualdades sociais, seja por sua omissão, seja pelas suas ações estrategicamente implementadas para apoiar determinados setores da população, de modo que, ainda hoje é possível verificar que práticas assistencialistas, clientelistas, populistas e paternalistas vigoram nos aparelhos estatais.

Nesse sentido, a busca por auxílio das mulheres afetadas pela violência de gênero pode ser difícil e cheia de obstáculos. As mulheres encontram respostas desmotivadoras de seu intuito de romper a violência por parte de familiares, comunidades e serviços estatais e não-governamentais como delegacias de polícia, serviços jurídicos, de saúde e assistência social. D'Oliveira e Schraiber (2013) afirmam que informações inadequadas e atitudes não acolhedoras e crivadas de julgamento moral são frequentes nos percursos relatados em investigações sobre a temática. Por isso esse percurso foi nomeado como uma “rota crítica”, uma vez que as decisões e ações das mulheres para interromper o ciclo da violência, ao receberem respostas inadequadas ou culpabilizadoras, acabam por não ser efetivas, reiterando a violência (MONTSERRAT SAGOT, 2000).

Portanto, apesar dos avanços nas legislações e na implantação de políticas públicas, com serviços específicos para o enfrentamento da violência contra a mulher (como delegacias, centros de referência, abrigos, varas especializadas, defensorias, etc.), dificuldades continuam se fazendo presentes tanto em relação à assistência recebida em cada serviço e à capacidade de responder de forma efetiva à busca de ajuda por parte de mulheres em suas rotas para lidar com a violência vivenciada, quanto à integração e

articulação dos serviços entre si (D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2013).

É importante também considerar que a inclusão das questões de gênero nas políticas públicas nem sempre significa incorporação da perspectiva de gênero, compreendida como uma ação que promove a redução de desigualdades entre homens e mulheres. Marta Farah (2004) analisa a incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas desenvolvidas no Brasil – considerando tanto programas governamentais dirigidos à mulher, quanto programas mais amplos que incorporam a perspectiva de gênero – e conclui que embora sejam desenvolvidas no âmbito do Estado iniciativas que buscam intervir sobre as desigualdades de gênero, muitas políticas públicas, ainda que voltadas para as mulheres, acabam por reiterar desigualdades de gênero, reafirmando uma posição de tutela e subordinação da mulher tanto na vida privada quanto na vida pública. Na análise realizada, a autora identifica ainda uma tensão entre duas vertentes na conformação das políticas públicas que adotam uma perspectiva de gênero:

A primeira vê a mulher sobretudo a partir de sua função na família, devendo as políticas públicas ‘investirem’ nas mulheres pelo efeito multiplicador que tal ação pode ter sobre a família e sobre a sociedade como um todo. Entre as iniciativas analisadas, programas da área de saúde, com foco no segmento materno-infantil, aproximam-se em geral dessa perspectiva. Uma segunda vertente – hegemônica na agenda dos movimentos de mulheres no Brasil – tem por base a perspectiva de direitos. Segundo essa vertente, trata-se de garantir a ampliação do espaço da cidadania, pela extensão de direitos a novos segmentos da população e pela inclusão desses novos segmentos na esfera do atendimento estatal. As iniciativas da área de saúde que adotam a perspectiva de atenção integral e os programas de combate à violência contra a mulher parecem ser tributários dessa perspectiva, na maior parte dos casos (FARAH, 2004, p. 66).

É possível observar que nos dias de hoje essa tensão continua perpassando a formulação e implementação das políticas públicas, de modo que, nem sempre essas políticas são de fato pensadas e operacionalizadas como fonte de direitos, de emancipação ou de ampliação da cidadania das mulheres (JUSSARA PRÁ, 2010).

Nesse sentido, quando refletimos sobre as políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência de gênero, é importante lembrar que a violência contra as mulheres é uma questão de direitos humanos reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), e que reconhecer os direitos humanos das mulheres pressupõe compreendê-las como sujeitos políticos que vivem situações específicas de opressão. No dia a dia dessas políticas é, pois, fundamental que de fato se adote uma perspectiva de gênero e que as profissionais que trabalham com a questão da violência sejam

capacitadas, buscando assim “desconstruir os estereótipos de gênero, propor novos parâmetros de construção da masculinidade, propiciar as mulheres condições e oportunidades para exercerem seu protagonismo e autonomia, conscientizando-as sobre seus direitos e trabalhando em direção ao seu empoderamento” (LISBOA, 2010, p. 66).

Portanto, no contexto macro dessas políticas, o reconhecimento de cada mulher como sujeito político exige uma atuação das profissionais que, além de incorporar a perspectiva de gênero no cuidado, devem ser capazes de realizar análises de múltiplos fatores, sempre levando em consideração as múltiplas opressões (raça, classe, deficiências, etc.) exercidas contra as mulheres, em uma abordagem multiprofissional e em articulação intersetorial entre distintas áreas, como saúde, assistência social e judiciário, visto que além de ser uma questão que convoca um novo olhar da/para a sociedade, tem muitas especificidades. Em outras palavras, trabalhar com violência de gênero requer conhecimentos amplos, não só da área de inserção das profissionais, mas também, e especialmente, das relações de poder que perpassam as relações de gênero, das políticas públicas intersetoriais e de outros marcadores sociais da diferença que constituem as mulheres em sua diversidade e que, assim como gênero, também podem gerar opressões e desigualdades.

Neste sentido, é importante considerar que por mais que algumas profissionais demonstrem interesse pelos estudos de gênero, há uma lacuna entre estudá-los e trabalhar com violência contra a mulher. O segundo pressupõe não só o conhecimento teórico das questões macro que atravessam as discussões de gênero e das políticas públicas, mas também o conhecimento de questões, muitas vezes de ordem prática, concernentes ao manejo de casos que envolvem violência, colocando em cena o trabalho com a subjetividade. Pressupõe, pois, uma dimensão micropolítica, que incide num campo de multiplicidades, convocando uma capacidade do sujeito a se dispor a escutar o outro, lidar com seus próprios afetos e realizar intervenções, sem perder de vista a reflexão sobre as estruturas de poder que se colocam no contexto em questão, questionando privilégios, por exemplo. Demanda do sujeito um fazer que é ação e reflexão crítica simultaneamente, uma práxis que busca possibilidades de transformação nas situações concretas de opressão de várias ordens vivenciadas pelas mulheres.

Nessa direção, podemos dizer que há uma lacuna na qualificação das profissionais, considerando que na maioria das vezes sua formação não aborda a concretude das especificidades dos casos que envolvem situações de violência contra a mulher, o que repercute negativamente em suas práticas, pois se sentem pouco preparadas

qualitativamente para abordagem de temas delicados que, inclusive, frequentemente demandam saber lidar com os próprios afetos e com os próprios privilégios.

No que diz respeito especificamente às profissionais de psicologia que atuam junto às mulheres em situação de violência, trata-se de uma atuação que abrange diferentes atividades e intervenções, mas que de um modo geral, segundo o “documento de referência para atuação dos/as psicólogos/as em serviços de atendimento à mulher em situação de violência”, elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) devem estar relacionadas com “escuta qualificada e acolhimento, fortalecimento, promoção da autoestima, superação da situação de violência e promoção de autonomia, superação da vitimização e fortalecimento das mulheres” (CFP, 2012). Um fazer que não se operacionaliza de forma simples e automática diante da complexidade constituinte das situações de violência em questão.

Por exemplo, considerando o perfil sociodemográfico das profissionais de psicologia que trabalham com mulheres em situação de violência (CFP, 2012), que em sua maioria são mulheres brancas que ocupam lugares de privilégio com relação às mulheres acompanhadas pelas políticas públicas, é possível problematizar uma dimensão importante de nossas intervenções na qual podemos facilmente acabar por reproduzir opressões de raça e classe junto às mulheres. Trata-se do trabalho de “fortalecimento”, um termo muito usado nos documentos normativos das políticas públicas e que também é mencionado no documento de referência do CFP. Na Entrada 3, veremos como é fundamental trabalhar esse fortalecimento das mulheres como um processo mais amplo do que simplesmente o “resgate” ou “fortalecimento” da autoestima, ideias geralmente associadas à valorização do ser em sua dimensão individual e à práticas relacionadas com o cuidado com a aparência que reforçam um ideal de beleza hegemônico focado na branquitude. Essa perspectiva de trabalho com a autoestima é um exemplo que demonstra que

Falta um olhar ético-racial para as políticas de enfrentamento da violência contra a mulher. A combinação de opressões coloca a mulher negra num lugar no qual somente a interseccionalidade permite uma verdadeira prática, que não negue identidades em detrimento de outras (RIBEIRO, 2018b, p. 125)

Retomando a pesquisa mencionada no documento de referência técnica do CFP (2012), participaram de sua dimensão qualitativa profissionais que atuavam em diferentes serviços, direcionados a mulheres em situação de violência e/ou à prevenção de modo

geral da violência, buscando dar conta das várias demandas e especificidades do público-alvo dessas políticas. As informações da pesquisa, em sintonia com as discussões deste trabalho, indicaram a complexidade e a multidimensionalidade que caracterizam o atendimento das mulheres em situação de violência. Complexidade diante da qual as profissionais desenvolvem diferentes modos de lidar para superar os desafios cotidianos, apesar das limitações presentes nos serviços, que muitas vezes não oferecem condições adequadas para a realização do trabalho com as mulheres.

Em relação à prática profissional, as análises demonstraram que, geralmente, surgem dificuldades de diversas ordens, sendo muitas delas atribuídas à falta de uma formação específica dessas profissionais, apontando para a necessidade e importância da capacitação das psicólogas para a eficácia da rede de atenção à mulher em situação de violência de gênero. Entre os obstáculos reais com que as profissionais lidam em seu cotidiano, as/os participantes da pesquisa falaram das dificuldades em:

(...) presenciar o encaminhamento de mulheres a um tratamento inadequado e incompleto, inclusive, quando deixam os abrigos; lidar com as representações tradicionais de gênero, os preconceitos e os tabus nas próprias instituições; estabelecer uma parceria eficaz com a delegacia da mulher e o sistema judiciário, os quais privam as mulheres de receberem apoio e acompanhamento especializado; não achar espaços apropriados e tempo suficiente para estabelecer o trabalho em equipe, discutir casos, condutas e metodologias, já que, muitas vezes, por falta de pessoal, todos acabam se envolvendo em diversos problemas que necessitam ser resolvidos ao mesmo tempo (CFP, 2012, p. 50).

Alguns desses obstáculos extrapolam a dimensão das práticas e dos processos de cuidado propriamente ditos, mas certamente atravessam a produção dessas últimas pelas profissionais de psicologia, já que se relacionam aos fluxos e processos de trabalho nas políticas públicas e também a forças biopolíticas, como é o caso da superexploração e do esgotamento, por exemplo. Como essas dimensões relativas às condições de produção também impactam diretamente no trabalho desenvolvido pelas psicólogas junto às mulheres, elas também precisam ser consideradas e problematizadas, sempre levando em conta as especificidades dos contextos em que se encontram os serviços de enfrentamento à violência de gênero.

Nesse sentido, D'Oliveira e Schraiber (2013, p.137) afirmam que estudos sobre o cuidado oferecido pelos serviços criados especificamente para trabalhar com a violência de gênero têm mostrado várias dificuldades na operacionalização dos princípios contidos nas legislações e políticas conquistadas. “Os atendimentos são marcados por

ambiguidades e contradições, os espaços e fluxos são inadequados à tarefa e a percepção dos profissionais é permeada, muitas vezes, por estereótipos acerca das relações de gênero”. Além disto, as autoras afirmam que a lógica das profissionais e suas expectativas com relação ao trabalho a ser realizado muitas vezes desconhece ou interpreta parcial ou erroneamente as necessidades expressas pelas mulheres e as possibilidades de intervenção que elas anseiam, gerando obstáculos para a efetivação dos direitos em locais criados para garanti-los, como é o caso das Delegacias de Defesa da Mulher.

É preciso considerar ainda que para que esses serviços possam trabalhar de forma articulada, é necessário estabelecer uma rede assistencial, o que exige o reconhecimento recíproco entre os diferentes setores e a superação da visão restrita e independente de cada disciplina, profissão, serviço e setor assistencial sobre o problema, além do reconhecimento das mulheres como cidadãs, titulares de direitos e capazes de decidirem de maneira autônoma sobre suas vidas. Por outro lado, para a efetiva proteção dos direitos, é indispensável reconhecer todos os eixos de desigualdade social, como é o caso das múltiplas manifestações das desigualdades de gênero, de classe e de raça.

Há também os obstáculos relacionados com a dimensão formativa das psicólogas e, nesse sentido, é preciso considerar que, além de garantir o funcionamento eficaz da rede de enfrentamento à violência, a capacitação e qualificação das profissionais é fundamental para que as mulheres efetivamente sejam tratadas como sujeitos políticos nos serviços. A violência contra a mulher exige descolonizar as práticas profissionais, repensando modelos de intervenção tradicionais, principalmente aqueles voltados para a individualidade e para o intrapsíquico, “devendo agregar o desenvolvimento de novas práticas que incorporem a perspectiva social, a clínica ampliada, a clínica social ou ainda intervenções psicossociais articuladas com as práticas de outros profissionais e serviços” (CFP, 2012, p.49).

É preciso muita atenção para, enquanto profissionais atuantes nas políticas públicas para mulheres, não operacionalizarmos lógicas opressivas, racistas, classistas, capacitistas e sexistas, tencionando práticas e intervenções hegemônicas que não levam em conta as especificidades dos contextos socioculturais das mulheres e suas interseccionalidades. Trata-se de promover alternativas comprometidas com uma perspectiva política e social interseccional que favoreçam as condições para superação da situação de violência, potencializando a crítica social sobre o papel das mulheres na sociedade e sobre as formas que esta sociedade cria para enfrentar as violências.

Sem perder de vista que o combate e enfrentamento da violência de gênero

depende de um trabalho de rede articulado e não apenas do esforço de cada especialidade isoladamente, é com essas alternativas comprometidas com a heterogeneidade das mulheres em situação de violência, que este trabalho busca contribuir por meio da problematização das práticas de cuidado desenvolvidas pelas psicólogas.



Figura 3 – Imagem da Exposição “Em Nome das Rosas”, da artista Eugênia França. A pintura sobre lona de caminhão tem o fundo claro um pouco manchado, com algumas costuras. A imagem em diferentes tons de preto retrata o rosto de uma mulher negra de frente, com algumas manchas, cabelos curtos, sobancelhas finas, os dois olhos machucados e inchados, estando um deles fechado, nariz largo e lábios grossos. Suas feições são tristes.

Eu me casei aos 17 anos na tentativa de fugir da minha família de origem, cujos homens consideravam a mulher um objeto que deveria apenas servi-los, nos mais diversos aspectos. Na minha casa a diferença entre os direitos dos homens e os das mulheres era algo assustador. Vivíamos restritas ao lar, com permissão para ir apenas à escola e à igreja. Estudar, rezar, trabalhar e suportar era o lema.

Meu pai repetia sempre que não permitia que qualquer homem se aproximasse de nós, mesmo que fosse padre, professor, policial ou pastor. E agia com extrema violência para manter esse distanciamento, sem saber que na nossa própria casa os irmãos mais velhos abusavam das irmãs mais novas. Aos oito ou nove anos, não me lembro bem, acordei durante a noite com meu irmão batendo punheta com a minha mão. Aos 13, quando um outro irmão entrava pela porta do meu quarto, eu saía pela janela para fugir dele. Era muito duro lutar, ainda jovem, contra as agressões e o autoritarismo do meu pai e o machismo e abusos dos meus irmãos. Infelizmente minhas irmãs mais velhas também reproduziam a violência vivida e me oprimiam, agrediam e tentavam calar minha voz. A frase que eu mais ouvia na minha infância e adolescência era que mesmo calada eu estava errada.

Casar foi a única saída que eu encontrei para me safar do desrespeito, da violência, da castração, dos abusos e do machismo ao qual eu estava submetida. Na época eu não entendia que o problema era muito mais amplo pois não é possível romper com tudo através de um único ato. E eu continuava submetida à violência psicológica da minha família de origem associada aos desmandos do meu marido, sogro, sogra e cunhados.

A ausência de uma estrutura financeira mínima, associada à imaturidade dos meus 17 anos de idade me deixava ainda mais fragilizada e submetida a eles. Eu não tinha direito de escolher se queria ter filhos, mas conseguia esconder meus anticoncepcionais para que não fossem jogados fora, pois eu não queria repetir a história da minha mãe.

Minha vida sexual era de submissão. Durante a madrugada, por várias vezes, eu acordava com a mão do meu marido dentro da minha calcinha. O desejo dele se sobrepunha ao meu, e eu pedia a Deus que aquilo acabasse logo e fingia orgasmo.

Não bastasse a infelicidade da minha vida conjugal, eu era obrigada a engolir as traições dele afinal, “trair faz parte da vida de um homem”. A oportunidade de romper com os abusos daquela relação veio quando ele achou que teria o direito de colocar a mão dentro da calcinha da minha irmã também. Eu sabia que aquela tinha sido uma atitude que meu pai jamais perdoaria. Mesmo sem emprego, morando de favor numa casa cedida pelos meus pais, sem ter finalizado meus estudos e com um filho de 3 anos eu abracei aquela oportunidade, pois minha família, a dele e a sociedade não poderiam me acusar de nada. Naquele momento eu tinha apenas uma certeza: nada nem ninguém me manteria refém de uma vida infeliz e medíocre.

A atitude dele me permitiu romper com aquela relação, mas eu precisei lutar muito para sobreviver e conseguir reconstruir a minha vida.

Vivi muitas situações de preconceito por ser uma mulher divorciada aos 23 anos. Ouvei coisas tão absurdas das pessoas que hoje consigo perceber que só reforçaram em mim a necessidade de lutar pela minha autonomia e liberdade.

BELO HORIZONTE, JULHO DE 2018

ENTRADA 2 – TRAMANDO FIOS DE UMA MESMA TECITURA: O ACOMPANHAR E ANALISAR PROCESSOS E AS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS

No início da entrada anterior, com a narrativa do acompanhamento de Rose, coloquei em evidência dimensões do meu processo enquanto profissional de psicologia atuando junto a mulheres em situação de violência. Também dei destaque para o processo de Rose lidando e buscando romper com a situação de violência em que se encontrava. Interessa, pois, aqui, habitar a fronteira entre o que se vê e o que não se vê no trabalho desenvolvido pelas psicólogas junto a mulheres em situação de violência, trazer as zonas de penumbra, as sombras deste fazer, sem deixar de dar destaque às errâncias e tropeços que compõem esse trabalho e que também fazem parte desse processo de pesquisa: movimentos que exigem um reinventar do caminhar.

Para evidenciar esses movimentos, acompanhar seus fios e nós, além da minha experiência no campo das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher também investiguei as experiências de outras profissionais de psicologia que trabalham ou trabalharam com a temática, apostando na inseparabilidade entre pesquisa e intervenção por meio do acompanhamento do cotidiano das práticas, construindo um campo de problematização para que o sentido pudesse “ser extraído das tradições e das formas estabelecidas, instaurando tensão entre representação e expressão, o que faculta novos modos de subjetivação” (MARISA ROCHA; KATIA AGUIAR, 2003, p. 66). Assim, fui ao encontro dos múltiplos sentidos produzidos no campo de forças que operam no social, indo além do campo das representações já dadas.

Situada, pois, no cotidiano das práticas de cuidado produzidas pelas psicólogas nas políticas públicas para mulheres, essa pesquisa intervenção transita entre referenciais esquizoanalíticos e socialanalíticos, adotando uma perspectiva cartográfica, compreendida como uma atitude ética diante do campo, que se interessa pelos movimentos do pesquisar e por seus efeitos em quem pesquisa e no que é pesquisado. A orientação investigativa é de aceder aos processos, ao que acontece entre as formas instituídas, buscando explicitar as relações de poder do campo de investigação, numa desnaturalização permanente das instituições, incluindo a própria instituição da análise, num movimento de inclusão das múltiplas realidades e análise da implicação das forças em jogo (ANDRÉ ROSSI; EDUARDO PASSOS, 2014).

O questionamento e a desestabilização das práticas e dos discursos instituídos, dos múltiplos sentidos cristalizados nas instituições, se fazem nesta pesquisa a partir de analisadores, um conceito-ferramenta da análise institucional que remete aos acontecimentos, indivíduos, práticas ou dispositivos que produzem rupturas e catalisam a análise, que colocam em cena a instituição oculta, revelando em seu próprio funcionamento, o impensado de uma estrutura social (AGUIAR; ROCHA, 2007). Os analisadores desse estudo são extraídos das experiências e práticas produzidas nas políticas públicas para mulheres por profissionais de psicologia: práticas que compuseram o meu percurso profissional nesse campo e também aquelas narradas pelas profissionais de psicologia com quem conversei.

São essas práticas e experiências que se colocam como suporte de análise, que permitem, a partir de processos de análise de implicação, me deslocar do lugar de pesquisadora para ir ao encontro dos acontecimentos que aparecem mais intensificados nos percursos cartografados, reconhecendo efeitos desse encontro no meu próprio corpo. É nesse sentido que, fazendo frente ao mito da neutralidade e considerando o meu lugar privilegiado para analisar as relações de poder que perpassam não só o campo de pesquisa, mas também o lugar de pesquisadora que ocupo, busquei estar implicada com o campo, fazendo da própria investigação objeto de análise e de intervenção. Sustentando uma perspectiva de análise circunstancial e provisória que abarca as tensões, conflitos e contradições que atravessam o pesquisador no encontro com o campo, reconheço que, enquanto investigadora também sou objetivada por aquilo que pretendo objetivar: acontecimentos, grupos, fenômenos, ideias, etc., o que abre caminhos à ruptura com as barreiras entre sujeito que conhece e objeto a ser conhecido, me aproximando das participantes da pesquisa (AGUIAR; ROCHA, 2007; ROBERTA ROMAGNOLI, 2014).

Portanto, por meio da perspectiva cartográfica que se realiza em movimento, no acompanhamento de processos, enquanto pesquisadora também fui afetada e transformada pelas práticas de cuidado, me afirmando sempre em processo, em obra, numa produção coletiva do conhecimento: “há um coletivo se fazendo *com* a pesquisa, há uma pesquisa se fazendo *com* o coletivo” (LAURA BARROS; VIRGÍNIA KASTRUP, 2010, p. 73). Essa dimensão processual sintonizada com o coletivo conduziu essa pesquisa como um todo: desde a produção dos dados e a análise do material, até o texto que traz e faz circular as problematizações e análises resultantes da pesquisa e que não busca atestar ou confirmar algo, mas sim produzir deslocamentos, movimentos,

transformando aquilo que se acha que sabe, trazendo a palavra no movimento múltiplo da vida. Um exercício de escrita encarnada, pois.

A partir das conversas com as psicólogas e da aproximação de suas práticas de cuidado no campo das políticas públicas para mulheres, dos estudos bibliográficos - feitos de um modo encarnado sempre partindo das narrativas das experiências das profissionais no campo - e do encontro com conceitos importantes para as análises das práticas em questão, foram se tecendo uma série de interlocuções epistemológicas, éticas, políticas e metodológicas. Mais importante, tanto as conversas quanto os estudos bibliográficos e contato com conceitos – especialmente com conceitos propostos pelos feminismos negros e interseccionais - me afetaram e produziram intervenções no meu próprio processo de pesquisar. Assim, o processo investigativo foi transitando, se modulando e se sustentando nas interlocuções e intersecções entre a cartografia, a análise institucional e os feminismos negros e interseccionais.

Buscando uma circulação menos restrita da comunicação e dos agenciamentos, por meio das palavras e corpos, abrindo assim possibilidades de produção de outros modos de ser, de atuar e de sentir (AGUIAR; ROCHA, 2007) busquei produzir conexões potencializadoras com as participantes dessa pesquisa, com as autoras e autores intercessores desse trabalho, com a exposição “Em Nome das Rosas”, entre outros. Adotando, pois, uma perspectiva transversal, que considera as múltiplas instituições e forças que nos atravessam, fui me situando nessa pesquisa afirmando articulações entre campos do saber e do fazer, mas sempre tomando uma direção como fundamental: a afirmação de que toda pesquisa é política e, conseqüentemente, as atitudes investigativas e as escolhas de quem pesquisa são atos políticos que, no caso dessa pesquisa, enfatizam a produção de análises e de intervenções micropolíticas.

Considerando essas articulações entre modos de saber e de fazer também recorro às epistemologias feministas como referenciais éticos, políticos e metodológicos desta pesquisa-intervenção. Da mesma forma que os referenciais socioanalíticos e esquizoanalíticos, tais epistemologias contestam a noção de objetividade, de verdade e neutralidade das investigações baseadas na ciência positivista, considerando que o conhecimento é socialmente construído e situado.

Assim, seguindo essa perspectiva cartográfica, institucionalista e feminista de produção de conhecimento, neste trabalho busco não opor teoria e prática, pesquisa acadêmica e conhecimento da vida; não deixar prevalecer o conhecimento teórico sobre o conhecimento conectado com a vida, com o cotidiano de trabalho das profissionais de

psicologia que trabalham com violência de gênero e também com a vida de mulheres que sofrem violência. Trago comigo Gloria Anzaldúa (2000, p. 233), que em “*Falando em Línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo*”, nos alerta que “eles mentiram, não existe separação entre vida e escrita”.

O perigo ao escrever é não fundir nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade, com nossa vida interior, nossa história, nossa economia e nossa visão. O que nos valida como seres humanos, nos valida como escritoras. O que importa são as relações significativas, seja com nós mesmas ou com os outros. Devemos usar o que achamos importante para chegarmos à escrita. *Nenhum assunto é muito trivial*. O perigo é ser muito universal e humanitária e invocar o eterno ao custo de sacrificar o particular, o feminino e o momento histórico específico (ANZALDÚA, 2000, p. 233).

O que Anzaldúa nos diz em sua carta faz ressonância com a enunciação dos feminismos de que *o pessoal é político*, no sentido de considerar que nossas experiências pessoais cotidianas, como mulheres, profissionais e pesquisadoras, precedem e criam vastas realidades políticas no mundo. Assim, na produção desse conhecimento encarnado, torna-se fundamental levar em consideração a localização da pesquisadora e das participantes da pesquisa, afirmando um posicionamento ético, político e metodológico que não fecha os olhos para o que tem implicação direta em nossas vidas, buscando tornar visível o invisível e fazer aparecer as singularidades do campo de pesquisa.

Ao privilegiar uma produção situada, localizada, do conhecimento, Donna Haraway se coloca como outra forte aliada desta pesquisa, sendo importante destacar algumas de suas contribuições. Haraway (1995) defende que quanto mais localizado, mais objetivo o conhecimento. Para tal, redesenha o sentido de objetividade científica tal como é preconizada, colocando em questão formas dominantes de se considerar o que é conhecimento:

As feministas não precisam de uma doutrina de objetividade que prometa transcendência, uma estória que perca o rastro de suas mediações justamente quando alguém deva ser responsabilizado por algo, e poder instrumental ilimitado. Não queremos uma teoria de poderes inocentes para representar o mundo, na qual linguagens e corpos submerjam no êxtase da simbiose orgânica. Tampouco queremos teorizar o mundo, e muito menos agir nele, em termos de Sistemas Globais, mas precisamos de uma rede de conexões para a Terra, incluída a capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes - e diferenciadas em termos de poder. Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro. (HARAWAY, 1995, p. 16).

Haraway subverte então a perspectiva transcendente da objetividade, retrazendo-a no plano de imanência das conexões, das relações. “A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (HARAWAY, 1995, p. 21). Nessa perspectiva o objeto do conhecimento é considerado como um agente, que constitui, produz efeito e não como algo inerte e passivo, separado do pesquisador.

É assim que Haraway propõe o que ela denomina de um projeto político de delimitação de fronteiras. Essas fronteiras constituem-se como lugar de passagem, de negociação, sustentando tensionamentos, conflitos e embates, numa prática da objetividade que privilegia a contestação, a desconstrução, as conexões em rede. Trata-se de uma objetividade que abarca relações de conexão e não de divisão entre sujeito e objeto de saber, como é tão naturalizado em um tipo de conhecimento que historicamente serviu como instrumento de dominação e se estabeleceu como universal e que, inclusive, foi o tipo de conhecimento que consolidou a psicologia como uma disciplina científica, como veremos na próxima entrada desse trabalho. Dessa maneira Haraway constrói uma perspectiva contra-hegemônica de ciência, nos convocando enquanto pesquisadoras, a intercambiar entre minorias, entre diferenças, construindo nossos percursos investigativos sempre de forma responsável, sem tomar posições *a priori*, mas sim localmente, provisoriamente, sempre colocando em evidência os processos com os quais construímos conexões parciais e saberes localizados.

Baseada em uma concepção relacional de ontologia, em que o ser não precede às relações que o constituem e recorrendo ao trabalho de Donna Haraway no campo da produção de saberes, María Puig de La Bellacasa (2012) parte da premissa de que as relações de saber e de pensamento exigem cuidado, destacando a importância de não se pensar o cuidado a partir de perspectivas moralistas, mas sim a partir de movimentos concretos. Assim, considerando que cuidar e ser cuidada não é sempre reconfortante e gratificante, a autora busca articular uma compreensão não idealizada do cuidado, que tenha relevância para as questões do pensamento e do saber.

Para Haraway e Bellacasa, pensar é sempre pensar-com, pensar com uma multidão (de pessoas, seres e/ou coisas), de modo que nos movimentos contínuos de tecer rede a ontologia está incessantemente no fazer, no processo de tornar-se com. Porém, Bellacasa destaca que a produção de conhecimento baseada no cuidado e na relação não é incompatível com o conflito ou com o dissentimento, de modo que o cuidado não deve

ser reduzido à suavização de diferenças. Enfatiza assim que onde existe relação deve existir cuidado, mas sem esquecer que nossos cuidados também performam desconexão. A expressão “dissentindo por dentro” (*dissenting-within*), que a autora emprega para se referir a uma das formas de pensar com cuidado, está relacionada com o movimento de ressaltar as conexões operadas nos processos de pensar e de conhecer com a heterogeneidade, olhar para o que, nas desconexões, nutre as relações e produz conexões parciais, mais do que como nossas cisões separam figuras. Dá destaque assim para a relevância das produções de conhecimento coletivas e responsáveis, que possibilitam dissentir junto, por dentro, sem se isolar do processo do qual se dissente, de modo a alimentar um pensar-com potente e interdependente, ainda que não seja impecável. Afinal, não é fácil cuidar das relações ao produzir conhecimento a partir de uma perspectiva de heterogeneidade que reconhece posicionamentos que são divergentes ao invés de simplesmente acomodar ou tolerar diferenças. Trata-se de,

[...] refletindo a partir do cuidado com dissenso, ressaltar a importância de esses processos serem tomados como contíguos. Quando se trata de estar-com, seja em processos de pesquisa ou em movimentos reivindicatórios, é o reconhecimento de que aquele com quem compomos e pesquisamos é agente tanto quanto (ou mais) do que nós, o que permite que seja possível a diferença (dissenso) e o cultivo (cuidado) dela (TALITA TIBOLA, 2016, p. 198).

É esse tipo de conhecimento envolvido pelo cuidado, constituído por um “pensar com” que possibilita um “dissentir por dentro”, que interessa a esta pesquisa. Busco habitar fronteiras não como um limite, mas como um jogo de negociação, reconhecendo que enquanto pesquisadora não estou no comando, mas sempre compondo com outras, tecendo relações, sempre localmente, sem buscar solucionar os problemas de forma definitiva e totalizadora, mas sustentando o tensionamento através de soluções parciais¹⁷. Assim, considero a própria pesquisa como prática de cuidado, o que não implica em atenuar as diferenças, mas sim em dar ênfase a essas diferenças nas relações com o outro, encorajando os processos de diálogo, negociando significados desde a apresentação das questões até a análise dos dados, de modo a trabalhar conjuntamente com as participantes

¹⁷ Embora aqui se trate de uma discussão sobre os modos de saber e modos de fazer que orientam esta pesquisa, penso que a proposta de Donna Haraway de habitar fronteiras também nos oferece uma pista valiosa para as práticas de cuidado que desenvolvemos junto às mulheres em situação de violência. Por exemplo, como seria se eu tivesse feito uma composição deste tipo com Rose? Penso que eu poderia ter oferecido um pouco mais a essa usuária se na minha conexão com ela tivesse sustentado o tensionamento por meio de negociações que buscassem soluções parciais e não definitivas, reconhecendo as fragilidades e angústias inerentes às situações de violência vivenciadas por ela e inventando juntas maneiras de lidar com elas, a partir das singularidades de sua história.

para alcançar um mútuo entendimento (ALCIONE DA SILVA, 1999). Trata-se de afirmar um posicionamento crítico à hierarquia entre pesquisadoras e pesquisadas, considerando legítimo que os sujeitos participantes da pesquisa tenham o direito de construir e dar significado às suas experiências pessoais, validando suas perspectivas, e tomando-os como especialistas das suas próprias experiências (SOFIA NEVES; CONCEIÇÃO NOGUEIRA, 2003).

É fundamental dizer que ao recusar os discursos universalizantes e gerais sobre as mulheres e dar destaque para as diferenças, as estratégias investigativas críticas do feminismo destacam a impossibilidade de falar em nome de todas as mulheres e a necessidade de considerar as especificidades das experiências de vida desses sujeitos, estando comprometida com a busca de ferramentas para analisar e compreender as relações diferenciadas de poder que situam as mulheres em posições desiguais. Nesse sentido, Conceição Nogueira (2017), defende a relevância da teoria da interseccionalidade para a análise dos diferentes marcadores da diferença que perpassam a vida das mulheres - como é o caso da raça, da classe social, das deficiências e da sexualidade, por exemplo -, articulando as múltiplas diferenças e desigualdades experienciadas pelas mulheres em contextos específicos.

Neves e Nogueira (2003) apresentam um outro importante pressuposto das abordagens feministas de produção de conhecimento: aquele que defende o uso de múltiplas e variadas metodologias na análise e na investigação dos fenômenos sociais, evitando análises simplistas e reducionistas da realidade. A articulação de várias metodologias de investigação aumenta a possibilidade das investigadoras e investigadores compreenderem melhor o que estão estudando, propiciando maior credibilidade aos seus achados e conclusões. Isto significa que para as epistemologias feministas são válidas diferentes abordagens de pesquisa, desde que construídas e analisadas sob uma perspectiva não sexista (MARTHA NARVAZ; SÍLVIA KOLLER, 2006).

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos propriamente ditos, um aspecto importante de ser enfatizado é que, ao contrário das noções de metodologia da ciência clássica positivista, que definem *a priori* e de forma sistemática os procedimentos por meio dos quais a investigação se dará a fim de alcançar determinada meta, houve aqui uma reversão do método, deslocando o primado da meta, para o primado do caminho, que traça, no percurso, suas metas - ao invés de *meta-hodos*, a opção é pelo *hodos-metos* (EDUARDO PASSOS; REGINA BARROS, 2010). Trata-se de um caminhar pela

experimentação, mapeando processos e intensidades, sem regras prévias, num processo aberto aos encontros e afetos que circulam na relação do pesquisador com seu campo (SIMONE PAULON; ROBERTA ROMAGNOLI, 2010).

É neste sentido que esta pesquisa teve de antemão algumas pistas que orientaram o processo de acompanhar e de analisar as linhas das intervenções, práticas e processos de cuidado produzidas por psicólogas no trabalho com mulheres em situação de violência, sempre levando em consideração os efeitos do processo investigativo sobre o objeto da pesquisa, a pesquisadora e seus resultados. Porém, trata-se de um caminhar que sempre esteve sujeito a sofrer desvios e deslocamentos, em que os procedimentos de produção e de análise de dados não estavam todos prescritos como se a meta alcançada pela pesquisa pudesse ter sido enunciada e antecipada. A escolha que afirmo aqui foi por levar em consideração o que surgia no processo de pesquisa, na experiência concreta dos encontros, afinal o caminho se faz no caminhar¹⁸.

Algumas das pistas que orientaram esse percurso investigativo cartográfico já foram mencionadas: os conceitos-ferramentas esquizoanalíticos e socialanalíticos de analisador, implicação e transversalidade; e os pressupostos feministas relacionados com a objetividade feminista, com a interseccionalidade e com a possibilidade de articulação de múltiplas abordagens e metodologias desde que não seja adotada uma perspectiva sexista. Destaco a seguir mais alguns direcionamentos importantes para a operacionalização deste processo de pesquisa.

Uma orientação investigativa relevante diz respeito ao material de análise, composto pelas narrativas que produzi a partir da minha própria experiência de trabalho com mulheres em situação de violência de gênero, e também pelas narrativas das profissionais de psicologia com experiência de trabalho junto a essas mulheres. Inspirada por Walter Benjamin (1994), a narrativa aqui se refere à experiência que se torna fonte de histórias orais; ou seja, é tomada no sentido de transmissão e organização de experiência humana. E essas narrativas são incompatíveis com explicações definitivas, abrindo-se para inúmeras possibilidades de leituras potenciadoras, desdobradoras e necessárias.

¹⁸Lembro aqui que foi o que ocorreu com o deslocamento da minha proposta inicial de pesquisa: entrei no doutorado com a proposta de investigar as estratégias e táticas de resistência construídas por mulheres em situação de violência mais especificamente no espaço dos grupos de mulheres; porém novos encontros e possibilidades se desenrolaram em minha trajetória na pós-graduação, novos caminhos se abriram, novas entradas, que foram levadas em consideração quando optei por deslocar o objetivo principal do projeto para a investigação das intervenções, processos e práticas de cuidado produzidas por profissionais de psicologia junto a mulheres em situação de violência de gênero, produzindo problematizações a partir das contribuições das epistemologias feministas em articulação com a filosofia da diferença.

É nesse sentido que as narrativas constituem uma aposta metodológica, “uma escolha pelo que é local e pelo que se aceita negociar para fazer novas composições” (JOSSELEM CONTI; MARÍLIA SILVEIRA, 2016, p. 57). Ou seja, esta pesquisa traz narrativas relacionadas com práticas de cuidado locais, específicas a determinados contextos. Porém, isso não significa que a importância deste trabalho seja apenas local. Como Annemarie Mol (2008) sugere, apesar dos estudos de caso não se aplicarem a todos os lugares, isso não significa que sua relevância seja local, porque eles oferecem pontos de contraste, comparação ou referência para outros locais ou situações. Esses estudos não nos dizem o que esperar ou fazer em qualquer outro lugar, mas sugerem perguntas pertinentes. Assim, é possível dizer que o que pode ser generalizado por meio das narrativas locais sobre o cuidado produzido pelas psicólogas junto a mulheres em situação de violência, apresentadas e discutidas nesta tese, é uma certa sensibilidade para o modo de pensar esse tipo de cuidado, produzindo novos problemas em diferentes contextos.

No caso da presente pesquisa, ir a campo teve uma dupla significação: de um lado, disse respeito a acessar as memórias e marcas deixadas no meu corpo de trabalhadora social e agora de pesquisadora, buscando retrazá-las e também ressignificar minha passagem pelo Benvinda. De outro, significou acessar outras narrativas, de outras profissionais de psicologia com experiência de trabalho com mulheres em situação de violência, por meio da realização de conversas com as mesmas, numa tentativa de ampliar e complexificar o campo de análise investigativo, fazendo aparecer diferentes versões, que trouxeram novos elementos para as problematizações: uma aposta na heterogeneidade. Nesse sentido, “estar no campo implica estar em uma rede de trocas que coloca a pesquisadora em risco, a repensar suas práticas. São esses encontros que possibilitam o aparecimento de novas questões” (CONTI; SILVEIRA, 2016, p. 58).

É preciso ainda dizer um pouco da opção por trazer para a pesquisa narrativas *do cotidiano* de profissionais de psicologia nas políticas públicas para mulheres. As vivências do cotidiano nos propiciam um olhar para o modo como as relações são produzidas, provocando a pesquisadora a assumir-se como parte do processo pesquisado, e não como observadora distante deste processo. Ignorar o cotidiano é abrir mão da possibilidade de uma inserção mais desordenada, ordinária e corriqueira no mundo das ações sociais, que é diferente daquela do especialista e do observador imparcial. Considerando a relevância de nos conectarmos com os fluxos constantes de pessoas, espaços, conversas, assumindo-se como parte de um processo permanente de negociação, resistência e determinação de sentidos coletivos, enquanto pesquisadoras precisamos

aprender a prestar atenção a nossa própria cotidianidade, reconhecendo que é nela que são produzidos e negociados os sentidos (PETER SPINK, 2008). É nessa direção que, no caso deste estudo, pesquisar é se ocupar do cotidiano de trabalho das profissionais de psicologia junto a mulheres em situação de violência; é se inserir nos encontros diários, nos micro-lugares que compõem esse cotidiano, espaços privilegiados de produção e operacionalização dos processos de cuidado que tanto interessam a esta investigação.

Portanto, a perspectiva interventiva desta pesquisa, que envolveu a participação ativa tanto da pesquisadora como das participantes, também se desenvolveu em duas dimensões: no corpo da pesquisadora, que como Iacã Macerata (2010, p. 20) defende “pode servir de analisador de como se configura essa paisagem no presente”; e também no corpo das demais profissionais de psicologia participantes deste estudo, que tiveram a possibilidade de refletir e colocar em análise suas próprias práticas profissionais e suas relações cotidianas com mulheres em situação de violência.

Por fim, ressalto a problematização como um dos principais procedimentos ético-metodológicos desse trabalho. Michel Foucault (2010b) nos apresenta uma importante diferenciação entre polêmica e problematização, quando explica por que se mantém afastado da polêmica. A polêmica não abre espaço para uma discussão num mesmo plano, o polemista não vê no outro um interlocutor, mas “faz do outro um inimigo portador de interesses opostos contra o qual é preciso lutar até o momento em que, vencido, ele nada mais terá a fazer senão se submeter ou desaparecer” (FOUCAULT, 2010b, p. 226). O jogo da polêmica anula assim o interlocutor da possibilidade de qualquer diálogo e a legitimidade do polemista exclui necessariamente a legitimidade de seu adversário. Já a problematização enquanto trabalho específico do pensamento remete à elaboração de uma dada questão, a transformação de um conjunto de complicações e dificuldades em problemas para os quais diversas soluções tentarão trazer uma resposta. Foucault destaca que, para um mesmo conjunto de dificuldades, várias respostas podem ser propostas: não há uma solução justa e definitiva.

Assim, quando a problematização é tomada como pista que orienta este percurso de pesquisa, colocam-se duas exigências: a necessidade de um posicionamento em um campo de problemas a ser resolvido, exigindo o esforço de construção de estratégias de intervenção; e a necessidade de desmontagem dos problemas estabelecidos no campo problemático construído e a invenção de novos problemas a que correspondem novos modos de existência.

Este é o sentido que tem aqui a investigação dos processos e práticas de cuidado produzidos pelas profissionais de psicologia junto a mulheres em situação de violência: estar às voltas com a produção desses processos, criando novas questões por meio de uma postura problematizadora, que busca dar destaque à multiplicidade, evitando assim cair em polemizações que esvaziam toda potência do pensamento, esterilizam o debate, não permitem que novas ideias surjam. Isto significa que esta investigação não se ocupa em desvelar ou descobrir verdades absolutas e universais, mas sim em colocar diferentes questões que podem abrir novos problemas: a problematização aqui abarca tanto a busca de possíveis soluções (sempre parciais) para os problemas colocados, como a criação de novos problemas, numa aposta de que há momentos em que é mais importante criar novas entradas, outras passagens, do que encontrar ou descobrir saídas.

2.1 Narrando memórias

As memórias narrativas que advêm da minha experiência profissional em um Centro de Referência da Mulher e que compõem esse trabalho foram registradas em diário de campo e ou acessadas por meio de anotações de cadernos de trabalho. Porém, algumas cenas foram registradas textualmente apenas no momento da escrita da tese, não existindo nenhum registro escrito anterior. Trata-se de situações que foram surgindo espontaneamente, carregadas de intensidades, no momento em que refletia ou problematizava alguma questão específica ou que conversava com alguma das colegas psicólogas interlocutoras desse trabalho. São cenas do meu cotidiano de trabalho, de atendimentos individuais, realizados por mim ou compartilhados com outras profissionais; atividades coletivas; discussões de caso; reuniões de equipe; trocas com as colegas.

Vale destacar aqui a importância do diário de campo para o acesso às experiências de intervenção e para a problematização de situações que demandavam reflexão, possibilitando a construção de alternativas para explorar as situações de campo. O diário de campo permite uma aproximação do dia-a-dia das práticas, nos possibilitando conhecer um cotidiano relacionado não com o como fazer “das normas”, mas sim com o que foi feito “da prática” (RENÉ LOURAU, 1993). O diário foi um dispositivo fundamental, o qual fiz uso ao longo de todo o processo investigativo para registrar as ações, situações, memórias, casos, reflexões e elaborações relacionadas tanto às experiências das participantes, quanto as minhas próprias experiências e implicações enquanto pesquisadora. A partir dos registros do diário de campo os casos e memórias

foram transformadas em cenas analisadoras que “têm a função de evidenciar os múltiplos sentidos de relação estabelecidos neste campo, entre aquele que intervém e o alvo da intervenção” (IACÃ MACERATA; EDUARDO PASSOS, 2015, p. 539).

Nesse trabalho com memórias (minhas e das colegas psicólogas) é fundamental considerar que há um espaço em profundidade entre o acontecimento e a narração do fato, e, como Conceição Evaristo (2017) destaca no início do livro *Becos da Memória*, é nesse espaço que irrompe a invenção. Quando discorre sobre a construção do romance mencionado, a escritora o descreve como uma criação que pode ser lida como ficções da memória, uma vez que, como a memória esquece, surge a necessidade de invenção. É nesse sentido que, mesmo as histórias reais, são inventadas quando são contadas.

Os momentos de troca com outras profissionais de psicologia, interlocutoras desta pesquisa, foram especialmente relevantes na ativação das minhas memórias do trabalho com mulheres: suas narrativas sobre o trabalho com mulheres em situação de violência de gênero traziam lembranças da minha própria vivência nesse campo, me jogando no passado, me colocando cara-a-cara com o meu “eu trabalhadora social”. E, para lidar com uma memória que às vezes é viva, outras vezes é esfacelada, surge a invenção para cobrir os vacúolos de lembranças transfiguradas. Invenção que atende ao meu desejo de que as memórias apareçam e pareçam inteiras.

Gosto de ouvir, mas não sei se sou hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. [...] estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas. [...] Sim, invento, sem o menor pudor. [...] Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. [...] continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência (EVARISTO, 2016a, p. 7).

Nesse sentido, ainda inspirada por Evaristo (2017), escrever essa tese também foi um exercício de perseguir escrevivências, em um processo em que escrita e vida, escrita e vivência (com)fundem-se, já que as narrativas compartilhadas aqui, baseiam-se em vivências minhas e das minhas interlocutoras, não estando necessariamente vinculadas com a veracidade dos fatos. Uma escrita que nasce do nosso cotidiano, das nossas lembranças e experiências de vida, especialmente àquelas ligadas ao trabalho com mulheres em situações de violência de gênero.

Ainda nessa direção, o cineasta Eduardo Coutinho, em uma entrevista concedida a Fernando Frochtengarten (2009), ao discorrer sobre o modo como estabelece conversas com “pessoas comuns” que participam de seus filmes, afirma que “a pessoa conta um fato histórico e, se ele é verdadeiro ou não, deixa de ter importância” (p. 128). Coutinho remete assim a memória como mentirosa e verdadeira simultaneamente, trazendo como exemplo uma conversa com uma mulher que participou do filme *Edifício Master*:

No [Edifício] Master, uma mulher me disse: “Vivi com um alemão por dez anos”. Eu não vou checar se foram dez ou cinco anos ou se ele era argentino. Eu perguntei se ela foi feliz e ela disse que foi. É o que me importa. Naquele presente é verdadeiro. O passado não me interessa, eu não vou pesquisar. Só não me interessa a mentira do mitômano, que é um belo assunto de filme, mas que factualmente não tem sentido. Fora isso a memória é, para mim, a coisa mais mentirosa do mundo. O que não quer dizer que não seja verdadeira. Você me conta sua infância de um jeito como você a conhece hoje. Se eu for te procurar daqui a um ano você vai me dizer de outro jeito (COUTINHO apud FROCHTENGARTEN, 2009, p. 128).

Assim como Coutinho, neste trabalho considero que o passado é construído a partir do presente, de modo que as narrativas sobre um mesmo tema ou evento, relatadas por um mesmo sujeito, não permanecem as mesmas ao longo do tempo, pois as percepções, os afetos e os lugares, bem como os sentidos que as pessoas vão atribuindo às suas vivências vão se transformando ao longo do tempo.

Ecléa Bosi (2003a) afirma que a memória é produzida: ela não é estática, não é algo como um arquivo onde se busca informação, mas é a operação realizada no presente que atualiza o conteúdo recordado, pensando criticamente os acontecimentos do tempo em que se recorda. No caso dessa investigação, meu corpo pesquisador vai sendo produzido à medida que se insere em uma movimentação até um tempo passado, esmiuçando as memórias a partir do presente, interferindo ativamente nelas, produzindo novos questionamentos, novas análises e outras versões. Esse processo é entremeado por afetos, alguns tristes, pesados e hostis, outros mais alegres, leves e acolhedores, que me deslocam e que são pistas para pensar a produção do cuidado junto a mulheres em situação de violência de gênero. Minhas interlocutoras, em diferentes momentos das conversas (por exemplo: quando pedia para narrarem um caso que foi potente ou alguma situação que saiu do controle nesse trabalho), também fizeram esse movimento até um outro tempo, olhando mais vagarosamente para suas práticas, analisando-as e reposicionando-se diante delas. O processo de desconstrução e construção de memórias foi assim sendo

colocado em palavras, compondo narrativas que colocam esse trabalho de pesquisa em movimento e que também nos deslocam, produzindo efeitos em nossas subjetividades.

Junto com Maurice Blanchot (2005, p. 8), entendo que “a narrativa não é o relato do acontecimento, mas o próprio acontecimento, o acesso a esse acontecimento”. Ou seja, a questão que se coloca não é a de relatar fatos passados como se pudéssemos chegar à sua versão original, mas de associar uma memória com o presente, fazendo dessa memória uma memória intensiva, viva. Nesse sentido, as narrativas do meu cotidiano de trabalho e também as narrativas das colegas psicólogas são marcas de um percurso profissional datado e singular. Como Macerata (2010) argumenta, trata-se de memórias vivas que se atualizam em outro contexto, de modo que assim o contexto da pesquisa ganha o sentido de análise e de crítica:

Não somente rememorar fatos, mas trazê-los à luz de minhas questões e do meu contexto presente, dando outros sentidos a eles a partir de todo um modo de “tratamento” desse material: limar, restaurar, pintar – uso de uma caixa de ferramentas conceituais, éticas, artísticas e afetivas (p.20).

Passado e presente não possuem relação de linearidade, de modo que o acesso a memória também não pode ser linear. Acessamos a memória desde o presente, com tudo o que está em jogo nele, o que nos possibilita fazer novas conexões com a nossa história, produzir outras compreensões sobre quem somos e o que temos feito em nossas vidas. Essa viagem no tempo faz passado, presente e futuro coexistirem quando abrimos mão do que poderia ter sido para considerar o que pode vir a ser. No caso dessa pesquisa, ao revisitar memórias, cenas e sensações relacionadas com a produção de cuidado junto às mulheres, podemos pensar em como desejamos operacionalizar o cuidado e o modo como queremos estar em relação com esses sujeitos, transformando esse exercício do pensamento em criação de práticas futuras. Não precisamos ser as mesmas trabalhadoras sociais sempre. É possível criar outros sentidos para nossas práticas, para nosso trabalho e para nossas vidas.

Portanto, neste estudo, tecer narrativas a partir das memórias que materializam as experiências que nos constituem como trabalhadoras sociais, está relacionado com o meu desejo de colocar em análise o cuidado que produzimos junto a mulheres em situação de violência de gênero. Busco deslocar nossos olhares, os nossos pensamentos e possíveis certezas, produzindo aprendizado a partir de experiências rememoradas. Interrogar a memória, produzindo aberturas e porosidades que possibilitem conectá-las com intercessores que produzam sentidos outros para um trabalho tantas vezes pesado. Uma

aposta na produção de outros possíveis por meio de um movimento que conecta passado presente e futuro, produzindo novas versões que permitem que a experiência de cuidado seja performada de outros modos.

2.2 As conversas

Em junho de 2019 a professora Katia Aguiar organizou um Seminário de Pesquisa intitulado *Interrogando nossas práticas – pesquisas, intervenções e a política do comum* com o objetivo de criar um espaço para que nós, suas orientandas e orientandos, compartilhássemos um pouco do “estado da arte” de nossas pesquisas, os intercessores com os quais estávamos tecendo análises problematizadoras e nossa escrita. Foi sugerido que levássemos algum material para dar suporte ao trabalho de exposição e partilha dos nossos percursos e das principais questões de pesquisa que nos atravessavam naquele momento – poderia ser qualquer coisa que ajudasse os colegas do coletivo a se aproximar do campo de investigação de cada um. Assim, nos reunimos em um sábado e compartilhamos registros de imagem, de escrita, exercícios corporais, performances musicais, cartazes, entre outros, que potencializaram o processo de partilha de questões que se destacavam naquele momento da trajetória de pesquisa de cada um (dúvidas, expectativas, apreensões, etc.).

Escrevi uma carta para partilhar com Katia e com as/os colegas naquela ocasião. Porém, como éramos muitas e muitos, não tivemos tempo hábil para que todas/os compartilhassem suas questões e decidimos priorizar aquelas/es que tinham maior urgência devido aos prazos para qualificação e defesa. Trago a carta para este trabalho porque ela foi escrita quando estava em meio a realização das conversas com as colegas psicólogas que participaram desse estudo, descrevendo um pouco desse processo e também expondo algumas das apreensões que permearam essa dimensão do meu campo de pesquisa.

Belo Horizonte, 18 de junho de 2019.

Katia e colegas.

Gostaria de compartilhar com vocês um pouco do que tem me atravessado nesse momento em que tento ir ao encontro de uma das dimensões do meu campo de pesquisa: as experiências de colegas psicólogas no trabalho com mulheres em situação de violência de gênero.

Pensando em como me colocar nas conversas/entrevistas de modo a acessar as experiências das colegas psicólogas de forma potente, saindo do enquadre de uma entrevista tradicional que mais informa do que acompanha os movimentos dos processos, que mais representa do que dá acesso à dimensão processual da experiência, tenho sido interpelada por várias questões: como escapar de um roteiro estabelecido? Como fazer da conversa/entrevista um plano de experimentação onde a composição entre as participantes seja possível? Como produzir desvios e deslocamentos que nos possibilitem o encontro com o intensivo? Como, no manejo da conversa, intervir para a emergência de dizeres encarnados, carregados de intensidades e de afetos? São muitos questionamentos sobre o “como” dessa pesquisa e confesso que tem sido bem difícil para mim sair da zona de conforto que as formas propiciam e partir para a zona de instabilidade e indeterminação produzida pelo encontro com as forças.

E também tem sido muito desafiador buscar composições potentes em uma conversa “entre pares”, em uma troca com uma colega psicóloga que trabalha com as mesmas questões que trabalhei por alguns anos, que lida cotidianamente com uma violência que produziu e produz muitos desassossegos na minha prática profissional - desassossegos necessários, mas nem por isso menos incômodos; colegas de profissão que continuam investindo grande parte da sua vida na luta cotidiana pelo enfretamento da violência de gênero, um trabalho que para mim sempre foi desafiador e muitas vezes pesado. Aqui, me vem à cabeça os eixos da invenção e da implicação que compõem uma pesquisa cartográfica e penso no quanto esses dois eixos podem se coengendrar em determinadas situações de pesquisa. A sensação que tenho tido é que muitas vezes nossa implicação com o campo pode bloquear não só o nosso “olhar-cartógrafo” para o que se produz de inventivo no micro, para as linhas de fuga e resistências que caminham lado a lado com as linhas duras que compõem o campo, mas que as interferências do campo em nós também podem enrijecer nosso manejo de ferramentas e dispositivos de pesquisa, mantendo-nos empacados em nossos territórios, com dificuldade de partir para experimentações em nossos processos investigativos.

No caso específico das conversas/entrevistas coloca-se a seguinte questão: como esse dispositivo pode buscar o encontro entre interlocutores ao invés de simplesmente mantê-los em seus respectivos territórios? Deleuze (GILLES DELEUZE; CLAIRE PARNET, 1998) considerou a entrevista nos termos de “traçar um vir a ser”, em que o entrevistar surge como um estar “entre”. Ao meu ver, este estar “entre” só pode se efetivar quando saímos do quadro, trançando perspectivas em diferentes direções, experimentando sentidos múltiplos, variando os protocolos, ou mesmo saindo deles e incutindo desordem. E não podemos esquecer ainda da dimensão interventiva que deve portar uma entrevista na cartografia, de modo que esse dispositivo seja capaz não só de acompanhar processos, como também neles intervir, possibilitando mudanças, catalisando passagens disruptivas que temos interesse em conhecer.

Mas é aí que me perco... Leio, penso, acho que entendo, mas o COMO da pesquisa acaba sempre me pegando. A cartografia requer uma ampliação da escuta e do olhar, que devem seguir para além do puro conteúdo da experiência relatada na conversa/entrevista, e

incluir a dimensão processual da experiência, apreendida em suas variações. Encontrei algumas pistas importantes sobre como ampliar essa sensibilidade da escuta e do olhar no texto “A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer” (SILVIA TEDESCO; CRISTIAN SADE; LUCIANA CALIMAN, 2014), que apresenta algumas variações do dizer que podem ser considerados indicadores da presença de experiência na fala; são elas, por exemplo: as irregularidades do dizer, a entonação, as variações de altura, a velocidade, os silêncios, as repetições, expressões faciais, a mímica e os gestos corporais, o uso de expressões transgressoras da gramática como neologismos e polissemias, entre outros. É preciso acompanhar o movimento que pode ser sentido nos instantes de ruptura, nos momentos de mudança presentes nas falas e, estando atenta às modulações do discurso durante a conversa, é importante questionar qual afeto provoca determinada variação da fala.

Tudo isso demanda cuidado por parte de nós pesquisadoras e pesquisadores que no momento da entrevista realizamos o manejo, a modulação do diálogo. Como as autoras e o autor do referido texto indicam, a experiência não se encontra apenas no relato do/a participante, mas também é construída durante a entrevista e, nesse sentido, há uma aproximação maior da cartografia com o diálogo da clínica do que com perguntas feitas por um jornalista em busca de informações e respostas precisas. O desafio é o redirecionamento contínuo das falas para privilegiar a vivacidade da linguagem, por meio de perguntas e comentários que estimulem a circulação de forças, resistindo aos discursos totalizantes, que fecham o espectro da experiência na busca exclusiva por informações, reduzindo múltiplos sentidos possíveis a respostas precisas. Usar perguntas que comportam um não saber ou comentários que interrogam as evidências, pode ser interessante aqui. É preciso construir uma experiência de conversa/entrevista mais suscetível às variações e à indeterminação: privilegiar a experiência da entrevista ao invés da entrevista sobre uma experiência (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014).

Bom, trazendo todas essas reflexões para a operacionalização das entrevistas na minha pesquisa, resolvi lançar mão de algumas pequenas experimentações para me auxiliar a embarcar na conversa e me deixar afetar por tudo o que for ocorrendo naquele momento, percorrendo com as participantes as diferentes linhas que vão sendo traçadas nos fluxos de falas, ideias, etc. Nesse sentido, um direcionamento que tenho adotado nessas conversas é de buscar construir parcerias com minhas interlocutoras, de modo a habitar e traçar junto com elas o território da conversa/entrevista. Na prática, antes de começar as conversas tenho proposto às minhas interlocutoras que elas escrevam uma carta para uma jovem psicóloga que está iniciando o trabalho com mulheres em situação de violência de gênero. Pergunto: “o que você diria para essa nova colega de trabalho?” Após escreverem a carta, proponho que a colega leia ou conte o que escreveu e começamos nossa conversa a partir daí. Depois dos estudos e reflexões sobre entrevistas na cartografia, o que fico pensando é que enquanto “entrevistadora” (ou “condutora” da conversa) eu também sou guiada nessa caminhada, sendo importante rever minhas expectativas e questões a partir dos intercessores que encontro. Assim, partindo das cartas, dos elementos que a leitura da mesma aciona, a conversa vai se configurando

com menos formalidade, menos armada, realizando-se como um passeio que segue múltiplas direções e sentidos, tentando sustentar um plano de confiança que permite a entrega e o engajamento na conversa. E, nesse sentido, o tempo todo tenho tentado me colocar de fato como par, de modo que em alguns momentos também me autorizo falar sobre alguma dimensão da minha prática com mulheres em situação de violência de gênero, e assim vamos compartilhando histórias, tensões, angústias e estratégias, fazendo proliferar questões mais do que respostas.

Enfim, pessoal, é assim que estou tentando seguir: considerando as conversas/entrevistas como uma experiência compartilhada de dizer que ao colocar em análise nossos processos de trabalho com as mulheres, possibilita a (re)invenção e criação de práticas, de intervenções, de modos de estar com as mulheres e também de estar no mundo. Coisas interessantes têm se produzido nessas tentativas. Conto para vocês em outra oportunidade...

beijos,

Lu

Essa carta evidência uma oscilação minha com relação a essa dimensão da pesquisa que hora chamo de conversas, ora de entrevistas e ora uso as duas denominações juntas. Talvez naquele momento de fato ainda não tivesse tanta clareza. Mesmo assim, sinto que nesse registro escrito acaba prevalecendo a ideia de conversa, que no decorrer da pesquisa foi ganhando cada vez mais força.

Foram conversas porque foram disparadas pela proximidade, e não pela distância estabelecida em entrevistas mais diretivas que acabam enquadrando o encontro. Coutinho costumava dizer que seus filmes são compostos por conversas e não por entrevistas, pois o seu interesse é pelo acaso, pela surpresa e pela incerteza do resultado, defendendo que acredita que “as relações dão certo quando não são pergunta e resposta, mas um ato colaborativo” (COUTINHO apud FROCHTENGARTEN, 2009, p. 130). Nos encontros que tive com as profissionais de psicologia, havia sim alguns pontos específicos que desejava abordar, mas tentei não me fechar neles, evitando que predominasse a busca de informação, para que então eu pudesse me abrir ao encontro, buscando preservar uma certa imprevisibilidade deste. A sustentação dessa dimensão imprevisível exige uma abertura para o novo, que acredito que pôde ser operacionalizada nos momentos em que deixei me guiar pelos afetos que perpassavam os encontros e quando consegui escutar sem tentar antecipar respostas, buscando mergulhar nas intensidades do presente para dar

língua para afetos que pediam passagem (SUELY ROLNIK, 2007). Portanto, ao invés de entrevistas padronizadas, foram conversas singulares que foram se delineando de acordo com a aproximação que consegui estabelecer com cada interlocutora, a cada encontro, em um ato colaborativo de interação entre diferenças. Afinal, assumir a diferença no fazer da psicologia junto às mulheres em situação de violência de gênero foi o que me incitou a trazer a experiência de outras colegas para esse trabalho, não focando apenas na minha experiência de trabalhadora social com essa temática.

Ao mesmo tempo, como Grada Kilomba (2019, p. 83) destaca, realizar pesquisa entre iguais tem sido “fortemente encorajado por feministas, por representar as condições ideais para relações não hierárquicas entre pesquisadoras/es e informantes, ou seja, onde há experiências compartilhadas, igualdade social e envolvimento com a problemática”. Trata-se de rejeitar o distanciamento dos “objetos de pesquisa”, de não cair no lugar de “sujeito distante” que olha para os “objetos pesquisados”. Porém, isso não significa aceitar sem críticas todos os posicionamentos de minhas interlocutoras. Trata-se sim de respeitar suas narrativas sobre a experiência de trabalho com mulheres em situação de violência e demonstrar interesse pelas práticas de cuidado produzidas no cotidiano dessas profissionais. Assim como Kilomba (2019, p. 83), também discordo da perspectiva tradicional de que “o distanciamento emocional, social e político é sempre uma condição favorável para a pesquisa, melhor que o envolvimento mais pessoal”. Ser uma pessoa “de dentro” produz uma base rica, valiosa em pesquisas em que a interlocução entre pesquisadoras/es e participantes tem lugar de destaque. A escolha na pesquisa de profissionais de psicologia que também trabalham com mulheres em situação de violência e com condições de classe próximas a minha, possibilita gerar conhecimento a partir de relações de poder mais igualitárias entre pesquisadora e pesquisadas.

Abordei essa tentativa de estabelecer uma aproximação “entre iguais”, mas “pela diferença”, na carta que escrevi para Juliana, colega do coletivo de pesquisa e importante aliada no processo de construção da tese, que me estimulou a colocar o pensamento em movimento e a dar voz aos afetos em diferentes momentos de partilha.

Belo Horizonte, 02 de julho de 2019.

Ju querida...

Em uma de nossas discussões e trocas sobre nossas pesquisas, você me perguntou sobre minhas impressões das conversas/entrevistas que venho realizando com psicólogas que,

assim como eu, têm alguma experiência de trabalho com mulheres em situação de violência de gênero. Você perguntou sobre o plano dos afetos, sobre como tem se desenrolado esses encontros, o que eu percebia... Não te respondi de imediato, fiquei pensativa. Então você sugeriu que eu me “consultasse” sobre as entrevistas que já fiz até o momento e escrevesse sobre isso. Resolvi escrever uma carta para te contar o que venho refletindo a partir dessa “consulta”.

O processo de realização das conversas não tem sido simples para mim... Sinto que surge uma ansiedade que, junto com a insegurança, aumenta à medida que vai se aproximando a hora marcada para realizar a conversa/entrevista com determinada psicóloga. A sensação de despreparo para esse encontro parece inevitável, mesmo quando não se trata da primeira ou segunda entrevista, ou quando eu já tenho uma boa relação de coleguismo ou mesmo de amizade com a entrevistada. Nessas horas fico conversando internamente comigo, buscando me apaziguar, me lembrar de que não há motivo para tanto drama (risos...). E quando chega o momento inicialmente sinto-me dura, engessada. Proponho que as interlocutoras escrevam as cartas para compartilharem comigo o que diriam a uma jovem colega psicóloga que está iniciando o trabalho com mulheres em situação de violência. Até agora todas aceitaram a proposta e enquanto escrevem suas cartas fico meio sem jeito, querendo deixá-las bem à vontade, numa circunstância em que eu não me sinto nada à vontade. O corpo fica sem lugar nesse momento. Quando a colega termina a carta, a sensação que tenho é que muito tempo se passou. Mas dou uma olhada rápida no relógio e percebo que foram apenas alguns minutos.

Começamos então a conversa a partir da leitura das cartas; tento seguir as pistas que aparecem nos escritos de minhas interlocutoras, mas há momentos em que me perco e retomo o fluxo da conversa por pistas da minha própria experiência com as mulheres em situação de violência. Assim, algumas vezes é minha interlocutora que indica e vai abrindo os caminhos da conversa, outras vezes sou eu quem vou direcionando o diálogo. E à medida que vamos trocando e seguindo juntas, tenho a impressão que a atmosfera entre nós vai se tornando mais leve e também mais íntima (mesmo quando é o caso de ser a primeira vez na vida em que encontro com aquela pessoa). Seguimos assim por falas espontâneas e também pela reprodução de discursos prontos sobre o cuidado; por silêncios inesperados e pelas mudanças de tom, altura e ritmo do que é dito; pelas interrupções de pensamentos e falas e também por repetições; pelos gestos e olhares – que em certos momentos parecem implorar por alguma cumplicidade...

Bom, o que acho importante dizer sobre as minhas primeiras impressões dessas conversas é que sinto que muitas das colocações que essas psicólogas fazem extrapolam queixas usuais sobre a precariedade estrutural dos serviços, da qualificação dos gestores e da própria equipe, da falta de recursos humanos e também financeiros. Parece haver uma dimensão que não cabe nessas categorias e que diz respeito ao próprio encontro com nosso objeto de trabalho; encontro com outras mulheres, que passaram ou se encontram em alguma situação de violência de gênero, e que possuem experiências diferentes de ser mulher, mas com pontos de contato e alianças possíveis de serem construídas nesse momento em que estamos juntas. Mas é concreta a dificuldade que

muitas vezes temos de construir essas pontes, de acessar essas mulheres, de construir um “estar juntas” durante o atendimento/acompanhamento... Percebo também que às vezes, no meio da conversa com as participantes da pesquisa, as colocações aparecem em tom de um ressentimento e fico pensando se em última instância, esse afeto reativo não vem do fato de não conseguirmos dar conta da violência de gênero e de sua reprodução incansável. E, nesse sentido, se é tão difícil interferir na dimensão macro dessa violência que não para de se reproduzir e que com frequência coengendra micropolíticas reativas que nós psis sustentamos na manifestação de ressentimento, desânimo, impaciência, tristeza, angústia, e até de microfascismos, que encerramos em nossos corpos e também reproduzimos nas práticas junto às mulheres, penso que é fundamental considerar os lampejos de potência que têm aparecido nessas conversas. Não são poucas as narrativas em que no agenciamento com o campo de trabalho, na dimensão micro, as psicólogas conseguem produzir o novo, produzir micro-revoluções que se manifestam na experimentação de outros modos de estar com as mulheres, na subversão dos protocolos, nas estratégias construídas conjuntamente para romper com as situações de risco em que as mulheres se encontram, e que demandam muita inventividade.

E sabe, Ju, também há momentos em que em meio a conversa, é possível perceber algo que me parece da ordem de um “reposicionamento subjetivo”: revisão de práticas, insights, movimentos de abertura do pensamento, de questionamentos do nosso fazer e dos nossos lugares de trabalhadoras nas políticas públicas para mulheres; em alguns instantes percebo certezas sendo desmontadas, cortes serem produzidos... Você me pergunta sobre impressões e o que sinto é que às vezes a conversa parece abrir espaço para a produção de novas conexões e sentidos (nas participantes e em mim).

Caminhando para o fim dessas impressões, acho importante destacar que falar sobre as práticas com meus pares, tem fortalecido a crença de que a dimensão macropolítica dos discursos, das políticas e das práticas não dá conta da complexidade que perpassa as situações de violência de gênero. No decorrer das conversas, à medida que as entrevistas vão chegando ao fim, o que vai ficando cada vez mais claro para mim é que, se é importante problematizar a violência de gênero, o patriarcado, o machismo, a sociedade em que vivemos, também é importante considerar o concreto do cotidiano de trabalhadoras psicólogas que tentam produzir o cuidado junto a essas mulheres, por meio de práticas que carregam não só potência, invenção, mas também tensão, paralisia, dificuldade de construir saídas.

Por enquanto é isso, Ju... Obrigada por me encorajar a escrever sobre esse processo.

Beijos,

Lu

Como esse registro indica, as conversas se iniciaram a partir da leitura das cartas que minhas interlocutoras escreveram no início do nosso encontro, e dos fios que fui puxando a partir desses escritos, incentivando-as a falar sobre determinado assunto com

o mínimo de interferência direta ou orientação, possibilitando que elas falassem o mais livremente possível sobre suas experiências de trabalho junto a mulheres em situação de violência de gênero, conectando tais experiências com outras que elas acreditavam ser importantes para esse fazer. Em alguns momentos também falei da minha experiência, compartilhamos angústias e também rimos juntas. Esse caráter não diretivo não significa que estava totalmente alheia aos rumos que a conversa iria tomar. Construí um esquema com algumas temáticas mais gerais relacionadas com questões que eu desejava explorar com mais ênfase nessa investigação das práticas de cuidado. Vale dizer que as contribuições da banca da qualificação sobre o “roteiro de entrevistas” que apresentei na ocasião, me auxiliaram bastante na construção dessas questões:

- a. Percepção sobre o que é imprescindível, o que não pode faltar, na prática de uma psicóloga que trabalha com mulheres em situação de violência de gênero.
- b. Percepção sobre o que é mais difícil e desafiador nesse trabalho.
- c. Experiências de operacionalização do cuidado na prática, no cotidiano de trabalho das psicólogas com as mulheres.
- d. Experiências potentes de intervenção e de acompanhamento das mulheres em situação de violência de gênero.
- e. Experiências de intervenção e de acompanhamento das mulheres que saíram do controle, que “não deram certo”.
- f. Percepção de efeitos das intervenções e processos de cuidado na subjetividade das mulheres.
- g. Percepção de mudanças na própria vida pessoal e/ou profissional a partir do trabalho com as mulheres.
- h. Experiências relacionadas com possíveis práticas de cuidado de si.
- i. Sentido desse trabalho para as psicólogas.

As psicólogas com quem conversei têm experiência de trabalho com mulheres em situação de violência em políticas públicas dos municípios de Belo Horizonte, Niterói, São Gonçalo e Rio de Janeiro. Mais especificamente, essas experiências se deram em três tipos equipamentos: Centros de Referência da Mulher, Casa Abrigo, Hospital e Centro de Saúde. Doze profissionais de psicologia participaram da pesquisa, mas foram realizadas onze conversas, pois uma das conversas foi feita com uma dupla de psicólogas que já trabalharam no mesmo Centro de Referência e que na ocasião em que conversamos faziam parte de um coletivo de psicólogas que estuda e pesquisa violência contra a mulher

no Rio de Janeiro, chamado Múltiplas – Psicologia, Mulheres e Violência. Entre essas doze pessoas, apenas uma conversa foi com um profissional de psicologia do sexo masculino. Cada conversa durou de uma hora a uma hora e meia e foram realizadas em diferentes locais: em minha casa, no próprio local de trabalho das psicólogas, em um café, em uma sala do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e na cantina da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). As conversas foram realizadas entre os meses de maio e de setembro de 2019.

Para encontrar essas interlocutoras em um primeiro momento usei como referência psicólogas que compõem minhas redes de contato pessoal e profissional. Conversei com algumas psicólogas dessas redes e elas me indicaram outras profissionais que trabalhavam com a temática e assim fui entrando em contato, me apresentando, apresentando a pesquisa e fazendo o convite para participarem. Também entrei em contato com o coletivo Múltiplas, do Rio de Janeiro, por meio de sua página no *facebook*¹⁹. Duas psicólogas desse coletivo aceitaram participar da investigação. O único critério que usei para a escolha das psicólogas foi que elas tivessem experiência atual ou regressa de trabalho com mulheres em situação de violência de gênero nas políticas públicas. No caso dessa experiência ser anterior, não poderia ter se passado mais de dez anos.

Minhas interlocutoras e meu interlocutor contavam, à data da pesquisa, entre vinte e oito (28) e cinquenta e sete anos (57), sendo que quatro tinham experiência de trabalho com mulheres em situação de violência em Minas Gerais (Belo Horizonte), e as outras oito no Rio de Janeiro (Niterói, São Gonçalo e Rio de Janeiro). Nove participantes se identificaram como brancas, duas como negras e uma como parda.

Mediante autorização das participantes (através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, TCLE – Anexo B)²⁰, todas as conversas foram gravadas e transcritas. Não foi realizada nenhum tipo de edição das falas das participantes, de modo a respeitar as modulações da oralidade.

Com vistas a preservar o sigilo de suas identidades, tomei o cuidado de substituir os verdadeiros nomes das colegas que participaram desse estudo. Demais pessoas citadas também receberam nomes fictícios.

¹⁹ A página pode ser acessada no seguinte endereço: <<https://www.facebook.com/M%C3%BAltiplas-Psicologias-Mulheres-Viol%C3%A2ncias-311873922563456/>>. Acesso em 20 nov. 2020.

²⁰ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFF (CAAE: 87444618.1.0000.5243).

2.3 As análises e problematizações

Finalizei as onze conversas em setembro de 2019 e só retomei o material transcrito em janeiro de 2020. Como fiquei alguns meses afastada desse material, senti necessidade de produzir uma aproximação, de mergulhar nessas conversas novamente para retomar a escrita da tese. Sentia que precisava me (re)conectar a elas. Assim, o caminho que escolhi para a organização do material para a escrita da tese foi o de retomar as anotações que fiz no diário de campo sobre cada entrevista, reler as transcrições, destacar trechos de maior relevância sobre a experiência de trabalho com as mulheres em situação de violência e, após a leitura de cada conversa, escrever um texto sobre minhas impressões, sensações e afetos, em articulação com as falas que destaquei das minhas interlocutoras. Foi um processo de lembrar, em que “algumas falas, alguns instantes descritos em palavras sobressaíam, se faziam ver com força e intensidade” (LAURA BARROS; VIRGÍNIA KASTRUP, 2010, p. 68).

Importante mencionar que após cada conversa procurava fazer anotações no diário de campo sobre algo que sobressaía, minhas impressões e afetos. E logo depois, no momento da transcrição, fui fazendo algumas marcações nos registros escritos que foram sendo gerados a partir do áudio. Ouvir as conversas enquanto as transcrevia foi muito importante para perceber a preciosidade das minúcias, das reticências, dos silêncios, das hesitações. Os lapsos e incertezas das interlocutoras são marcas da autenticidade. A fala emotiva e segmentada carrega sentidos que nos aproximam de verdades localizadas. Aprendemos a gostar desse discurso tateante, seus intervalos, seus fios perdidos quase irreparáveis (BOSI, 2003b). Nesse processo de ouvir as conversas fui percebendo o modo como minhas interlocutoras foram organizando suas lembranças, aqueles aspectos da narrativa que elas ressaltavam, os que elas passavam mais rápido, suas reações diante de alguma interferência minha e a minha própria reação diante de alguns relatos que carregavam maior intensidade. Tudo isso servindo para a emergência de um campo de sentidos que foi sendo desenhado a partir das narrativas.

Nesse sentido, é importante ter clareza de que a análise em pesquisas de orientação cartográfica é também processual e inerente a todos os procedimentos de pesquisa, já que “a abertura à multiplicidade de sentidos não pode ser temporalmente localizada na pesquisa. Ela se dá ao longo de todo o processo; sustentar a atitude de abertura é, inclusive, uma das tarefas principais da análise na pesquisa” (LETÍCIA BARROS; MARIA ELIZABETH BARROS, 2014, p. 199). Na análise que se deu ao longo deste percurso de pesquisa, as participantes da pesquisa, investidas dos saberes da experiência,

também atuaram como analistas das práticas de cuidado produzidas junto a mulheres em situação de violência de gênero. Ou seja, no momento em que essas profissionais se inseriram nessa produção de conhecimento, nesse processo de “pesquisar com”, elas também se tornaram analistas. Portanto, durante as conversas foram produzidas análises compartilhadas sobre as práticas de cuidado que, enquanto psicólogas, produzimos junto a mulheres em situação de violência. Essas análises possibilitaram recuos a sentidos que surgiam como dados no momento em que as práticas de cuidado eram vistas por outros ângulos, quando a participante, ao narrar, se reposicionava diante do que lhe surgia como dado, deslocando-se em relação a sua perspectiva mais imediata.

Assim, o exercício de (re)aproximação das conversas, (re)ativou a memória dos encontros com minhas interlocutoras e também os afetos que atravessaram esse “estar juntas”. Além de levar em consideração discussões que já eram valiosas para mim, pela minha atuação junto a mulheres em situação de violência de gênero e pelo meu percurso no doutorado (como foi o caso das contribuições da minha orientadora e das professoras que participaram da minha banca de qualificação), como mencionado anteriormente, a seleção das narrativas que entraram na tese foi guiada principalmente por esses afetos revividos. Afetos que foram gerados em um plano de análise compartilhada em que pesquisadora e pesquisadas de algum modo foram orientando o que era mais interessante e relevante para este estudo. Nesse recordar das conversas, fui puxando fios, a partir do que percebia que estava mais intensificado nas narrativas: tensões, disputas, invenções, potências, microfascismos, resistências... Acabei escolhendo narrar aqui aquelas lembranças que despertaram uma espécie de experiência sensível no momento do encontro do meu corpo de pesquisadora de hoje com meu corpo de trabalhadora social do passado. A elaboração das memórias e a construção das narrativas que as materializam, por mim e pelas participantes, foi se dando por meio da irrupção de incômodos, alegrias, dores, fracassos, lutas, encontros, frustrações, enfim, múltiplos afetos que perpassam o fazer da psicologia junto a mulheres em situação de violência de gênero. É nesse sentido, que a intensidade dos afetos que acompanha as memórias orientou a seleção, elaboração, problematização e análise das narrativas que compõem este trabalho.

Reafirmo que as problematizações e análises produzidas nas próximas entradas, baseiam-se principalmente na articulação das narrativas das psicólogas com referenciais da esquizoanálise, da socioanálise e das epistemologias feministas, perspectivas que perturbam as lógicas hierárquicas produzidas tanto pelo pesquisar, quanto pelas práticas produzidas no cotidiano das políticas públicas para mulheres. Aproximo e crio diálogos

entre esses campos, apostando que eles podem se aliar na potencialização da compreensão e problematização das experiências de trabalho de profissionais de psicologia junto a mulheres em situação de violência, produzindo tensionamentos e permitindo-nos refletir sobre essencializações de lugares e papéis, como é o caso dos lugares essencializados de sujeito e de objeto ou de profissional e de usuária.

Portanto, a partir das experiências e das lutas que compõem esse campo de trabalho, trago para essa tese conceitos e contribuições dessas perspectivas políticas e epistemológicas para apoiar a produção de análises e problematizações, seguindo especialmente as linhas que compõem os seguintes processos:

- a. Políticas públicas para mulheres;
- b. Articulação entre psicologia e feminismos, a partir de uma perspectiva interseccional;
- c. Dimensões da sororidade e do empoderamento nas práticas psi junto às mulheres em situação de violência;
- d. Hierarquias do cuidado feminino;
- e. Ética do cuidar baseada na expressão das singularidades, nos afetos e na empatia;
- f. Limiares entre cuidado potencializador e cuidado tutelador;
- g. Intervenções grupais;
- h. Efeitos do trabalho com violência de gênero nas psicólogas e o cuidado de quem cuida (das profissionais).

Ressalto ainda que, se na parte introdutória e na primeira entrada desta tese comecei a tecer algumas problematizações sobre o cuidado produzido pelas psicólogas junto às mulheres, a partir de narrativas advindas das minhas memórias de trabalhadora social, nas próximas entradas trago prioritariamente as narrativas das minhas interlocutoras para conversar com meus intercessores. Busco assim sintonizar a política de escrita com a política de pesquisa e de produção de dados no campo, não colocando minhas interlocutoras no lugar de simples objetos de pesquisa, mas operacionalizando uma construção coletiva do conhecimento. A escrita, ancorada na experiência, buscando performatizar os acontecimentos, ao trazer minúcias do campo com expressões, paisagens e sensações, possibilita que o coletivo se faça presente no processo de produção de um texto (BARROS; KASTRUP, 2010).

A política de escrita deve incluir as contradições, os conflitos, os enigmas e os problemas que restam em aberto. Não é necessário que as conclusões constituam todos fechados e homogêneos, nem é desejável que estas sejam meras confirmações de modelos teóricos preexistentes. As aberturas de um trabalho de pesquisa abrem linhas de continuidade, que podem ser seguidas pelo próprio pesquisador, ou por outros que sejam afetados pelos problemas que ele levanta. Em síntese, a expansão do campo problemático de uma pesquisa ocorre por suas conclusões, mas também por suas inconclusões (BARROS; KASTRUP, 2010, p. 72).

Portanto, seguimos com um texto polifônico, numa heterogeneidade enunciativa, processual e coletiva que reflete os múltiplos encontros que foram constituindo um corpo permeado pelas intensidades do ser psicóloga, pesquisadora, trabalhadora social, mulher. Uma política narrativa que se articula com outras políticas: política pública, política de pesquisa, política de subjetividade, política feminista. Uma política dos encontros e dos movimentos, que se operacionalizando em arranjos locais, em microrrelações e conversas. Uma tecitura relacional micropolítica em relação com a macropolítica. Um cartografar fios em tecitura e vozes em tessitura.

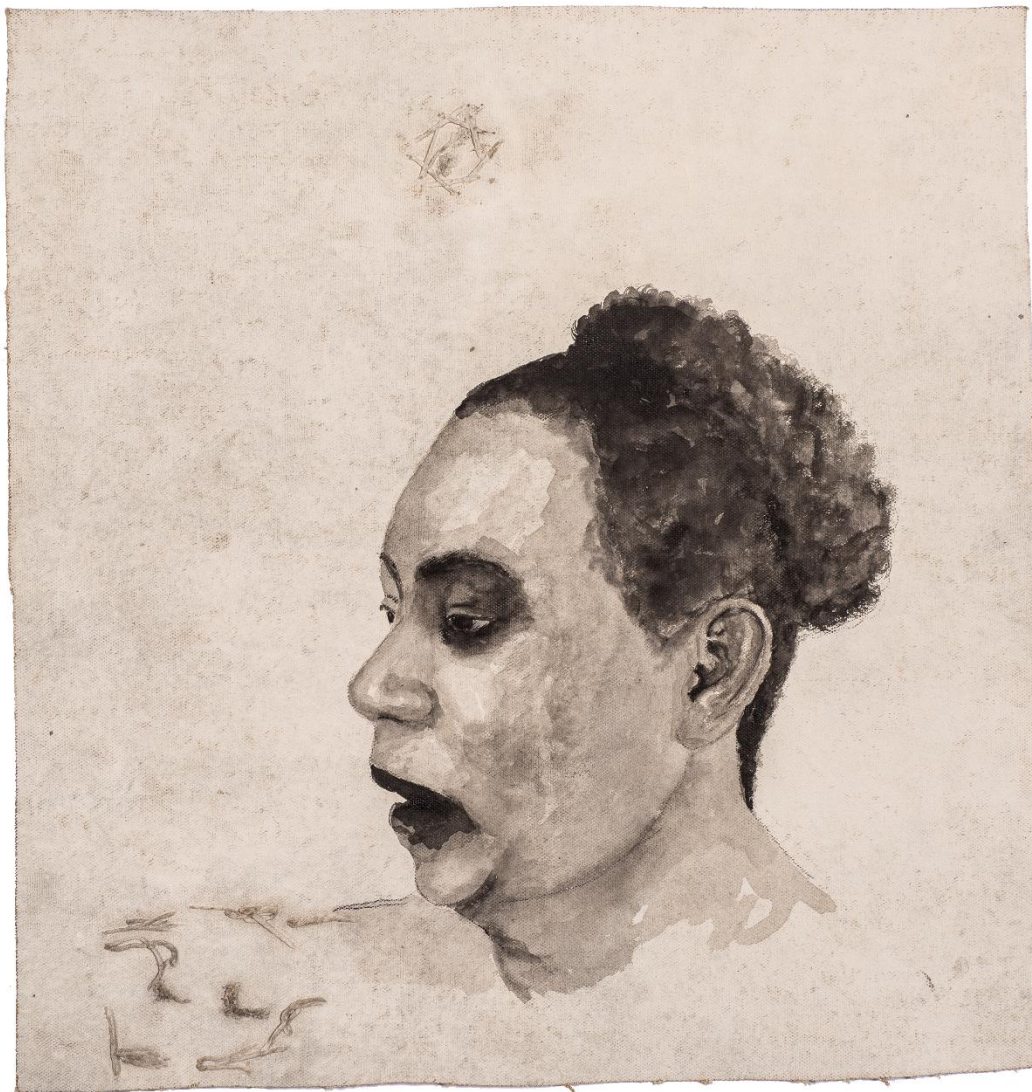


Figura 4 - Imagem da Exposição “Em Nome das Rosas”, da artista Eugênia França. A pintura sobre lona de caminhão tem o fundo claro um pouco manchado, com algumas costuras. A imagem em diferentes tons de preto retrata o perfil do rosto de uma mulher negra, com cabelos curtos, crespos e amarrados no alto da cabeça, sobrancelha fina, o olho aberto machucado tem o olhar baixo, nariz largo e a boca semiaberta machucada na região do lábio inferior. Suas feições são tristes.

Duas semanas depois que eu saí de casa meu ex-companheiro me espancou até quase me matar.

Ele sempre me ameaçava, dizendo para eu nunca largar ele, senão eu seria uma mulher morta. Eu tinha muito medo, mas ao mesmo tempo eu acreditava que ele pudesse mudar, e por isso eu sempre dava outra chance. Eu gostava muito dele. Na verdade, acho que o que eu sentia era uma doença. Eu sabia que ele me fazia muito mal, era como uma droga, um vício, que você sabe que está te destruindo, mas você não consegue largar.

No começo ele me agredia só quando bebia. Me empurrava, batia na minha cara e me chamava de vagabunda. A partir do momento em que as agressões passaram a ser mais frequentes eu resolvi largar tudo e ir viver a minha vida. O que me mantinha na relação era a esperança de mudança. Os momentos bons me faziam acreditar que no fundo ele era uma boa pessoa. Mas quando ele me agredia tudo se transformava em um inferno, e a única coisa que eu queria era sair correndo. Foi assim que vivi, entre o céu e o inferno, entre agressões, ameaças e esperanças.

Quando eu saí de casa e fui morar com uma amiga ele não aceitou e me ligava todo dia pedindo pra eu voltar. Dizia que seria diferente, que a partir daquele dia ele seria um novo homem. Quando eu respondia que não dava mais, ele ameaçava, me agredia verbalmente e mostrava quem realmente ele era. Aí troquei meu telefone e acho que isso aumentou a ira dele. Meu erro foi não ter largado o trabalho e mudado pra bem longe.

Ele ameaçava e eu tinha medo, mas ao mesmo tempo eu não acreditava que ele seria capaz de tentar realmente me matar. Eu achava que era apenas uma pressão no momento de raiva.

Naquele dia, quando eu saí do trabalho ele estava na porta. Disse que tínhamos que conversar, já que eu não queria voltar, tínhamos que entrar com o divórcio. Ele pareceu calmo, então confiei nele e entrei no carro. Mas ele foi para um lugar ermo, insistindo para eu voltar e dizendo que me amava. Mais uma vez eu disse não. Então ele foi ficando cada vez mais agressivo e começou a bater com o meu rosto no painel do carro. Ele apertava o meu pescoço e eu não conseguia gritar por socorro. Ele dizia que minha cara iria ficar tão feia que ninguém mais iria me querer. Que eu não seria dele, mas também não seria de mais ninguém.

Ele me bateu muito e me deixou ali, gravemente ferida e inconsciente. Não sei como cheguei ao hospital e como sobrevivi.

Não dá para esquecer a violência que sofri. Todas as vezes que me olho no espelho eu vejo as marcas e não consigo compreender como alguém foi capaz de tamanha barbaridade. Carregar essas marcas no rosto mexe com a minha identidade, com a minha autoestima, com a forma com que as pessoas me veem e como eu me vejo.

DF, AGOSTO DE 2018.

ENTRADA 03 – ENTRELAÇANDO FIOS E TRAMAS: PSICOLOGIA(S) E FEMINISMO(S)

Cara colega,

Sempre é difícil escrever pois pode parecer que estou aconselhando. Mas após duas décadas de trabalho com mulheres procuro ver de que lugar falo. Não de aconselhadora, mas sim de mulher, psicóloga, que precisou se deslocar.

Se deslocar das “certezas” que por vezes o saber, quer psi quer da militância, supõe dar conta. Lidar com as incertezas e a não garantia, nos fazem trabalhar melhor.

Aprendemos uma psicologia que não nos representa. Que é hegemônica - científica, neutra, racista, classista e, principalmente patriarcal. Sem nos deslocarmos desta psi, não podemos cuidar de mulheres.

A militância ajuda. Mas também ensurdece. Por vezes, diria, até emburrece. A clínica, o cuidado, nos deve colocar abstinente, mas nem tanto! Devemos procurar fazer uma clínica-política!

O trabalho às vezes nos cansa. É pesado, assustador! Mas temos que resistir. Por elas e por nós. E, é por isso que escrevo. Compartilhar com você as dores e as delícias de ser mulher, cuidar de mulheres e nos propormos a escutar mulheres.

Essa foi a carta que Patrícia, mulher branca com 49 anos na ocasião em que conversamos (setembro de 2019), escreveu a partir da pergunta: “o que você diria para uma jovem psicóloga que está começando a trabalhar com mulheres em situação de violência?”. Pedi que ela escrevesse uma carta direcionada a essa suposta colega.

Patrícia é docente em uma universidade federal localizada no estado do Rio de Janeiro, onde na época da conversa coordenava o curso de graduação em psicologia e também um projeto de extensão e turmas de estágio voltadas para o atendimento de mulheres em situação de violência de gênero. Foi uma conversa rápida, no horário do almoço, intervalo que ela tinha disponível entre uma atividade e outra de sua agenda naquele dia. Eu quis aproveitar que já tinha ido à Niterói para outras atividades do doutorado e realizar a conversa com ela, pois não sabia ao certo quando seria viável retornar ao Rio. Acabei marcando em cima da hora, mas mesmo assim ela se mostrou super aberta e disponível e deu um jeito de me encaixar nos seus compromissos daquele dia. Apesar de termos tido pouco tempo, a conversa foi muito boa. Além disso, mesmo à distância, estou sempre trocando com Patrícia, pois acabamos nos tornando parceiras em alguns trabalhos e projetos acadêmicos. Tem sido um privilégio aprender e compor com essa profissional, que trabalhou por muitos anos junto a mulheres em situação de

violência, em uma unidade de saúde porta de entrada para mulheres que sofreram violência sexual, e que também tem uma ampla experiência clínica no campo da psicanálise.

Considerando as múltiplas inserções de Patrícia na psicologia, entre outros assuntos quis abordar sua percepção sobre como a universidade tem preparado seus futuros profissionais para trabalhar com as questões de gênero. Puxando os fios da carta que ela escreveu, queria que ela me dissesse se a formação em psicologia tem possibilitado e dado espaço para questões que são caras aos feminismos, como é o caso da violência contra as mulheres. Em caso afirmativo, gostaria que ela contasse um pouco sobre como isso tem se dado. Ela disse que acha que essas questões ainda não têm tido espaço suficiente na psicologia. Que na universidade são poucos os espaços para se falar de uma psicologia implicada com as causas das mulheres, para se discutir uma psicologia feminista, bem como são escassos os artigos acadêmicos que abordam a temática.

Ao mesmo tempo, Patrícia destacou que gradualmente a psicologia até tem começado a se interrogar sobre esses temas e que, inclusive, há uma discussão a esse respeito na nova diretriz curricular do curso, mas que esta está engavetada no Ministério da Educação (MEC). Considerando nosso momento político atual, no qual observamos numerosos retrocessos no campo dos direitos humanos e da educação (por exemplo: a “ideologia de gênero” como argumento utilizado por fundamentalistas religiosos e extremistas conservadores para a ofensiva contra os direitos sexuais no Brasil) e também no âmbito da psicologia (a liminar autorizando as/os psicólogas a oferecerem terapia de reversão sexual, a “cura gay”, em 2017, por exemplo) a colega comentou que não sabe se por bem ou por mal, “porque estar na gaveta significa a gente continuar do jeito que estava, sem mudar, mas sair da gaveta significa um terraplanista resolver que vai cortar tudo, então a gente não sabe...”. Concordo com ela, o momento é delicado. De qualquer modo, Patrícia enfatiza que esta necessidade de trabalhar com as questões de gênero nos cursos de psicologia está posta e que a própria instituição psicologia, representada pelo seu Conselho (Conselho Federal de Psicologia, CFP), *“de um tempo pra cá começou a se ocupar das mulheres de uma forma menos boba, né, porque era muito, pra mim é muito bobo “ah, psicologia feminina”, isso é bobo, né? Mas hoje não...”*. Como exemplo de que o CFP tem lidado de forma mais comprometida com as questões relativas aos direitos da mulher, Patrícia citou a adesão do Conselho ao “Alerta Feminista”²¹, em favor dos

²¹ O documento, assinado pelo CRP em 31 de agosto de 2017, foi uma iniciativa da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto. Trata-se de uma ação coletiva criada para

direitos das mulheres para a legalização do aborto e a sua participação nas discussões e na criação de regulamentações sobre a possibilidade de quebra de sigilo em situações em que a psicóloga percebe que a mulher sofre risco de feminicídio – questão que discuto na Entrada 4.

De acordo com as pesquisas publicadas pelo CFP em 2013 sobre o perfil das psicólogas brasileiras (“Quem é a psicóloga brasileira?” e “Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres”), apenas 1% das psicólogas(os) brasileiras(os) declarou trabalhar com questões de gênero. Os artigos e as análises que foram produzidos a partir de tais pesquisas, apontam para uma lacuna grave nas formações dessas profissionais sobre questões de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais que podem impactar suas atuações. Considerando que essas pesquisas constataram que as mulheres constituem 89% da categoria, percebemos a existência de um desequilíbrio, pois embora seja bem superior o número mulheres que exercem a profissão, ainda são os homens que ocupam as posições de destaque na categoria, ocupando mais cargos de gestão e posições importantes nas universidades por exemplo, de modo que, ainda hoje, com frequência, são eles que acabam norteando os parâmetros definidores das práticas psicológicas. Isso contribui para a invisibilização de discussões de gênero de relevância para esse campo e para a ausência de um questionamento mais efetivo do uso da referência masculina da categoria, “o psicólogo”, mesmo após a ascensão dos movimentos feministas e de todas as conquistas das mulheres como sujeitos de direitos (LOUISE LHULLIER; JÉSSICA ROSLINDO, 2013).

A psicóloga Madge Porto (2015) afirma que apenas entre os anos de 2011 e 2012 se iniciou a discussão interna na categoria a respeito da questão de gênero, momento em que se percebeu que a psicologia é formada majoritariamente por mulheres em nosso país. Ela destaca que existe uma relação estreita entre a psicologia e a política pública de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres, uma vez que no modelo de intervenção que é proposto para os casos de violência, psicólogas compõem a equipe mínima necessária para os principais serviços de atendimento às mulheres em situação de violência de gênero (centros de referência e casas-abrigo). Essa demanda para a psicologia nos serviços que compõem a política especializada, demonstra uma expectativa de um papel a ser cumprido pela profissão no enfrentamento a esse tipo de

reforçar a luta do movimento feminista diante do atual cenário político, buscando interromper investidas parlamentares contra a autonomia das mulheres em relação ao aborto. Fonte: <https://site.cfp.org.br/cfp-adere-ao-alerta-feminista-em-favor-dos-direitos-das-mulheres/>

violência. Isso faz com que o debate sobre gênero e violências seja importante para a categoria não apenas por ser uma temática relevante no campo dos direitos humanos, como também na discussão do trabalho em psicologia, colocando em evidência a necessidade de lidar com a lacuna na formação interseccional em gênero apontada anteriormente.

Considerando que o saber psicológico sozinho não dá conta da dimensão e complexidade do fenômeno das violências contra as mulheres baseadas em relações de gênero articuladas com outros marcadores sociais tais como raça/etnia, classe, sexualidade, deficiência, nacionalidade, construídos dentro de um sistema capitalista e conservador, Marília Saldanha e Henrique Nardi (2016) defendem uma maior abertura à interdisciplinaridade desta ciência, por meio da promoção da difusão dos estudos de gênero na psicologia. Afirmam que a maior parte da comunidade acadêmica da psicologia não compreende o alcance das teorias do campo feminista e as análises valiosas que esse campo pode representar. A autora e o autor chamam atenção ainda para a marginalização histórica das mulheres das produções artísticas, literárias, científicas e políticas, da mesma forma que a categoria gênero inserida na academia já desde a década de 1970 continua ocupando um lugar marginalizado. Entendo que tudo isso reforça a importância de compreendermos e dar maior visibilidade para as articulações possíveis entre os campos da psicologia, gênero e feminismos.

Diana, uma das psicólogas com quem conversei durante a pesquisa e que tem uma experiência de trabalho de mais de 20 anos nas políticas de enfrentamento à violência contra a mulher em Belo Horizonte, discorreu um pouco sobre a importância dessa interdisciplinaridade na formação das psicólogas para a atuação junto a mulheres em situação de violência de gênero. Ela enfatizou que além dos conhecimentos da área da psicologia clínica relacionados a escuta e a um posicionamento ético, são imprescindíveis conhecimentos dos campos da psicologia social, dos estudos de gênero (teorias feministas, empoderamento, violência de gênero, patriarcado, sexismo), da sociologia e das políticas públicas. Destacou a importância desses conhecimentos para não individualizar a questão da violência, não considerar o fenômeno como uma questão de uma mulher específica, mas compreender que há todo um contexto social patriarcal e machista que é mais amplo e complexo:

[...] pra atuar, eu acho, nessa questão, precisa ter no mínimo, né, nos estudos básicos, uma compreensão das questões de gênero, principalmente nesse contexto

que a gente tá vivendo de criminalizar isso, de fazer uma confusão com o que é gênero, né? Tipo essa criminalização mesmo dessa palavra, né? [...] Acho que tem que ter uma entrada na teoria feminista de alguma forma, né, e um pouco, eu acho que mesmo pra atender em consultórios particulares, na psicologia clínica individual mesmo, que seja psicanálise, alguma coisa, uma entrada na psicologia social, sabe? Mais nessa perspectiva do coletivo pra não individualizar a questão da violência, não tratar isso enquanto uma questão daquela “sujeita” específica, mas entender que tem um contexto social, né? Então acho importante, sabe, essa entrada assim, que vem mais da sociologia, das ciências sociais, né, também, pra complementar esse campo, sabe? Mais eu acho que o campo de gênero, acho que da psicologia social, das teorias feministas [...] e os estudos específicos, né, da violência contra a mulher mesmo, que aí são inclusive outras autoras, né? Um pouco dos impactos dessa questão da violência doméstica, essa ideia do patriarcado, do sexismo, né?

Acrescentaria a essas observações de Diana a importância da formação contemplar os estudos raciais, especialmente aqueles voltados para os processos colonizadores, racismo e branquitude, considerando que a feminilidade tida como padrão pelos estudos de gênero e estudos acadêmicos em geral é aquela relacionada as mulheres brancas, diante da qual as representações e experiências das mulheres negras são entendidas, nos poucos casos em que são mencionadas pelos discursos hegemônicos, como algo do âmbito do desviante, do específico (BRUNA PEREIRA, 2016). Portanto, em um país em que as mulheres negras ocupam as bases de muitos indicadores sociais, é fundamental incluir a dimensão raça/cor no corpo teórico-conceitual e prático das profissionais, questionando noções universais de mulher e reconhecendo experiências de gênero diferentes em cada grupo social, como proponho ao longo de toda essa tese: a necessidade da interseccionalidade ser considerada em todo o processo de cuidado das psicólogas junto às mulheres em situação de violência, desde a formação até os atendimentos e acompanhamentos das mulheres.

Mas, afinal, quais psicologias dispõem de teorias e ferramentas técnicas para lidar com a diversidade de situações nos espaços de acolhimento para mulheres que sofrem violências? Algumas autoras falam de uma psicologia feminista, mas se existem várias psicologias e vários feminismos, existiria uma psicologia feminista? O que essas autoras têm denominado psicologia feminista – seja ela associada mais ao gênero ou a dimensão mais política do feminismo? E, uma questão que é central para este trabalho: que tipo de práticas e processos de cuidado vem se apresentando como feministas no campo da psicologia?

Articulando essas problematizações com as considerações que Patrícia faz em sua

carta, principalmente sobre a importância de um cuidado e de uma clínica política no campo da psicologia, a seguir abordo brevemente o papel histórico da psicologia na promoção de controle e de domínio das subjetividades, e os questionamentos que surgem frente a esse modo de conceber o saber psicológico. Discuto também as questões acima, que colocam em cena a possibilidade de operacionalização de psicologias engajadas na luta a favor da emancipação feminina e contra a naturalização da violência, e a necessidade de uma perspectiva interseccional para o desenvolvimento dessa(s) psicologia(s) feminista(s). Guiada pelo debate interseccional, enfatizo ainda duas dimensões que considero fundamentais nos processos de cuidado desenvolvidos pelas psicólogas junto às mulheres em situação de violência de gênero: a sororidade e o empoderamento.

3.1 Tensionando os fios que compõem uma psicologia hegemônica

Uma psicologia reacionária é aquela cuja aplicação leva a assegurar uma ordem social injusta; uma psicologia progressista é aquela que ajuda os povos a avançar, a encontrar o caminho de sua realização histórica, pessoal e coletiva. No entanto, uma teoria psicológica não é reacionária apenas pelo fato de vir dos Estados Unidos, tal como o fato de ter origem na União Soviética não a converte, automaticamente em progressista ou revolucionária. O que torna uma teoria reacionária ou progressista não é tanto o seu lugar de origem, mas a sua capacidade para explicar ou ocultar a realidade e, sobretudo, para reforçar ou transformar a ordem social (IGNÁCIO MARTÍN-BARÓ, 2009, p. 189).

Conversei com Clarice e Cíntia, ambas mulheres brancas com 57 e 56 anos respectivamente, em uma cafeteria, no centro do Rio de Janeiro, no início da noite de uma quarta-feira do mês de julho de 2019. Meu primeiro contato com elas foi por meio do *Facebook*, onde conheci a página das *Múltiplas – Psicologias, Mulheres, Violências*, um grupo de psicólogas atuantes no enfrentamento da(s) violência(s) contra as mulheres, com experiência no acolhimento, orientação e acompanhamento de casos. Na realidade eu já havia participado de um evento acadêmico sobre psicologia e violência contra a mulher organizado por esse coletivo em uma universidade do Rio, em que Clarice e Cíntia apresentaram trabalhos e discussões interessantes sobre o tema, mas naquela ocasião não cheguei a conversar diretamente com elas. Na descrição das *Múltiplas* na página do *Facebook*, as psicólogas que compõem o coletivo afirmam que identificam uma grande lacuna na formação no que se refere às diferentes possibilidades de atuação e intervenção das psicólogas na área e destacam a importância da psicologia marcar seu lugar na produção acadêmica e atuação prática nos diversos espaços onde essas formas de

violência têm se manifestado. Consideram fundamental o investimento na formação e capacitação continuada de psicólogas que trabalham com esse problema social grave, para que possam desenvolver junto a essas mulheres uma prática empoderadora. A missão do grupo está relacionada com a formação e capacitação de profissionais de Psicologia para o atendimento a mulheres em situação de violência e com o oferecimento de atendimento psicológico individual e/ou em grupo.

A conversa com Clarice e com Cíntia foi muito proveitosa, conseguimos abordar e discutir muitos aspectos relacionados ao trabalho com violência contra a mulher. Ambas têm uma longa trajetória profissional nesse campo: Clarice tem mais de 30 anos e Cíntia mais de 16 anos. Entre os vários temas que conversamos trago uma fala delas sobre o papel da psicologia no enfrentamento à violência contra a mulher. Clarice disse que:

[...] o papel do psicólogo é contribuir pra que essa mulher possa ressignificar essas vivências de violência, né, e ir por uma saída; sair da situação com essa ideia de ressignificar, dar novos sentidos e poder sair disso, né? Acho que é esse o nosso papel.

Cíntia trouxe complementações importantes:

Eu super concordo, eu acho que não tem um profissional que seja tão bem formado pra dar conta desse processo que é um processo de sair emocionalmente dessa situação. Claro, é importante o trabalho multi, inter, transdisciplinar, com advogada, assistente social e quem mais chegar, mas eu acho fundamental o psicólogo. O psicólogo, ele tem, mesmo num trabalho que você troca com outras áreas, não adianta, tem uma escuta, o psicólogo tem uma escuta que os outros profissionais ainda que tenham experiência naquela, na escuta daquele tema, ele não vai ter a percepção e nem vai ter a intervenção que o psicólogo pode fazer. A escuta do profissional psicólogo ela é muito específica, é especial. Agora o psicólogo também tem que sair do seu lugar, de, de, desse distanciamento absurdo que algumas teorias colocam e reforçam, essa neutralidade que também não é real. [...] Isso é fundamental. Que o psicólogo, isso as formações não dão conta, pelo menos até agora, de fazer uma formação que dê a esse estudante de psicologia uma visão social do contexto que ele vai trabalhar, porque ninguém tá solto no mundo. Os emocionais e as psiques não estão soltos, não são construídas e informadas sem interrelação, afetando e sendo afetadas. Então, se os profissionais não se aproximarem das temáticas sociais, históricas, antropológicas, eles realmente vão ter muita dificuldade de lidar com, não só com esse tema que é o da violência contra a mulher, mas com o racismo e outros males que assolam a nossa convivência. Isso é importante.²²

²² A fala de Cíntia também exemplifica como, mesmo quando nos identificamos como feministas e trabalhamos com questões de gênero, ainda usamos a referência masculina “o psicólogo” como um

Essas falas de Clarice e Cíntia dizem muito sobre a necessidade de revisão de uma psicologia clássica que surge e se desenvolve com fortes marcas de uma ciência objetiva, quantitativa, empírica e livre de valores (CONCEIÇÃO NOGUEIRA, 2017). Uma psicologia positivista cujos objetivos de suas pesquisas comumente estão relacionados com a compreensão, categorização, previsão e controle do comportamento humano e os resultados dessas investigações tomados como verdades universais, que poderiam ser aplicadas a uma ampla gama de indivíduos em diferentes contextos e momentos históricos. No contexto brasileiro, essa psicologia clássica aliou-se a projetos sociais conservadores de domínio e controle das subjetividades; de ajustes e adaptação da população. “Na escola, individualizou o fracasso escolar, na fábrica, sustentou mecanismos de exploração do trabalho e, na clínica, patologizou indivíduos e reduziu os sofrimentos às dinâmicas estruturais, cognitivas ou comportamentais dos sujeitos” (MARIANA GONÇALVES, 2019, p. 62).

Ao mesmo tempo, é importante considerar que no decorrer do século XX o campo da psicologia se multiplicou em uma diversidade de vertentes que colocaram em cena posicionamentos teóricos também plurais e muitas vezes em disputa. É nesse sentido que, tanto no Brasil quanto nos demais países da América Latina, a partir da década de 1970, evidencia-se um questionamento da hegemonia dessa forma de conceber a ciência psicológica, em especial no campo da psicologia social.

A psicologia social é um caminho por onde este movimento crítico ganha força na psicologia brasileira a partir dos anos 1970 e 1980. A circulação dos institucionalistas nos setores de Psicologia Social e a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) revelam uma tentativa de rompimento com a individualização e naturalização dos fenômenos sociais. Entre os atores da Psicologia Social, a reivindicação era produzir rupturas com as teorias experimentalistas, produzidas especialmente em continente latino-americano. Estava em jogo a suposta neutralidade científica e a validade daquelas teorias sociais para o conjunto de necessidades da população latino-americana (GONÇALVES, 2019, p. 59-60).

Até os anos 70 o modelo de psicologia social praticada na América Latina esteve influenciado pela psicologia social norte-americana, que se tornou hegemônica depois da Segunda Guerra Mundial. Como Robert Farr (1998) descreve, resumidamente, podemos dizer que se trata de uma psicologia com foco na investigação das leis universais capazes

constante em nossos discursos e nos nossos estudos sobre a profissão, como mencionei no início dessa entrada.

de explicar o comportamento social, estruturando-se como uma ciência natural e empírica que não leva em consideração o papel que as estruturas sociais e os sistemas sociais exercem sobre os indivíduos. Portanto, reduz as explicações do coletivo e do social a leis individuais. Porém, no final dos anos 70, muitas psicólogas e psicólogos latino-americanos iniciaram um forte movimento de questionamento dessa vertente norte-americana, em prol de uma psicologia social mais contextualizada, mais voltada para os problemas sociais e políticos que a região vinha enfrentando diante da arbitrariedade dos regimes militares e da forte desigualdade social do continente. Além do experimentalismo e do individualismo, as principais críticas à perspectiva hegemônica estavam relacionadas com a neutralidade do pesquisador, com a perda do humano em seu tratamento a-histórico, com a falsa dicotomia entre indivíduo e sociedade e, principalmente com o fato de que esses modelos importados não condizem com nossa realidade social e política (SILVIA LANE, 1981).

Assim, vários psicólogos latino-americanos passaram a adotar como referencial de seus estudos a Psicologia Social Crítica, que tem uma preocupação central com os problemas sociais. Como Marlene Strey et al. (2013) destacam, além da denominação Psicologia Social Crítica, também é comum encontrarmos as qualificações Psicologia Social Histórico-Crítica ou Psicologia Sócio-Histórica para expressar a perspectiva crítica em relação à psicologia social hegemônica, apontando para uma concepção de ser humano como produto histórico-social e, ao mesmo tempo, como construtor da sociedade e capaz de transformar essa sociedade por ele construída. No âmbito da pesquisa e da produção de conhecimento, essa perspectiva crítica que dá ênfase às práticas e aos objetivos de transformação social conduz a construção de novas e importantes estratégias metodológicas, que além de problematizar a objetividade científica, por meio do questionamento da ideia de “verdade absoluta”, e a neutralidade do cientista e consequente separação entre teoria e prática social, também assumem outras peculiaridades, tais como: adoção de uma concepção de ciência que propõe a complexificação; a pluralidade teórico-metodológica; a intersecção de diferentes áreas do conhecimento e a prática interdisciplinar; e, ainda, uma preocupação ética em relação aos seus compromissos sociais e políticos. Desse modo, relativiza o tensionamento entre o científico e o político, a teoria e a prática, e também a separação entre o indivíduo e o coletivo através da redefinição da noção de subjetividade e de uma concepção de homem em que as dimensões sociais e políticas se interpenetram (STREY et al., 2013).

É importante mencionar também, como indica Maria Ferreira (2010), que essa

perspectiva crítica abarca diferentes posturas teóricas, como o Socioconstrucionismo, a Psicologia Discursiva, a Psicologia Marxista, o pós-modernismo, o feminismo, apontando para as interdisciplinaridades entre a psicologia e outras disciplinas e campos de saber. No interior da sua heterogeneidade, Martha Narvaz e Silvia Koller (2006) destacam que uma das principais linhas epistemológicas feministas é a perspectiva interpenetrada pelo construcionismo social, junto com o feminismo pós-moderno (pós-estruturalista e desconstrucionista). Marília Saldanha (2018) afirma que o construcionismo social absorveu a crítica das teorias feministas e destacou seu potencial para a promoção da superação de concepções universalistas da psicologia. Ressalta que no âmbito da psicologia social, a psicologia social crítica, que não é uma perspectiva do grupo dominante na psicologia, acolhe os estudos de gênero que são considerados marginalizados apesar de sua inserção na academia e mesmo em programas de governo (reconhecidos como de esquerda). “É justamente o campo da psicologia social crítica que menciona a psicologia feminista como uma vertente que não se configurou no Brasil, tratando-se, portanto, de uma conversa entre campos minoritários” (SALDANHA, 2018, p. 61). A autora enfatiza assim que apesar da trama histórica em que a psicologia social brasileira se constitui, especialmente a crise vivenciada na década de 70, ter aberto lugar para os estudos de gênero, não abriu para a formação de uma nova vertente, disciplina ou campo designado psicologia feminista.

Luísa Saavedra e Conceição Nogueira (2006) sistematizam contribuições importantes para essa perspectiva crítica especificamente no que se refere a dimensão de gênero e do feminismo no campo da psicologia. É preciso considerar que ao longo de sua história a psicologia constituiu-se como um campo privilegiado para o estudo das diferenças entre homens e mulheres, apoiando-se em explicações que vão desde o domínio da biologia até às relações de poder entre os gêneros. Nessa direção, as autoras organizam a produção realizada na psicologia ao longo do tempo buscando lançar luz à compreensão dos estudos de gênero e das posturas feministas na psicologia. Descrevem assim três grandes períodos em que predominaram maneiras distintas de conceber a mulher, o homem e suas relações, apresentando exemplos importantes das investigações predominantes em cada um desses momentos.

De forma geral, um primeiro período identificado pelas autoras coincide com a afirmação da psicologia como ciência moderna, no final do século XIX e início do século XX, e corresponde à época em que as mulheres, como pesquisadoras, são praticamente ausentes no campo da psicologia. Saavedra e Nogueira (2006) observam que a figura

feminina é desvalorizada e considerada inferior. Neste momento inicial a ciência psicológica segue um modelo predominantemente biológico, que utiliza de métodos experimentais e psicométricos para a avaliação das diferenças individuais, que eram consideradas estáveis e universais, situadas no indivíduo e que remetiam a mulher a um lugar de inferioridade. As autoras destacam que foi um período da psicologia que serviu para reforçar papéis normativos para as mulheres e justificar práticas opressivas, baseando-se em explicações individualistas, que minimizavam os contextos sociais e políticos.

Um segundo período, que ganha ênfase nos anos 1960, contou com a inserção das mulheres na academia, olhando para si mesmas como objeto e sujeito de estudo, levando em consideração as suas experiências e particularidades. A crítica feminista da ciência ganha mais evidência em meados dos anos 1970, apontando para a existência de muitas distorções masculinas no exercício da ciência, denunciando lacunas e mesmo falsificações e generalizações abusivas de um saber que identifica a masculinidade com o universal e exclui e subordina as mulheres, seja como objeto seja como sujeito. Nesse período, a ênfase das investigações no campo da psicologia, desenvolvidas a partir de diferentes perspectivas, passa a ser analisar em que medida as mulheres são iguais ou diferentes dos homens e o que suporta essa igualdade ou diferença. De acordo com Saavedra e Nogueira (2006), a necessidade de criar um espaço de visibilidade e reconhecimento para o trabalho dessa nova geração de investigadoras conduziu à emergência da psicologia da mulher – *psychology of women*. Porém, as autoras destacam que, apesar das muitas mudanças alcançadas a favor da situação das mulheres, as diferentes perspectivas investigativas desse período mantiveram os mesmos métodos e instrumentos de investigação, “conspirando” com a psicologia dominante no sentido de criar uma área de estudos independente sobre as mulheres e de essencializar as categorias sociais e as identidades. Assim, de um modo geral, mantiveram-se os pressupostos explicativos tradicionais de uma ciência empiricista, não levando em consideração o sistema social, cultural e os fatos históricos que influenciam o sistema de crenças dos indivíduos, os seus valores e comportamentos, atribuindo implicitamente as causas desses fatores a determinantes individuais estáveis.

Finalmente, o período atual, que ganha força no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, e que é caracterizado pelo questionamento das perspectivas tradicionais e pela ênfase na vertente social e política gerando consequências no âmbito das pesquisas e intervenções. Desenvolve-se uma perspectiva de construção social do gênero, oposta a

uma perspectiva essencialista de orientação biológica ou social. Enquanto a perspectiva essencialista considera o desenvolvimento das mulheres diferente do dos homens, resultando em diferenças essenciais que são estáveis e estruturantes da personalidade, a perspectiva construcionista do gênero assume que as características atribuídas às figuras femininas e masculinas não são intrínsecas aos sujeitos e determinadas pelo sexo, mas são construídas situacionalmente, nas relações sociais. Segundo Saavedra e Nogueira (2006), a emergência deste período está relacionada com a confluência de várias perspectivas - desconstrucionismo, psicologia discursiva, análise de discurso, construcionismo, construtivismo, pós-estruturalismo - que genericamente são designadas de movimento pós-moderno e que colocaram em questão os pressupostos positivistas-empiricistas adotados pelas abordagens anteriores.

Essa descrição da psicologia em períodos lineares é simplificada, e é fundamental dizer que esses três momentos em que as autoras descrevem os modos diferentes da psicologia se relacionar com as questões de gênero, assim como a classificação do movimento feminista em ondas, acionam uma ideia de linearidade histórica e conceitual que pode remeter a uma perspectiva colonial, ao privilegiar apenas investigações e narrativas centrais e excluir outras. Ou seja, apesar de reconhecer a finalidade didática presente no esforço empreendido por Saavedra e Nogueira (2006) na organização das produções da psicologia no que diz respeito a gênero, é preciso ressaltar que há inflexões, interrelações e sobreposições entre os diferentes períodos descritos, sob risco de acabarmos invisibilizando certas investigações e narrativas.

Indo nessa mesma direção, é importante problematizar também a narrativa das ondas feministas, que divide o movimento feminista em períodos históricos. De acordo com Nogueira (2017), a primeira onda se situa em meados do séc. XIX e vai até cerca dos anos 1960, sendo as principais reivindicações das feministas deste período voltadas para os direitos civis e políticos, para o acesso ao estatuto de ‘sujeito jurídico’, para o direito ao voto (movimento sufragista) e para a melhoria das condições materiais de vida das mulheres, para direitos sociais e no trabalho. Já a segunda onda é situada a partir dos anos 1960 até cerca dos anos 1980, período em que é central a ideia da opressão feminina em diferentes âmbitos: no trabalho, mas especialmente no seio da família nuclear. “Da preocupação típica da primeira onda com os direitos civis (leis, direitos e cidadania), passa-se agora para aquilo que algumas autoras referem ser *política do interpessoal* [...] “o pessoal é político”” (NOGUEIRA, 2017, p. 29). A maior parte das reivindicações da época foi orientada pelo fato das mulheres continuarem em desvantagem não só na esfera

pública como também na esfera privada. Temas centrais deste período foram: as políticas de reprodução e da identidade, a contracepção e o aborto, a sexualidade, a violência sexual e doméstica, os abusos, os efeitos dos estereótipos do tratamento do corpo feminino. Por fim, a terceira onda tem sua origem localizada nos fins dos anos 80, se estendendo até a atualidade. Seu início coincide com a eclosão das críticas pós-estruturalistas e pós-modernas às concepções de gênero e de subjetividade do feminismo hegemônico da época, que coincidiram e se sobrepuseram às críticas provenientes do feminismo negro. Essas correntes críticas tinham em comum o compromisso com a abertura, a diversidade e a pluralidade que pareciam faltar ao feminismo da segunda onda, problematizando concepções femininas e feministas essencialistas e monolíticas da subjetividade (NOGUEIRA, 2017).

Como Djamila Ribeiro (2017) observa muitas feministas negras e brancas contestam essa perspectiva dominante do feminismo, que divide a história em três ondas com características muito específicas. É o caso de Clare Hemmings (2009, p. 215):

Apesar da evidente variedade da teoria feminista, dentro e fora do ‘ocidente’, ao contar-se sua estória recente, uma narrativa dominante aparece, ainda que apresente uma gama de inflexões afetivas e críticas. Essa estória divide o passado recente em décadas definidas para fornecer uma narrativa de progresso incansável ou de perda, proliferação ou homogeneização. A teoria feminista ocidental conta sua própria estória como uma narrativa em desenvolvimento, onde nos movemos de uma preocupação com unidade e semelhança, passando pela identidade e diversidade, em direção à diferença e à fragmentação.

Um exemplo importante das limitações e riscos da narrativa das ondas é a invisibilização da produção do feminismo negro, que acaba sendo associado apenas à terceira onda, quando na realidade mulheres negras vêm produzindo trabalhos relevantes no questionamento e problematização de uma perspectiva essencialista das mulheres, desde o início do movimento feminista. Djamila Ribeiro (2017) nos traz o exemplo de Sojourner Truth, abolicionista negra norte-americana, escritora e ativista dos direitos da mulher, que em 1851, participou da Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Akron, em Ohio, nos EUA, onde apresentou o discurso *E eu não sou uma mulher?*, que já evidenciava um grande dilema que o feminismo hegemônico viria a enfrentar: a universalização da categoria mulher. Djamila aponta que esse debate sobre a necessidade de se perceber as várias possibilidades de ser mulher, do feminismo abdicar da estrutura universal ao se falar de mulheres, já vinha sendo feito desde a primeira onda pelas feministas negras como Truth, como também na segunda onda por feministas negras

como Audre Lorde e bell hooks²³. Evidencia assim o quanto essa narrativa dominante simplifica a complexa história dos feminismos, fixando autoras e perspectivas no interior de uma onda específica.

Considerando que os movimentos feministas são múltiplos e que as especificidades dos momentos históricos e dos locais onde emergem interferem em sua constituição, bem como as intersecções do gênero com outros marcadores sociais da diferença, vale destacar que no contexto brasileiro e de outros países da América Latina a segunda onda do feminismo foi experimentada durante o clima político do regime militar dos anos 1970, que associou a desvalorização e a frustração de cidadania no país, com um reforço na opressão patriarcal. De acordo com Céli Pinto (2003) o feminismo que se desenvolveu no país nesse momento se caracterizou por um movimento oposto de liberação, no qual as mulheres discutiam a sua sexualidade e as relações de poder, deslocando o foco da igualdade para as leis e os costumes. Portanto, no Brasil e em outros países latino-americanos a segunda onda se configurou como uma resistência contra a ditadura militar e também em uma luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer, tendo se formado muitos grupos que consolidaram os interesses e demandas femininas, possibilitando maior articulação das mulheres na arena pública. Marlise Matos (2010) destaca que esse enraizamento dos feminismos latino-americanos nas lutas contra os estados militarizados e ditatoriais é também uma das maiores características distintivas (e não trivial), em relação aos femininos de matriz anglo-saxã ou europeia.

Como consequência, a terceira onda também apresenta singularidades no nosso país: houve uma intensa participação das mulheres brasileiras no processo de redemocratização e na construção do que Pinto (2003) nomeia de uma espécie de “feminismo difuso” e com destaque ainda maior sobre processos de institucionalização e debate das diferenças entre as próprias mulheres (intragênero).

Retomando a história da psicologia e seguindo a mesma lógica que sustenta a narrativa hegemônica do feminismo, se considerarmos linearmente os diferentes momentos da psicologia, conforme descritos por Saavedra e Nogueira (2006), podemos acabar negligenciando trabalhos importantes, que partem de uma perspectiva não

²³ "bell hooks" é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, que foi inspirado na sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. A escolha da letra minúscula é justificada pelo interesse da autora em dar mais enfoque ao conteúdo desenvolvido em suas obras e menos a sua pessoa. Para ela, nomes, títulos, nada disso tem tanto valor quanto as ideias. Respeitando a opção da autora, nessa tesa mantive a grafia com que ela se identifica.

essencialista das mulheres e que foram produzidos em momentos distintos do desenvolvimento da psicologia enquanto ciência. Da mesma maneira, corremos o risco de ignorar o fato de que ainda hoje podemos encontrar investigações que fazem uso de métodos experimentais e psicométricos para avaliar diferenças individuais e que acabam por reforçar uma posição inferior para as mulheres, que as autoras associam ao período inicial da psicologia.

Assim, sem deixar de atentar para as simplificações e riscos inerentes a uma descrição da psicologia em períodos lineares, gostaria de chamar a atenção para o fato de que houve momentos na história da psicologia em que algumas psicólogas, se alimentando das discussões dos movimentos feministas, apontaram e questionaram uma perspectiva androcêntrica do conhecimento psicológico, o qual acreditavam refletir um modelo masculino de realidade ao enunciar um sujeito racional universal, do sexo masculino, que é tomado como norma, a partir do qual é avaliado e classificado o comportamento. Trata-se de uma crítica a uma perspectiva da psicologia que enaltece a hegemonia masculina e negligencia as experiências femininas, relegando-as à marginalidade e contribuindo para a reificação e construção de lugares deterministas para as mulheres (NOGUEIRA, 2017).

Da articulação entre psicologia e feminismo, surge uma psicologia feminista crítica, se afirmando como resposta a um modelo de ciência positivista e androcêntrico que se pretende neutra e não considera os contextos social, cultural e político. Nogueira (2017) destaca que a psicologia feminista promove o princípio do ativismo social, da implicação com as causas dos grupos subrepresentados, comprometendo-se com a mudança social, também buscando diluir uma perspectiva autocrática e a imposição de um conhecimento universal. Vale destacar que a própria designação *feminista* ao invés de *psicologia da mulher*, opõe-se a uma visão essencialista das mulheres, dizendo de um posicionamento político das profissionais que assim se identificam. Saavedra e Nogueira (2006) defendem que pesquisar e escrever sobre mulheres, sem uma identificação com o feminismo, diferencia pouco a psicologia da mulher da psicologia tradicional, significando apenas a inserção das mulheres como tema de estudo, mas assumindo-se um posicionamento pouco crítico e também pouco comprometedor em termos acadêmicos. A designação psicologia feminista afirma o compromisso político com a transformação social, num campo que abarca desafios e contestações das mais diversas ordens.

No entanto, como já mencionado, e como Saldanha e Nardi (2016) demonstram por meio de uma revisão não sistemática em revistas feministas, de psicologia e em

algumas bases de dados, essa psicologia feminista não se encontra legitimada no campo acadêmico brasileiro, ao contrário de alguns países do hemisfério norte em que a disciplina se encontra ativa, como é o caso de Portugal, Espanha, Inglaterra, Estados Unidos e Canadá. De acordo com a autora e com o autor, as produções analisadas apontaram o conservadorismo acadêmico que se atualiza na relativa aceitação de núcleos de gênero na pós-graduação, levando a compreender que o gênero é considerado como um tema de especialistas. Também destacaram a dicotomia ainda presente no senso comum de que teoria só é produzida na academia e ação social só se produz pelo ativismo político. Indicam que as fortes resistências ao feminismo, ainda presentes no universo acadêmico e na psicologia, são uma extensão da resistência geral ao feminismo na sociedade de que a psicologia é parte constitutiva.

Na condição de profissionais da área psi não podemos ignorar a implicação da Psicologia na construção da sociedade que o feminismo busca transformar. Abordar a relação entre Psicologia e feminismo é adentrar numa seara tensa, num feixe de relações históricas atravessadas por inúmeros elementos de várias ordens. Uma parcela do campo da psicologia social acolheu os estudos de gênero, mas no Brasil isto não significou a construção de um campo de psicologia feminista e nem de uma disciplina, assim nominada. Temos estudos de gênero, estudos feministas, perspectiva feminista, mas não temos uma psicologia feminista, ou psicologias feministas, muito menos psicoterapias feministas legitimadas pelos conselhos, afirmada de modo menos disperso entre as pesquisadoras ou presente em títulos de artigos como a trilha exploratória aqui empreendida nos apontou. Mas isto não significa que esta psicologia híbrida não esteja sendo praticada, construída e demandada em alguma medida como podemos constatar em ações psis fora da academia (SALDANHA; NARDI, 2016, p. 48-49).

É nesse sentido que, como Saldanha e Nardi apontam, não se precisa necessariamente aderir de forma identitária ao feminismo para que a produção acadêmica seja considerada feminista. Considerando que a vertente em questão não se legitimou no campo da psicologia brasileira, se nomear desta maneira pode implicar em alguns riscos que vão desde o preconceito dos pares na academia até a marginalização da própria profissional, o que torna compreensível o cuidado com tal uso. Importante destacar também o momento atual da macropolítica nacional em que vivemos uma grave crise política com o despertar de uma forte onda conservadora da direita e da extrema-direita. Nesse contexto, podemos pensar que é delicado falar de uma psicologia feminista considerando o cenário de retrocessos diante das interferências que este governo tem feito sobre a educação no nosso país, especialmente no âmbito das universidades públicas, onde o campo de pesquisas de gênero é mais sólido, devido as trocas com os movimentos

sociais feministas, as discussões extramuros e os núcleos de pesquisa (SALDANHA; NARDI, 2016).

Portanto, o que é importante destacar é que embora a Psicologia tenha nascido de uma ciência tradicional, moderna, positivista e androcêntrica, com fortes marcas racistas, classistas e colonialistas, transformou-se num amplo guarda-chuva onde há dissidências de pensamento (SALDANHA, 2018). E, no campo dessas dissidências interessa para esta pesquisa dar visibilidade para como possíveis práticas feministas se produzem e se agenciam com as perspectivas críticas em psicologia. É essa a minha aposta nesse trabalho, que independente da denominação utilizada, o encontro entre psicologia e feminismo pode se fazer (e se faz!) presente em práticas que são críticas a (re)produção de hierarquias e do sexismo.

Nessa direção, considerando nossa responsabilidade, enquanto psicólogas, em eger as práticas que queremos operar junto às mulheres e também o conhecimento que queremos produzir, destaco a importância e a necessidade de uma epistemologia interseccional para a sustentação de uma psicologia comprometida com as angústias, sofrimentos e experiências de mulheres que muitas vezes acabam sendo invisibilizadas, silenciadas e mesmo esquecidas.

3.2 A trama interseccional

Em junho de 2019 conversei com Maria, psicóloga, parda, com vinte e oito anos, que na época trabalhava em uma casa abrigo que acolhe mulheres em situação de violência de gênero de Belo Horizonte e da Região Metropolitana. Quando estava na graduação Maria fez estágio no Benvinda (o Centro de Referência da Mulher em que trabalhei) e logo que se formou passou a oferecer atendimentos psicológicos voluntários no serviço, antes de conseguir o emprego na casa abrigo. No total tinha cerca de cinco anos de aproximação e de experiência com a temática.

Em determinado momento de nossa conversa, perguntei para Maria se ela podia me contar um caso ou uma situação de atendimento que ela percebia que havia sido desafiadora ou mesmo “saído do controle” ao longo dessa experiência de trabalho com mulheres em situação de violência. Ela contou o caso de Adélia, mulher haitiana que conheceu o companheiro pela internet e veio morar com ele no sul do Brasil. Ele também era haitiano, mas já morava há um tempo no país. Pouco tempo depois da chegada de Adélia no Brasil o companheiro disse para ela que ela tinha uma dívida com ele, pois foi ele quem pagou sua passagem. As violências começaram nesse momento. Depois de

alguns meses que Adélia estava morando com o companheiro, a filha deste último, Kely, com dezessete anos na época, veio do Haiti para morar com eles. Maria disse que “*parece que ela era um pouco difícil de lidar, rebelde e desobediente*” e por isso a mãe da menina (com quem ela morava no Haiti) quis que ela viesse para o Brasil para morar com o pai, a fim de que este “*a corrigisse*”. Kely também passou a ser violentada pelo pai. Tanto ela quanto Adélia sofriam violência física, psicológica e cárcere privado. Adélia também sofria violência sexual. O autor de violência não deixava nenhuma das duas sair de casa e as impedia de conversar com outras pessoas. Em meio a todo esse contexto de violências Adélia engravidou e teve um filho do companheiro, que passou a chantageá-la dizendo que o filho era a forma de pagamento de Adélia da dívida que ela tinha com ele, afirmando que a criança sempre ficaria com ele.

Posteriormente, os quatro se mudaram para Belo Horizonte, onde o companheiro acabou deixando Adélia trabalhar em um “*carrinho de pipoca*”. Ela contou sobre as violências que sofria para uma moça com quem trabalhava. Foi então que essa colega ajudou com toda a articulação para Adélia ir para a casa abrigo. Foi necessária a realização de uma busca ativa do Serviço de Prevenção à Violência Doméstica (Polícia Militar), momento em que os policiais também encontraram Kely na casa e ela contou para eles que também sofria violência. Assim, ela foi levada para o Benvinda junto com Adélia e com o filho - que na época tinha cerca de um ano e seis meses de idade. Em seguida, diante da ausência de alternativas de proteção, as duas mulheres e a criança acabaram sendo encaminhadas para a casa abrigo.

Maria relatou que tiveram muitas dificuldades na condução do caso e na efetivação dos encaminhamentos principalmente devido às diferenças culturais e à língua, já que nem Adélia e nem Kely falavam português e nenhuma funcionária da casa abrigo entendia crioulo, a língua delas. Comentou que um aspecto complicado do caso também foi o fato de Kely ser menor de idade e de Adélia não querer se responsabilizar por ela dentro do abrigo:

De certa forma o relacionamento delas era tranquilo, porque somente elas entendiam a linguagem que falavam e tinha uma aproximação cultural. Mas ainda assim mantinham uma certa distância. Adélia não deixava o filho com Kely quando precisava ir pra algum atendimento, não quis se responsabilizar por Kely por ela ser uma pessoa difícil de lidar e não confiava nela. Se aproximavam pela cultura e linguagem, mas ao mesmo tempo se distanciavam por outras questões.

Assim, a equipe técnica da casa abrigo teve que acionar o Conselho Tutelar e

realizar articulações no âmbito jurídico para que o juiz permitisse o abrigo de uma menor de 18 anos sem uma responsável legal.

Pedi que Maria me falasse um pouco sobre como essas diferenças culturais apareciam no cotidiano do abrigo. Ela disse que *“foi algo bem difícil, muitas vezes elas não queriam comer a comida da casa, queriam cozinhar algo delas; também tinha a questão da agressividade da Kely com outras crianças e com as outras mulheres; ela especificamente era bem agressiva”*. Não podemos afirmar que essa “agressividade” de Kely seja uma questão cultural, mas Maria relatou que a jovem chegou a agredir uma das crianças fisicamente, o que gerou grande conflito com a mãe da menina, demandando mediação constante da equipe técnica. Comentou também que Adélia e Kely se implicavam pouco com o processo de abrigo, que tinham dificuldades com o cumprimento de regras relativas, por exemplo, a limpeza da casa²⁴. Com relação a questão da língua, Maria disse que a equipe de profissionais precisou estabelecer parceria com uma organização não governamental voltada para promoção e proteção dos direitos da população migrante e refugiada mais vulnerável no Brasil, para acompanhar alguns atendimentos e realizar a tradução. Destacou que foi um caso muito complexo, que a equipe se engajou muito, mas teve dificuldades para lidar com vários fatores ao longo do abrigo das duas mulheres. A dificuldade de comunicação foi um dos principais obstáculos, prejudicando a participação das duas haitianas em várias atividades da casa, especialmente naquelas realizadas em grupo.

Foi estabelecido contato, via *WhatsApp*, com familiares de Adélia e de Kely e foi colocada a possibilidade de realizarem articulações para que elas retornassem para o Haiti, mas Adélia não demonstrou interesse em retornar para o seu país. Ela preferiu acionar um primo que morava no sul do Brasil com a expectativa de que ele pudesse acolhê-la após sair do abrigo. No entanto o primo disse que não tinha condições de recebê-la, pois morava no local em que trabalhava. Mesmo com a recusa desse familiar, Adélia insistiu e o mesmo acabou aceitando recebê-la. A ida de Adélia para a casa do primo foi construída em conjunto com a equipe de profissionais do abrigo. Quando Adélia chegou na casa do parente ela percebeu que de fato não tinha condições dele acolhê-la. Ela acabou

²⁴ No momento em que as mulheres são atendidas nos Centros de Referência, quando se percebe que é um caso de risco iminente de morte e que a mulher não possui outra alternativa de segurança naquele momento, sendo oferecido abrigo, também é explicado que a Casa Abrigo possui algumas regras. Essas regras são apresentadas à mulher, que precisa se comprometer a segui-las caso aceite o abrigo. Uma das regras está relacionada com a participação na gestão e na manutenção das atividades cotidianas do abrigo, ou seja, enquanto estiverem abrigadas as mulheres precisam participar de atividades relacionadas a limpeza e a preparação das refeições, por exemplo.

conseguindo se organizar para retornar para Minas Gerais e procurou uma outra mulher que ela tinha conhecido na casa abrigo e que estava residindo em um município da região metropolitana de BH. Tentou retornar para o abrigo, mas não conseguiu, pois, apesar de continuar em situação de vulnerabilidade social, já não estava em situação de risco iminente de morte. Maria não soube contar outros desdobramentos relativos à situação de Adélia, pois na época em que esta última retornou para o estado, ela estava afastada do trabalho da casa abrigo. Já Kely, enteada de Adélia, acabou aceitando voltar para o Haiti “*porque não tinha outra opção também*”. Sua volta foi articulada com sua família, mas como Kely tinha dezessete anos, tiveram de aguardar alguns meses até que ela completasse dezoito anos para realizar a viagem sozinha. Maria não se lembra o tempo com precisão, mas acha que tanto Kely quanto Adélia chegaram a ficar mais de seis meses abrigadas.

Essa passagem da conversa com Maria me remeteu imediatamente à importância das políticas públicas adotarem uma perspectiva interseccional, que se operacionaliza por meio do olhar das profissionais que estão na ponta, diretamente com as mulheres. A relevância de sustentar uma perspectiva interseccional no trabalho de enfrentamento a violência contra a mulher está ligada a necessidade de reconhecer a diversidade de experiências das mulheres, a impossibilidade de produzir modelos padronizados de intervenção e a necessidade de considerar as especificidades das experiências de vida desses sujeitos, nos comprometendo com a busca de ferramentas para analisar e compreender as relações diferenciadas de poder que situam as mulheres em posições desiguais.

Como Maria Elvira Díaz-Benitez e Amana Mattos (2019) afirmam, o surgimento das perspectivas interseccionais se dá na década de 1990, no âmbito dos estudos de gênero, mais especificamente no marco teórico do feminismo negro. O feminismo negro criticou a agenda política e o que era pautado pelas acadêmicas feministas, em sua maioria brancas, europeias ou estadunidenses. As feministas negras questionavam o formato de emancipação apresentado pelo “feminismo branco acadêmico”, dos anos 1960 e 1970, que ao universalizar e homogeneizar a categoria mulher, acabava por marginalizar suas experiências e opressões (NOGUEIRA, 2013). São muitas as feministas, acadêmicas e teóricas de destaque na organização e sustentação de lutas nesse sentido, como Ângela

Davis, Audre Lorde, bell hook, Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, entre muitas outras.

Apesar do termo “interseccionalidade” ter sido usado de maneira oficial somente em 1989 pela jurista afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, a disseminação de ideias que fazem parte do debate interseccional é bem anterior, sendo apresentada em diferentes contextos, por distintas pensadoras. Além das pensadoras negras mencionadas acima, a também já citada Sojourner Truth, ainda em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher em Ohio, nos EUA, já falava de sua experiência de mulher negra, refletindo sobre o conjunto de desigualdades articuladas que afetavam a ela e a outras mulheres negras. Porém, mesmo não sendo inéditas, as propostas dos feminismos interseccionais apresentam especificidades relevantes ao explicitar o lugar de produção de conhecimentos sobre gênero, estar em constante diálogo com os movimentos sociais, e se preocuparem em entender as relações de opressão que perpassam nossa sociedade (DÍAZ-BENITEZ; MATTOS, 2019).

É fundamental reconhecer que, além da discriminação de gênero, à qual de algum modo todas as mulheres estão sujeitas, “outros fatores relacionados as suas identidades sociais, tais como classe, raça, etnia, deficiência, religião, origem nacional e orientação sexual, “são ‘diferenças que fazem diferença’ no modo como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação” (CRENSHAW, 2002, p. 173). Ou seja, esses fatores também precisam ser considerados, pois, em interação com o gênero, eles também atravessam a forma como cada mulher vivencia situações de violência, moldando as múltiplas experiências desses sujeitos, o que denota o conceito de interseccionalidade, cunhado por Crenshaw (2002, p. 177):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Como Adriana Piscitelli (2008) destaca existem distinções entre as perspectivas interseccionais de acordo com os modos como o poder opera, como as diferenças são conceituadas e no que diz respeito às possibilidades de agência atribuídas aos sujeitos em diferentes abordagens. Díaz-Benítez e Mattos (2019) destacam que o próprio modo como

Crenshaw originalmente trabalha a noção de interseccionalidade tem sido alvo de críticas, pois em sua perspectiva estariam operando mecanismos de sobreposição de ordens de poder de forma natural. Piscitelli (2008), por exemplo, considera que uma das fragilidades da abordagem de Crenshaw é fundir a noção de diferença com a de desigualdade. Díaz-Benítez e Mattos (2019), apesar de concordarem com essa crítica feita a Crenshaw, chama atenção para a importância de levar em consideração o lugar a partir do qual a autora elaborou suas considerações: a posição de jurista dedicada a defesa dos direitos humanos, atuando com temas em que há uma configuração hierárquica das relações de gênero, com as mulheres vivenciando fortes situações de desigualdade, como por exemplo, campos de estupro coletivos em Ruanda e na Bósnia, onde os corpos de mulheres são tomados como lugares de disputas étnicas. As autoras acrescentam que:

O que queremos dizer é que vale a pena interpretar o ímpeto de Crenshaw – que não é o mesmo ímpeto da etnografia e das análises acadêmicas – como aquele em que falar de agência (ou da capacidade de agência do oprimido) perde relevância justamente por sua proposta e estratégia de defesa (e ativismo) dos direitos humanos. Nossa intuição é que Crenshaw enxerga toda diferença como desigualdade porque é desde o lugar da desigualdade que pode estabelecer a luta política (p. 77).

Piscitelli (2008) dá destaque para a importância de se perceber que as categorias de diferenciação produzem efeitos distintos de acordo com o momento histórico examinado e com o contexto e suas especificidades sociais, culturais e econômicas. Se aproxima assim da perspectiva da antropóloga Avtar Brah (2006) que, considerando a heterogeneidade da condição social das mulheres, defende que os problemas que afetam as mulheres não podem ser examinados isolados do contexto de desigualdade nacional e internacional:

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões. É agora axiomático na teoria e prática feministas que “mulher” não é uma categoria unitária. Mas isso não significa que a própria categoria careça de sentido. O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes “feminilidades” onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares. Diferença nesse sentido é uma diferença de condições sociais. Aqui o foco analítico está

colocado na construção social de diferentes categorias de mulheres dentro dos processos estruturais e ideológicos mais amplos. Não se afirma que uma categoria individual é internamente homogênea. Mulheres da classe trabalhadora, por exemplo, compreende grupos muito diferentes de pessoas tanto dentro quanto entre diferentes formações sociais (BRAH, 2006, p. 341).

Na perspectiva de Brah, quando compreendemos a interseccionalidade como articulação de diferenças, essa diferença deve ser entendida de forma mais ampla e no sentido da interação entre elas. A autora destaca que diferença e desigualdade não devem ser sempre equiparadas, já que a articulação entre os distintos marcadores sociais da diferença só pode ser entendida como relações contextuais em certo momento histórico, também carregando a possibilidade de remeter a igualitarismos, diversidades ou formas de agência favoráveis aos sujeitos. Para a autora a questão central não se refere a “diferença” em si, mas a algumas questões que levantam uma problemática mais geral sobre a diferença como categoria analítica. Assim, as questões colocadas por ela são outras, como por exemplo: “Quem define a diferença? [...] Como as fronteiras da diferença são constituídas, mantidas ou dissipadas? [...] A diferença diferencia lateral ou hierarquicamente?” (BRAH, 2006, p. 359). A autora sugere quatro maneiras para se compreender a diferença: como experiência, como relação social, como subjetividade e como identidade.

A intenção aqui não é esmiuçar as distinções e os possíveis problemas das diversas abordagens interseccionais, mas destacar que essa noção busca apreender a articulação das diferenças que constituem a diversidade e que com frequência produzem desigualdades. As categorias gênero, raça, etnia, sexualidade, classe social, geração, deficiência, nacionalidade devem ser analisadas em sua articulação, compondo a complexidade da opressão experimentada pelas mulheres que se encontram em situação de violência. Representam assim um desafio não só para a pesquisa no campo da psicologia, mas também para o trabalho junto a essas mulheres, para a produção de processos e práticas de cuidado comprometidos com uma posição crítica e política voltada para a promoção de análises e denúncias das múltiplas opressões vivenciadas pelas mulheres.

Diante dessas considerações, fica clara a relevância de operacionalizar uma perspectiva interseccional nas políticas públicas. Para tal é necessário que as intervenções produzidas pelas profissionais de psicologia junto às mulheres não deixem de fora uma análise contextual que considere a articulação entre diferenças. Inspirada em Crenshaw (2002) essa análise pode se iniciar com o questionamento sobre o modo como as mulheres

vivem suas vidas e ir se aprofundando no exame das múltiplas influências que moldam suas experiências e suas oportunidades, bem como suas múltiplas identidades e as cargas que elas sustentam. Esse desvendamento de dimensões interseccionais, ao possibilitar uma análise mais detalhada das condições ou dos problemas que estruturam as realidades da vida de mulheres marginalizadas é fundamental não só para a estruturação das políticas públicas em nível macro, mas também para a operacionalização das intervenções psi no nível micro.

Algumas perguntas podem nos auxiliar nesse sentido: Qual o contexto em que essas mulheres vivem? Quem são elas? Como elas vivem suas vidas? Quais dimensões moldam suas experiências de vida? A dimensão de gênero dessas condições está obviamente explícita: são mulheres que procuram esses serviços especializados. Porém, há mais do que o gênero enredado nessas situações de violência. Outros questionamentos podem lançar luz às dinâmicas que se articulam ao gênero, por exemplo: há racismo atuando na determinação de quais mulheres buscarão atendimento nesses serviços? Até que ponto a classe social interfere na busca dessas políticas públicas? E a sexualidade? As mulheres trans, por exemplo, tem acessado esses espaços? E as mulheres com deficiência, há barreiras que dificultam o seu acesso aos serviços? Há alguma outra estrutura de poder que possibilita (ou que impossibilita) que essas mulheres cheguem aos serviços? No contexto mais amplo, o que contribui para a manutenção de tais condições? Colocar tais perguntas pode evidenciar que raça, classe, sexualidade e deficiência, por exemplo, tem um papel importante na determinação de quais mulheres buscam as políticas públicas com mais frequência e ao mesmo tempo tais dinâmicas de poder também podem indicar a dificuldade de acesso de muitas mulheres aos serviços de atendimento. É importante que questões desse tipo perpassem cada caso atendido e, junto com as respostas advindas das experiências situadas e singulares de cada mulher, nos conduzam a uma outra pergunta fundamental: como nossas práticas de cuidado, como nossas intervenções psi, vão interferir nas vidas dessas mulheres?

Fico pensando se esses questionamentos perpassaram a condução do caso de Adélia e de Kely, narrado por Maria. Será que outras dinâmicas estruturais de poder foram examinadas atentamente em articulação com o gênero? A dimensão da raça, da classe, da nacionalidade e da geração foram levadas em consideração na tecitura das intervenções junto a essas mulheres ou esse caso foi conduzido do mesmo modo como são conduzidos os casos daquelas mulheres que não estão expostas a mesma articulação de elementos que Adélia e Kely? Foi levado em conta o modo como as intervenções produzidas pelas

profissionais poderiam interferir nas vidas dessas mulheres? Os elementos que aparecem na narrativa, não nos possibilitam responder a essas perguntas com precisão (e nem é esse o intuito deste trabalho) já que foi apenas um relato resumido pela colega, mas levantar essas questões com relação ao caso apresentado é necessário para dar relevo à complexidade das situações de violência contra a mulher em que a opressão de gênero se articula com outros tipos de opressão - nesse caso pelo menos com raça, classe, nacionalidade e geração.

A partir de um estudo que observou a dinâmica da interseccionalidade estrutural em abrigos de mulheres que viveram situações de violência doméstica em comunidades minoritárias de Los Angeles, Crenshaw (1994) observa que a agressão física que levava as mulheres a esses abrigos era somente a manifestação mais imediata das subordinações que elas experienciavam. De acordo com a autora, muitas mulheres que buscam proteção são não-brancas, têm pouca qualificação profissional, estão desempregadas, subempregadas, são de classes sociais menos favorecidas economicamente, estando sobrecarregadas pela pobreza e pelas responsabilidades com o cuidado dos filhos. Assim, Crenshaw defende que os abrigos não devem lidar somente com a violência provocada pelo autor de violência. Esses serviços de acolhimento também devem enfrentar as outras formas de opressão multicamadas e cotidianas que se agrupam na vida dessas mulheres, dificultando sua capacidade de construir alternativas às relações violentas que primeiramente as levaram a abrigos, já que essas vulnerabilidades e opressões que se articulam reduzem as possibilidades dessas mulheres não-brancas em situação de violência contarem com o apoio de familiares e amigos para abrigá-las temporariamente. Não foi justamente essa a situação de Adélia? Quando ela tenta retornar para a casa abrigo e não consegue por não estar mais em situação de risco iminente de morte, outras opressões e vulnerabilidades também estavam em jogo. Maria não soube dar mais detalhes sobre o caminho que Adélia seguiu a partir de então, mas considerando que não pôde ser acolhida novamente na casa abrigo, o esperado é que o serviço de atendimento que Adélia acessou na tentativa de retornar para o abrigo²⁵, tenha articulado com outros serviços e políticas públicas o enfrentamento das outras camadas de subordinação que se articulavam em sua vida. Daí a importância de realizar um trabalho intersetorial efetivo,

²⁵As mulheres não têm acesso direto às casas abrigo, localizadas em endereço sigiloso. Os Centro de Referência da Mulher, os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) e, em alguns casos, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), funcionam como porta de entrada para o abrigo de proteção, mediante avaliação do risco e ausência de outras alternativas de segurança, conforme explicitado pelo relato do caso de Rose, na primeira entrada desta tese.

como discuto com mais detalhes na Entrada 4. Mas aqui é importante destacar que a resolução do CFP nº 8, de 07 de julho de 2020, que estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero, sobretudo contra a mulher, dá destaque para a relevância tanto da dimensão interseccional, quanto para a dimensão intersetorial, na atuação das psicólogas junto às mulheres em situação de violência:

Art. 3º - A psicóloga e o psicólogo deverão acolher e cooperar com ações protetivas à mulher, seja ela cisgênero, transexual ou travesti, e à pessoa com expressões não binárias de gênero, dentre outras, considerados os aspectos de raça, etnia, orientação sexual, deficiência, quando elas tiverem direitos violados.

§ 1º A psicóloga e o psicólogo colaborarão para criar, articular e fortalecer redes de apoio social, familiar e de enfrentamento à violência de gênero no respectivo território de exercício profissional (CFP, 2020).

Também é importante destacar que as políticas públicas para mulheres e as práticas psi desenvolvidas nesse campo podem combater a opressão de gênero e ainda assim perpetuar outras opressões, como o racismo, a xenofobia, o capacitismo, entre outras, se configurando assim como um espaço contraditório. Nesse sentido, considerando que as mulheres que utilizam as políticas públicas são em sua maioria de classes sociais menos favorecidas e negras, e que os atendimentos são realizados por psicólogas brancas e de classe média (conforme pesquisa apresentada na introdução desta tese), é fundamental ressaltar a cautela que devemos ter para que os imperativos, as exigências ligadas ao contexto pessoal de cada profissional, suas vivências pessoais e valores, não acabem trazendo ressonâncias perigosas para as intervenções que realizam. Como Patricia Hill Collins (2019) chama atenção, apesar da maioria dos sujeitos não hesitar em reconhecer sua própria vitimização dentro de um sistema maior de opressão – seja por raça, classe social, capacidade física, etnia, geração, orientação sexual, religião ou gênero -, é raro eles se darem conta de que seus pensamentos e ações sustentam a subordinação de outra pessoa. Assim, as feministas brancas têm o costume de dar destaque “para sua opressão como mulheres, mas resistem a perceber quanto a pele branca as privilegia. [...] Em suma, cada grupo aponta como fundamental a opressão com a qual se sente mais confortável e classifica todas as outras como de menor importância” (COLLINS, 2019, p. 452).

É importante tecer ainda alguns comentários breves sobre dois fatores que acentuam as desigualdades e que percebo que costumam ser invisibilizados em muitas discussões sobre violência contra a mulher, mas que precisam ser levados em

consideração para que as profissionais não perpetuem opressões por meio de seu fazer: o sofrimento mental e a deficiência.

A partir da minha experiência de trabalho e também das conversas com as colegas psicólogas que atuam na ponta das políticas públicas, é possível observar que muitas mulheres que chegam aos serviços de atendimento são mulheres com algum comprometimento da saúde mental. Muitos desses casos são um verdadeiro desafio para as equipes de profissionais, que com frequência se sentem despreparadas para lidar com a intersecção entre violência e transtornos mentais. Dependendo da gravidade do caso, o primeiro ímpeto das profissionais é encaminhá-lo para a rede especializada em saúde mental. Sem dúvida esse encaminhamento é de suma importância, mas ele não elimina os riscos aos quais as mulheres podem estar expostas em decorrência da violência, não dispensando o acompanhamento do serviço de enfrentamento à violência de gênero.

Valeska Zanello (2017) nos lembra que, sobretudo em sociedades sexistas como a nossa, é significativo o vínculo entre saúde mental e gênero, além de existirem diferentes aspectos que perpassam desde os processos de subjetivação, formação de sintomas, vulnerabilização identitária à mediação do ato diagnóstico (que nunca é neutro) e à própria descrição do transtorno. É importante que esses aspectos sejam levados em consideração nas intervenções junto às mulheres não somente buscando aliviar o sofrimento, mas também para que não incorramos em novas modalidades de violência contra elas, ainda que fundamentada em um discurso científico acrítico sobre essas questões.

Como Sara, uma das psicólogas com quem conversei, comentou sobre os efeitos da violência nas mulheres, devemos ficar atentas *“ao quanto isso é adoecedor, o quanto que isso faz mal pra a saúde mental das pessoas, como que a violência de gênero tem efeitos adoecedores pra saúde mental, e que a gente às vezes não, como psi a gente não se atenta pra isso”*. Considerando que o adoecimento mental das mulheres pode ser tanto um efeito da violência, como pode ser mais um fator motivador de opressões e violências de gênero, um olhar interseccional torna-se fundamental nas intervenções junto a esse público. Também não podemos deixar de considerar os impactos da raça no processo de sofrimento psíquico, uma vez que o sofrimento psíquico

[...] prioriza processos de subjetivação marcados pela referência em ser mulher e negra e, conseqüentemente, por práticas discursivas racistas e sexistas que acabam produzindo medo, ansiedade, tormentos, entre tantos outros afetos, sensações, sentimentos que colocam as vidas pretas no âmbito do que podemos tomar – de uma forma geral – como sofrimentos psíquicos. Essa dupla

produção identitária – mulher e negra – tem produzido pesos, cobranças e experiências que visibilizam a racialização do gênero e o gendramento da raça (FÁTIMA LIMA, 2017, p.72).

Muitas vezes os sofrimentos gerados pelo racismo e pelo sexismo não são considerados e permanecem invisibilizados, sendo as mulheres classificadas e patologizadas através de modelos médicos e psiquiátricos que as coisificam e objetivam a partir de sistemas de classificação baseados em valores morais e sociais de cada época. Para romper com esse modelo teórico conceitual da psiquiatria, Rachel Passos e Melissa Pereira (2017), inspiradas em Franco Basaglia e em Paulo Amarante, propõem que a doença seja colocada “entre parêntese”, o que não significa negar o sofrimento, mas sim que nos deparemos com as mulheres, suas singularidades, seus problemas concretos do dia-a-dia, e, especialmente, com as intersecções que se fazem presentes na construção da doença mental e daquilo que passou a ser compreendido para a psiquiatria e outras disciplinas como um certo “orgânico louco das mulheres”:

[...] colocar a doença entre parênteses é retirar as mulheres de uma cena nebulosa que as classifica e patologiza, sem considerar suas condições materiais de vida, as relações opressoras de gênero, mas também de raça e classe. Esse ato representa não a desassistência ou a negação de sua necessidade; ao contrário, possibilita que possamos pensar políticas, instituições e assistências mais voltadas para os sofrimentos das mulheres, a partir de suas particularidades e vidas (PASSOS; PEREIRA, 2017, p. 38).

Com relação às mulheres com deficiência, Anahi de Mello e Adriano Nuernberg (2012) chamam atenção para o avanço do campo de estudos feministas e de gênero à medida que se articula com outras categorias de análise, como classe, geração, raça, etnia, região, religião e orientação sexual, mas destacam que a deficiência permanece sendo pouco investigada na intersecção dessas categorias. Com relação à violência contra as mulheres a autora e o autor destacam que muitas pesquisadoras e pesquisadores desse campo não têm dado destaque ao fato de que mulheres submetidas à violência de gênero acabam adquirindo lesões ou impedimentos daí decorrentes, passando a ser reconhecidas como pessoas com deficiência. Esse é o caso da própria Maria da Penha, que dá nome a Lei 11.340/2006 (primeira lei federal que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher) e que se tornou paraplégica em consequência de um tiro disparado por seu marido até então. Foi, pois, em homenagem a uma mulher com deficiência que a Lei 11.340/2006 se tornou mais conhecida como Lei Maria da Penha.

Ao mesmo tempo, Mello e Nuernberg (2012, p. 647) destacam a maior vulnerabilidade das mulheres com impedimentos corporais ao abuso sexual:

Embora existam similaridades nas formas de violências sofridas por mulheres com e sem deficiência, há também especificidades que merecem ser avaliadas. O isolamento social, a dependência de educadoras/es, cuidadoras/es e prestadoras/es de serviços, o tipo de deficiência e o grau de funcionalidade associada à deficiência, a impossibilidade de defesa física de algumas pessoas com deficiência e diversos outros impedimentos à percepção e à reação diante do abuso levam a situações de maior risco desse grupo social.

Este fato vincula-se com as atitudes mantidas socialmente na relação com as pessoas com deficiência, que conduzem ao descrédito social e à submissão dessas ao risco de violências, em que operam tanto a dimensão do significado social da deficiência quanto à dimensão do gênero (MELLO; NUERNBERG, 2012). Portanto, os estudos sobre a violência contra a mulher precisam avançar, contemplando esses problemas em suas pesquisas e teorizações, o que favoreceria o aprimoramento das políticas públicas no enfrentamento dessas formas específicas de vulnerabilidade social.

Minha experiência no trabalho de enfrentamento à violência contra a mulher, bem como as conversas com as colegas psicólogas no âmbito desta pesquisa de doutorado, indicam a invisibilidade da deficiência que em nenhum momento foi mencionada. Tentando puxar os fios da memória, nos quase quatro anos em que trabalhei em um Centro de Referência da Mulher, me lembro de ter realizado o atendimento de uma única mulher com deficiência - deficiência visual nesse caso. Também não tenho nenhuma lembrança das colegas, nas reuniões de discussão de casos, comentarem sobre o acompanhamento de alguma mulher com deficiência. É claro que a memória pode estar falhando, mas de qualquer modo é preciso pensar porque mulheres com deficiência não aparecem nos discursos das profissionais que trabalham com mulheres em situação de violência de gênero. Será que elas não têm acessado esses serviços? As políticas públicas e as profissionais estão preparadas para cuidar de mulheres com deficiência que se encontram em situações de violência de gênero? A falta de informação e de problematização dessa temática pode ser interpretada como uma forma de violência contra mulheres que estão suscetíveis de experimentar a intersecção entre a violência baseada no gênero e o capacitismo, que é materializado por meio de “atitudes preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. Com base no capacitismo discriminam-se pessoas com deficiência” (MELLO, 2016, p. 3266), que são tratadas como “incapazes”.

Com esses breves comentários sobre as articulações do sofrimento mental e da deficiência com a violência de gênero, reafirmo a necessidade das profissionais que estão na ponta das políticas públicas estarem atentas e serem cautelosas em suas intervenções. Como já dito, é fundamental buscar compreender o contexto em que as mulheres se encontram; as circunstâncias na qual a violência ocorre; o significado que assume; quais relações movimentam; e quais questões estão em jogo, considerando-se as diferentes especificidades que envolvem as mulheres quando chegam ao serviço de atendimento. Esse olhar interseccional contribui para impedir os discursos universalizantes e generalistas sobre as mulheres, ao contrário, destaca as diferenças e especificidades das experiências de vida de cada uma, buscando compreender as relações diferenciadas de poder que as situam em posições desiguais - inclusive no que diz respeito a relação das próprias profissionais com as usuárias, considerando que as primeiras ocupam lugares de privilégio com relação às segundas.

Conduzida por esta perspectiva interseccional, a seguir busco focalizar algumas dimensões que se mostram relevantes nas intervenções produzidas pelas psicólogas junto às mulheres em situação de violência, apostando na possibilidade de produção e afirmação de psicologia(s) feminista(s).

3.3 Enredando psicologia(s) e feminismo(s): dando relevo a alguns nós e linhas

(...) eu venho da formação da UFF e me voltei mais a perspectiva psicanalítica, então eu costumo dizer que eu tenho uma escuta psicanalítica, mas eu me permito também usar de estratégias que me pareçam adequadas aquele enfrentamento, né? Assim, não dá, acho que alguém vai brigar comigo ouvindo isso, mas acho que não dá pra ser psicanalista ortodoxo - e não seria a minha escolha tanto aqui [no centro de referência] quanto lá na saúde mental; mas essa é a minha direção, minha escuta vai para a psicanálise, mas com essa liberdade. [...] A gente tem que ir além, assim, na defesa da transformação da vida, né, do respeito. [...] fazer além do que ouvir psicanaliticamente.

Essa fala é de Ana, mulher branca, com 48 anos, que, na época em que conversamos (julho de 2019) já trabalhava em um Centro de Referência da Mulher no estado do Rio de Janeiro há 14 anos. Pela nossa conversa, a impressão que tive é que Ana é uma profissional com uma vasta experiência no campo de enfrentamento a violência contra a mulher e que é bastante implicada com seu fazer, mostrando-se aberta e sensível a revisitar e questionar sua prática, produzindo análises interessantes e inspiradoras. Esse trecho de nossa conversa diz muito da necessidade de reconhecermos que as intervenções

e práticas de cuidado produzidas pelas profissionais de psicologia junto às mulheres em situação de violência de gênero, requerem mais do que a aplicação de grandes abordagens e teorias psicológicas, bem mais do que análises individualizantes e essencialistas desses sujeitos. Também nos convoca a não tomar a psicologia como prática isolada do campo em que atua.

Nesse sentido, o exercício da transdisciplinaridade na psicologia pode ser um aliado potente no trabalho com as mulheres em situação de violência. Entendida como uma construção que surge da atitude da psicóloga de explorar os territórios vizinhos da clínica com outros saberes para, a partir daí, construir suas estratégias, a transdisciplinaridade amplia a possibilidade de realizar agenciamentos, conexões inéditas e diversificadas (CRISTINA RAUTER, 2015). Com essa atitude, espera-se a potencialização da vida, a catalisação dos processos criadores, revolucionários, recorrendo a múltiplos campos do saber, incluindo perspectivas do domínio da filosofia, da arte, da política, da sociologia, da antropologia, entre outras diferentes áreas a partir das quais é possível colocar em funcionamento intervenções e estratégias clínicas. Um *ethos* transdisciplinar da clínica não combina, pois, com o aprisionamento em uma área de conhecimento, uma vez que ele “recoloca a clínica numa perspectiva não de fidelidade a um campo de saber (filiação), mas de alianças estratégicas, passando pelos campos de saber, tendo alguns princípios de funcionamento e foco na complexidade transdisciplinar do objeto da intervenção” (ANDRÉ ROSSI, 2019, p. 139).

Rauter (2015, p. 51), pensando a transdisciplinaridade a partir da filosofia de Deleuze e Spinoza, a define como um acolhimento da multiplicidade:

Quanto mais encontros fizermos, mais possibilidades experimentaremos, podendo atingir uma crescente complexidade, tanto no que diz respeito ao corpo quanto à mente. Para Spinoza, afeto diz respeito a variação de potência: na alegria, pensamos e agimos melhor, na tristeza, somos menos inteligentes e mais fracos. A complexidade é uma das facetas da transdisciplinaridade e diz respeito ao acesso ao plano do comum ou da multidão: diferentes campos do saber, diferentes aproximações com relação a um mesmo fenômeno, contribuem para uma complexificação das concepções sobre esse fenômeno. Essa complexificação atende à expansão da vida e da potência humanas.

Desse modo, levando em consideração a necessidade de complexificação do fenômeno da violência de gênero, é importante salientar que quando falamos em afirmar uma psicologia feminista, não se trata de assumir uma perspectiva ou uma abordagem única, que seria a mais adequada para o trabalho com mulheres em situação de violência, oferecendo receitas prontas e soluções fechadas para os problemas complexos que

constituem esse fazer. Mesmo porque, de acordo com Nogueira (2017), a psicologia feminista é perpassada por conflitos internos e debates contínuos, não existindo uma metodologia única nesse campo, mas sim uma variedade de pontos de vista, métodos e áreas de estudo. Acredito que o que uma perspectiva feminista em psicologia pode oferecer são pistas para a afirmação de um modo de estar com as mulheres, de se relacionar com elas nos atendimentos e intervenções nas políticas públicas, um modo que diz de uma ética que leva em consideração a dimensão micropolítica das práticas. Se as psicólogas feministas buscam a promoção de uma disciplina aberta à mudança, que valorize e promova a igualdade e a justiça social entre grupos e indivíduos e que seja ativa na insistência para o bem-estar quer de homens, quer de mulheres, de todos os grupos sociais (SAAVEDRA; NOGUEIRA, 2006), essa perspectiva, sem oferecer soluções únicas, nem receitas prontas, mas buscando efetivar uma ética micropolítica comprometida com a transformação social, pode balizar uma atuação responsável e potente junto às mulheres em situação de violência.

A partir de uma perspectiva interseccional, discuto a seguir duas dimensões teóricas e práticas que nesta pesquisa se mostraram fundamentais para construir intervenções psicológicas que contribuam para a emancipação das mulheres enquanto sujeitos livres das amarras dos estereótipos, das discriminações, opressões e violências de gênero, das formas estabelecidas e dos modelos. São estas, as dimensões: a sororidade e o empoderamento.

3.3.1 Os nós na sororidade

Luciana: Eu queria te pedir pra você me contar um caso, um atendimento, uma situação que você acha que funcionou, não sei se a palavra é “bem sucedido”, né, mas que você acha que funcionou, algo que foi potente...

Alice: Teve um atendimento, assim, que foi muito, ficou vivo na memória; um que volta e meia a gente lembra desse acompanhamento e que foi feito assim: houve uma sintonia entre a advogada, a assistente social e a psicóloga - assim, porque aqui [no Centro de Referência] é um de cada, agora que têm duas psicólogas, mas até então era só um de cada setor. E assim, a mulher ela, ela tinha uma filha, sofria várias violências e ela chega [no Centro de Referência] depois de um registro de ocorrência, com muito medo. A gente levou pro abrigo de segurança, foi preciso o abrigo de segurança. [...] e o abrigo, teve uma audiência marcada. O juiz ele, ele deu, ele tava tendendo, né, em favor do agressor; pediu que, por conta da criança - a justificativa era que ele [o autor de violência] não podia ficar afastado da filha - e aí ele pediu o desabrigo dela, que ela sáisse, aceitasse um aluguel que ele [o autor de violência] iria pagar, né, e que a gente

[a equipe técnica do centro de referência] fosse com ela ver a casa, né, ele determinou. [...] a gente foi, acompanhou a audiência, ela se sentiu, ela tava muito desamparada e o fato da gente tá presente foi importante; e aí a gente meio que subverteu, né, assim, a gente não levou naquele dia pra ela ver aluguel, ela retornou pro abrigo, a advogada fez algumas, alguns encaminhamentos necessários, algumas orientações necessárias e o abrigo, quando ela retorna pro abrigo, o abrigo já tava com a passagem, porque ela era de outro estado...

Luciana: Ah tá, para ela retornar...

Alice: E ela retornou! E aí, assim, quando o juiz vem cobrar, aí a gente coloca: “mas ela tava abrigada no momento e a gente não tinha gerência, não tinha como, ela não tá presa no abrigo, ela foi embora”, a gente sustentou.

Luciana: Vocês conseguiram criar uma linha de fuga pra sustentar e subverter isso!

Alice: Isso, e ela conseguiu!

Luciana: E vocês avaliavam que era um caso de risco?

Alice: Sim, de risco gravíssimo, ela ficou em cárcere. Ele trouxe, ela era população ribeirinha, ele [o autor de violência] trouxe, então ela aqui não conhecia ninguém, não tinha rede nenhuma, não tinha nada.

Luciana: Nossa, o cara trouxe, começou a agredir, colocou ela numa situação de risco, ela vai pro abrigo e aí na hora que vai pro juiz, o juiz manda ela sair, retornar, ficar sem proteção... e o motivo era a filha...

Alice: Exatamente, falando assim que era direito do pai, que ele enquanto pai tinha o direito de, de ver a filha, de ficar com a filha e pediu o desabrigamento. Mas não é incomum não...

Esse é um trecho da conversa que tive com Alice, mulher branca, que na época em que conversamos (junho de 2019) tinha quarenta e cinco anos e trabalhava em dois Centros de Referência da Mulher, em dois municípios distintos da região metropolitana do Rio de Janeiro (Grande Rio). Alice trabalha com mulheres em situação de violência de gênero desde 2007 e na nossa conversa chamou atenção para questões importantes com relação ao exercício da psicologia nas políticas públicas.

Esse caso relatado por Alice demonstra a importância das equipes de profissionais estarem integradas na realização das intervenções junto às mulheres em situação de violência de gênero. Trata-se de um caso em que, diante de um microfascismo que se manifesta por meio do machismo do juiz, a equipe agencia com a mulher, inventa e resiste construindo uma linha de fuga que subverte esse caráter totalitário e opressivo da justiça. Alice enfatizou que foi fundamental a equipe estar “sintonizada”, pois já houve outros

casos em que o juiz determinou o desabrigoamento por conta do contato do autor de violência com a filha ou filho e a equipe não conseguiu subverter. Daí a importância da construção coletiva, da articulação da equipe para fortalecer o trabalho de enfrentamento à violência de gênero.

Além disso, essa narrativa me remeteu à possibilidade de sororidade, de aliança e solidariedade entre as mulheres, no caso, entre “mulheres usuárias dos serviços de atendimento” e “mulheres psicólogas”. Nesse sentido, é interessante que Diana, outra colega com quem conversei, me contou um caso que apresentava algumas semelhanças com a situação narrada por Alice:

[...] tem o caso da Mariane, né, que ela foi embora daqui, inclusive levando a menina numa situação irregular, né? Porque ela, ela, na verdade teve uma situação que ela, muito novinha, ela e o companheiro faziam uso abusivo de droga, prejudicial, o menino mexia com o tráfico e tal. Ela fugiu de casa e a filhinha ficou, né, com a sogra e o pai, né, que morava lá e tal. E ela ia perder a guarda dessa menina. Por que? Porque dentro desse contexto machista, né, detonaram com a menina porque ela usava droga, não sei o que e tal. [...] Ela foi pra casa abrigo, e aí ela teve direito de receber a visita da filha no abrigo. Então ela, a menininha ia para lá na sexta-feira e na segunda de manhã, quando o carro estava disponível, levava a menininha de volta. E aí, nessas idas e vindas no judiciário, a gente conversando com os promotores, defensores e tal, tava num tom de que ela ia perder a guarda dessa menina. E aí ela foge com a menina do abrigo, né? [...] A gente leva ela lá pro Centro de Saúde, ela foge de lá com a menininha e vai lá para o norte do país, nem lembro pra onde, ficar na casa do pai dela. E aí, depois disso, essa menina lá ela começou a trabalhar pra uma multinacional dessas de mineradora, nem lembro qual que é, conheceu um cara que também trabalhava nessa empresa, eles casaram, têm uma condição financeira bem bacana, a menina estuda em uma escola particular de lá e tal. [...] E um dia ela vem a Belo Horizonte com o marido. Por que? Porque ela ficou sabendo, né, que estava divulgado inclusive na internet, que ela tinha fugido com a filha, né, e procurando, e ela ficou com medo de um dia pegar avião com essa menina e tirarem a menina dela. Então ela veio pra Belo Horizonte pra resolver essa situação e regularizar a situação dessa menina, né? Aí ela teve no centro de referência com a gente, a gente conversou, encaminhou pra Promotoria da Mulher, pra verificar qual que era a situação, né? Mas eu entendo que foi a glória ela ter feito isso, porque se ela fosse tentar fazer pelos caminhos legais, ela teria perdido essa menina. [...] Ela ia ser prejudicada, e por causa disso, por causa de um olhar que não tem perspectiva de gênero, criminaliza a mulher, né? Porque se os dois usavam droga, por que ela não tem condição de ficar com a menina e ele tem, né? Então, assim, super difícil, [...] é um caso que você não segue [o protocolo, a lei]... O que é um indicativo, né, inclusive de que se você seguir o que tá dito pela lei provavelmente essas mulheres não vão sair de situações de violência, né?

Nesse caso também foi necessária uma aliança entre a mulher e as profissionais

para que a primeira conseguisse ficar com a filha. Assim como a situação relatada por Alice, as profissionais do abrigo mantiveram-se ao lado de Mariane, subvertendo práticas cotidianas, para que ela não fosse prejudicada por atores da própria rede que deveria protegê-la. Os microfacismos nesse caso se fizeram presentes no julgamento moral de Mariane no âmbito do judiciário, apoiados em perspectivas sexistas, normativas e hegemônicas que não consideraram a mulher em questão como um sujeito autônomo, sendo o seu prazer tomado como uma questão moral e altamente regulada. É esse tipo de julgamento e de retórica sobre as mulheres que reforçam a constatação de que, até hoje, o prazer para a mulher, principalmente os prazeres corporais, são vistos como tabu, são imorais, tanto em relação a sua expressão sexual quanto ao uso de drogas para fins recreativos (ILANA MOUNTIAN, 2016). Há um grande perigo, nesses casos, de uma minorização subjetiva, por parte das profissionais, das mulheres que fazem uso de drogas, com a consequente minimização das situações de violência que essas mulheres vivenciam e dos riscos envolvidos. E, como Diana sugere no final de seu relato, ironicamente esse caso demonstra como há momentos em que as mulheres precisam “escapar” das políticas para mulheres, da rede de enfrentamento à violência de gênero, que teoricamente deveria garantir a sua proteção, para conseguir de fato romper com as situações de violência. Para além de todas essas questões, escolhi apresentar essa narrativa da colega porque ela demonstra que é possível as profissionais fazerem pactos de aliança com as usuárias dos serviços, em um processo que envolve inventividade, resistência e, ao meu ver, ao menos algum grau de sororidade.

No entanto, é preciso ressaltar que frequentemente fazer com que a sororidade envolva nossas intervenções é um grande desafio, não sendo uma tarefa simples incluir essa dimensão no cuidado que produzimos enquanto psicólogas. Originalmente, a perspectiva que fundamenta essa irmandade feminina conhecida como sororidade (*sisterhood*) compreende que independente da diversidade que existe entre as mulheres, ainda assim as mulheres têm mais em comum entre si, do que qualquer outro homem. Obviamente que foram as mulheres brancas e burguesas que primeiramente adotaram a crença na ideia de “opressão comum”, que remete a uma universalidade entre mulheres. Mas as feministas negras nos mostraram que se trata de uma falsa universalidade em que as preocupações, a realidade e as reivindicações de mulheres negras tornam-se específicas e não são legitimadas, ao mesmo tempo em que as experiências de mulheres brancas predominam como universais, legítimas e adequadas. “Como é geralmente argumentado por feministas brancas: feminismo é sobre sexismo, não sobre racismo” (KILOMBA,

2019, p. 102). Assim, quando coloca todas as mulheres no mesmo barco, a sororidade não é inclusiva, uma vez que desigualdades estruturais de raça, classe, orientação sexual e deficiências, por exemplo, são dissimuladas e continuam se colocando como um desafio a ser superado.

A ideia de “opressão comum” foi uma plataforma falsa e desonesta que ofuscou e mistificou a verdadeira natureza – complexa e multiforme – da realidade social da mulher. As mulheres se desentendem em decorrência de atitudes sexistas, racismo, privilégios de classe e uma série de outros preconceitos. As mulheres só poderão criar vínculos sólidos entre si quando enfrentarem esse problema e darem o passo necessário para eliminá-lo. Essas desavenças não serão eliminadas por um ato de boa vontade ou ideias românticas sobre a opressão comum, por mais importante que seja considerar as experiências partilhadas pelas mulheres de um modo geral (bell hooks, 2019b, p. 80).

É nesse sentido que bell hooks (2019a) nos apresenta uma perspectiva distinta, que vai além do foco na opressão de gênero, ao considerar que a sororidade enquanto solidariedade política entre as mulheres, vai além do reconhecimento positivo de experiências de mulheres e também da compaixão compartilhada em caso de sofrimento comum, fundamentando-se no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal, não importa a forma que a injustiça toma (racial, de classe, sexualidade, etc.). A autora destaca que tal sororidade jamais teria sido possível para além das fronteiras de raça e classe se mulheres individuais não se dispusessem a abrir mão de seu poder de dominação e exploração de grupos subordinados de mulheres. “Enquanto mulheres usarem poder de classe e de raça para dominar outras mulheres, a sororidade feminista não poderá existir por completo” (hooks, 2019a, p. 36).

Questionando o conceito de sororidade enquanto irmandade entre todas as mulheres, mas que parece não dar conta das mulheres negras, a feminista negra e brasileira Vilma Piedade (2017), propõe o conceito de Dororidade. Ela parte da compreensão de que é a dor que irmana as mulheres, mas que é preciso levar em conta que a dor das mulheres negras é agravada pelo racismo e defende que o feminismo necessita de ferramentas conceituais que explicitem tais diferenças:

Sororidade une, irmana, mas Não basta para Nós - Mulheres Pretas, Jovens Pretas. Eu falo de um lugar marcado pela ausência. Pelo silêncio histórico. Pelo não lugar. Pela invisibilidade do Não Ser sendo. Dororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as mulheres pelo Machismo. Contudo, quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, tem um agravo nessa dor. A Pele Preta nos marca na escala inferior da sociedade. E a Carne Preta ainda continua sendo a mais barata do mercado. É só verificar os dados... A Sororidade parece

não dar conta da nossa pretitude. Foi a partir desta percepção que pensei em outra direção, num novo conceito que, apesar de muito novo, já carrega um fardo antigo, velho conhecido das mulheres: a Dor – mas, neste caso, especificamente, a Dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele. Quanto mais preta, mais racismo, mais dor (PIEDADE, 2017, p. 17).

Portanto a autora destaca que além da dor provocada pelo machismo, no caso das mulheres negras há um agravo nessa dor, que é provocado pelo Racismo. “Racismo que vem da criação Branca para a manutenção de Poder... E o Machismo é Racista. Aí entra a Raça. E entra Gênero. Entra Classe. Sai a Sororidade e entra a Dororidade” (PIEDADE, 2017, p. 46).

É, pois, necessário que nós, mulheres brancas, passemos a assumir uma postura mais atenta, sensível e crítica com relação ao racismo. E, como Maria Aparecida Schumacher (2017) nos lembra, nosso incômodo não é suficiente para nos livrar dos privilégios de sermos brancas. Alguns questionamentos da autora podem nos ajudar a construir caminhos para a irmandade entre mulheres brancas, que ocupam lugares de privilégio, e mulheres negras, que ocupam lugares marginalizados em nossa sociedade devido à raça: “Como ser solidária com a dor da outra/o? Como determinar a dor que não sentimos? Como descrever, intensificar, medir, aquilo que a/o outra/o sente?” (SCHUMACHER, 2017, s/p). Ocupando posições de privilégio é difícil saber com precisão ou compreender se há transformações na opressão. Enquanto mulheres que fazem parte da branquitude (no sentido de vivência dos benefícios e privilégios proporcionados a uma população tida como branca) não temos propriedade para afirmar que “as coisas estão melhorando” para as mulheres negras – apesar de não ser incomum ouvir esse tipo de comentário.

Maria Aparecida Silva Bento (2002) observa que pessoas brancas tidas como progressistas e críticas do racismo, ao discutir esse tema, geralmente, tratam o problema como uma opressão que “existe na sociedade”, não tendo algo que as inclua diretamente, ou que inclua a instituição da qual participam. Porém, se partimos da compreensão do racismo como um sistema que estrutura a sociedade, não podemos abordar essa questão dessa forma pois “é impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista. É algo que está em nós e contra o que devemos lutar sempre” (RIBEIRO, 2019, p. 38).

Nesse sentido, como Angela Davis afirmou em um discurso que proferiu em 1979, em Oakland, no Estados Unidos, em uma sociedade racista não basta não sermos racistas, devemos ser antirracistas. Ou seja, mais do que discursos contra o racismo, precisamos de práticas, de atitudes antirracistas, tornando nossos corpos e nossas vozes aliados. A

jornalista, ativista antirracista e uma das organizadoras da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo Juliana Gonçalves (2018), nos traz uma explicação valiosa, amparada nos percursos construídos por Angela Davis, que nos ajuda a compreender de modo tangível o posicionamento antirracista:

Quando a Angela Davis fala em ser antirracista, significa assumir uma prática antirracista. Como é que você se posiciona em relação ao racismo nas situações do seu dia a dia? Falando especificamente para pessoas brancas, como você faz esse exercício? Se você chega a um espaço que só tem pessoas brancas, como você se move com relação a isso? Como isso te toca e te leva a uma ação? Se você percebe no seu trabalho que não tem pessoas negras, que as pessoas negras que estão lá estão todas em posições subjugadas ou até mesmo recebem um salário menor fazendo a mesma coisa, como é que você se posiciona com relação a isso? Inclusive entre as pessoas brancas em espaços ainda embranquecidos a que os negros ainda nem chegam para ter voz. Colocar-se ao lado da luta antirracista é entender que isso é uma questão realmente estruturante, principalmente num país de forte passado colonial e recente passado escravocrata, e que isso não é uma questão de segunda ou terceira necessidade. Para pessoas negras, o corpo é a primeira fronteira, e o racismo se coloca como algo imperativo nas nossas vidas, que vai nos influenciar do nascer ao morrer. Ter aliados brancos, pessoas brancas conscientes disso, de seus privilégios, é essencial, porque, como eu disse, há espaços que são tão embranquecidos e tão segregados que os negros nem chegam para ter voz. Nesse sentido, é importante ter a voz branca tensionando também. Quando a gente fala, a gente está falando com a nossa adversidade. A voz branca tensionando, na educação, na saúde, no trabalho, ajuda a fortalecer a luta antirracista [...]. Entender que o Brasil é um país extremamente desigual, que a riqueza ainda está nas mãos de um grupo muito pequeno e completamente embranquecido, também é importante para ser antirracista. Ser antirracista é prática diária. Não é só dizer não a esse racismo etéreo, é falar não para o racismo que traz a mortalidade para muitos corpos (GONÇALVES, 2018, s/p).

Considerando que a psicologia é uma profissão majoritariamente exercida por mulheres que se encontram em posições privilegiadas com relação às usuárias das políticas públicas, é fundamental a reflexão sobre como podemos de fato promover alianças que contribuam com o crescimento de outras mulheres estando em uma posição de privilégio. Para que uma irmandade de fato se estabeleça entre mulheres privilegiadas e mulheres marginalizadas, precisamos enfrentar o racismo e “denunciar a cultura falaciosa que limita a cidadania negra e mantém a desigualdade” (SCHUMACHER, 2017, s/p). Nesse sentido, penso que desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo, estando sempre atentas às nossas atitudes e dispostas a reconhecer os nossos privilégios com relação às mulheres com que trabalhamos é um primeiro passo importante. E, para que de fato possamos sentir mais do que incômodo, é preciso também abrir mão dos privilégios que a branquitude nos garante. Não é algo fácil, mas acredito de fato nessa possibilidade, que diz sobre sair de nossa zona de conforto para ir ao encontro das

necessidades de outras mulheres, criando e sustentando vínculos de solidariedade, sem precisar eliminar nossas diferenças, sem ser necessário vivermos sob a mesma opressão para combatermos a opressão em si: “podemos ser irmãs unidas pelo compartilhamento de interesses e crenças, unidas em nosso apreço pela diversidade, unidas em nossa luta para acabar com a opressão sexista, unidas na solidariedade política” (hooks, 2019b, p. 174).

3.3.2 As linhas no empoderamento

No início da tarde de uma quinta-feira do mês de julho de 2019, fui me encontrar com Paulina, mulher negra, na ocasião com trinta e quatro anos, no Centro de Referência da Mulher de um município da Grande Rio, seu local de trabalho então. Desde 2011 ela atua no atendimento a mulheres em situação de violência de gênero. Em determinado momento da nossa conversa, perguntei para Paulina se ela percebia algum tipo de mudança nas mulheres a partir do acompanhamento oferecido no Centro de Referência, se era possível perceber algum efeito do cuidado oferecido pela psicologia na subjetividade das usuárias do serviço. Paulina começou a responder citando a frase de uma mulher acompanhada por ela com relação ao marido (autor de violência): “*eu agora não abaixo mais a cabeça, quando ele vem eu enfrento ele e falo: fica quieto!*”, e em seguida acrescentou que a principal transformação que ela identifica nessas mulheres é o fato delas passarem a se colocar. Em suas palavras:

[...] eu acho que essa questão mesmo delas se colocarem [...] A maioria das mulheres chegam aqui com a fala “a culpa é minha”. Isso parece ser clichê: “a culpa é minha, porque eu tenho que servir mesmo; se eu tomei um fora porque eu trabalho e não deu tempo, ele chegou mais cansado e a janta não tava pronta, a culpa é minha”. Parece clichê, mas não é! Essa fala é muito recorrente, e é muito enraizada. E tanto que têm mulheres que nem percebem, que não se percebem em situação de estupro com o marido, por exemplo. Teve uma que eu atendi agora que é uma professora concursada, tem dois apartamentos próprios, é nova, mas ela falou, quando eu conversando com ela e aí ela entende - porque a gente tem um questionário [usado nos atendimentos] -, quando chega na parte da violência sexual, e aí ela falou: “não, nunca fui estuprada!”; aí eu falei: “mas ele já tentou e você não quis?”; “já, eu cedi mesmo não querendo pra não ter briga!”; e aí quando ela percebeu que ela foi estuprada, isso acabou com ela! [...] Porque é isso, quando você não se percebe então tudo você se acha mesmo culpada por passar por aquilo tudo. E aí você cede, “ah, pra não ter briga, tá bom, ele quer que eu vá lá na rua comprar não sei que na chuva, eu vou”; você cede se colocando em situações de humilhação, de constrangimento pra não ter briga, não ter confusão. E aí quando elas tão no processo de empoderamento - eu detesto essa palavra “empoderamento”; eu falei algumas vezes, mas eu tenho pavor! -,

mas quando elas conseguem tomar a rédea, né, da própria vida, se perceberem como “sujeitas” da própria vida, donas, é..., elas mudam. E mudar é: “não vou”; “não me coloco mais em certas situações”; ou até mesmo rompendo. Mas o mais interessante é quando rompem e arrumam uma relação em que você vê que é um outro tipo que ela tá construindo, que têm alguns casos aqui assim: “ah não, eu já tô com fulano, mas assim falo pra ele: ‘oh, eu faço o que eu quero, se eu não quiser você não vai me obrigar!’”, e aí isso é muito legal!

Perguntei para Paulina o motivo dela não gostar da palavra *empoderamento* e ela disse:

[..] é porque dá a sensação de como se a gente, esse lugar de especialistas, tivéssemos o poder de dar poder pra alguém. Acho que a questão não é essa, é isso: se elas perceberem que elas não são obrigadas a passarem por situações de humilhação, de que pode passar um aperto inicialmente, mas que vai ter minimamente um apoio, elas conseguem mudar, não sou eu que preciso dar poder pra ninguém não! (risos).

Empoderamento de fato é um conceito complexo, composto por muitas linhas, que tem sido muito usado na atualidade, mas com frequência sendo mal interpretado, empregado de forma equivocada, distorcido, especialmente devido ao debate acrítico sobre o tema. “Vem sendo criticado, não pelo seu significado, mas pela maneira esvaziada com que é utilizado e que foge completamente das raízes da teoria proposta” (JOICE BERTH, 2018, p. 20). Nesse sentido, Angela Figueiredo (2020) destaca o modo como a noção de empoderamento é transformada pela perspectiva liberal, que o define dentro de uma linha individual:

O empoderamento neoliberal é o empoderamento individual, aquele narrado da perspectiva de mulheres isoladamente, mulheres deslocadas de qualquer mobilização coletiva; são as que arcam com toda a responsabilidade da casa, dos filhos e da família e que fazem isso, sem absolutamente nenhum apoio familiar, assim como não cobram nada do Estado, sequer pleiteiam uma creche para deixar os seus filhos enquanto trabalham, mas são capazes de cuidar da casa e da prole enquanto trabalham em casa, assumido a sobrecarga de trabalho. Esse sentido de empoderamento se alinha perfeitamente ao projeto neoliberal, já que é centrado no indivíduo (FIGUEIREDO, 2020, p. 15-16).

Djamila Ribeiro (2018b) reitera que, de fato, por vezes o empoderamento é compreendido numa perspectiva individual. No entanto, destaca que o feminismo negro atribui um significado coletivo para o termo. “Trata-se de empoderar a si e aos outros e

colocar as mulheres como sujeitos ativos de mudança” (RIBEIRO, 2018b, p. 135).

Joice Berth (2018) chama atenção para o fato de que a palavra empoderamento é um neologismo, ou seja, se forma a partir de uma palavra que já existe, porém ela nem sempre vai ter o mesmo significado da palavra de onde ela parte. Não se trata assim, de “dar poder para o outro”. Mas sim de questionar os padrões de poder que existem na sociedade que são excludentes, segregacionistas, que separam as pessoas e colocam elas em desigualdade, estabelecendo hierarquias. A autora apresenta uma síntese do poder a ser desenvolvido no processo de empoderamento ressignificado pelas teorias do feminismo negro e interseccional:

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade, estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, principalmente, um entendimento sobre a sua condição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. Seria estimular, em algum nível, a autoaceitação de suas características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca, e, ainda, de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade (BERTH, 2018, p. 14).

Assim, a autora destaca que diferente do que foi proposto por muitos de seus teóricos, o conceito de empoderamento é ferramenta de emancipação política e social, não se propondo a criar relações assistencialistas, paternalistas ou de dependência entre os sujeitos, nem demarcar prescrições homogêneas sobre as possibilidades de contribuição e de atuação de cada um para as lutas no interior dos grupos minoritários. A linha de compreensão de empoderamento que as feministas negras e interseccionais defendem não visa subtrair o poder de um para dar a outro, invertendo os polos de opressão, mas sim uma postura de enfrentar a opressão a fim de eliminar a situação injusta e equalizar as existências em sociedade.

Berth (2018) argumenta que quando pensamos que estamos dando poder, a ideia implícita é que somos muito poderosos e que estamos dando o nosso poder para outro - motivo pelo qual Paulina disse não gostar da palavra empoderamento. Mas ambas nos lembram que ninguém empodera ninguém: o máximo que podemos fazer é criar condições favoráveis para que as pessoas se empoderem. O empoderamento não pode ser considerado uma doação, algo que possa ser feito a alguém por outra pessoa. Os governos, as políticas públicas e seus agentes não empoderam as pessoas. “O que as políticas de

ações governamentais podem fazer é criar um ambiente favorável ou, opostamente, colocar barreiras ao processo de empoderamento” (BERTH, 2018, p. 57). Assim, o processo de empoderamento, embora possa receber estímulos externos diversos (da academia, das artes, da psicologia, das vivências cotidianas, etc.) é uma movimentação interna de tomada de consciência ou do despertar de diversas potencialidades que definirão estratégias de enfrentamento das práticas do sistema de dominação machista e racista.

Para falar em empoderamento, entre outras autoras e autores Berth (2018) baseia-se na perspectiva de Paulo Freire de uma conscientização crítica entrelaçada com a prática transformadora, que vincula o individual e o coletivo, servindo como instrumento de resgate dos poderes sociais de grupos minoritários que foram ao longo da história esvaziados desse poder, dessas influências nas decisões da sociedade. Nesse sentido, como Paulina bem coloca, enquanto psicólogas, nosso local de “especialistas” não empodera as mulheres, as próprias mulheres empoderam-se. O que podemos fazer é nos engajarmos para criar condições favoráveis para que as próprias mulheres se empoderem – ao invés de agir como um obstáculo a esse processo. E, nesse sentido, o cuidado, acolhimento e o apoio oferecidos pelas psicólogas, o se colocar disponível, podem sim facilitar o processo de empoderamento das mulheres em situação de violência.

É importante destacar que a vinculação entre o individual e o coletivo num processo de simbiose, que caracteriza o empoderamento, significa que o sujeito não consegue estar empoderado se o seu grupo não está. O fato de uma pessoa pertencente a um grupo oprimido ter desenvolvido pensamento sobre sua realidade, não retira a dimensão estrutural que a coloca sob situações degradantes. De acordo com Berth (2018) esse é um dos motivos pelos quais o empoderamento é um processo gradual e é nesse sentido que os processos de empoderamento devem fornecer estratégias para a libertação individual a serviço da emancipação coletiva.

Um dos aspectos de destaque na fala de Paulina está relacionado com a importância das mulheres reconhecerem as opressões, de se perceberem, e de desenvolverem uma perspectiva própria, passando a agir de acordo com ela. A socióloga estadunidense Patrícia Hill Collins (2019), enfatiza a necessidade da autodefinição para as mulheres negras, defendendo que quando essas se autodefinem, claramente rejeitam o pressuposto de que aqueles em posição de autoridade para interpretar suas realidades possuem o direito de fazê-lo. “Independentemente dos conteúdos reais das autodefinições das mulheres negras, o ato de insistir em nossa autodefinição valida nosso poder como

sujeitos humanos” (COLLINS, 2019, p. 206). A autora afirma que as experiências coletivas das mulheres negras e os conhecimentos que elas compartilham como grupo são caracterizadas por uma relação dialógica e podem promover seu empoderamento. Ela destaca que tanto de forma individual, como em grupo a relação dialógica indica que “mudanças de pensamento podem ser acompanhadas de transformações em ações e que experiências alteradas podem, por sua vez, estimular uma mudança de consciência” (COLLINS, 2019, p. 75). A autodefinição se dá num processo de diálogo contínuo no qual ação e pensamento informam um ao outro.

Para fins de síntese, Berth (2018) destaca uma definição interessante de empoderamento, da professora feminista norte-americana Nelly Stromquist. Esta última apresenta quatro dimensões constituintes do empoderamento, cada uma igualmente relevante, mas não suficientes de forma isolada para levar as mulheres a atuarem em seu próprio benefício. Portanto, devem ser trabalhadas simultaneamente, individualmente e coletivamente. São elas: 1) a dimensão cognitiva, relacionada com uma visão crítica da realidade, que entendo que é alcançada por meio de informações e conhecimentos sobre as opressões; 2) a psicológica, ligada ao sentimento de autoestima, sendo o trabalho com a estética um dos elementos importantes para tal; 3) a política que remete a consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar; 4) a econômica, ligada a capacidade de gerar renda de forma independente. Essas dimensões são pistas importantes para o trabalho de empoderamento junto às mulheres em situação de violência de gênero, especialmente no âmbito das políticas públicas, numa perspectiva de emancipação política e social, de promoção de transformação social, que envolve o reconhecimento das forças opressoras e a mudança das relações de poder existentes.

Vale, também, problematizar aqui uma dimensão importante das intervenções junto às mulheres em situação de violência que diz respeito ao trabalho de “resgate e fortalecimento da autoestima”, expressão muito presente nos documentos normativos das políticas públicas para mulheres. Como mencionei na Entrada 1 dessa tese, é fundamental trabalhar esse fortalecimento das mulheres como um processo mais amplo do que simplesmente o resgate da autoestima associado à valorização do ser em sua dimensão individual. Diante das agressões vivenciadas, é compreensível que essas mulheres apresentem fragilidades e que sua autoestima seja afetada, inclusive, no que diz respeito à aparência. De fato, os relatos das mulheres durante os atendimentos demonstram que, no interior de relacionamentos abusivos, com frequência, os homens recorrem ao ideal de beleza hegemônico para depreciar a imagem das parceiras, fazendo comparações e

colocando-as em um lugar inferior com relação a esses padrões. Para as mulheres negras, que constituem grande parte do público atendido por essas políticas públicas, o impacto dessa subordinação é ainda mais grave, pois os padrões de beleza são estabelecidos por uma supremacia branca e carregam, não só uma dimensão sexista, mas também um forte viés racista, que, no âmbito de uma ideologia alienante, desmerece, menospreza, humilha e mutila os corpos negros (hooks, 2005). Berth (2018) afirma que as críticas a respeito dos limites e incongruências do potencial da estética no processo de empoderamento pecam sobretudo quando subestimam a potência gerada pela confiança na própria imagem.

Não é possível passar por um processo de empoderamento produtivo se não nos fortalecermos e nos encontrarmos dentro de nossa própria pele. Sem um trabalho contínuo para erradicar do lugar naturalizado na sociedade a crença de que pessoas negras são inadequadas, desprovidas da harmonia e beleza física, fica extremamente difícil para esses sujeitos atingidos diretamente por essa ideologia do padrão branco como única forma aceitável, criar mecanismos interiores de autoamor e autovalorização. Principalmente quando consideramos que nas culturas ocidentais, o belo/bonito é sinônimo de superioridade, ou seja, ultrapassa o campo da estética, uma vez que o senso comum aponta que tudo que é bonito só pode ser bom (BERTH, 2018, p. 99).

A autora defende assim que para o processo de luta na dimensão da estética é fundamental evidenciar que toda construção negativa da imagem da pessoa negra não teve outra motivação senão sociopolítica. Destaca que a inferiorização da estética e da aparência negra é apenas uma das tecnologias utilizadas para manter e justificar “o sistema de opressão e de exploração de sujeitos para acúmulo de privilégios sociais e, exatamente por isso, fica evidente a necessidade de quebrar esse esquema que perdura com eficácia secular” (BERTH, 2018, p. 100).

É nesse sentido que o trabalho com a autoestima deve extrapolar uma limitação ao nível individual, sendo importante também que as profissionais tenham muita cautela para não prescrever e reforçar padrões de beleza hegemônicos por meio de intervenções que podem até não ser percebidas como opressivas, mas que colaboram para reproduzir desigualdades de gênero e posições de subordinação para as mulheres (NAOMI WOLF, 1991). Devemos ter extrema desconfiança e cuidado, por exemplo, com as oficinas do tipo “dia da beleza”, práticas que costumam ser oferecidas nas políticas pública para “ensinar” as mulheres a cuidar da própria aparência, mas que com frequência são esvaziadas de uma perspectiva crítica com relação a estética e acabam reforçando um ideal de beleza hegemônico que mais oprime do que potencializa as mulheres.

Portanto, tendo clareza de que o trabalho voltado para o fortalecimento e autoestima da mulher é apenas uma das dimensões de um trabalho mais amplo de empoderamento a ser promovido no âmbito das políticas públicas e que, enquanto psicólogas, podemos ajudar as mulheres no “caminho rumo ao empoderamento pessoal, mas a responsabilidade final pela autodefinição e pela autovalorização está dentro de cada mulher” (COLLINS, 2019, p. 212), podemos fazer uso do conceito de empoderamento como ferramenta de emancipação política e social, para o acesso a uma vida mais digna. Na prática, isso significa, não construir relações paternalistas, assistencialistas, baseadas na vitimização e no estímulo da dependência entre os sujeitos, pois relações construídas nesses termos acabam contribuindo para manter o estado atual das situações em vez de estimular a aliança entre consciência crítica e transformação concreta da realidade individual e coletiva, algo que é em si contestador e revolucionário (BERTH, 2018). É preciso que a todo momento nos questionemos sobre como, em nosso espaço de atuação no enfrentamento a violência de gênero, podemos criar condições, formas de facilitar o empoderamento de outras mulheres, lembrando que:

O empoderamento implica uma ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação da realidade na qual se encontra. É uma nova concepção de poder que produz resultados democráticos e coletivos (RIBEIRO, 2018b, p. 136).



Figura 5 - Imagem da Exposição “Em Nome das Rosas”, da artista Eugênia França. A pintura sobre lona de caminhão tem o fundo claro um pouco manchado. A pintura em diferentes tons de preto retrata o perfil de um rosto de uma mulher branca, com os cabelos presos em um coque, sobrancelha fina, alguns machucados na região da testa, olhos e nariz, seus lábios são finos e suas feições tristes.

Durante mais de 20 anos eu suportei coisas no meu casamento que hoje eu jamais suportaria.

No começo, eu me sentia orgulhosa por ter um marido que ganhava o suficiente e dizia que eu não precisava trabalhar. Que não era agressivo comigo e era muito carinhoso com as crianças. O casamento perfeito pra quem não conseguia perceber a violência psicológica à qual eu era submetida.

Talvez, se ele tivesse me agredido fisicamente o estrago teria sido menor, porque eu teria dado um basta no primeiro tapa. Mas ele sabia disso! E então fazia com que eu me sentisse incapaz, insegura, sozinha e totalmente dependente dele.

Sob o discurso de que tínhamos que focar na construção da nossa família ele foi me afastando da minha família de origem, dos meus amigos e de todas as pessoas com às quais eu me relacionava. Eu não podia trabalhar, porque não havia necessidade. Estudar pra quê, se a prioridade era a educação dos filhos. E as coisas que eu gostava de fazer ou usar foram se tornando ridículas para ele. A mini saia predileta dos tempos de namoro passou a ser coisa de mulher vulgar. E a minha opinião passou a não valer nem na hora de escolher o cardápio.

Eu fui perdendo a noção do que acontecia do lado de fora do meu portão e estava convencida de que eu não poderia sobreviver sem ele. A minha referência passou a ser o que ele me dizia. Transar não era questão de desejo, mas uma forma de não me sentir culpada se ele arrumasse outra. O jantar sempre à mesa no horário certo. As crianças limpas e educadas.

Ele já conseguia, sem esforço, me anular. Palavras não eram mais necessárias. Bastava a forma dele me olhar, repreendendo. E eu calava. Com medo de não corresponder às expectativas dele fui ficando deprimida. Eu suave e tinha diarreia quando ouvia o portão da garagem abrir.

E se o jantar não estivesse perfeito? E se as crianças não tivessem estrelinhas no caderno? E se eu não tivesse orgasmos múltiplos?

Só depois de uma crise de pânico eu busquei ajuda. Só depois de muita terapia eu consegui perceber que a violência que eu sofria não marcava meu corpo, mas minha alma. Ninguém conseguia ver, porque é difícil até mesmo pra quem sofre identificar.

Devagarzinho eu fui me fortalecendo. Com os filhos criados eu consegui me posicionar. Voltei a estudar, fui reconstruindo minhas relações até conseguir pedir o divórcio. Eu saí daquele casamento sem nada, porque até para os meus filhos eu era uma incapaz. Mas estou reerguendo a minha vida e me sentindo cada vez mais forte para dizer não a qualquer relação que não preze pelo respeito à individualidade de cada um.

BELO HORIZONTE, DEZEMBRO DE 2019.

ENTRADA 04 - OS FIOS DO CUIDADO: O EMARANHADO QUE COMPÕE OS ENCONTROS ENTRE PSICÓLOGAS E MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Joana é uma mulher branca que tinha cinquenta e três anos na época em que conversamos (junho de 2019) e que trabalhou por cerca de dois anos em um ambulatório hospitalar que é porta de entrada para mulheres que sofrem violência sexual, em um município do Grande Rio. Teve que se afastar desse trabalho devido a um problema de saúde que afeta sua imunidade, tendo sido desaconselhada pelo seu médico a passar muito tempo no hospital. Ela ressaltou que esse afastamento é muito doído para ela, pois é um trabalho que gosta muito.

Em meio a nossa conversa, perguntei para Joana como, na sua prática com as mulheres, no seu dia a dia, o cuidado era operacionalizado. Ela disse que é difícil teorizar sobre isso, que esse cuidado era construído no encontro com cada mulher, que era “*uma coisa muito do momento*”, com cada uma, mas destacou que esse cuidado se fazia presente na escuta e na sensibilidade de tentar entender o que significou a situação de violência para a mulher que a vivenciou. A colega narrou um caso acompanhado por ela para explicitar como esse cuidado se dá de forma concreta. Foi um caso muito forte de uma mulher que foi violentada sexualmente quando voltava da igreja evangélica que frequentava e que depois desse episódio se deu conta de que também sofria violência do marido:

[...] foi, assim, um caso muito intenso, [...]esse sujeito chega ali meio que despedaçado de quem ele é, se as escolhas dele são as escolhas certas. Era uma mulher que chegou dizendo que a primeira coisa que ouviu do marido [após ter sido violentada por um desconhecido] foi: “se você não tivesse ido pra Igreja você não teria sido violentada”. Essa mulher, que ao longo da escuta, da fala, né, das sessões, ao longo dos meses, ela descobriu, no meio da fala dela, - eu já tinha percebido, é claro, ela foi trazendo – aí um dia ela falou assim: “mas peraí, o meu marido me violenta há dezesseis anos!”. Sabe? E aí ela narra assim: “o meu marido toda vez que quer [transar] ele vem, força, entendeu? Às vezes me pega por trás, força, vira pro lado, dorme, eu vou para o banheiro e choro”. [...] e a reação dela foi ao mesmo tempo assim de se assustar com a situação! [...] Teve várias vezes que ela disse assim: “eu já não tenho mais nem raiva assim do meu estuprador; eu tenho raiva do meu marido que é o meu estuprador”. Ela quis matar o marido, ela quis matar o marido! Ela dizia: “eu vou preparar chumbinho, eu vou botar não sei aonde...”. E aí a minha preocupação de cuidar desse sujeito e ao mesmo tempo dessa escuta, como é que ia... foi um movimento quando a coisa, no processo terapêutico, quando ela chegou nesse ponto, foi muito difícil.

Foi um acompanhamento muito desafiador para Joana, que ficou muito

preocupada com a usuária, passou a atendê-la com maior frequência e em alguns momentos fazia contato telefônico para saber como ela estava. Disse que tinha muito receio de que de fato a mulher tentasse algo contra o marido, o que poderia acarretar consequências graves para ambas, já que Joana sabia das intenções da usuária de “matar o marido” e poderia ser considerada cúmplice de alguma forma. Porém, contou que, aos poucos, a mulher conseguiu superar, seguiu com a sua vida, chegou a terminar o ensino médio e concluir o curso de técnica de enfermagem. Nesse ponto do relato, perguntei para a colega se a usuária se separou do marido autor de violência. Ela respondeu:

Não, não, ela não se separou. Ela conseguiu ressignificar de alguma forma, entendeu? Se afastou dele um bom tempo, foi pra casa de um irmão no sul, ficou lá por um bom tempo. Esse homem também, por conta desse movimento dela, também teve um movimento dele, entendeu? [...] o movimento dela foi tamanho que ela conseguiu movimentar esse, esse companheiro e eles continuam juntos, sabe? Eu tenho contato com ela, ela às vezes me manda mensagem, ou manda foto; quando ela fez a formatura dela de técnica de enfermagem, mandou foto e tal. Então, assim, é um cuidado de enxergar o outro como potencializador da sua vida, sabe? Acho que fala desse cuidado! Não é um cuidado de “ah, tadinha, você foi violentada, ele é um algoz e você é a vítima”, né? Essa palavra “vítima” ela aprisiona, né, porque ela mantém a mulher ali naquele lugar e ela não anda. Então, assim, eu sempre falava pra elas assim, quando elas falavam “ah, eu quero esquecer!”, muitas delas falavam isso, eu falava: “olha só, esquecer você não vai esquecer. Eu não vou te dizer nunca, e eu acho que se alguém te disser que você vai esquecer isso é mentira. Isso, a intenção do trabalho aqui é que isso não te determine, que isso não determine mais a sua vida; que seja uma marca que você vai ter na sua vida, como você vai ter ‘n’ marcas, mas que isso não determine as suas escolhas, a sua caminhada”. Eu acho que o cuidado é esse. É desse cuidado, né, que é de pegar a rédea da tua vida e..., sabe? Como ela conseguiu! Ela conseguiu, quer dizer, ela ficou com esse marido, de alguma forma eles se reorganizaram, se é bom ou se é ruim, isso aí a gente não vai julgar, né, porque se de alguma forma ela se arranjou, se ele se reorganizou e eles resolveram ficar juntos... Mas você perceber que é um cuidado potencializador, acho que essa é a palavra, acho que é interessante não se colocar no lugar de vítima.

Esse caso acompanhado por Joana nos possibilita pensar na operacionalização de um “cuidado potencializador”, como ela mesma denomina. Potencializador por reconhecer a agência das mulheres, ao invés de fixá-las no lugar de vítimas, criando condições para que elas se empoderem. Esse tipo de cuidado pode também ser definido como uma invenção, construída de forma singular a cada encontro, se configurando como um modo de resistência a uma micropolítica reativa que perpetua submissão, opressão e violência nas relações e nas experiências das mulheres. A partir da abertura de um espaço para sustentar a angústia e a tensão inerente a processos de elaboração, esse tipo de

cuidado pode desencadear deslocamentos nas subjetividades e nas experiências desses sujeitos. No caso relatado por Joana, esses deslocamentos possibilitaram a germinação de focos instituintes na relação entre a mulher e o marido, que parece ter ganhado uma nova configuração. Nesse sentido, essa narrativa coloca em cena a importância do combate à desigualdade nas relações de gênero se dar não apenas na esfera macropolítica, por meio da luta contra a desigualdade da distribuição de direitos, contra a assimetria das relações de poder que se apresentam nas relações entre gêneros, raças, classes sociais, sexualidades, entre outros. A insurgência das mulheres contra as desigualdades nessas relações é indispensável e urgente, porém, é fundamental que essa insurgência também se dê na esfera micropolítica a fim de que a subjetividade possa recuperar sua plena existência, rompendo com a dependência do olhar do homem para se sentir existindo (SUELY ROLNIK, 2018).

Rolnik (2018) defende que para desarticular as relações de poder presentes nas cenas do machismo, a mulher precisa desertar seu papel no roteiro do abuso (seja este o de vítima ou o de opositora), transfigurando-se em outro(s) personagem(ns) ou abandonando a cena. Assim, não tem como a cena continuar existindo pois o opressor, o personagem que é seu parceiro nesse teatro machista, fica falando sozinho. A autora destaca que a desestabilização da cena provoca angústia no homem, já que até então ele tinha sua posição garantida e podia repetir seu personagem infinitamente, sendo variadas as suas possibilidades de respostas:

Se a política do desejo que conduzir sua resposta for ativa [...], tal experiência pode impulsioná-lo a fazer o mesmo movimento que levou o personagem da mulher a transmutar-se: [...] também ele buscará recriar a si mesmo orientado pelos afetos de sua interação com o(s) novo(s) personagem(ns) mulher que com ele contracena(m), tornando-se, como ela, um agente da insurgência micropolítica. E, nesse caso, o(s) novo(s) personagem(s) da mulher, por sua vez, tenderá(ão) a se transmutar a partir dos afetos dessa nova dinâmica de interação e assim por diante. [...] Mas é óbvio que o cancelamento do teatro machista e a impossibilidade do personagem masculino de seguir atuando no papel de opressor pode levá-lo, igualmente, a uma resposta reativa, violenta, movida por sua exasperada vontade de conservar a cena e seu personagem na mesma a qualquer preço, por medo de colapsar. É esta, infelizmente, a tendência que vem não só prevalecendo, mas, inclusive, expandindo-se exponencialmente nos últimos tempos. Uma de suas manifestações mais óbvias é justamente o espantoso aumento do número de feminicídios, à medida que avança a insurgência feminista. (ROLNIK, 2018, p. 136-147).

No caso relatado por Joana, os indicativos são que, diante da desestabilização provocada pela mudança no posicionamento da mulher, seu marido emitiu uma resposta ativa, de modo que foi possível desmanchar as relações desiguais de poder, dissolvendo

seus personagens, seus papéis e a própria cena. Mas tudo isso só se deu porque a mulher parece ter conseguido construir para si um outro corpo, abandonando a forma de um corpo estruturado na dinâmica do abuso.

E um ponto interessante de ser mencionado com relação a esse caso é que, em nossa conversa, quando a colega contou que a mulher superou a violência, eu logo perguntei se ela se separou do marido. Enquanto Joana relatava o caso, de algum modo intuí que esse seria o único caminho efetivo para a superação da violência, a única saída possível (abandonar a cena machista, violenta). Eis a atenção que temos de ter para não atravessar nossas intervenções com soluções que nos parecem as mais adequadas, mas que para as mulheres não o são. Se nossa intenção é produzir um cuidado potencializador, não somos nós, psicólogas, que vamos determinar o que é melhor para a mulher, como se ela não tivesse possibilidade de agência, de construir seus próprios caminhos, de produzir novos arranjos para suas vidas. Em muitos casos os caminhos construídos pelas mulheres não vão mesmo coincidir com o que acreditamos que seria a melhor alternativa, mas devemos sempre ter em mente que o que está em jogo nas nossas intervenções, nos casos que acompanhamos, é a vida e a subjetividade das mulheres e não as nossas, não as das profissionais que acompanham o caso. Durante a conversa, Joana também faz uma consideração importante a respeito dessa postura salvacionista que as psicólogas podem acabar assumindo:

[...] aí são coisas que você tem que levar pra análise, né, porque fala muito, assim, da falta e da gente saber lidar com essa falta, da nossa impotência enquanto profissional, né? É porque entra muito aquela coisa “ah eu quero resolver!”, sabe? [...]. Num serviço desse eu acho que é uma armadilha que às vezes a gente quase que cai, às vezes pode ser até que caia, [que é falar para a mulher]: “mas se você fizer isso...”, né? Você quase que vê qual que é o caminho daquele sujeito, mas é o caminho do sujeito, não é o seu!

A narrativa desse caso, com os elementos acionados pela colega, remete a uma preocupação dela com o cuidado, tema que, em nossa sociedade, de uma forma mais ampla, é associado ao feminino. Guita Debert e Mariana Pulhez (2019), destacam que os anos 2000 assistiram a uma ampliação e redefinição das questões relacionadas com o cuidado, de forma a dar conta de seus distintos aspectos. “O termo inglês *care*, assim – mais amplo em significados –, vem sendo usado para compreender relações em que cuidado, atenção, solicitude em relação ao outro são postas em ação” (DEBERT; PULHEZ, 2019, p. 7). Elas afirmam que há uma tendência das autoras e autores a

considerarem que esse é um conceito ambíguo, contestável e que corre o risco de perder qualquer significado. De fato, percebemos que na atualidade o cuidado tem aparecido como uma categoria intensificada, às vezes até como palavra de ordem, levando a um certo esvaziamento e banalização do conceito em diferentes contextos.

A psicóloga francesa Pascale Molinier (2014), no artigo “Cuidado, interseccionalidade e feminismo”, aborda os efeitos subjetivos do racismo no contexto da pesquisa etnográfica, lançando mão dos resultados de um trabalho de campo realizado anteriormente em uma instituição de longa permanência para pessoas idosas dependentes, localizada na região metropolitana de Paris. A pesquisa buscava determinar as condições necessárias para o desenvolvimento de uma cultura do cuidado compartilhada em todos os níveis hierárquicos e funcionais da instituição. A discussão que a autora apresenta indica que o cuidado não é objeto de consenso e que os sentidos de cuidado constituem uma disputa de perspectivas divergentes, produzida a partir das posições que as cuidadoras ocupam no mundo, de suas experiências de gênero, raça e classe. Nesse sentido, Cristiane Silveira (2019, p. 31), partindo das pesquisas e das análises de Molinier, defende que:

o debate sobre os sentidos de cuidado deva ser plural, e abarcar as vozes geralmente silenciadas e desvalorizadas das trabalhadoras do cuidado. É que as experiências dessas trabalhadoras revelam sentidos de cuidado da mais alta relevância na compreensão do que é o bom cuidado, questão essencial para todas as sociedades.

Com relação a(s) ética(s) do cuidado, Juliana Missagia (2020) afirma que se trata de um dos campos de estudos mais importantes no âmbito da filosofia moral, que traz contribuições significativas para uma revisão expressiva de diferentes elementos e conceitos considerados fundamentais para o debate acerca da ação moral. Porém, a autora destaca que a elaboração do que denominamos de “ética do cuidado” varia dependendo da autoria e das bases epistemológicas que a fundamentam. Da mesma forma, as distintas abordagens para a ética do cuidado suscitaram um conjunto de críticas, também diversas entre si, algumas indicando falhas pontuais, enquanto outras atacam fundamentos relevantes para a teoria.

Nesta entrada, mais do que propor uma definição precisa do conceito, ou que apresentar exaustivamente diferentes propostas em disputa no campo da(s) ética(s) do cuidado e suas respectivas críticas, opto por apresentar uma perspectiva específica do cuidado, tomando como base principalmente a “ética do cuidar” proposta por Patrícia Hill

Collins (2019) como um dos fundamentos de uma epistemologia feminista negra. Parto dessa perspectiva de cuidado desenvolvida no âmbito da produção de conhecimento e a desloco para o contexto do trabalho das psicólogas junto às mulheres em situação de violência de gênero com o intuito de dar destaque para algumas dimensões do cuidado importantes para esse fazer. Inspirada por Anita Bernardes (2012, p. 702), busco pensar o cuidado como prática, como um acontecimento possível de acordo com certas condições políticas e históricas, orientando esse estudo não pela “busca de uma metafísica do cuidado, mas pela cartografia de práticas de cuidado que não objetivam uma unidade, mas sim potenciais de dispersão, de rarefação, de centrifugação”. Tais potenciais dizem respeito ao procedimento de análise não buscar o centro, ou dito de outra maneira, o sentido que encerraria o objeto; mas os arranjos que se estabelecem a partir de combinações inéditas, diferentes, que apontam não uma permanência do sentido do objeto através dos tempos, e sim o que o faz diferir.

É importante destacar que, uma vez que não há pontos de partida, tampouco de chegada, esse exercício cartográfico de práticas de cuidado não se esgota. Os fios de análise vão se tecendo de acordo com as condições de afetação do pensamento que ora produz tramas mais espaçadas, ora se imiscui aos nós do cuidado e ora produz algumas urdiduras mais densas. Nessas modulações variadas, há algumas lentificações do olhar para alguns fios que compõem esse cuidado, que busco alinhar com elaborações teóricas de alguns intercessores que contribuem para dar visibilidade para detalhes importantes da produção de cuidado junto a mulheres em situação de violência de gênero. É nesse sentido que, após discutir a ética do cuidar de Collins (2019), em articulação com as intervenções junto às mulheres em situação de violência, nesta entrada também busco dar visibilidade para o limiar entre cuidado e tutela, chamando atenção para a produção de práticas que tendem a ser controladoras. Também abordo a possibilidade de produzir um cuidado coletivo junto às mulheres em situação de violência, por meio do trabalho com grupos, bem como os efeitos, nas profissionais, do trabalho junto às mulheres em situação de violência e a importância de cuidar de quem cuida.

Porém, antes de desenvolver essas problematizações sobre as múltiplas possibilidades de operacionalização do cuidado pelas psicólogas junto às usuárias dos serviços de atendimento é importante tecer algumas considerações sobre as hierarquias que se estabelecem no âmbito do cuidado produzido por mulheres diversas.

4.1 As hierarquias que se entrelaçam na produção do cuidado feminino: para além das questões de gênero

A discussão acerca do cuidado, ou de forma mais específica, acerca da ética do cuidado nas relações sociais e políticas foi suscitada por diferentes teóricas feministas desde a década de 60, e a temática vem ganhando relevância nos debates da teoria política atual, para além de autoras e autores estudiosas/os do campo do feminismo e do gênero (AMANA MATTOS et al., 2013). No que diz respeito à relação entre cuidado e gênero na nossa sociedade é importante destacar que:

Uma das importantes ações das teóricas feministas foi mostrar o quanto cuidado e gênero estão relacionados em nossa sociedade. Há, entre as autoras, divergências a respeito da necessidade dessa relação (isto é, se o cuidado deve ser discutido necessariamente à luz de questões de gênero, ou se pode ser pensado como um conceito moral neutro). Entretanto, percebemos que há consenso entre as teóricas feministas ao reconhecerem que o cuidado, na sociedade moderna, é uma função delegada às mulheres, a ser realizada no espaço privado (MATTOS et al., 2013, p. 370).

A associação do exercício do cuidado com o feminino, a princípio estabelecida a partir de perspectivas naturalizadoras e essencializantes relacionadas com a experiência de maternidade, vale tanto para as atividades de cuidado não remuneradas, exercidas no espaço doméstico, quanto para atividades remuneradas. Enquanto na esfera doméstica ainda é frequente atribuir às mulheres a responsabilidade pelo cuidado da casa, marido, filhos e de outros familiares idosos ou com problemas de saúde, no espaço público é comum as mulheres serem maioria em profissões relacionadas ao cuidado (por exemplo, educação infantil, enfermagem, serviço social, psicologia, entre outras), como se esse trabalho fosse uma espécie de extensão do trabalho realizado no âmbito privado. Essa associação acontece, inclusive, com relação ao trabalho de enfrentamento à violência de gênero, como enfatizam Inmaculada Sabater et al. (2015, p. 176):

[...] a grande maioria de profissionais que trabalham com violência de gênero são mulheres. Esta circunstância não é acidental. A educação recebida também influencia na decisão de nossa trajetória de trabalho, e o fato de termos sido educadas sob os valores de solidariedade, cuidado, sensibilidade... implica que, em muitos casos, escolhemos profissões relacionadas ao cuidado.²⁶

²⁶ No original: “[...] la gran mayoría de profesionales que trabajamos en violencia de género somos mujeres. Esta circunstancia no es ninguna casualidad. La educación recibida influye también en la decisión de nuestra trayectoria laboral, y el hecho de haber sido educadas bajo los valores de solidaridad, cuidado, sensibilidad... implica, que en muchos casos, elijamos profesiones relacionadas con el cuidado” (SABATER et al., 2015, p. 176). Traduzido livremente pela autora.

É importante destacar também, que apesar da inserção das mulheres no mercado de trabalho não ser uma novidade, as mulheres, ainda vivem um certo conflito entre direcionar tempo e atenção integral a casa, filhos e marido e dedicar-se a um projeto profissional (ANNA UZIEL; JIMENA HERNÁNDEZ; LUCIANA VIEIRA, 2013). Ou seja, considerando a perspectiva da divisão sexual do trabalho, mesmo com o aumento da participação das mulheres no mercado, ainda perduram práticas e percepções das mulheres como responsáveis pelas atividades de cuidado no âmbito doméstico.

Nesse sentido, se a colocação das mulheres no mercado de trabalho, quando possibilitada por uma formação mais especializada, como é o caso da psicologia, de certa forma aproxima mulheres e homens com relação a sua ocupação profissional, pode aumentar a diferença entre mulheres de raças e de classes sociais distintas, já que para realizar sua função laboral essas mulheres precisam “terceirizar” o trabalho doméstico, recorrendo aos serviços de mulheres que se encontram em situações precárias devido sua classe e/ou raça. Helena Hirata (2019) chama atenção para a existência de uma bipolarização do trabalho feminino, já que concomitantemente ao desenvolvimento de empregos considerados femininos pouco valorizados socialmente (como por exemplo os das professoras de escola primária, de vendedoras, cuidadoras e trabalhadoras domésticas), há mulheres que se encontram em uma situação melhor no que diz respeito a remuneração e a posição de trabalho, assumindo posições de liderança e de maior reconhecimento social, embora estejam competindo com os homens. Porém, só é possível elas conseguirem ter esse tipo de emprego porque, no outro polo da bipolarização, há as mulheres que realizam o trabalho doméstico e de cuidado para que as primeiras “consigam trabalhar fora, voltar tarde para casa, viajar devido às suas responsabilidades profissionais, deixando os filhos, o marido, a casa, a cargo das cuidadoras e demais trabalhadoras domésticas, que cuidam da casa e das pessoas da família” (HIRATA, 2019, p. 4). Essa bipolarização do trabalho feminino complexifica as análises sobre as atividades de cuidado desenvolvidas pelas mulheres, considerando que no interior desta categoria, existem dois grupos com posições e interesses contraditórios, uma vez que um necessita do outro para sobreviver, mas, concomitantemente, existe uma relação de exploração (HIRATA, 2019).

Considerando o passado escravocrata de nossa sociedade e a lógica colonial que ainda perdura e que marca a constituição do patriarcado e do público e do privado no nosso país, não é difícil constatar que quem ocupa os lugares subalternizados no mundo do trabalho são as mulheres negras e de classes populares. As reflexões de Luiza Bairros

(1995) sobre a aparente emancipação das mulheres brancas no Brasil apontam que essa tem relação com a subordinação contínua das mulheres negras, que vem sendo perpetuada desde a colonização: as atividades domésticas feitas por mulheres negras nas casas de mulheres brancas permitiu a maior presença dessas no mercado de trabalho, no mundo público, não necessariamente tendo impacto na divisão sexual do trabalho; ao contrário acabou reforçando a hierarquia intragênero.

É nesta direção que Uziel, Hernández e Vieira (2013) chamam atenção para o fato de que a psicologia frequentemente surge como uma profissão de mulheres das classes médias e altas, que têm a possibilidade de, com recursos próprios ou do marido, contratar uma mulher para fazer as atividades domésticas. Assim, a discussão de gênero que atravessa a Psicologia e alcança outras profissões também relacionadas com o cuidado, nos leva a colocar em xeque a igualdade entre as mulheres, levando em conta a desvalorização, os baixos salários, as relações de exploração e a incipiente regularização dos direitos trabalhistas das ocupações de algumas mulheres, como das faxineiras e das empregadas domésticas, por exemplo.

Claudia Mayorga (2013) contribuiu com as análises de discussões de psicólogas em dezesseis grupos focais realizados em capitais brasileira no âmbito da pesquisa “Efeitos do feminino: interações entre profissão e gênero no exercício da Psicologia no Brasil”, coordenada pelo CFP. Mais especificamente, a autora foi convidada a analisar a ausência das questões raciais nessas discussões empreendidas pelas psicólogas com relação a experiência de mulheres profissionais da Psicologia, e, nesse exercício de análise, ela afirmou que se sentia impelida a “considerar que o acesso das mulheres ao campo profissional da Psicologia é a experiência de privilégio de algumas mulheres em relação às *outras*” (p. 184). A autora destacou que entre os anos 1960 e 1980, período em que a psicologia foi regulamentada e consolidada como profissão, as mulheres brancas foram as mais beneficiadas pela diversificação profissional, com vantagens relativas ao acesso à educação, mercado profissional e remuneração, o que perpetuou e gerou diferenças de status e privilégios entre mulheres brancas e de classe média e alta e as mulheres negras e de classes populares. Entre os pontos que identificou como explicativos da ausência ou invisibilidade das mulheres negras e das classes populares nos discursos das participantes dos grupos focais, a autora considerou a ideia universal de mulher, destacando o quanto esse ideário, seja ele imposto pela cultura patriarcal ou prescrito pelos feminismos ainda que com fins emancipatórios, “produz invisibilidade sobre outros sistemas de opressão e desigualdade que marcam as experiências das *outras* mulheres

como o racismo e a desigualdade de classe” (p. 185).

É nesse sentido que é fundamental além de considerar a divisão sexual do trabalho, considerar também a divisão social e racial deste, divisões estas que também perpassam o trabalho com o cuidado em nossa sociedade, e que são responsáveis pela precariedade, exploração e subvalorização dos trabalhos de cuidado realizados pelas mulheres negras; e pelos privilégios e hierarquias que colocam o cuidado desenvolvido por profissões mais especializadas, como a psicologia, em uma posição de maior reconhecimento e valorização em nossa sociedade.

Em outras palavras, a articulação entre gênero, classe e raça é um grande desafio para a compreensão das experiências de cuidado protagonizadas pelas mulheres, considerando que este não pode ser considerado uma categoria vazia: é preciso ter clareza das hierarquias que se estabelecem no âmbito do cuidado. São essas hierarquias que nos fazem constatar que o que permite que muitas psicólogas ocupem cargos valorizados, nos quais produzem o cuidado a partir de posições privilegio, é a possibilidade de delegarem o cuidado doméstico e de familiares a mulheres negras e de classes populares.

4.2 Ética do Cuidar: o *com fiar* e o aumento da potência de agir

Cara colega psicóloga(o),

É com prazer que recebo a notícia de um novo colega na temática da violência! Com boa vontade divido o que acredito ser um primeiro pensar para o trabalho com mulheres em situação de violência doméstica.

É destacada a vivência de violência em relações amorosas/conjugais e, assim, sugiro: tenham em mente que um projeto amoroso é um dos mais importantes na vida de uma pessoa e não é fácil buscar um serviço reconhecendo conflito e/ou fracasso nesse projeto. Assim, sejam respeitosos e empáticos no ouvir desse sofrer com características tão próprias. Não somos contra relacionamentos, mas contra a violência e pela boa vida.

Com parceria, Ana.

A carta de Ana traz elementos importantes, que devem ser levados em consideração na produção de cuidado junto a mulheres em situação de violência de gênero. Durante nossa conversa, a colega puxou um pouco mais dos fios que mencionou na carta, chamando atenção para o que acha que não pode faltar em um cuidado junto a essas mulheres e sobre como esse cuidado é operacionalizado no dia a dia de seu trabalho em um Centro de Referência da Mulher:

Eu acho que tá nessa direção aí de respeito, de empatia, de um olhar e de uma postura que não são de avaliação, de julgamento, de cobrança, que é o que as mulheres têm na sociedade e é com o que elas chegam aqui também. Eu acho que num primeiro atendimento precisa ficar claro pra mulher que a gente compreende muito bem. Eu costumo dizer na triagem que a violência nunca é uma proposta! Eu entendo assim, a violência não é uma proposta numa relação conjugal, como é a maioria do que chega aqui, eu digo: “o cara não te conheceu, te achou bonita, interessante, inteligente, gostou da sua companhia e disse: vamos ficar mais junto, a gente inicia uma relação, a gente passa a dividir a vida e depois eu vou começar a te controlar, eu vou te desrespeitar, eu vou te desmerecer, eu vou te desqualificar, e isso vai ter resultados na sua vida e eu vou conseguir te controlar, e se você quiser sair eu não vou permitir, eu vou ser bem severo, eu vou ser violento”. Isso nunca é ouvido pelas mulheres, mas a sensação que eu tenho é que elas chegam com essa sensação de que “eu sabia disso e eu escolhi isso; eu sou responsável por isso”. Embora alguns sinais de violência estejam muito claros em alguns relacionamentos, são várias as ideias que fazem com que as mulheres acreditem que vai ser diferente depois que o casamento se estabelecer, que vai ser diferente depois que ele mudar de emprego, etc. E acho que é por aí, assim, com esse respeito. Acho que é uma atitude que eu imagino muito dolorosa, chegar num serviço público e dizer: “o meu casamento, ou o meu irmão, minha tia, meu tio, minha avó..., me agredem e eu sofro com isso”, né? [...] Eu acho que é um pouco da minha postura, e é uma postura que existe em todos os membros da equipe. A gente tem tido a sorte, né, de ter pessoas que chegam aqui e se implicam, de tentar pensar, fazer o máximo que a gente pode de fato pra colaborar com a mudança de vida, né, com a transformação da realidade com que a mulher chega aqui. Eu costumo dizer também nas triagens, nos primeiros atendimentos, que não é fácil enfrentar uma situação de violência, que se não fosse assim não existiriam políticas, o governo não estaria dedicado a investir nisso e que a gente serve a uma colaboração, ao reconhecimento, ao enfrentamento, e com essa direção de superação. Então dentro dessa linha, desse propósito, a gente pensa tudo; às vezes eu fico ousada e, tipo assim, “tem audiência? Vamos fazer um relatório e você apresenta, e você entrega pro defensor.” Porque muitas vezes o defensor não sabe da história daquela mulher, fica em silêncio na audiência e aí eu fico tentando instigar, dizer assim: “olha o que você deveria pensar, olha o que você tem que perceber”. Mas é muito frustrante que algumas vezes isso não tem efeito nenhum, né, o cara mau olha, aí o juiz desconsidera completamente... Mas a gente tem uma tentativa de estabelecer todo o cuidado possível, né? A gente algumas vezes usa o carro da instituição, que hoje é dividido com a Secretaria [de Políticas Públicas], pra trazer mulheres que estão implicadas no atendimento e que não tem condição financeira de vir, porque hoje em dia cada vez mais é dispendioso o transporte, né? Isso não é algo que aconteça com todas as mulheres, porque não é uma simples facilitação, porque custa no bolso, custa pra todo mundo, pra gente também, mas quando há o impedimento de vir por essa questão financeira e a mulher tá presente de fato no enfrentamento, a gente tem essa possibilidade. Tanto os assistentes sociais, como os psicólogos fazem isso e a gente tenta estabelecer essas parcerias, assim, pra... pra mostrar a realidade daquela vida pras instituições que algumas vezes têm o olhar mais objetivo. O Centro de Referência tenta ajudar a rede funcionar, a lei funcionar, o juizado ter a postura que deveria e... quando não acontece a gente fica triste, bravo e divide com a equipe, né...

Como Ana pontuou para a produção de cuidado junto às mulheres em situação de violência de gênero é imprescindível o respeito, a empatia e uma postura de não julgamento e de não cobrança da mulher. É interessante a perspectiva da colega de que a violência nunca é uma proposta e que é preciso buscar compreender a mulher, considerando que reconhecer e externalizar para terceiros a violência vivenciada envolve um sofrimento muito grande. Essa postura de respeito e de empatia pode facilitar a produção de agenciamentos e de pactos de aliança entre psicólogas e mulheres, possibilitando um espaço para que técnica e usuária vivenciem uma experiência de cuidado compartilhada, *co fiada*, tecida em conjunto.

Apesar dos serviços que atendem mulheres em situação de violência de gênero serem ligados a distintas instâncias de gestão governamental, e não somente a saúde, a Política Nacional de Atenção Básica (2011) traz uma contribuição interessante para pensarmos nesse cuidado compartilhado, quando aponta que o cuidado deve ser o imperativo ético-político da intervenção, enredando autonomia com vínculo:

A adscrição dos usuários é um processo de vinculação de pessoas e/ou famílias e grupos a profissionais/equipes, com o objetivo de ser referência para o seu cuidado. O vínculo, por sua vez, consiste na construção de relações de afetividade e confiança entre o usuário e o trabalhador da saúde, permitindo o aprofundamento do processo de corresponsabilização pela saúde, construído ao longo do tempo, além de carregar, em si, um potencial terapêutico. [...] manejo das diversas tecnologias de cuidado e de gestão necessárias a estes fins e à ampliação da autonomia dos usuários e coletividades; trabalhando de forma multiprofissional, interdisciplinar e em equipe; realizando a gestão do cuidado integral do usuário e coordenando-o no conjunto da rede de atenção (BRASIL, 2011, s/p).

Esta é uma pista importante para pensarmos o tipo de cuidado que buscamos tecer junto às mulheres em situação de violência de gênero: um cuidado que se dá mediante a vinculação das usuárias às referências técnicas, ao mesmo tempo em que essa vinculação permite graus de autonomia. E o que estamos chamando de autonomia aqui? Collins (2019) lembra do argumento de estudiosas feministas de que homens e mulheres são socializados para buscar tipos distintos de autonomia, correspondentes às diferenças entre os entendimentos de ambos no que diz respeito às ideias e experiências. Assim, no caso dos homens a autonomia seria baseada na separação e no caso das mulheres na conexão. A autora apresenta o seguinte exemplo:

Por exemplo, em contraste com as metáforas visuais (que comparam, por exemplo, conhecimento e iluminação, saber e ver, verdade e luz) que cientistas e filósofos costumam usar, as mulheres tendem a fundamentar suas premissas

epistemológicas em metáforas que sugerem encontrar uma voz, falar, escutar (COLLINS, 2019, p. 419).

Considerar o cuidado como um imperativo-ético político das intervenções que se operacionalizam por meio do estabelecimento de um vínculo, nos faz pensar que uma autonomia baseada na separação não é suficiente. É o vínculo, que possibilita o encontro de vozes e a escuta, que abre espaço para a construção de relações de confiança e de afetividade, se tornando condição para a corresponsabilização, no meio de um cuidado inventivo que “considera o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural” (BRASIL, 2011, s/p).

Nessa direção, na conversa com as colegas Clarice e Cíntia, Clarice chamou a atenção para a importância da corresponsabilidade no cuidado produzido junto às mulheres em situação de violência. Ela defendeu que, por mais que a partir da escuta que oferecemos à mulher de alguma forma também nos posicionamos e realizamos intervenções, é importante que não apresentemos às mulheres caminhos que são nossos, como se elas não tivessem outras alternativas a não ser segui-los (“*ah, você tem que...*”). Clarice deu o exemplo de casos que envolvem risco iminente de morte, em que por mais que a experiência da profissional ajude a perceber a presença ou não do risco, é necessário saber como a mulher de fato se sente, se se sente em risco ou não, como percebe a situação que vivencia. Trata-se de considerar que há um fio condutor do cuidado que passa por um vínculo que envolve confiabilidade e não julgamento, mas também o compartilhamento da responsabilidade pelo cuidado, em um processo construído junto, passo a passo, gradual, contínuo, que pode envolver “retrocessos”, mas que tira a mulher do lugar de apenas receber cuidado, e a coloca em uma posição que assume que ela também produz cuidado, também cuida de si. “O cuidado se amplia, se espalha, se movimenta” (RAFAELA AMORIM; MARIA LAVRADOR, 2017, p. 285), e não se constitui de forma unilateral, mas sim recíproca. Cíntia complementou, lembrando que:

[...] se ela não tem essa percepção [do risco] construída - que muitas vezes elas não têm essa percepção até da violência, das várias possibilidades de se perpetrar a violência - se ela não tem essa percepção, esse também é um trabalho a ser feito. [...] Até que ela chegue num ponto que ela possa, com informação, com debate, com reflexão, compreender e traçar as estratégias que ela queira fazer, porque às vezes ela chega pra um atendimento, ela só quer desabafar, isso também é válido, entendeu? E essa coisa da autonomia da mulher tem que ser respeitada, ela pode inclusive voltar pra aquela relação, você não tem o direito de negar essa maturidade a ela, porque maturidade é tudo o que é negado nas relações violentas. É sempre alguém querendo tutelá-la e controlá-la, então essa

construção da autonomia ela tem que começar no primeiro atendimento, numa percepção que ela própria construa sobre o que ela tá vivendo.

Essa postura das profissionais é de reconhecimento da agência das mulheres em uma micropolítica ativa, que potencializa os corpos e remete ao empoderamento, conforme discutido na entrada anterior, a partir das elaborações de Joice Berth (2018). As falas das colegas deixam claro que as políticas públicas e seus agentes não empoderaram ninguém, mas que é possível construir espaços de cuidado que favoreçam o processo de empoderamento que é interno, protagonizado pelas próprias mulheres. Trata-se de “ver o outro como protagonista de sua história e, portanto, capaz de tomar decisões na vida e se responsabilizar por elas” (AMORIM; LAVRADOR, 2017, p. 276). A respeito de como, a partir do cuidado, podemos propiciar condições para esses processos de empoderamento, Clarice destaca que o cuidado

[...] é uma escuta atenta, um acolhimento, é levar em consideração tudo, tudo, tudo, todos os sentimentos, sabe? É... e é mais ou menos isso que eu já falei, assim, escutá-la como uma pessoa capaz de tomar suas próprias decisões e que naquele momento pode estar frágil por algum motivo. [...] e tentar entender o que que ela tá vivendo, quais são as dificuldades, né? Eu acho que é por aí, muito o acolhimento, sabe?

Partindo dessa perspectiva que conecta vínculo e autonomia e das narrativas das colegas psicólogas, a seguir transponho os elementos que compõem a Ética do Cuidar proposta por Patricia Hill Collins no âmbito da validação do conhecimento, para o campo das intervenções junto às mulheres em situação de violência de gênero. Collins (2019) apresenta três componentes da ética do cuidado: a expressividade/singularidade pessoal, as emoções e a empatia – elementos que apareceram tanto na fala de Ana, quanto na discussão sobre cuidado delineada até aqui.

4.2.1 A ênfase na singularidade

Caro colega psi, gostaria de lhe dar algumas sugestões que penso que podem ser úteis e significativas para o seu início dos atendimentos:

- 1. Não desista. Por mais que encontre dificuldades, acredite no seu trabalho.*
- 2. Escute. A violência não possui um manual e cada caso é sempre um caso distinto.*
- 3. Além da vítima: existe um sujeito além da demanda.*

Enfim, espero poder te ajudar com estas dicas simples.

Essa foi a carta que André - único profissional de psicologia homem, branco, com quem conversei durante a pesquisa - escreveu para um suposto colega psicólogo que iria iniciar o trabalho com mulheres em situação de violência. Na época em que conversamos (julho de 2019) ele tinha 32 anos e há cinco anos estava trabalhando em um Centro de Referência da Mulher localizado em um município da região metropolitana do Rio de Janeiro. As sugestões que André aborda em sua carta dizem muito da singularidade dos sujeitos com quem trabalhamos e mesmo do fenômeno da violência contra a mulher, que apesar de apresentar características que se repetem nos diferentes casos, relacionadas principalmente com as desigualdades de poder entre os gêneros, também manifestam-se de forma singular, dependendo dos contextos e das condições sociais de cada mulher.

Sara, psicóloga negra com quem conversei, e que na época tinha 36 anos e estava trabalhando no Benvinda, o Centro de Referência da Mulher em que atuei em Belo Horizonte, também mencionou a diversidade das mulheres que são acompanhadas pelo serviço. Segundo ela, o cuidado que é oferecido a essas mulheres pelas psicólogas se dá por meio da disponibilidade para a escuta e para o acolhimento durante os atendimentos, destacando que a diversidade de mulheres que buscam o serviço exige que a ferramenta utilizada no atendimento (uma ficha de anamnese), seja reinventada a todo momento. Para que tal micropolítica ative se efetive, uma escuta cuidadosa é fundamental, pois algumas questões que as mulheres abordam escapam da ficha:

Bom, tem uma dinâmica própria do equipamento onde eu trabalho e tem a questão da condução do profissional, né, que vai fazer o acolhimento e o atendimento. Tem uma questão no meu trabalho que é uma ferramenta pro atendimento inicial, que é uma ficha, né, que as pessoas preenchem, que os trabalhadores do serviço preenchem, e aí que vai dar uma orientada em que aspectos da vida daquela mulher a gente vai contemplar nesse atendimento inicial. Então eu entendo que nós, como profissionais psi, é claro que a gente vai ter esse pano de fundo dessa orientação dessa ferramenta, mas é necessário principalmente deixar que a mulher traga a história dela, né, independente da gente ficar ali tentando conduzir pela ferramenta. Porque tem coisa que não vai caber na ferramenta, escapa mesmo e que diz de outras coisas, assim, outras posições. E aí, o que que eu percebo é que a diversidade de mulheres que chega é muito grande, sabe? Então a gente atende mulheres muito jovens, mulheres idosas, mulheres que ficaram uma vez com o cara e o cara persegue, mulheres que tem trinta anos de casada... Então assim, a diversidade ela é muito grande pra caber numa ficha, né? Então assim, é importante a gente escutar e deixar a mulher trazer em que ponto que, qual que é a situação dela, o que que mobilizou ela a chegar até ali, se foi alguém que indicou. Isso também vai fazer diferença no atendimento, porque uma coisa é quando a mulher é encaminhada pela rede, que a rede identifica a violência e às

vezes a própria mulher não; em outros pontos a mulher mesmo chega já entendendo que ela tá numa situação de violência e vai lá em busca mesmo de um atendimento. Então a diversidade ela é muito grande, por isso que a gente tem de tá bem disponível pra escutar, porque são mulheres diversas, assim, que chegam.

Sara apresenta um exemplo concreto dessa limitação da ferramenta de atendimento diante da diversidade das mulheres, que exige um manejo cuidadoso das profissionais no momento do atendimento propriamente dito:

A ficha, por exemplo, vou dar um bem simples, na ficha tá escrito assim: ‘há quanto tempo está com o companheiro?’ E a gente atende mulheres que são agredidas pelo irmão, por exemplo, não é o companheiro, né? A gente tá falando de violência de gênero, de um homem em relação a uma mulher, então risca aquele ‘companheiro’ lá e coloca ‘agressor’, né? Então, são exemplos assim, às vezes é o sobrinho. [...] Porque assim, tem uma diferença, não é um conflito familiar. É realmente uma situação de violência de gênero: por ser mulher o irmão a trata daquele jeito, ele não trata os outros irmãos assim, só ela! Então aí não é um conflito familiar, é de fato uma violência de gênero, né? Então têm essas questões assim... Ou isso mesmo, de não ser o companheiro: às vezes é alguém que a mulher encontrou numa festa, ficou uma vez e o cara tá perseguindo, então, não é um companheiro, não se trata de um companheiro.

Tudo isso diz da necessidade das psicólogas estarem atentas aos aspectos singulares de cada mulher acompanhada. Collins (2019, p. 420) afirma que essa ênfase na singularidade “é ilustrada pelo valor atribuído à expressividade pessoal nas comunidades afro-americanas”, estando enraizada em uma tradição de humanismo africano em que cada sujeito é compreendido como uma expressão de um poder, espírito ou energia única, intrínseca a toda vida. Considerando que as diferentes posições que as pessoas ocupam na hierarquia social fazem com que as experiências de cada sujeito sejam únicas, específicas, em cada momento, de modo que não podemos falar das mulheres como um todo homogêneo, é fundamental que no encontro com esses sujeitos haja espaço para a expressão dessas múltiplas e singulares experiências. Isso significa que, enquanto profissionais, podemos nos preocupar com determinadas questões relacionadas às violências de gênero, mas não podemos falar ou agir pelas mulheres que atendemos: é preciso dar espaço para esses sujeitos dizerem sobre si mesmos, sobre suas próprias experiências. Silenciar essas mulheres é mais uma opressão brutal, uma violência, sendo necessário mantermos uma postura crítica constante para pensarmos até que ponto estamos silenciando outras vozes. É preciso experimentar relações de cuidado por meio da abertura e da disponibilidade para perceber, acolher e acompanhar os processos

singulares expressos de múltiplos modos pelas (diversas) mulheres que buscam os serviços de atendimento.

Uma observação importante é que para que as mulheres consigam dizer sobre si, sobre suas experiências, para que se sintam à vontade para expressar suas singularidades, é necessário que as profissionais façam uso de uma linguagem clara e acessível, que possibilite a produção de diálogos autênticos em que as mulheres se sintam encorajadas a falar, cada uma a seu modo. Não se trata de subestimá-las. As informações e intervenções devem manter o mesmo nível independentemente da mulher que atendemos ser branca ou negra, com deficiência ou não, de classe popular ou de classe média, analfabeta ou pós-graduada. Mas é importante que estejamos sensíveis a necessidade de “traduzir” alguns termos dependendo das singularidades das usuárias, mantendo a mesma mensagem, mas alterando o estilo, usando um vocabulário mais próximo do universo de cada uma. bell hooks (2019a) defende que as educadoras feministas precisam desenvolver a habilidade de “traduzir” ideias para públicos diversificados em termos de sexo, etnia, idade e grau de instrução, escapando dos estilos e dos jargões acadêmicos que podem impossibilitar a comunicação com indivíduos que não têm familiaridade com os mesmos. Isso também vale para a comunicação que estabelecemos com as mulheres que acompanhamos. Se nos expressarmos de uma maneira mais acessível, tornando o conteúdo mais compreensível para as mulheres, elas também se sentirão mais à vontade para se expressarem do jeito que se sentem mais seguras e confortáveis, sem se sentirem julgadas. Isso facilita a aproximação das profissionais com as singularidades de cada uma.

Por fim, como André destaca em sua carta, as profissionais também devem se atentar para que o modo de cuidar não seja baseado na vitimização. Ao reduzir as mulheres a vítimas, pode-se interromper processos de subjetivação inventivos, direcionados para novos modos de existência nas relações e nos espaços em que transitam. E esses modos de existir ultrapassam os caminhos e alternativas que muitas profissionais desejam apresentar ou mesmo impor as mulheres em situação de violência. Olhar para essas mulheres como vítimas impede de vê-las como sujeitos que ocupam e transitam por entre territórios, como seres sociais. Elas não vivenciam apenas violências. Há toda uma trama de desejos e afetos que as constituem enquanto seres múltiplos, singulares, que tecem, des-tecem e re-tecem maneiras de ocupar os espaços e, assim, vão transformando, criando, inventando novas possibilidades. É preciso dar espaço para que essas tramas singulares apareçam nos atendimentos. E é fundamental considerá-las no momento das nossas intervenções e da construção dos encaminhamentos dos casos.

4.2.2 Os afetos e as emoções

Eu costumo brincar dizendo que nós somos trabalhadoras dos afetos, né, operárias dos afetos. [...] Eu acho poético dizer que a gente trabalha com os afetos porque de fato é isso, né? A gente tá aqui trabalhando com os sentimentos, com as ideias de outras pessoas, com os afetos delas e com os nossos, né? Então eu falo assim: “eu sou operária dos afetos”.

Operárias dos afetos foi a expressão usada por Ana para se referir ao nosso papel de cuidado junto às mulheres em situação de violência de gênero. E como ela disse, não trabalhamos só com os afetos das mulheres, nossos afetos também estão presentes nesses encontros com as mulheres. A presença das emoções²⁷ nas relações e nos diálogos é um segundo elemento da ética do cuidar apresentada por Collins (2019, p. 420), que afirma que “a emoção indica que um falante acredita na validade de um argumento”, e se opõe ao binarismo que separa emoção e intelecto. No caso do trabalho com mulheres em situação de violência de gênero, é necessário que as psicólogas ouçam e sejam afetadas pelas histórias, pelas questões e pelos dilemas que as mulheres trazem, sem sair da posição de profissional, do lugar de quem cuida, mas permitindo que seus corpos sejam atravessados por aquela narrativa, pelo sofrimento da outra. Trata-se de autorizar a manifestação da porosidade de nossos corpos para as questões trazidas, o que diz da nossa sensibilidade para ouvir e acolher as mulheres com tudo o que elas trazem.

Amorim e Lavrador (2017) defendem que, entre outros fatores, o cuidado em saúde mental se constrói entre relações de afeto que se estabelecem entre usuários e trabalhadores. Acredito que a construção do cuidado que compõe o enfrentamento à violência de gênero também passa pelos afetos que perpassam os encontros entre psicólogas e mulheres acompanhadas. E, nessa direção, é importante um olhar diferenciado das profissionais para as mulheres, um olhar que as aproxime de alguma forma ao invés de intensificar as hierarquias que se estabelecem entre elas e as usuárias.

²⁷ Numa perspectiva micropolítica, emoções e afetos remetem a registros distintos da subjetividade. Enquanto as emoções psicológicas remetem ao campo das formas e das representações, os afetos não possuem imagem, nem palavras, nem gesto que os correspondam ou expresse, mas mesmo assim são reais, pois referem ao vivo em nós mesmos e fora de nós. Os afetos compõem uma experiência mais sutil de apreciação do entorno, que funciona sob um modo extracognitivo, que Suely Rolnik (2018) chama de “saber-do-corpo” ou “saber-do-vivo”: “um saber intensivo, distinto dos conhecimentos sensível e racional próprios dos sujeitos” (p. 54). Assim, apesar de trazer a palavra “emoções”, que é o termo empregado por Collins em sua *Ética do Cuidar*, seu uso aqui não está relacionado a uma “emoção psicológica”, mas a uma “emoção vital”, que corresponde mais ao sentido do verbo afetar: tocar, abalar, atingir, perturbar.

Esse olhar pode ser muito difícil para algumas trabalhadoras, mesmo para aquelas que possuem uma formação específica, e, nesse sentido, acredito que ter desejo de trabalhar com essa temática pode fazer toda a diferença na construção das intervenções. Cíntia menciona um outro elemento que pode nos ajudar a produzir esse olhar diferenciado:

[...] a gente não pode deixar de reconhecer que a experiência da violência contra a mulher é uma experiência de todas as mulheres. [...] E isso era uma coisa que eu sempre coloquei nos trabalhos do grupo: que eu tava ali, mas eu não tava isolada nem totalmente protegida dessa questão que envolve todas as mulheres. “Estávamos”, e sempre pontuei nesse sentido. Era bom porque eu conseguia fazer uma certa aliança, né? E aí, nesse sentido, era o que eu dizia pra elas, com bastante humildade na verdade, porque eu tinha uma formação, eu tava ali como psicóloga coordenadora do grupo, uma série de responsabilidades em relação a condução, mas eu tinha proximidade com a temática só por ser mulher.

Essa fala de Cíntia demonstra o quanto é importante reconhecer a violência de gênero como uma experiência possível de ser vivenciada por qualquer mulher, inclusive por nós profissionais. Esse reconhecimento, ao nos aproximar das mulheres que atendemos, traz a possibilidade de construirmos alianças, agenciamentos, com esses sujeitos, que podem produzir efeitos potentes nas nossas intervenções. Porém, sempre é importante lembrar da necessidade de considerarmos as interseccionalidades em jogo em cada caso, que interferem diretamente no modo singular com que cada mulher experencia a violência de gênero.

Pascale Molinier (2014), em sua pesquisa em uma instituição de longa permanência para idosos dependentes, na região metropolitana de Paris, em que a maioria das cuidadoras ocupavam lugares sociais subalternos (eram mulheres negras e magrebins), chama atenção para o fato de que as mulheres que ocupavam posições mais altas na hierarquia institucional, como a chefia e as supervisoras (todas brancas), consideravam inapropriada a manifestação de afetos no ambiente de trabalho:

No mundo do cuidado encontramos, do lado da chefia, integrada majoritariamente por mulheres, uma visão baseada em princípios éticos racionais (respeito pelas pessoas, pelo consentimento) e numa desconfiança em relação ao campo dos afetos. Estes são proibidos porque são considerados “não profissionais”, em detrimento da “boa distância terapêutica” ou das “boas práticas”. Aqueles não são outra coisa senão declinações no campo do cuidado das tecnologias da engenharia, que rejeitam os afetos em nome do primado conferido a uma razão abstrata. Tudo o que se experimenta como afeto é, assim, alvo de uma proibição do dizer. As cuidadoras sempre desobedecem essa regra, independentemente do que seja dito a elas, e quando não se sentem bem, não é por terem perdido o acesso ao real, mas porque lhes é negada, com a mesma perseverança, a sua “forma de vida” (MOLINIER, 2014, p. 29-30).

A autora defende que quando se trabalha em uma casa de repouso é difícil, mesmo quando se busca ao máximo evitá-la, não passar pela experiência da preocupação, do medo ou da compaixão. Afirma que modos de sentir e de pensar arbitrariamente considerados “femininos”, como a atenção particularizada e a experiência afetiva do cuidado, correspondem, na realidade, aos modos de pensar requeridos pela experiência do cuidado, enfatizando que o que torna suportável o trabalho com pessoas idosas dependentes é o fato de inseri-lo num contexto de compartilhamento de proximidade, de intimidade e de calor humano.

Penso que essas considerações também são válidas para a experiência de cuidado que se estabelece entre psicólogas e mulheres em situação de violência de gênero. O encontro entre essas mulheres, entre profissional e usuária do serviço, é complexo, difícil, já que é atravessado por diferentes condições e dificuldades que precisam ser levadas em consideração. Tudo isso gera efeitos na subjetividade das profissionais que acompanham e produzem intervenções em situações de violência que se desenvolvem no âmbito de relações de intimidade e afeto. Muitas dessas situações que demandam intervenção podem ser bastante familiares para as profissionais, que podem se sentir muito envolvidas, sendo comum o despertar de afetos e sentimentos das mais variadas ordens, como o medo e a angústia. Nesse sentido, Clarice chama atenção também para a necessidade da psicóloga trabalhar suas emoções, não no sentido de buscar uma suposta neutralidade ou de negar esses afetos, mas sim de conseguir “*separar as emoções dela [da profissional] justamente pra poder trabalhar as emoções da mulher*”. Ou seja, é fundamental que também tenhamos espaço para cuidar dos nossos próprios afetos, como abordo na última parte desta entrada.

Portanto, aguçar o afeto e nos sensibilizar com as mulheres que acompanhamos no nosso cotidiano de trabalho favorece a produção de bons encontros, inundados por potência de vida, que podem produzir efeitos importantes nas mulheres que se encontram em situação de violência de gênero.

4.2.3 A Empatia

Um terceiro elemento da ética do cuidar apresentada por Collins (2019) está relacionado com a capacidade de empatia. Se as mulheres não acreditarem que as psicólogas podem sentir empatia, provavelmente elas terão dificuldade para falar, de

expressarem suas questões, suas singularidades e seus afetos, e, conseqüentemente, de se implicarem em uma produção compartilhada de cuidado.

Assim como o termo “cuidado”, percebemos um certo desgaste na palavra empatia em nossa sociedade, que, como observa Rolnik (2018, p. 141) “reduziu seu uso ao compartilhamento de opiniões, ideologias, sistemas de valor e sentimentos (emoções psicológicas) ou, mais precisamente, ‘bons sentimentos’ – ou seja, um compartilhamento restrito à esfera do sujeito”. Essa redução do uso do termo empatia a uma dimensão macropolítica e aos bons sentimentos, também está relacionada a sua inclusão no rol das posturas e atitudes “politicamente corretas”, que acabam negando as tensões inerentes à relação com o outro e não implicam uma exigência de ação efetiva e nem de transformação de si a partir dos efeitos reais do outro - afetos (ROLNIK, 2018). Assim, é necessário destacar que o sentido com que o termo empatia é empregado nesta tese enfatiza uma dimensão micropolítica relacionada a uma “ressonância intensiva” que possibilita a cooperação nessa esfera.

Ao longo da conversa com Maria, perguntei o que ela achava que não podia faltar no cuidado produzido junto às mulheres em situação de violência de gênero. Partindo de sua experiência de trabalho com esses sujeitos, ela apontou três elementos que considera imprescindíveis: o arcabouço teórico, a empatia e não tratar a mulher como vítima. Ter domínio sobre os estudos de gênero e violência é fundamental, mas não garante por si só um cuidado potencializador. As práticas de cuidado exigem um reinventar constante, relacionado com nossa abertura e disponibilidade, que vai muito além da teoria. Sobre a importância da empatia e de deslocar a mulher do papel de vítima, Maria faz a seguinte consideração:

[...] uma questão de empatia também, de conseguir se colocar no lugar do outro e não ficar julgando as decisões do outro. Porque, né, a gente tem visto muito, assim, porque é muito fácil virar pra mulher e falar que não quer que ela volte, que não é pra ela voltar [a viver com o autor de violência] e tal. E aí, né? Ela tá numa relação de afeto, tem toda uma situação, e será que ela dá conta de romper esse relacionamento agora? Né? Então eu acho que é isso, é... e parar de tratar a mulher como coitada, porque as pessoas olham como se “nossa coitada, ela sofreu violência”. Sim, ela sofreu uma violência, uma violação do direito dela, mas se a gente continuar tratando a mulher como coitada, né, como vítima, ela não vai conseguir dar a volta por cima, ela não vai conseguir se fortalecer.

Nesta passagem, um elemento interessante levantado por Maria com relação à empatia é a necessidade de respeitar o tempo das mulheres. Alice, também abordou essa

questão do tempo, enquanto falava sobre a operacionalização do cuidado junto às mulheres em situação de violência:

[...] apesar da gente oferecer um atendimento que é continuado, da gente ter o entendimento de que a violência ela se dá num processo, e pra que você consiga romper o ciclo você também precisa de um tempo, né, o que eu acho que é fantástico é exatamente que esse tempo é o de cada uma. Então você encontra mulheres que têm, que têm, buscam o serviço como referência há anos - não continuado, fica um tempo sem ir, afastada, mas depois têm a referência do serviço; como você encontra mulheres que, num tempo que é dela, muito, muito mais rápido, não sei se seria 'rápida' a palavra, que conseguem prescindir do atendimento. Isso eu acho que é interessante.

Considerando a complexidade e as dificuldades que envolvem um processo de rompimento da violência que se instala em relações íntimas e de afeto, envolvendo idas e vindas, avanços e recuos, o acompanhamento realizado pelas psicólogas deve respeitar os diferentes momentos que as mulheres atravessam e o tempo que cada uma necessita para lidar com o emaranhado de elementos e afetos que atravessam esse fenômeno. Nesse sentido, uma intervenção que pode ser potente em determinado momento do acompanhamento, ou para determinada mulher, em outro momento, ou para outra usuária, pode não ser, produzindo efeitos despotencializadores nas subjetividades dos sujeitos acompanhados. Algumas mulheres chegam aos serviços de atendimento com um sofrimento muito intenso e com feridas muito abertas, sendo necessário aguardar o momento em que elas estejam mais fortalecidas para elaborar certas dimensões da violência que, se trabalhadas antes do tempo, podem produzir efeitos contrários aos que buscamos, como, por exemplo, reforçar afetos reativos relacionados ao medo e a culpa. Outras comparecem aos atendimentos com algumas questões da violência já elaboradas, buscando apenas algumas orientações e encaminhamentos de ordem mais prática para efetivarem decisões que elas já tomaram. Desse modo, a ansiedade e a pressa das profissionais devem ser trabalhadas para que consigam perceber e se sensibilizar com os momentos de cada mulher, respeitando o tempo que cada uma necessita para lidar com as múltiplas e complexas questões envolvidas nas situações de violência que vivenciam. Como já abordado nesse trabalho, é preciso ter clareza de que o rompimento com a violência não é um processo linear, e que há momentos em que não é possível para as mulheres darem continuidade a alguns movimentos de mudança que pareciam estar em andamento. No entanto, esses momentos não devem ser considerados um fracasso, mas sim uma fase que faz parte do processo de elaboração e de transformação desses sujeitos,

uma etapa em que não devemos deixar de nos mostrar disponíveis para o acolhimento e o apoio às mulheres.

É nessa direção que Alice aponta a importância da disponibilidade e da escuta para a efetivação de um cuidado potente:

O fato de ter uma escuta, de tá ali disponível, isso pra mim é cuidado. Às vezes, assim, a mulher liga num desespero ou saiu do atendimento, aconteceu alguma coisa e ela retorna... ela sabe que ali, mesmo que você tenha a agenda cheia, lotada, você vai parar e ouvir, nem que seja dez minutos. Isso é cuidado.

Como a colega enfatiza, essa escuta e disponibilidade está diretamente relacionada com a empatia, no sentido de:

[...] conseguir se colocar no lugar dela [da mulher], assim, entender os limites dela. A gente não tem nada pronto, prévio, é só a partir daquilo que ela diz “é possível”, que ela entende como possível pra ela naquele momento, que num outro momento pode não ser da mesma forma, né, que as intervenções são construídas. Mas esse, esse respeito pelo, pela forma como ela chega, pelo o que ela coloca como limite, isso eu acho que é importante. E eu acho que também tá atrelado, que acaba ficando atrelado, né, a você não julgar. Você não pode fazer julgamento.

Portanto, é importante que o encontro e as intervenções com as mulheres operem em uma temporalidade que acompanhe o tempo do processo, aceitando que o tempo do nosso trabalho também depende de uma outra pessoa. É preciso considerar a possibilidade de conexão com o outro a partir da temporalidade própria dos processos afetivos, de construção de pontes que permitam deslocamentos subjetivos: o que obriga também um deslocamento das profissionais, considerando que essa relação é uma via de mão dupla e não de mão única, já que se trata de um cuidado, de uma intervenção, produzida “com” as mulheres atendidas e não “sobre” elas.

Essa postura empática com o outro está relacionada com a produção de confiança: um afeto que pode contribuir muito para a implicação da mulher no cuidado produzido a partir do encontro com as psicólogas. Após sofrerem tantas opressões e violências, é comum que algumas mulheres cheguem aos serviços de atendimento desconfiadas e com algumas resistências. Para começar a dissipar essa desconfiança, é de suma importância acolhê-las e explicar de forma sincera e realista a função do serviço e o nosso papel enquanto profissionais, bem como a questão do sigilo que envolve todo o acompanhamento. Isso porque os sentidos desse cuidado para as mulheres que

acompanhamos dependem dos modos de sentir e agir que são mobilizados. Assim, a maneira como nos posicionamos em nossas intervenções, tanto podem reforçar frustrações e dificuldades, mobilizando experiências que não são compartilhadas e que, mantidas isoladas, não contribuem para que sejam encarnadas em formas de agir mais potentes; quanto podem acolher e reconhecer a experiência das mulheres, contribuindo para “a emergência de novas subjetividades, de novas possibilidades de ação e de conexão com o mundo” (CRISTHIAN SADE; GUSTAVO FERRAZ; JERUSA ROCHA, 2014, p. 68). A confiança está, pois, relacionada com a abertura ao plano da experiência e com o aumento da potência de agir, o que pressupõe um descentramento nas práticas de cuidado, tendo em vista um processo compartilhado de produção deste: “*com fiar* – fiar com, tecer com, composição e criação com o outro/outrem” (pg. 69). Tecer a confiança no encontro entre profissionais e usuárias, implica em uma experiência de cuidado compartilhada que amplia a potência de agir de ambos os sujeitos, contribuindo para uma ampliação do envolvimento da profissional e do engajamento da mulher. Para tal, é fundamental que nos coloquemos ao lado desta última como parceiras, nos deslocando do lugar de especialista, de modo a possibilitar a construção de um plano de experiência comum que permite a abertura de um canal de comunicação em que as mulheres de fato se sintam à vontade para se expressar.

Uma das formas de fomentar essa confiança é por meio da aproximação das mulheres. Entendendo que as questões que elas trazem também têm uma dimensão coletiva, política, de modo que não é possível ouvi-las sem considerar as engrenagens machistas, racistas e patriarcais que configuram a nossa sociedade, é possível que em algumas intervenções as psicólogas, também mulheres, se incluam nos processos, substituindo o “você” pelo “nós”, por exemplo: “para nós mulheres essa questão é realmente difícil”. Trata-se de expandir a noção de sofrimento para uma coletividade, o que permite tanto desviar as mulheres da culpa, um afeto reativo, quanto fortalecê-las num processo de implicação mútua e na criação de alternativas em um plano de comum.

No entanto, como já apontado anteriormente, não podemos nos esquecer das interseccionalidades que nos atravessam e que nos fazem vivenciar a experiência de ser mulher de múltiplas formas. Pensando nas situações dos atendimentos, em que a maioria das psicólogas são brancas e de classe média, possuindo diferentes privilégios, como desenvolver empatia pelas mulheres negras, de classes populares, com deficiência, que vivenciam opressões e violências das mais diversas ordens em nossa sociedade, e que estão muito distantes da nossa realidade? É possível sentir o que elas sentem e se colocar

verdadeiramente no lugar delas?

Djamila Ribeiro (2019, p. 90) traz uma contribuição importante para essa discussão ao defender que “fala-se muito em empatia, em colocar-se no lugar do outro, mas empatia é uma construção intelectual, ética e política”. Essa perspectiva de empatia como uma construção, que vai além da noção de colocar-se no lugar do outro ou até de mensurar o que o outro sente, é uma pista importante para de fato produzirmos alianças com mulheres que acompanhamos, cujas realidades são muito diferentes das nossas.

Para começar a mudança, acredito ser necessário se ter empatia. Não penso a empatia como “se colocar no lugar do outro”; não é possível isso. Empatia é uma construção intelectual, se eu não conheço uma realidade, eu posso ler sobre, ouvir pessoas de um grupo discriminado. Porque aí eu entenderei a realidade de outros grupos e, a partir daí, me responsabilizo pela mudança (RIBEIRO, 2018a, s/p).

Camila, mulher branca de 32 anos, que trabalhou por dois anos como psicóloga e por mais dois anos como coordenadora em uma casa abrigo que acolhe mulheres em situação de violência de gênero da cidade de Belo Horizonte e de alguns municípios da Região Metropolitana, abordou um pouco sobre essa necessidade de ouvir, buscando conhecer um pouco mais da realidade das mulheres acompanhadas nos serviços. Ela trouxe elementos importantes para pensar em como os privilégios das técnicas dificultam a compreensão dos universos de grande parte das mulheres que acessam as políticas públicas, que costumam ser atravessados por distintas opressões e vulnerabilidades.

[...] eu acho que o tempo todo nesse trabalho no abrigo, eu fui dizendo isso, assim, pra mim era um ambiente diferente: não era um ambiente melhor do que eu tava acostumada, não é um ambiente pior, mas era um ambiente diferente. Eu acho que reconhecer essa diferença fez toda a diferença no trabalho, porque eu podia perguntar. E eu perguntava tudo, assim: “quanto custa um pino de cocaína? Quanto custa um dólar de maconha?”. Eu não sei! Só que se eu estou naquele lugar de que eu sei, “eu sei do que que você está falando” ... Não, eu não sei, “me conta, como é que é?”. Às vezes a mulher falava: “ah, porque o traficante, você sabe, né?” e eu respondia: “Não, eu não sei, você pode me contar?”. Ela respondia: “Ah, eu fico meio sem graça, tal...” E aí você vai utilizando dos elementos da psicologia, né, assim: “olha, tem uma questão do sigilo, eu não vou contar isso, né, tal, tal...”; pra que a pessoa entendesse, assim, que eu não tava perguntando pra falar pra alguém, eu tava perguntando porque eu não sabia! [...] Eu não sei, eu não moro na favela, eu não sei como é que funciona. Aí muitas pessoas entendem que eu preciso ignorar isso, porque isso não é legítimo, e aí eu tenho que trazer pra minha realidade...

Essa tentativa de aproximação do universo das mulheres por meio do diálogo, de perguntas, demonstra a tentativa de transformar uma cisão em aliança. A partir do momento em que a profissional busca se aproximar e compreender minimamente a realidade da usuária, que em muitos aspectos se distancia da sua, dos seus privilégios, há a possibilidade de se produzirem agenciamentos entre universos heterogêneos. Nesse sentido, ser empática convoca a profissional a se deslocar do lugar de especialista e abrir-se para ir ao encontro da diferença, o que implica em dialogar com as mulheres buscando compreender suas experiências, para que possam ser reconhecidas e legitimadas na construção das intervenções e dos encaminhamentos do caso. Rafael Silva e Flávia Carvalhães (2016), ao problematizarem impasses e possibilidades na atuação de psicólogas e psicólogos nos campos articulados às políticas públicas, nos ajudam a pensar na importância da abertura e disponibilidade para o encontro com as usuárias das políticas públicas para mulheres:

Acreditamos, também, na potência dos encontros que se desenham quando os(as) psicólogos(as) experimentam se conectar com usuários das políticas públicas, sem a pretensão de rapidamente encontrar explicações sobre as maneiras como as vidas dessas pessoas se articulam. Para tanto, é fundamental que estes profissionais se disponibilizem a vivenciar o encontro com outros arranjos de vida, sem localizá-los rapidamente em categorias psicopatológicas e moralizantes. A partir dessa perspectiva, tais experimentações nos desestabilizam porque modificam as relações entre cientista/psicóloga(o) e usuário, dono e objeto do saber, médico e paciente, terapeuta e cliente, e nos jogam em relações desconhecidas, em novos territórios de vida e de ação (p. 254).

Portanto, no nosso trabalho com as mulheres, ao assumirmos a compreensão da empatia como construção intelectual, ética e política (RIBEIRO, 2019), a escuta coloca-se como fundamental na busca da compreensão da condição da outra: é preciso ouvir para que seja possível afetar-se pela outra e com a outra. Além disso, por mais que não seja possível experimentar diretamente as dores das mulheres que atendemos na nossa própria pele, no nosso próprio corpo, é importante pensarmos em como o nosso lugar de privilégio pode impactar nessas dores que elas vivenciam através de muitas opressões. É nesse sentido que é necessária uma reflexão contínua sobre se, de fato, as práticas de cuidado que produzimos, nossas intervenções, têm combatido essas opressões e se elas têm possibilitados que as mulheres atendidas possam acessar lugares que não costumam acessar e que muitas vezes nos são tão familiares.

4.3 A tutela e os microfascismos: as linhas, os limiares e os riscos que compõem nossas práticas de cuidado

Michel Foucault (2010a), em *A ética do cuidado de si como prática de liberdade*, defende que o cuidado deve ser ético e sem abuso de poder sobre o outro, possibilitando assim práticas de liberdade. Ou seja, as relações entre os sujeitos devem ser cuidadas com práticas de liberdade, que é a própria condição da ética para Foucault, e não com práticas de controle e diminuição da autonomia do outro e de nós mesmos. Operacionalizar essa perspectiva libertadora do cuidado junto a mulheres em situação de violência de gênero exige que as psicólogas se desvinculem de um saber *a priori* da vida destas últimas, o que não é simples. Como já mencionamos, é fundamental olhar para as mulheres como protagonistas de suas vidas, de suas histórias, como sujeitos ativos capazes de tomar decisões que dizem respeito a suas próprias vidas e se responsabilizar por elas. É nesse sentido que “o pensamento crítico e ético sobre o trabalho a ser realizado se torna fundamental para o exercício desse cuidado em liberdade” (AMORIM; LAVRADOR, 2017, p. 276).

Na tentativa de compreender como o cuidado se operacionaliza e quais são os sentidos atribuídos a esse fazer no cotidiano de trabalho das psicólogas, bem como seus possíveis efeitos, foi necessário sempre ter em mente que os efeitos do cuidado produzido no âmbito das políticas públicas para mulheres não podem ser definidos somente por meio de sua conformação oficial (normas técnicas, documentos oficiais, diretrizes, leis, entre outros), mas na maneira como se efetiva, como se concretiza, o que está definido nos referidos documentos e leis. Ou seja, além da dimensão macropolítica, essas práticas abarcam uma dimensão micropolítica, o lugar da sua concretização, que é o espaço do encontro, da relação construída entre profissionais e mulheres. Trata-se de um espaço onde se desenrolam e se coproduzem as experiências dos atores envolvidos, pois haverá múltiplas maneiras de construir esse encontro, esse espaço relacional: modos de relação que serão decisivos na produção dos efeitos e da intervenção na experiência concreta das mulheres usuárias das políticas (IACÃ MACERATA; EDUARDO PASSOS, 2015)

Esse lugar do encontro entre psicólogas e mulheres, configura-se como um espaço de tensão, por ser cheio de intensidade, impasses e desafios, quando se almeja produzir uma intervenção que de fato produza um cuidado libertário e que escape do controle. Nesse sentido, sabendo que a produção do cuidado pode perpassar trajetórias cujos limiares são sensíveis à liberdade ou à tutela, as colegas com quem conversei, ao narrarem memórias de experiências de cuidado com mulheres, acompanhadas de suas afetações e

compreensões sobre essa maneira de se relacionar, de lidar com o outro, demonstraram uma preocupação com relação ao modo de cuidar para que esse não seja baseado na vitimização, mas sim no estímulo da autonomia. A seguinte passagem da carta escrita por Camila para uma jovem psicóloga que supostamente estava começando a trabalhar com mulheres em situação de violência demonstra um pouco dessa preocupação:

Eu venho de um lugar de muito privilégio, sou branca, professora universitária, mestre em Psicologia, classe média e nunca vivi quase nada do que assola a vida das mulheres que atendia. Mas eu fui ensinada sobre autonomia desde muito cedo. Fui ensinada que a gente precisa lutar para ser livre, mesmo que sejamos prisioneiros eternos das consequências de nossas ações. Quando conheci o feminismo, aprimorei meu conhecimento sobre autonomia, sobre respeito e sobre equidade. Durante os quatro anos que estive no abrigo lutei arduamente para que as mulheres fossem autoras das escolhas das suas próprias vidas, mesmo que isso as levasse para uma direção muito contrária aquilo que eu entendia que era o certo. Nós não ocupamos lugar na política para achar nada, temos que ser vigilantes nos nossos julgamentos. O nosso modo de viver não deve nunca ser considerado o padrão ideal para a vida das nossas atendidas. A vida delas, somente elas sabem. Então não tenha medo, nem vergonha. Pergunte, busque conhecê-las, permita-se ser afetada por histórias de sofrimento e também de superação. As mulheres que atendemos serão vistas em muitos lugares como vítimas da violência, como coitadas, vão esperar que ela esteja mal tratada e mal vestida e que não tenha nenhum recurso na vida. Não se deixe enganar. As usuárias quando buscam por ajuda estarão sim enfraquecidas, mas elas também têm força. Não as reduza ao lugar de coitadas que precisam de ajuda. Tente ajuda-las a desenvolver toda a potencialidade que tem dentro delas... porque uma coisa é fato: essas mulheres tem muita coragem para viver anos driblando a violência e mais ainda para denunciá-la e buscar por ajuda. Não despreze esta força, e não as reduza até que caibam num potinho.

O lugar técnico é um lugar de poder e, como todo lugar de poder, há quem manda e quem está subordinado. Na violência também é assim. O marido (opressor) é quem silencia a mulher (oprimida) por meio da violência (às vezes física, moral, patrimonial, sexual, psicológica). Nessa dinâmica da relação homem-mulher a mulher não aguarda passivamente a violência, mas é verdade que é sobre seu corpo que toda a violência recai. E foi fugindo desta relação que ela chegou no serviço, então, cuidado, para não silenciá-la com suas certezas, suas visões de vida, suas respostas para a violência, seu saber. Escute-a atentamente. E saiba escutar o que ela precisa no momento que ela estiver com você; às vezes o que ela precisa é de um espaço seguro onde ela possa falar, porque durante a vida sempre teve alguém que falou por ela. Cuidado para você não tirar o homem do lugar do agressor e ocupar você este lugar, silenciando as mulheres.

No entanto, por mais que as profissionais reiterem a todo momento a necessidade de não pautar o cuidado na vitimização, no cotidiano de trabalho suas práticas podem tomar diferentes direções e a relação com as mulheres pode se estabelecer de distintos

modos, que podem ser concomitantes, ora favorecendo processos de cuidado mais libertadores e ora processos mais tutelares. Maria, profissional que trabalhou na mesma casa abrigo que Camila, falou um pouco sobre essa sua percepção de um cuidado tutelado, enquanto abordava os fatores que considerava mais difíceis no trabalho de enfrentamento à violência contra a mulher:

[...] a tutela de alguns centros de referência, de alguns profissionais, isso é, é o mais difícil! Porque, assim, colocam a mulher como se ela fosse uma coitada e acabam cerceando mesmo, dificultando a autonomia da mulher; que ela exerça sua autonomia, sabe? Mesmo que dentro da instituição [da casa abrigo] ela não possa, não seja possível ela exercer plenamente [a autonomia], mas um mínimo que a gente consegue fazer a gente procura estimular que ela exerça, sabe? E alguns, alguns profissionais não conseguem entender isso e acham que, assim, essa mulher é uma coitada e... e aí acabam não entendendo mesmo o processo da mulher e tal.

Nesse sentido, é importante refletir sobre as intervenções e práticas produzidas nesses encontros, num esforço de distinguir esses sentidos e modos relacionais, e questionar até que ponto elas se pautam na potencialização e na autonomia ou na tutela e na infantilização das mulheres em situação de violência. O que está sendo construído a cada momento? Quais são os objetivos? Estamos agindo “com” as mulheres ou “sobre” elas? As fronteiras entre cuidado e controle não costumam ser tão óbvias, como demonstra a seguinte fala de Camila, que na sua carta enfatizou a importância de que as mulheres “fossem autoras das escolhas das suas próprias vidas, mesmo que isso as levasse para uma direção muito contrária aquilo que eu entendia que era o certo”, mas quando me contava um pouco sobre como o cuidado com as mulheres se operacionalizava na sua prática na casa abrigo, mencionou a seguinte situação:

[...] aí houve essa transformação nessa lógica de cuidado, da gente começar a entender que era cuidadoso dizer “não” pra mulher; que, por exemplo, ela podia não ter um, sei lá, um real no bolso e aí ela pegava o bolsa família e dizia assim: “ah, eu preciso ir no...”, sei lá, como foi, como já aconteceu, “eu preciso, eu quero comprar um sabão em pó”. Aí a gente, né, ela vai, ela tá com o dinheiro dela pra comprar o sabão em pó, aí quando ela chega lá nas Lojas Americanas, a chapinha tava mais barata, ela usa todo o dinheiro para comprar a chapinha; e aí depois ela precisa do dinheiro pra comprar remédio pro filho... E aí é cuidadoso da nossa parte não dar o dinheiro, porque na hora que ela sair do abrigo eu não vou tá lá, né? Assim, isso é visto por muitos serviços como a maldade maior que algum serviço pode exercer, sabe? Nada cuidadoso, nada autônomo, mas a gente foi trabalhando com as mulheres muito numa lógica inclusive de ir colocando, me colocando como mulher, trabalhadora, que o fato

de eu ter um salário não garantia um sustento se eu não me organizasse com esse salário. Então, assim, a gente se coloca, a gente se colocava muito nas mulheres também. Então a gente foi trabalhando nessa perspectiva de que autonomia não é, não é possível o exercício de autonomia sem que tenha responsabilidade.

Quando Camila deu esse exemplo, afirmando que esse tipo de posicionamento com as mulheres era cuidadoso, ouvi com um certo estranhamento, tive a impressão que não tinha compreendido bem alguma coisa. Somente no momento da transcrição de nossa conversa, me dei conta que esse estranhamento estava ligado a uma interrogação: esse tipo de relação estabelecida com a mulher estaria mais ligado à promoção de cuidado ou de controle? Querer regular os gastos da mulher, por mais que haja uma preocupação real da profissional com a mesma, com suas condições de vida, principalmente após sua saída do abrigo, não diz de uma tentativa de gestão da vida da mesma? Até onde esse tipo de relação se configura como cuidado e onde passa a ser controle? Essa situação ilustra bem o quanto pode ser tênue a linha que separa uma intervenção mais libertadora de uma intervenção tuteladora.

Ao gerir os gastos das mulheres, como descrito no exemplo apresentado, afirmamos nossa superioridade hierárquica sobre elas e, de certa forma, julgamos a experiência desses sujeitos a partir de nossas próprias referências, rebatendo à multiplicidade de sentidos que os desejos das mulheres podem tomar. Considerando que, além das opressões e violências provocadas diretamente pelo autor de violência, a todo momento nossa sociedade patriarcal julga a experiência das mulheres, esse tipo de intervenção pode acabar se configurando como uma aliada desse patriarcado que tenta controlar as mulheres, reproduzindo e acrescentando ao contexto desses sujeitos mais opressões e violências. Sabemos que o sistema patriarcal pode destituir as mulheres de muitas coisas, especialmente de uma vida própria, autônoma. Quando buscam ajuda nas políticas públicas esses sujeitos estão tentando construir para si uma nova vida, buscando experimentações singulares do cotidiano que potencializam o seu agir. Assim, torna-se problemático não permitir que possam eleger o que querem e o que não querem mais, que não possam experimentar, mudar e afirmar novos modos de agir, sejam eles quais forem. Com frequência moralizamos e pedagogizamos tudo em nome do cuidado e da busca de “bons hábitos”, e acabamos desvalorizando as experiências, os desejos e a expressão das singularidades dos sujeitos.

Se, no patriarcado, há uma tentativa constante de controle da experiência das mulheres e de dominação sobre elas, e se apostamos em intervenções e práticas que

buscam dar passagem a essa experiência, que desejam potencializar e não controlar as mulheres, é preciso ouvi-las e legitimar seus desejos. É nesse sentido que é importante perceber o quanto a ação de gerir a vida do outro é carregada de valores morais e como uma intervenção tuteladora impossibilita o outro de construir novas formas de existência. Como nos lembram Amorim e Lavrador (2017) os valores morais são baseados num determinado modo de vida, naquilo em que se julga certo ou errado, mas não, necessariamente, é acolhido por todos desse modo. É, pois, necessário pensar num cuidado que não se aproprie dos desejos e das vontades alheias, que não afirme ao outro um modo de viver endurecido e padronizado.

Na situação relatada, por mais que a profissional demonstre uma preocupação com a usuária e que seja importante produzir um cuidado que também trabalhe o empoderamento econômico das mulheres, dependendo do modo como essas intervenções são realizadas, seus efeitos podem tomar outras direções. É interessante a aproximação que a colega faz com a usuária ao trazer a experiência de organização dos gastos do seu próprio salário para mostrar para a mulher a importância da responsabilidade na construção da autonomia. Porém, mais uma vez é preciso considerar as interseccionalidades que atravessam nossas experiências singulares como mulheres. Trabalhar a responsabilidade e a autonomia financeira das usuárias é relevante, mas a maneira como se dá esse processo pode ser problemático quando se busca “ensinar” a essas mulheres a gerirem seu dinheiro a partir de nossas experiências e referências – de psicólogas, em sua maioria brancas e de classe média - e não partindo das experiências e dos desejos delas próprias. É necessário olhar com cautela não apenas para o ato do ensino em si, mas para como se desenvolve esse processo, para o que é ensinado para as mulheres e com qual finalidade, para que este “ensino” não impeça os processos inventivos do outro e nem que se configure como uma forma de tutela. “O ato de ensinar, o encontro com o outro deve respeitar a livre produção subjetiva da realidade social, com o rompimento ou não do lugar de origem em que o outro está inserido, através dos tensionamentos contínuos e sucessivos dos processos de mudança” (AMORIM; LAVRADOR, 2017, p. 281).

Na conversa com Diana também surgiu um exemplo de como as intervenções das psicólogas podem acabar se configurando como um cuidado tutelador. Ela chamou atenção para o fato de que nos serviços especializados para mulheres em que trabalhou (uma casa abrigo e um centro de referência), o cuidado ainda era muito focado no risco de morte da mulher e destacou a fragilidade da intersetorialidade nessas políticas públicas.

Ela disse que por mais que tais equipamentos trabalhem em parceria com outros serviços específicos da rede de enfrentamento à violência contra a mulher – como, por exemplo, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), a Promotoria da Mulher (vinculada ao Ministério Público) e o NUDEM (Núcleo de Defesa da Mulher, vinculado à Defensoria Pública) – “*a interlocução, a intersetorialidade com a saúde, com a assistência, com o esporte, ainda é muito frágil, num sentido de uma inserção*”. Comentou que percebe que a instância da gestão governamental ao qual o centro de referência vincula-se acaba dando o tom da política. No caso, como os serviços especializados são vinculados à Secretaria Municipal de Direito e Cidadania, o tom do trabalho é da garantia de direitos, o que, na sua opinião, fragiliza uma perspectiva mais integral do cuidado, focada na saúde da mulher: prevalece “*a ideia de violação de direitos e de um cuidado mais na perspectiva de tirar do risco, do que de um cuidado integral dessa mulher*”. Na sua percepção, nos dois serviços mencionados a questão da saúde não é compreendida como um cuidado básico. Ela trouxe um exemplo do que considera equívocos no cuidado ofertado à mulher quando ela chega na casa abrigo:

[...] uma forma muito equivocada quando vai pra casa abrigo, por exemplo, que se fala assim [a equipe técnica fala para a mulher quando ela pergunta se pode marcar uma consulta com o ginecologista]: “ah não, isso não é o momento de você querer ir num ginecologista não; você já ficou dez anos sem ir, vai querer ir agora?”. Mas aí você não tá trabalhando com essa mulher pra ela olhar para ela? Por que ela não foi no ginecologista antes? Porque antes ela não olhava pra ela, ela não tinha tempo pra ela, o marido não..., né? Então, assim, eu acho que fica muito frágil se você pensa nessa ideia do cuidado mesmo da pessoa, né? [...]. E desse olhar que fica muito frágil, assim: “ah, então tá, mas ela usa droga”; aí você meio que criminaliza. Então, sabe, não é um trabalho muito nessa perspectiva de uma redução de danos [...]. Então eu acho que tem uma fragilidade, sabe? Talvez se [os serviços especializados] fossem ligados à saúde, ou se tivesse uma intersetorialidade melhor com a saúde, talvez nesse conceito de cuidado mesmo, eu acho que seria mais... sabe? Porque aí, e isso é uma coisa que agora que eu me dei mais conta porque eu tô nessa outra política²⁸ que, assim, ela é toda articulada com a saúde. Então, por exemplo, se uma mulher chegou no serviço que eu tô agora, se ela tá em situação de violência, ela vai ter uma prioridade no atendimento, como ela tá em situação de rua, ela vai poder ser atendida em qualquer centro de saúde, né? Por que? Porque primeiro você vai fazer um cuidado básico dela, pra depois ela dar conta [das outras intervenções],

²⁸ Como mencionado na Entrada 3, Diana trabalhou por cerca de 15 anos diretamente nas políticas públicas especializadas no enfrentamento à violência de gênero (a maior parte do tempo em cargos de gestão de uma casa abrigo e de um centro de referência). Porém, na ocasião da nossa conversa ela estava trabalhando há poucos meses em uma política pública intersetorial, com forte interlocução com a saúde, que atende mulheres em situação de rua e com uso prejudicial de álcool e outras drogas e que também estão submetidas a várias formas de violência.

né? Então eu fico sentindo um pouco que falta isso, inclusive na política de abrigamento eu acho que falta, porque na medida que você restringe isso - “ah não, só vou levar pra atendimento no centro de saúde quadro agudo”, por exemplo - aí você deslegitima isso que também é um momento importante pra mulher olhar pra si de uma outra forma, se cuidar. E aí eu acho que o cuidado fica muito focado na questão do risco; um cuidado pra tirar a mulher da situação de risco, sabe?

Não há dúvida de que a segurança das mulheres deve ser considerada um trabalho prioritário em todas as políticas públicas que atendem mulheres em situação de violência, tendo em vista não apenas a premente necessidade de resguardar a vida desses sujeitos, mas também o fato de que sem garantir a proteção dessas mulheres fica inviabilizada a concretização dos demais processos e práticas de cuidado. Nesse sentido, sempre que as profissionais perceberem que uma mulher se encontra em situação de risco de morte é fundamental que construam junto com ela estratégias de segurança singulares, que sejam realistas e apropriadas as suas condições de vida, o que demanda sensibilidade para a compreensão e análise do cenário, e inventividade para produzir as intervenções, articulações e encaminhamentos necessários para a condução do caso.

No entanto, como temos discutido nesta tese, o trabalho de cuidado que perpassa o enfrentamento a violência de gênero possui outras dimensões importantes e não deve se restringir a retirar a mulher do risco. Concomitantemente a proteção das mulheres, o trabalho desenvolvido nas políticas públicas para mulheres envolve uma produção de cuidado que é muito mais complexa.

Por meio da fala de Diana percebemos que ao limitar o cuidado à proteção da mulher há uma tendência das intervenções serem produzidas unilateralmente, pelas trabalhadoras das políticas “sobre” as mulheres e não “com” as mulheres, já que são as profissionais que decidem o tipo de cuidado a ser ofertado. Isso fica claro quando são elas que estabelecem os critérios para as mulheres serem atendidas no Centro de Saúde, por exemplo. Esse tipo de postura das trabalhadoras com as mulheres, me pareceu um cuidado condicionado, que funciona numa lógica do tipo: “eu cuidado de você se você...”; ou seja, dentro dessa lógica, o cuidado só é oferecido àquelas que atendem a determinada condição estabelecida pelas profissionais da política (não fazer uso de drogas, por exemplo). Talvez possamos considerar esse tipo de intervenção como um microfascismo que surge diante da dificuldade de lidar com a alteridade, com as diferenças que compõem as mulheres, reprimindo os desejos desses sujeitos, que não têm sua capacidade de agência reconhecida - inclusive com relação ao seu próprio corpo e a sua própria saúde.

Assim, é a instituição que faz a gestão sobre os corpos das mulheres em situações como essa, o que não deixa de ser também uma forma, ainda que indireta, de violência em que o poder das profissionais se sobrepõe e subjuga os desejos e afetos das mulheres, que são invalidados quando escapam e destoam do que é esperado delas, aniquilando-se assim a multiplicidade.

Essa fala de Diana também aponta para a importância da intersetorialidade para a operacionalização de um cuidado integral junto às mulheres em situação de violência de gênero. Kelly Vieira (2015) afirma que a intersetorialidade pode ser compreendida simplesmente como uma ação que se processa entre diferentes setores. Mas a autora chama atenção para o fato de que, quando se trata das políticas públicas, sua efetivação torna-se muito mais complexa que sua conceituação. Isso porque a intersetorialidade não se refere somente a uma possibilidade de melhor atendimento às usuárias e usuários, “mas emerge da necessidade da própria ineficiência e insuficiência das políticas setoriais, que muitas vezes comportam conflitos e relações de força agindo de forma isolada, tornando-se assim impotentes na resolução de alguns problemas” (VIEIRA, 2015, p. 29). No caso do enfrentamento à violência contra a mulher, a operacionalização da intersetorialidade se dá por meio da Rede de Atendimento à mulher em situação de violência:

O conceito de Rede de atendimento refere-se à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção. A constituição da rede de atendimento busca dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, que perpassa diversas áreas, tais como: a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, a cultura, entre outras (BRASIL, 2011, p. 29).

Desse modo, no caso do enfrentamento a violência contra a mulher, a intersetorialidade tem como objetivo a promoção de atenção e cuidados por meio da tecitura de uma rede capaz de acolher e, quando necessário, encaminhar adequadamente as mulheres para que, “com” elas, de fato seja possível trabalhar os efeitos da violência. É importante dizer que a composição dessa rede abrange dois tipos de serviços: os não-especializados e os especializados. Enquanto a rede não especializada é composta por serviços de atenção básica, não específicos para as mulheres, mas que são portas de entrada para elas na rede de atendimento (centro de saúde e centro de referência de assistência social, por exemplo), a rede especializada abarca, por sua vez, serviços que apresentam maior nível de complexidade e, por isso, acumulam alguma *expertise* no tema

das violências de gênero (centro de referência da mulher, casa abrigo, delegacia, promotoria e defensoria especializadas, por exemplo).

Diana aponta que muitas vezes a intersetorialidade funciona bem entre os serviços da rede especializada, mas enfrenta desafios para se efetivar entre os serviços especializados e os não especializados. Dada a complexidade do fenômeno da violência de gênero, é fundamental que a intersetorialidade não se efetive apenas entre os serviços especializados. Se o objetivo é proporcionar um cuidado integral às mulheres em situação de violência de gênero, é fundamental que os serviços da rede não especializada também estejam articulados as ações de enfrentamento a violência.

Nesse sentido, também é necessário que a transversalidade de gênero e de raça se dê em todas as políticas públicas e não somente nos serviços especializados. É preciso romper com a noção de que existem áreas nas políticas públicas independentes e neutras da condição de gênero e raça. A inclusão dessas perspectivas, de um modo integral, nas políticas é necessária para que o enfrentamento às violências contra a mulher seja cada vez mais incorporado no âmbito dos diferentes serviços de atendimento, por meio do cuidado rotineiro das mulheres. Profissionais capacitados e sensibilizados para essas questões estão mais aptos para discutir e reconhecer os sinais e efeitos da violência e para possibilitar o acesso aos serviços adequados em situações de risco ou de emergência, efetivando o diálogo e os devidos encaminhamentos para a rede de proteção. É necessário enfatizar ainda o papel relevante que os serviços não especializados desempenham no enfrentamento a violência de gênero pela maior proximidade espacial das mulheres, já que, em muitos casos, ao contrário dos serviços especializados, eles costumam estar localizados nos territórios onde as mulheres de fato vivem. Assim, em seus cotidianos, as mulheres costumam ter maior facilidade de acesso a eles do que aos serviços especializados.

Porém, sabemos que a efetivação da intersetorialidade não é fácil, que há várias dificuldades e desafios para a concretização de práticas intersetoriais, como por exemplo: as diferenças e hierarquias que se estabelecem entre os setores, a ausência de conhecimento político e técnico das funções de cada setor, necessidade de alteração nas relações de trabalho, necessidade de superação de um modelo reducionista de assistência e de cuidado, conflitos entre profissionais, dificuldade com a atuação em rede, dentre outros (ROBERTA ROMAGNOLI, 2017). Nesse sentido, é preciso que as equipes que se propõem um enfrentamento intersetorial da violência de gênero se empenhem na construção de ações conjuntas, que dialoguem na diferença e busquem saídas coletivas.

Afinal, como Romagnoli (2017) destaca, a intersectorialidade pode ser um espaço de conexão que opera para dominar, sobrecarregar, mas também pode trazer consigo a possibilidade de revolucionar, de promover acontecimentos.

O poder em rede admite a conexão que pode derivar tanto em uma reprodução, quanto em uma invenção. Na direção da invenção, a intersectorialidade consiste em reunir os fragmentos dos setores envolvidos no caso discutido para multiplicar os afetos e sustentar indagações que produzam outros trajetos [...]. Sem dúvida, essa posição não é tarefa fácil, pois exige um esforço para lidar com toda a complexidade presente no campo social (ROMAGNOLI, 2017, p. 431).

Para enfatizar a importância desse esforço para lidar com a complexidade constituinte do campo social que perpassa o enfrentamento a violência de gênero, e buscando demonstrar o quanto as práticas intersectoriais podem articular identidades profissionais, crenças e endurecimentos; trago um caso também relatado por Diana, quando perguntei se ela poderia me contar algum acompanhamento que considerava que “não deu certo”, que “saiu do controle”, que “as intervenções não foram efetivas”. Ela narrou o caso de uma mulher que foi prejudicada pela fragilidade da intersectorialidade entre as políticas públicas:

[...] eu acho que um caso foi o da Luci, que ela tinha uma menina e um bebê e o cara sempre agredia ela, amarrava ela, chamava o SAMU [Serviço de Atendimento Móvel de Urgência] e aí ela ia recolhida pra UPA [Unidade de Pronto Atendimento] e tal. E foi um assistente social da UPA que percebeu a situação, o quadro dela de saúde mental e tal, e encaminhou ela pra gente [para o Centro de Referência da Mulher]. [...] Ela tinha uma menina e tava grávida; aí ela ganhou o menino no abrigo. E depois, dentro dessa falta de percepção da assistência social da questão de gênero, o que houve: ele [o companheiro de Luci] era porteiro de um CRAS [Centro de Referência de Assistência Social] lá na regional Centro Sul e aí, ele também tinha conseguido as benesses de cair na graça da promotora da vara da família. E aí, o pessoal do CRAS fez inclusive um relatório com um discurso de que ela [Luci] era louca, né? Porque na verdade, o que ela relata é que o cara provocava ela, provocava ela, provocava ela, quando ela partia pra cima dele, ele a amarrava, chamava o SAMU e dizia que ela era louca. E aí trancava ela dentro de casa e nunca deixava ela ir na escola da menina nem nada. Então todo mundo tinha uma visão de que ela era uma mãe ausente, que ele que era o pai que ia [nas atividades da escola], mas ninguém tinha uma percepção maior disso, né, que ele a mantinha em cárcere, presa, que ele que fragilizava essa questão da saúde mental dela pelas questões da violência e tal, entupia ela de remédio, né, uma situação bem delicada. E, na verdade, esse caso pra mim foi dos piores, porque ainda ela estando no abrigo tiraram a filha dela, né, por um relatório que o CRAS fez detonando com a mulher. E a promotora também, né, achando que o pai era perfeito, maravilhoso, não sei o que... E aí eles tiram, o pai já estava com a menina e aí pega o menino que era um bebê de

colo! O bebê amamentava no peito, eles tiraram e entregaram esse menino pro pai. E aí nós fizemos relatório, fizemos reunião, inclusive a casa abrigo com essa promotora, e, tipo, não deu em nada. E aí acabou que a mulher voltou pro cara, né, pra ficar junto com os filhos, sabe? [...] Esse caso para mim foi um dos piores! E não foi possível ainda discutir com a assistência social, que a gente pediu reunião com o secretário de assistência da época pra discutir esse caso por causa da intervenção desastrosa do CRAS. Porque a gente fez um relatório dizendo o contrário, que precisava investir nessa mulher, o centro de referência, e bancando muito a promotora que já estava favorável ao cara, né? E aí, com o relatório do CRAS, que corroborava com o que que a promotora tava na cabeça, ela... Então, assim, foi, essa situação foi muito difícil e por uma lambança generalizada da própria política, né, que fragiliza. Então, assim, pra mim, a ida da mulher pro abrigo prejudicou ela em todos os sentidos, sabe?

Esse caso evidencia o quanto a não efetivação de uma intersectorialidade e de uma transversalidade de gênero entre as políticas públicas especializadas e não especializadas pode gerar efeitos graves nas vidas das mulheres. Em alguns momentos esses desafios de operacionalização da intersectorialidade podem se manifestar como microfascismos que se sustentam, por exemplo, na dificuldade ou na ausência de comunicação entre os serviços, na premissa de que um setor é mais importante que o outro, nas relações de poder entre as profissionais, dentre outras situações que impossibilitam associações, conexões coletivas, para que, de fato, a intersectorialidade aconteça (ROMAGNOLI, 2017).

Com relação à transversalidade, ou melhor, sobre como a ausência da perspectiva de gênero nas profissionais das políticas públicas pode prejudicar as mulheres, Diana trouxe uma observação importante sobre sua percepção do quanto as políticas públicas de assistência social com frequência se apresentam muito focadas apenas na proteção da criança e do adolescente, responsabilizando a mãe por alguma situação de vulnerabilidade ou mesmo de violação de direitos em que as crianças se encontrem, sem adotar

um olhar pra essa mulher no sentido de um cuidado, de uma compreensão do que que ela também tá fazendo ali, que situações que levou ela pra ali, inclusive porque que ela não dá conta de proteger essa criança ou adolescente. [...] Eu não consigo ver muito essa pegada do cuidado, assim sabe, pela, com a mulher em si, dentro de uma formação de uma perspectiva de gênero, de uma discussão dessa temática, enquanto garantia do direito.

Essa observação da colega deixa claro o risco de as intervenções das psicólogas serem carregadas de julgamentos morais e de concepções patriarcais que ao invés de cuidar das mulheres acabam contribuindo para a reprodução da violência. É, pois,

necessário um esforço coletivo permanente de reflexão crítica e de problematização das práticas produzidas pelas profissionais nas políticas públicas, buscando construir essas intervenções levando-se em consideração toda a complexidade que perpassa as vivências das mulheres que se encontram em situações de opressões e violências de gênero. Sem esse esforço, a tendência é produzir um cuidado fragmentado, desarticulado da realidade e das condições de vida das mulheres, com frequência envolvendo atitudes moralistas e de julgamento que reproduzem violências. Um cuidado que se distancia de uma perspectiva integral e humanizada das mulheres.

Nesse sentido, o artigo quarto da recente Resolução CFP nº 08/2020, que estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero traz algumas pistas importantes para a produção de um cuidado que escape da tutela e da produção de microfascismos:

Art. 4º - Em relação à mulher, seja ela cisgênero, transexual ou travesti, e à pessoa com expressões não-binárias de gênero, dentre outras, considerados os aspectos de raça, etnia, orientação sexual, deficiência, a psicóloga e o psicólogo contribuirão para: I - não intensificar processos de medicalização, patologização, discriminação, estigmatização; II - não usar instrumentos, métodos, técnicas psicológicas que criem, mantenham, acentuem estereótipos; III - não desenvolver culturas institucionais discriminatórias, assediadoras, violentas; IV - não legitimar ou reforçar preconceitos; V - não favorecer patologizações e revitimizações; e VI - não prejudicar a autonomia delas (CFP, 2020, p. 1).

Por fim, não podemos deixar de abordar uma outra questão relevante e polêmica, que atravessa o trabalho das psicólogas, que diz respeito a como lidar com o sigilo em casos em que as mulheres se encontram em situação de risco de morte. Essa questão foi levantada de forma interessante por Clarice, que considera que um dos maiores desafios desse trabalho com as mulheres em situação de violência de gênero é exatamente lidar com o risco

Um desafio é essa coisa objetiva da mulher estar realmente em risco, quer dizer, de ter algumas coisas concretas, algumas coisas objetivas que têm que ser levadas em consideração e até que ponto a gente se coloca ou não. Por exemplo, teve uma, eu não me lembro, uma resolução, alguma coisa assim, do Conselho Federal de Psicologia, que agora eu acho que mudou – eu participei dessa discussão, né, pra mudar [...] -, que dizia que o psicólogo deveria denunciar se percebesse que a mulher estava realmente em uma situação de risco. [...] Eu acho que não tem que denunciar [...]. Não tem que denunciar! Inclusive a gente construiu, eu fui convidada pra esse grupo de trabalho, eu não sei se foi publicado, mas a gente construiu uma, uma, uma outra forma de colocar isso. Assim, é... porque você tem obrigação ética de mostrar pra aquela mulher que você está percebendo aquilo,

mas sem a autorização dela não... e nessa, nessa resolução dizia “mesmo sem autorização da mulher”. Porque se a própria mulher denuncia, a gente sabe que no momento da denúncia e após a denúncia que ela tá mais em risco, né? A denúncia não é o final da história é o começo de um outro capítulo, que ela tem que se posicionar, que ela tem que ter força, que ela tem que se proteger, imagina então se ela tá dizendo que não quer isso e você vai lá e faz! Você envolve outros, envolve polícia, você envolve Ministério Público, enfim, eu totalmente discordo. Por que que eu tô falando isso? Ah sim, porque uma das coisas mais desafiadoras que eu acho é essa coisa concreta do risco que ela tá correndo e do quanto você pode ser muito invasiva e autoritária se você não souber muito lidar com isso, né?

Clarice destacou ainda a diferença entre notificação e denúncia, termos que podem ser confundidos, mas que dizem respeito a procedimentos diferentes.

São duas coisas diferentes: uma é notificar [...]. Notificar, você estando na política pública de saúde, você realmente é obrigada a notificar pra coisa lá do SINAN [Sistema de Informação de Agravos de Notificação], né? Mas o que essa resolução do CFP tava falando era denúncia mesmo, não era notificação. Notificação eu concordo que tem que fazer, até porque não vai ter nenhuma consequência pra mulher, né? [...] Não é identificável, quer dizer até é identificável, mas só quando você tá em alguma coisa da saúde da família, em alguma coisa da atenção primária, depois vão voltar pra tentar acompanhar o caso, entendeu? Mas nada que vá prejudicar essa mulher. Agora dizer que você é responsável por denunciar para a polícia e Ministério Público, isso realmente foge, eu acredito que fuja do nosso papel, né, mesmo você estando em uma política pública, com certeza não!

Assim, como a colega destaca, é fundamental ter clareza de que notificação não é denúncia, mas sim um instrumento que fomenta a construção de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. De acordo com a Lei Federal nº 10.778 de 24 de novembro de 2003, é obrigatória a notificação de todos os casos de violência contra a mulher atendidos pelos profissionais de saúde, psicólogos e outros, tanto em serviços de saúde públicos quanto privados. A finalidade da notificação é epidemiológica e ela segue um processo interno dentro da Saúde Pública, auxiliando no planejamento das ações em saúde, definindo prioridades de intervenção e permitindo a realização da avaliação dos impactos das intervenções. Já a denúncia em casos de violência contra a mulher que envolvem risco é uma comunicação externa, que aciona a Polícia, a Justiça e o Ministério Público, e que, quando realizada sem o consentimento da mulher atendida, configura uma quebra de sigilo profissional.

No entanto, a Lei nº 13.931/2019 alterou a Lei nº 10.778/2003, obrigando

profissionais de saúde a registrarem no prontuário médico da paciente e comunicar à polícia, em até 24 horas, indícios de violência contra a mulher. Ou seja, a legislação anterior já determinava a notificação obrigatória de casos de violência contra a mulher atendidos em serviços de saúde públicos e privados, a partir da nova legislação, que entrou em vigor em 09 de março de 2020, deve ser informado também os indícios, mesmo quando essa não é a vontade da pessoa atendida.

Essa é uma mudança que merece ser analisada e debatida com atenção no contexto da atuação das profissionais de psicologia. Será que a denúncia por si será capaz de auxiliar a mulher atendida a superar a situação de violência ou poderá agravar ainda mais esse cenário? Da perspectiva da psicologia é importante considerar como a questão da violência doméstica está emaranhada na vida dessa mulher e se é possível auxiliá-la a construir e compreender uma vida sem violência a partir de um desrespeito à própria autonomia, o que também configura uma violência. Denunciar o caso à polícia à revelia dessa mulher não implicaria em reduzir sua capacidade de decidir sobre a própria vida, negligenciando sua capacidade de agência? Isso não configuraria mais uma prática tuteladora?

É preciso levar em conta também que, considerando a dificuldade do Estado em oferecer medidas de proteção suficientes e eficientes para evitar a escalada da violência, embora a denúncia tenha um papel de relevância no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, se realizada sem consentimento ou sem planejamento pode levar a um agravamento das violências, com risco de feminicídio antes que possam ser tomadas outras medidas de segurança. Também vale considerar que algumas mulheres podem não mais buscar o atendimento em serviços de saúde exatamente pela possibilidade de ser realizada uma denúncia sem o seu consentimento. É preciso pensar ainda no risco da violência recair também sobre as autoras e autores da denúncia:

Há ainda que se pensar em situações nas quais a violência possa recair exatamente sobre os denunciadores, sobretudo em comunidades menores onde não será difícil inferir e atribuir a profissionais de saúde a origem de denúncias como estas. Mais do que isso, quais serão então os reflexos para a compreensão da população de que no trabalho de Psicólogas(os) outros temas sejam mantidos em sigilo? A Psicologia está ainda em construção no imaginário popular, mas um dos valores mais reconhecidos têm sido exatamente o da garantia de que os temas íntimos e mais dolorosos sejam mantidos em segredo e trabalhados internamente, respeitando desejos e possibilidades das usuárias dos serviços (CRPPR, 2020).

Enfim, essa discussão sobre a quebra de sigilo por parte das psicólogas, em casos

de violência contra a mulher que envolvem risco, costuma despertar diferentes posicionamentos das profissionais e um debate sem dúvida de suma relevância. Não é meu intuito aprofundar nessa discussão aqui, mas é fundamental destacar o que a recente Resolução CFP nº 08/2020, que estabelece normas de atuação do exercício profissional em relação à violência de gênero, defende sobre esse assunto:

Art. 5º - Em relação à possibilidade de quebra de sigilo profissional para assegurar o menor prejuízo, proceder a notificações compulsórias, depor em juízo e em outros casos previstos pela Lei relacionados à violência de gênero, a psicóloga e o psicólogo deverão: I - prestar informações estritamente necessárias de modo a não comprometer a segurança da pessoa que sofreu violência de gênero; II - considerar impactos da quebra de sigilo a aspectos de vulnerabilidade social da pessoa que sofreu violência de gênero; III - indicar dados sigilosos apenas em formulários, sistemas e equipamentos de políticas públicas correspondentes que assegurem o sigilo de informações; e IV - prestar explicações judiciais mediante padrão de documentos psicológicos estabelecidos pela Resolução CFP nº 6, de 19 de março de 2019, conforme o caso (CFP, 2020, p. 1-2).

Portanto, por mais que possa existir a possibilidade de quebra do sigilo em casos de risco de morte, é muito importante que as psicólogas tenham clareza que muitas vezes esse risco pode ser intensificado por intervenções precipitadas que podem expor ainda mais as mulheres às violências e opressões que já vivenciam. Ou seja, mais uma vez, em nome do cuidado e da proteção, pode ser produzida mais violência. Nesse sentido, acredito que a autonomia das mulheres deve ser inegociável e que obrigar profissionais de saúde a fazer denúncia fragiliza tanto a mulher que está sendo acompanhada, quanto as profissionais responsáveis pelos atendimentos.

4.4 Os grupos de mulheres e a tecitura de um cuidado coletivo

Algumas características da violência contra a mulher indicam que as intervenções grupais podem ser potentes no enfrentamento a esse fenômeno. Betânia Gonçalves et al. (2011) trazem como exemplo o fato de que muitas vezes uma das estratégias usadas para manter a mulher na posição de opressão dentro das relações de poder que constituem a violência de gênero é isolá-la de suas referências afetivas e familiares. O trabalho em grupo pode possibilitar às mulheres romperem com esse isolamento e ganharem mais autonomia, “pois facilita a formação de vínculos, a troca de experiências, os *insights* e a elaboração da situação vivida pelas participantes. Assim, as reflexões e elaborações realizadas no decorrer do processo grupal podem contribuir para a ruptura do *ciclo de violência*” (GONÇALVES et al., 2011, p. 70). A fala de Cíntia, psicóloga que tem uma

longa trajetória de trabalho com grupos de mulheres em situação de violência, reforça essa perspectiva das autoras:

[...] uma metodologia que nos pareceu e depois se revelou muito importante e muito eficaz. nesse tema foi a metodologia de trabalhar em grupo. É... é fundamental esse trabalho em grupo porque, porque se você for pensar na construção das relações violentas, em especial das relações conjugais violentas, ela sempre tem um caráter de isolamento: um isolamento provocado, um isolamento construído, e que é, inclusive, uma estratégia do agressor, né, pra facilitar a manipulação dessa mulher, dessa pessoa que ele quer ter sob controle. Então isso é muito comum nessa temática, é... o companheiro que isola a companheira da família, isola dos amigos, isola do trabalho, isola dos processos de educação, enfim, é... E em geral, por conta inclusive de um, penso que de uma fantasia romântica construída socialmente é... num desenvolvimento na criação das mulheres em geral, ela, ela a princípio se submete a essa proposta de isolamento acreditando que é uma proposta de amor; é uma proposta de amor, é uma proposta de cuidado, e isso se revela ao longo do tempo o inverso do que foi sugerido, do que foi inicialmente proposto.

Considerando a agência das mulheres e que, mesmo nos contextos de violência, elas não assumem apenas posições de submissão, mas podem transitar para posições de empoderamento, de ganho de autonomia, dentro de uma perspectiva de resistência, os processos grupais podem facilitar a tecitura de modos de resistência, ao possibilitarem a elaboração, ressignificação, debate e trocas de experiências e saberes entre mulheres em situação de violência, configurando-se como espaço de cuidado. Cíntia trouxe também um exemplo concreto dos possíveis efeitos do trabalho em grupo na vida das mulheres:

[...] ela [a mulher] chegou lá no serviço, nem foi atendida pessoalmente por mim, mas ela foi encaminhada pro grupo, o meu grupo. Mas ela chegou lá meio que, assim, as pessoas achando que ela tinha algum problema psiquiátrico muito sério, porque ela estava altamente paranoica. E ela já tinha sido até abrigada, porque de tão, eu não sei contar a história detalhada da vida dela, mas eu sei que ela era recém saída de um abrigo por tamanho medo que ela vivenciava. Se era real ou se não era, eu não sei te dizer porque eu não peguei o caso dela, mas eu lembro da minha chefe na época falar que essa moça era um tanto psiquiátrica, era desequilibrada no nível psiquiátrico. E ela começou lá no grupo, ela não confiava, ela falava: “não confio em ninguém”. E ela tinha aquele olhar desconfiado e etc.; altamente paranoica. Eu sei que com o processo do grupo essa mulher se transformou. Uma mulher incrível, ela já era incrível, só que assim, as circunstâncias que ela vivia não tinha, não dava espaço pra essa potência dela aparecer! E aí ela foi, assim, a gente foi fazendo um vínculo de confiança, não só comigo, mas com o grupo todo, onde ela conseguiu se abrir, ela conseguiu relaxar [...]. Realmente teve um tempo que ela tava paralelamente com medicação psiquiátrica, porque chega num nível que precisa. [...] Eu acho que ela ficou no

grupo, frequentando, um ano, um ano e meio. E ela perdeu a mãe dela, ela não se dava bem com o pai e perdeu a mãe, todo um processo... Depois ela voltou no grupo e falou assim: “eu só aguentei aquele baque todo porque eu tava aqui no grupo, porque é muito ruim, é muito difícil perder a mãe”. Enfim, eu sei que no processo ela foi ficando tão, foi juntando os pedaços dela de uma tal maneira, que eu lembro, assim, que uma das últimas vezes que ela tava frequentando o grupo, teve um dia que a Michelle Bachelet²⁹ foi fazer uma palestra lá no CEDIM [Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres], e eu convidei o grupo de mulheres pra ir e ela foi. Essa menina tinha mestrado, ela falava espanhol fluentemente e ela ficou tão encantada com a Michelle Bachelet, ela contava isso, e quando terminou a fala e a gente foi lá pro coffebreak, aí ela falou assim: “eu tô doida pra falar com a Michelle”; eu falei assim: “então vá, você fala espanhol! Vai lá, se apresenta pra ela!”. Ela foi lá, conversou com a Michelle Bachelet e voltou, assim, encantada. E ela contava isso em todas as oportunidades! Aí ela se afastou do grupo porque ela voltou a trabalhar, conseguiu um emprego muito bom numa multinacional. Eventualmente ela voltava pro grupo pra dizer: “eu vim aqui pra dizer que esse grupo aqui realmente tem efeitos, porque se não tivesse efeito eu já tinha largado há muito tempo...” Enfim, isso é uma outra memória que eu tenho que me deixa muito feliz e fala dessa potência que é real, ela pode ser trabalhada e a própria, minha chefe da época, quando viu o processo todo desenrolar, ela falou assim: “Cíntia, eu achava que essa mulher era psiquiátrica irreversível”. Aí ela caiu a ficha, porque ela não tinha uma história, uma aproximação e uma experiência maior com o tema da violência, e aí ela percebeu o quanto a violência pode afetar a saúde mental das mulheres.

Em minha experiência com processos grupais junto a mulheres em situação de violência, percebia que o grupo tendia a funcionar de modo a favorecer a heterogeneidade, a conexão entre múltiplos elementos e processos de deslocamentos subjetivos. O espaço do grupo muitas vezes potencializava que os dilemas, as tensões e as perspectivas diferenciadas das mulheres fossem manifestados e problematizados, criando condições para a invenção de novas lógicas sociais e políticas, capazes de promover enfrentamentos frente às situações de violência de gênero vivenciadas, como demonstra a fala de Cíntia sobre como o trabalho em grupo foi importante para as transformações vivenciadas pela usuária. Nesse espaço do grupo ganhavam também evidência as dimensões política, social e cultural do fenômeno da violência de gênero, possibilitando intervenções que remetiam a uma ordem coletiva, múltipla.

²⁹ Michelle Bachelet, médica e política chilena, foi eleita presidente do Chile em 2006, para um mandato de quatro anos. Em 2013, foi novamente eleita para novo mandato presidencial de quatro anos, tornando-se a primeira a vencer duas eleições presidenciais na história do país. O segundo mandato de Bachelet como presidente do Chile encerrou-se em março de 2018. Desde setembro de 2018 Bachelet é alta comissária da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Direitos Humanos. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Michelle_Bachelet>. Acesso em: 26 out. 2020.

Nesse sentido, a fala de Camila indica como o espaço grupal pode facilitar a produção intervenções coletivas importantes, trazendo como exemplo uma situação que aconteceu em um grupo realizado na casa abrigo no período em que ela coordenava o serviço.

A gente recebeu um casal de mulheres na casa abrigo, [...] eram duas meninas novas, elas se apresentavam como amigas, né, mas elas estavam sempre juntas. Mas, enfim, atribuíram àquilo o nome de amizade porque era a maneira que elas precisavam se preservar ali. E aí elas, isso aparece num grupo, e uma mulher que era, assim, aparentemente muito descolada, né, hippie, etc., muito indignada, muito indignada, fala num grupo em que estavam esse casal [...], fala assim: “eu quero saber como que eu vou explicar pro meu filho, que ainda está aqui na minha barriga, que duas mulheres namoram e beijam” [...]. E aí as outras mulheres, da casa, viram pra ela e falam assim: “olha, nós podemos tentar construir juntas uma explicação pra você dar pro seu filho de que, porquê que duas mulheres se beijam, mas, antes, a gente vai ter que construir uma outra, uma outra justificativa pra explicar pra os nossos filhos que estão aqui no abrigo, porquê que a gente saiu de casa fugida do pai deles!”. Aí essa, essa, a assistente social, a Márcia, que era quem mais conduzia os grupos, ela falou assim: “agora eu entendi que o grupo é para isso!”.

Essa situação demonstra que ao mesmo tempo em que o espaço grupal pode se configurar como um espaço de resistência, há momentos em que existe o risco de prevalecer no grupo um funcionamento totalizante e individualizante. Um modo de funcionamento nem sempre fácil de ser desmanchado, que retroalimenta binarismos e dualidades, afirmando concepções fechadas, unitárias, que limitam a experimentação e a produção de novos sentidos, e que acredito que pode até fomentar invenções destrutivas. Na situação relatada por Camila, as próprias mulheres conseguiram produzir um enfrentamento a fala lesbofóbica da usuária, mas nem sempre é fácil desmanchar essas concepções fechadas e totalizadoras que podem surgir no espaço grupal, sendo fundamental que as profissionais que facilitam o grupo estejam sempre sensíveis e atentas para o manejo cuidadoso desse tipo de fala. É que nesses grupos podem ganhar destaque tanto processos de subjetivação reprodutivos, que reiteram a divisão tradicional de papéis de gênero, quanto inventivos, relacionados ao questionamento, à resistência às prescrições de gênero e à criação de novos modos de existir. Reprodução e invenção se fazem presentes de modo imanente nos processos grupais, nunca sendo uma relação binária, mas sempre processos de continuidades e de rupturas, de passagem de uma à outra em situações cambiantes e parciais, o que faz com que se instale um trânsito entre dimensões reprodutivas e dimensões inventivas da produção de subjetividades.

Um outro exemplo interessante, também com relação ao trabalho em grupo na casa abrigo, foi citado por Maria, quando ela descreveu o modo de funcionamento do espaço das assembleias realizadas semanalmente no serviço, com a presença de todas as mulheres abrigadas:

A gente tenta fazer as assembleias, que são às segundas-feiras, em geral é segunda, porque, pra minimizar também os conflitos dos finais de semana, sabe? Então a gente procura fazer na segunda a assembleia que é um espaço pra elas dizerem mesmo dos conflitos, das dificuldades, o que que tá difícil, o que que não tá, sabe? Mas também não é um espaço somente pra elas ficarem reclamando, assim, sabe, do que tá ruim e tal, das dificuldades uma com a outra, que sempre tem os conflitos, né? Mas é um espaço também que a gente propõe que elas tragam, elas podem trazer as reclamações, mas já trazendo também uma solução, sabe? Pra elas se implicarem também nesse processo.

O espaço da assembleia pode ser considerado um espaço de resistência, de invenção, de agência das mulheres e de exercício da autogestão no abrigo, por meio de um trabalho de tecitura entre diferenças, considerando os universos heterogêneos das mulheres abrigadas.

Nesse sentido, apostando na articulação entre subjetividade e política, e na produção de práticas micropolíticas que favoreçam a conexão entre diferentes modos de existência, algumas direções podem auxiliar na produção de um trabalho potente nos dispositivos grupais: a abertura para a multiplicidade; a disponibilidade para acompanhar os processos umas das outras; e a valorização das singularidades (LUCIANA OLIVEIRA; KELLY VIEIRA; ROBERTA ROMAGNOLI, 2020, no prelo). Essas direções possibilitam uma abertura para se aproximar do outro, para um “estar-com”, que além de produzir múltiplas experimentações e composições, permitem que as mulheres, mesmo que gradativamente, comecem a compreender a violência não somente como uma questão pessoal, de cada uma delas, mas como um problema amplo, que impacta a vida de muitas mulheres, mesmo existindo diferenças entre elas, passando a inserir a violência de gênero também num contexto mais amplo, no contexto social e político em que vivem.

Para além de fortalecer os vínculos entre as mulheres e o sentimento de pertença ao grupo, a percepção de que suas histórias têm pontos comuns também favorece a conexão de elaborações individuais a uma subjetivação coletiva, desenvolvendo a sensibilidade para a diferença e possibilitando transformações tanto individuais como coletivas, que muitas vezes estão relacionadas com o ganho de autonomia que as relações, trocas, experimentações e composições engendradas no espaço grupal podem gerar (OLIVEIRA, VIEIRA, ROMAGNOLI, 2020, no prelo).

No entanto, é importante destacar que além do desafio de buscar favorecer, nesses grupos de mulheres, a prevalência de um modo de funcionamento comprometido com a multiplicidade e com a provisoriedade, também é importante entender o trabalho desenvolvido nos grupos como mais uma prática de produção de vida entre outras. As conexões e as intervenções que se produzem no espaço grupal devem ser compreendidas como mais um elemento de uma tecitura, de uma rede de sentidos, que as mulheres conectam com suas histórias e vivências, nos deslocamentos, nos movimentos de resistência que elas vão produzindo nas situações de violência que enfrentam em seus relacionamentos, em suas vidas (OLIVEIRA, VIEIRA, ROMAGNOLI, 2020, no prelo).

Portanto, para que o grupo se configure como um espaço de produção coletiva de cuidado é fundamental que as profissionais responsáveis pelo seu planejamento e facilitação estejam sempre atentas aos efeitos de suas intervenções.

É fundamental problematizar a todo o momento quais movimentos contribuem para expansão da potência no grupo, quais práticas os grupos de mulheres têm posto em funcionamento, quais efeitos políticos esses espaços têm produzido e, principalmente, que modos de existência esses grupos têm fomentado (OLIVEIRA, VIEIRA, ROMAGNOLI, 2020, no prelo).

4.5 Os efeitos do trabalho com violência de gênero nas psicólogas e a importância do cuidado de si

Como vimos até aqui, o encontro entre profissionais e mulheres em situação de violência é complexo, já que é atravessado por diferentes linhas de força, afetos, dificuldades e desafios que precisam ser levados em conta no momento das intervenções. Considerando os impactos desse fenômeno nas vidas das mulheres e também que muitas das situações de violência podem ter similaridades com as situações vividas pelas próprias profissionais que podem se sentir muito envolvidas com os casos, acompanhar e intervir em situações de violência que se dão no âmbito de relações de intimidade e de afeto costuma gerar efeitos de diversas ordens nas vidas e nas subjetividade das psicólogas. Clarice, por exemplo, considera que passou a ser feminista a partir desse trabalho. Comentou que o feminismo agora é a vida dela e que o desafio é tentar lidar com as pessoas que ela ama e que não compartilham disso, como, por exemplo, alguns homens heterossexuais com quem convive de perto, que dizem apoiar o seu trabalho, mas não deixam de fazer comentários machistas que a incomodam.

[...] quando eu comecei a trabalhar com isso eu tinha vinte e seis anos, vinte e sete anos, né, então é... eu tinha, também esse tema não era muito falado e o feminismo pra mim também não era muito, eu não conhecia muito, então tinha essa ideia bem dos estereótipos mesmo, né, das feministas serem pessoas, assim, é... esses estereótipos mesmo de feministas... Enfim, eu me tornei feminista e eu pratico, pratico isso na minha vida. Então eu atender mulheres vítimas de violência, eu dar aula sobre isso, dar supervisão, dar consultorias, escrever sobre isso, tudo isso é a minha vida, né? E quando eu falei que eu não tenho mais paciência de conversar com os homens sobre isso, vocês podem ver, gente: quem tá envolvida com isso ou é mulher ou é gay; os homens mesmo, os homens, sabe, dessa masculinidade hegemônica tão nem aí, tão nem aí pra isso, e eu não tenho a menor paciência. Inclusive o meu companheiro, eu não tenho a menor paciência pra conversar essas coisas com ele.

Essa fala de Clarice me fez pensar como não é simples o processo de desconstrução de comportamentos e de atitudes machistas, mesmo quando se trata de pessoas próximas, com quem temos relações afetivas; e o quanto pode ser opressivo e mesmo violento se relacionar com alguém com quem temos de nos silenciar, com quem não nos sentimos a vontade para conversar sobre um tema tão central nas nossas vidas, pelo fato de não encontrarmos uma escuta respeitosa.

Já Cíntia comentou os efeitos do trabalho nas suas relações afetivas:

Logo que eu comecei a trabalhar com esse tema, com essa população, isso afetou a minha vida pessoal, as minhas relações amorosas pessoais. Porque eu, de certa forma, no início, eu negligenciava questões da minha relação na época, achando que eram menores, que o que era problema era o que eu atendia lá no serviço e eram sempre, em geral, problemas muito graves. E isso atrapalhou bastante a minha relação da época. Não foi por causa disso que acabou, mas atrapalhou. Eu penso que não é nada, não é pouca coisa os efeitos de um, de um atendimento frequente com esse tema, com essa população.

Essas colocações das profissionais indicam o quanto esse trabalho costuma atravessar a subjetividade, as relações e a vida das psicólogas. Acredito que no caso das profissionais mulheres esse efeito é ainda mais intenso do que no caso dos homens, considerando que as trabalhadoras podem vivenciar situações próximas daquelas enfrentadas pelas mulheres atendidas nos serviços. Por exemplo, na conversa com Alice, ela me contou que foi a partir do momento em que começou a trabalhar com mulheres em situação de violência, que ela se reconheceu em uma relação abusiva com seu ex-marido. Ela também percebeu mudanças em outros campos de sua vida a partir desse trabalho, especialmente na sua relação com os filhos, com o marido e com os amigos:

Eu acho que eu, é..., consigo ter um diálogo muito mais próximo dos meus filhos, eu consigo me colocar de uma forma mais firme, né, com os amigos, com o marido, assim, em situação de, por exemplo, brincadeiras, alguma coisa jocosa, né, eu consigo dizer, sem que isso, sem que eu fique com medo de pensarem assim: “ah, é chata” ou “é mimimi”, né? Também mudou a relação com meu ex-marido, meu ex, porque quando eu comecei a trabalhar com violência eu descobri que eu sofria violência e nunca tinha me dado conta. [...] Foi um baque. E foi um motivo, assim, de..., foi um desafio, foi assim uma coisa que eu tomei que eu ia conseguir romper, porque até 2007 eu ainda, mesmo depois de separada, eu ainda ia fazer o imposto de renda dele, eu tinha medo, ele buscava meu filho, meu filho mais velho, ele buscava, cinco horas eu tinha que tá ali esperando com ele [com o filho], eu ficava, eu passava mal, né? Mas eu, eu sabia, eu já trabalhava, atendia, via essas coisas; mas, assim, eu não conseguia perceber a minha reação. E aí, quando eu me dei conta disso, que eu falei: “opa, eu preciso mudar isso”. [...] Foi muito difícil de eu conseguir fazer.

Essa fala de Alice mostra o quanto pode ser difícil se reconhecer em uma situação de violência e conseguir romper com ela, mesmo quando se ocupa posições de privilégio em nossa sociedade - de classe, raça, sexualidade e escolaridade, por exemplo. A colega também comentou que percebe diferenças na educação dos dois filhos homens, atualmente com idade de 20 anos e de 8 anos respectivamente. Ela disse que o mais novo não brinca só de carrinho como o mais velho brincava, mas também brinca de cozinha, por exemplo. Às vezes o pai fala: “Ah isso aqui é da cozinha, dá pra a mamãe que é da mamãe.”; e Alice logo responde: “Não, é de todo mundo!”. Essa fala me remeteu a uma das sugestões apresentadas por Chimamanda Ngozi Adiche (2017) para educar crianças feministas: ensinar às crianças que papéis de gênero são totalmente absurdos. A autora defende que nunca devemos dizer para uma criança que ela deve fazer ou deixar de fazer algo porque ela é menino ou menina, e nos chama atenção para o modo como o mundo começa a inventar papéis de gênero desde cedo. Ela usa como exemplo a divisão das roupas infantis e também dos brinquedos por gênero: roupinhas azuis são para meninos e roupas rosa para meninas; carrinhos, trens e outros brinquedos ativos são para meninos e bonecas, panelinhas e outros brinquedos passivos são para meninas. Chimamanda diz que gostaria que nas lojas as roupas infantis fossem organizadas por idade e expostas em todas as cores, já que todos os bebês têm corpos parecidos; e que os brinquedos fossem divididos por tipo, não por gênero. “Se não empregarmos a camisa de força do gênero nas crianças pequenas, daremos a elas espaço para alcançar todo o seu potencial” (ADICHIE, 2017, p. 26).

Por fim, Alice comentou que começou a perceber que pequenas coisas que achava que não tinham importância, fazem toda a diferença na busca da igualdade entre os

gêneros e no enfrentamento à violência. Disse que com esse trabalho aprendeu que:

[...] é importante, é preciso que a gente se indigne com as situações! Então, assim, as situações que eu vejo que eu me sinto indignada, eu me posiciono, seja onde for: na rua, no supermercado... Tipo assim, aonde, se eu encontrar um vizinho gritando, brigando com a mulher, eu ligo, eu encontro uma maneira de fazer uma intervenção; tipo, assim, eu, assim, eu preciso, né, intervir e dizer que não precisa ser daquele jeito, que pode se repensar, fazer de uma forma diferente. A gente até escuta, né, meu marido fala: “Ó Alice, não fala nada! Alice, não se mete!”, mas não tem jeito. [...] Por exemplo, com criança, assim, quando eu trabalhei com criança era uma orientação que a gente dava, assim, por exemplo, você vê os pais numa situação de agressão, ou de mais, uma coisa mais calorosa, uma briga, e aí, assim, se você ligar, perguntar se tá tudo bem, ou só o fato de você bater na porta, né, e perguntar: “tá tudo bem? precisa de ajuda?”, você já quebra aquele continuum [...]. Aí eu costumo fazer, mesmo que eu não enfrente, não confronto diretamente, mas eu tento fazer uma intervenção.

Entendo que esses efeitos do trabalho na vida de Alice remetem a forças inventivas, que resistem e tentam subverter processos de opressão, de assujeitamento e microfascismos que se produzem cotidianamente entre os gêneros. E, não só Alice, Cíntia e Clarice, como todas as outras psicólogas com quem conversei indicaram que a partir do momento que começaram a trabalhar com mulheres em situação de violência, o enfrentamento a esse fenômeno foi se externalizando para além do âmbito de trabalho e reverberando em outras dimensões de suas vidas, especialmente na relação com as pessoas com quem convivem mais de perto, como familiares e amigos, indicando uma espécie de “efeito cascata” do(s) feminismo(s). A grande maioria das colegas, também afirmaram que depois que começaram a trabalhar com essa temática, passaram a questionar e a se colocar de forma mais firme diante de discursos e de piadas machistas e a se posicionar em defesa das mulheres quando presenciavam situações de opressão e de violência de gênero fora do ambiente de trabalho. Podemos dizer que se trata mesmo de uma mudança de olhar, de uma incorporação de uma perspectiva de gênero nos diversos campos das vidas dessas trabalhadoras, como nos mostra a fala de Maria:

É um trabalho que faz a gente começar a ver as coisas muito diferentes. [...] A gente passa a questionar muitas coisas, os nossos relacionamentos interpessoais, relacionamentos afetivos, a gente passa a ficar de olho em tudo, e eu acho que essa questão política mesmo, né, porque se a gente ouve uma frase machista, se a gente vê um parente falando alguma coisa e tal, você já começa a questionar, você já começa a debater, você já fica assim... Então eu percebo minha mudança nesse sentido, assim, sabe, de me posicionar em relação às coisas, ver as questões, né, da violência e tal e... observar mesmo em tudo. E sem contar que, uma diferença,

assim, que, é..., eu passei a me identificar como feminista, o que eu acho que é uma coisa difícil pra algumas pessoas da nossa sociedade e que ainda, é..., utilizam isso como se isso fosse um xingamento ou como se fosse algo que você não devesse se orgulhar.

André, o psicólogo com quem conversei, também comentou sobre os efeitos desse trabalho com mulheres em situação de violência. Ele citou uma intensificação da sua sensibilidade para as questões de gênero, o que inclusive impactou a sua escuta no consultório particular, que parece ter se deslocado de uma perspectiva psicologizante:

[...] eu acho que marca sim, talvez eu escute lá fora diferente um pouco por eu estar aqui dentro, acho que se eu não tivesse essa vivência no centro de referência, talvez lá fora eu poderia ser um pouco mais frio; [...] mais frio assim, de achar que “ah não, você que tá se colocando nisso, que não sei o que”, dar um corte, assim, mais laciano. Talvez não, aqui não. Aqui [no centro de referência] eu fico mais: “não, tudo bem, a gente sabe das questões dos condicionamentos sociais aí, as estruturas de poder...”. Então, talvez, eu possa ter, talvez eu ter ficado um pouco mais sensível por aqui, né?

Além desses efeitos do trabalho em diferentes âmbitos da vida das psicólogas, lidar com a violência de gênero também produz efeitos nas subjetividades das profissionais que podem atravessar as próprias intervenções produzidas junto às mulheres. Sabater et al. (2015) destacam que as profissionais que trabalham com violência durante um período de tempo prolongado são impactadas de diferentes maneiras e que esses sujeitos constituem um dos coletivos de trabalhadoras que tem sua saúde mental mais afetada por fatores como o estresse. Preocupação excessiva com a segurança da mulher; angústia pelas decisões tomadas pela mulher; pressionar a mulher para que ela tome decisões sem estar preparada; maior empatia ou identificação com o autor de violência; conclusões, diagnósticos e intervenções precipitadas e inadequadas; convencer a mulher a adotar o seu ponto de vista (da trabalhadora); tristeza por não se considerar uma boa profissional; pretensão onipotente de salvar a mulher; ser evasivas, rápidas e superficiais durante os atendimentos; perda de toda a motivação com o trabalho; Síndrome de Burnout. Esses são alguns dos efeitos e dos sintomas do trabalho com violência de gênero que, se não forem considerados, podem levar as profissionais a colocarem em movimento mecanismos como mitos, crenças, pensamentos, valores, afetos e ações que podem contribuir para revitimizar ou violentar institucionalmente as mulheres acompanhadas pelos serviços, assim como, piorar os seus próprios sofrimentos (SABATER et al., 2015).

Portanto, escutar as mulheres em situação de violência de gênero, acompanhá-las, permanecer ao seu lado enquanto enfrentam dilemas e precisam tomar decisões difíceis, não nos deixa indiferentes, mas nos mobiliza e produz questões e deslocamentos na nossa subjetividade e em distintos campos de nossas vidas. Afinal, a neutralidade não existe nas relações que estabelecemos com as pessoas: o outro sempre nos mobiliza, nos afeta de alguma forma, especialmente quando se trata de experiências carregadas de sofrimentos e de afetos diversos, como é o caso da violência. Daí a necessidade de, enquanto profissionais, estarmos sempre em contato com o nosso corpo, de buscar perceber como somos afetadas, e de colocarmo-nos também em análise estando atentas aos efeitos do campo em nós.

É importante que as profissionais que trabalham com a temática busquem compreender quais afetos essa violência desperta e o que ela provoca, com o que conecta e o que mobiliza em si própria. Algumas perguntas podem ajudar nesse sentido: como nos sentimos quando uma mulher em situação de risco iminente de morte recusa o abrigo? O que é mobilizado em nós quando temos notícias que uma mulher que estava em situação de risco, que chegou a ficar abrigada, reatou com o companheiro autor da violência depois que saiu do abrigo? Que forças nos atravessam quando a mulher se mantém firme em sua decisão de não denunciar apesar do grave risco de morte? Esse tipo de questão precisa ser levado em consideração quando lidamos com toda a complexidade que perpassa o trabalho com mulheres em situação de violência de gênero, nos conduzindo a processos de análise de implicação.

Como abordamos na segunda entrada dessa tese, a implicação, um conceito-ferramenta central da Análise Institucional, faz frente ao mito da neutralidade e diz respeito aos efeitos do campo e do coletivo em nós (AGUIAR; ROCHA, 2007). Não se trata apenas de analisar os outros (no caso, as mulheres), mas, a todo momento, analisar a nós mesmas, (enquanto profissionais/analistas/pesquisadoras), nossos conflitos e contradições, inclusive no próprio momento da intervenção, admitindo que somos objetivadas por aquilo que pretendemos objetivar: acontecimentos, pessoas, grupos, fenômenos, ideias, etc. As análises de implicações com as instituições em jogo nas intervenções abrem caminhos à ruptura com as barreiras entre as trabalhadoras sociais e as mulheres acompanhadas. Romper essas barreiras é fundamental já que a violência de gênero não afeta apenas as usuárias dos serviços, mas também as profissionais, que experimentam efeitos importantes em seus corpos e em suas subjetividades.

É importante considerar ainda que existem sofrimentos que são gerados pelo tipo

de trabalho envolvido na produção de cuidado junto a mulheres em situação de violência de gênero e não pelas limitações da profissional. Portanto, também é fundamental produzir medidas de proteção e de cuidado voltadas para essas profissionais. Suas angústias precisam ser ouvidas e acolhidas de modo que não haja pessoalizações ou culpabilizações relacionadas aos tensionamentos presentes no trabalho e experienciados por elas.

Nesse sentido, vale lembrar que o próprio modo de organização e de funcionamento das políticas públicas podem apresentar lacunas e contradições que impactam no trabalho e na saúde mental das psicólogas. Camila, que trabalhou como psicóloga e como coordenadora de uma casa abrigo, fez referência a essas contradições em nossa conversa:

[...] a política de mulheres ainda, apesar de ser uma política pública que tem um movimento feminista que luta diariamente, né, desde os anos setenta, pra manter, pra reconhecer, ainda tá pautada muito nessa ideia da mulher como sujeito do cuidado; do cuidado como algo específico da mulher: só a mulher pode fazer esse papel de cuidadora, esse papel que vai tirar dinheiro do bolso dela pra dar pro outro, que vai falar nos eventos de graça apesar dela ter virado a noite, e ter estudado e, sabe, assim, e compra livro, viaja, e vai...

Camila levantou aspectos importantes, contradições que podem ser percebidas nas políticas públicas quando observamos o nível macro das práticas, relacionado aos discursos feministas, e o nível micro das mesmas, que remete a operacionalização do cuidado propriamente dito. De acordo com sua percepção, os serviços se propõem a oferecer apoio e suporte para mulheres em situação de violência de gênero, mas muitas vezes, no interior das políticas, esse apoio não se efetiva entre as próprias mulheres trabalhadoras, no caso, entre a equipe técnica da Casa Abrigo e entre outros atores da rede de enfrentamento à violência, incluindo a própria militância. “*Não é um ambiente de apoio: o apoio é colocado como existente, mas na prática ele não existe*”. Para Camila, esse tipo de contradição impacta as trabalhadoras mulheres, que em determinadas situações sentem-se violentadas no contexto de trabalho. Como exemplo, ela mencionou situações em que as profissionais se sentem pressionadas a retirar dinheiro do seu bolso para comprar algo que as mulheres necessitam e que deveria ser provido pela política pública, como por exemplo: remédio, leite ou fralda para os filhos pequenos das mulheres, algum alimento, entre outros. Diz que, nesses momentos, se alguma trabalhadora se recusa a retirar o dinheiro do seu salário para ajudar a usuária, considerando que se trata

de uma política pública e não de “*caridade*”, as outras profissionais costumam julgá-la e dizem frases do tipo “*mas você não tem coração*”, o que evidencia um certo pacto de cobrança e de julgamento entre as próprias trabalhadoras das políticas públicas, expresso na seguinte frase da colega: “*a gente não pode não dar conta!*”. Com essa colocação Camila enfatiza sua percepção de que a todo momento as profissionais precisam sanar lacunas das políticas públicas, e que, quando não o fazem, acabam sendo julgadas, muitas vezes pelos seus próprios pares. Nesse sentido, é interessante observar que, na sua perspectiva, não existe sororidade entre as profissionais que compõem a rede de enfrentamento a violência contra a mulher.

[...] a gente não se atenta pra a colega que é técnica, e é mulher, e tem filho, e tá preocupada e, sei lá, e bateu o carro, e tá com dor de barriga, e... Se ela não preencheu a ficha do jeito que eu queria, eu quero que ela, a dor de barriga, o filho, o carro, vá pro espaço! Então, assim, eu não consigo... eu acho que esse é um ponto, não sei, assim, eu acho que esse é um ponto que a política tá falhando, porque como que eu vou atender as mulheres, como que eu vou trabalhar com as mulheres, como que eu vou criar instrumentos pras mulheres se eu não consigo me solidarizar com alguém que é meu par?

Em sua carta, ela também colocou em questão a sororidade entre as profissionais:

[...] quando surgiu a frase “ninguém solta a mão de ninguém” muitas de nós repetíamos esses dizeres quase como um mantra. Na política não foi diferente. Acontece que no nosso dia-a-dia a convivência colocava um “desde que” depois desta frase. “Ninguém solta a mão de ninguém, desde que você pense como eu”... “ninguém solta a mão de ninguém, desde que você não me afronte com argumentos”.

Assim, a narrativa de Camila demonstra a dificuldade de lidar com as diferenças umas das outras e também evidencia que em alguns momentos podem se estabelecer pactos de cobrança e de acusação entre as próprias profissionais, que podem ser provocados ou intensificados pelas condições de trabalho oferecidas nas políticas públicas, que apresentam falhas estruturais e precariedades, que as profissionais que estão na ponta, acompanhando as mulheres, acabam tendo que sanar para que seja possível tecer o cuidado. A sobrecarga historicamente direcionada às mulheres é, pois, reforçada, contribuindo para a reprodução de estereótipos de gênero, o que de fato é bastante contraditório já que estamos falando de políticas para mulheres que deveriam combater esses estereótipos. É claro que tudo isso afeta a relação de cuidado estabelecida entre

profissionais e mulheres atendidas, tendo em vista que, muitas vezes, a trabalhadora, “não consegue lidar com o sucateamento do trabalho e demonstra certa despontualização aos processos criativos” (AMORIM; LAVRADOR, 2017, p. 287). A falta de reconhecimento do trabalho das profissionais também foi citada por Camila como uma dessas contradições: “*Este é, sem dúvida, um lindo e desafiador trabalho. E embora muito útil, de pouquíssimo reconhecimento.*” Assim como a precarização do trabalho, a desvalorização profissional também pode causar o adoecimento da trabalhadora e da equipe, interferindo na relação com as usuárias dos serviços.

Maria também trouxe uma perspectiva bem próxima da de Camila a respeito das contradições entre os discursos feministas que embasam as políticas públicas e a operacionalização dessas políticas pelas profissionais, dando destaque para a possibilidade de que se estabeleçam opressões nas relações de poder entre as profissionais:

[...] uma das coisas que eu acho bem complicadas nesse, nessa área também é que eu tenho observado que as pessoas falam muito de feminismo, de sororidade, de que as mulheres têm que se apoiar, mas as que estão lá no poder subjagam as outras, não respeitam as que estão é..., em nível hierárquico mais baixo, né? Então é uma das coisas que mais me incomodam, assim, sabe? Que foi uma das coisas que eu observei nesse um ano que eu fiquei lá [na casa abrigo], um ano e três meses, né? [...] falam um tanto de mulheres trabalhadoras, que a gente precisa olhar pras mulheres trabalhadoras, mas as que estão lá sob o seu comando você pisa, você subjuga, você oprime, você não dá espaço de fala, sabe?

Fica claro, pois, que, além dos tensionamentos vivenciados nos acompanhamentos das mulheres em situação de violência de gênero, podem haver também tensionamentos no interior das equipes de trabalho - na relação entre as próprias profissionais e entre estas e as gestoras -, que se não forem trabalhados tendem à fragilizar o cuidado produzido junto às mulheres. Nesse sentido, considerando-se toda complexidade envolvida nos casos de violência de gênero e suas interseccionalidades, é necessário que a equipe se configure como um suporte para as psicólogas nas intervenções. Clarice falou um pouco sobre isso:

Uma coisa que eu falei pra psicóloga jovem também, pra quem escrevi a carta, foi de conversar muito com outras psicólogas, né, trocar muito, fazer uma rede, eu não botei esse termo, mas fazer uma rede mesmo, né? Teve um tempo no centro de referência que na reunião de equipe - nunca eu vou me esquecer porque eu como diretora tinha uma responsabilidade, uma preocupação - tava todo mundo

relação consigo é primária (FOUCAULT, 2010a, p. 270-271).

Foucault (2010a) afirma que, a partir de um certo momento histórico, o cuidado de si se tornou algo um tanto suspeito, sob a acusação de um amor excessivo a si mesmo, uma forma de interesse individual ou de egoísmo, em oposição com o interesse necessário com relação ao outro ou com um necessário sacrifício de si mesmo. Essa perspectiva relaciona-se à renúncia a si mesmo, aos desejos e coisas terrenas, num movimento que o cristianismo reapropria com bastante força, produzindo preconceitos variados. Porém, o cuidado de si não é contraditório ao cuidado com o outro; na realidade é esse cuidado de si que vai regular as relações com o outro. “O risco de dominar os outros e de exercer sobre eles um poder tirânico decorre precisamente do fato de não ter cuidado de si mesmo e de ter se tornado escravo dos seus desejos” (FOUCAULT, 2010a, p. 272). Assim, apesar do cuidado de si ser ético em si mesmo, ele implica necessariamente um cuidado com o outro.

Ao exercermos o cuidado sobre nós, atentamos nossa percepção aos nossos sentimentos e afetos, e a como estamos sendo agenciadas e mobilizadas pelo outro que demanda a nossa atenção e cuidado. A partir desses reconhecimentos produzidos quando nos experimentamos e nos trabalhamos diante dos acontecimentos e condições vividas, conseguimos ponderar e lidar com a situação que envolve um outro sujeito que demanda cuidado, construindo saídas junto com ele. Constituímo-nos, assim, de maneira ativa através de práticas de si por meio das quais intuímos uma relação conosco, como sujeitos éticos. Vale dizer que o que Foucault chama de práticas de si “não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhes são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social” (FOUCAULT, 2010a, p. 276).

Nesse sentido, do mesmo modo que existe uma preocupação de se fortalecer a rede de cuidados para as mulheres em situação de violência de gênero, é necessário que essa rede também seja fortalecida para as profissionais, possibilitando que elas continuem esse movimento de tecitura do cuidado junto a outras. Isso ativa na rede de cuidados outros atores para contribuir nessa relação, outras ramificações, ou seja, convoca outros sujeitos para dar suporte nesse cuidado, para que ele não seja individual e sim uma construção coletiva. Alice mencionou essa construção coletiva que envolve o trabalho com cuidado em sua carta:

*Cara colega,
escrevo como uma forma de acolhimento e apoio a sua tomada, digo escolha, por trabalhar com a temática da violência contra as mulheres. Em primeiro lugar o acolhimento se deve ao fato de que este trabalho enseja uma construção coletiva de atuação: seja no encontro com as mulheres que atenderá, seja na troca constante e necessária nos desdobramentos com os outros parceiros - que às vezes não são parceiros -, com quem dividirá os casos e desdobramentos necessários. Em segundo lugar o apoio é preciso pois não é um trabalho solitário – pelo menos não deveria ser. E ao lidarmos com o afeto que permeia as relações também somos afetadas por elas, é um trabalho rico e surpreendente que exige reinvenção de si a cada encontro, a cada história de vida.
Seja bem vinda,
Alice.*

Como indica a carta da colega, é importante que as psicólogas possam integrar uma equipe que se coloque como um apoio ao trabalho e que as afaste de uma atuação solitária; uma equipe em que seja possível compartilhar as dificuldades do próprio trabalho e questionar sobre seus próprios posicionamentos e afetos, colocando em análise sua atuação. Do mesmo modo que nos atentamos para os riscos em que se encontra uma mulher em situação de violência de gênero, também devemos estar atentas aos riscos que nos atravessam quando cuidamos dessas mulheres, buscando compreender como nos afetam essas situações e quais são suas implicações em nossos corpos e em nossas subjetividades. Nesse sentido, o acolhimento e cuidado recíprocos entre as trabalhadoras pode se configurar como bons encontros que possibilitam a tecitura coletiva das intervenções, desde que essa relação de cuidado entre as profissionais também passe por certa confiança e aposta nos trabalhos umas das outras. Inclusive, esse pode ser um espaço onde é permitido “não dar conta”, considerando que recuar diante de algumas situações, de alguns casos que acompanhamos, pode ser necessário como uma forma de cuidado com as mulheres e com as próprias trabalhadoras.

Quando o trabalho está gerando uma angustia insustentável é preciso parar e fazer uma análise. A maneira como podemos lidar com a frustração é parar e tentar entender o que está acontecendo, quais mecanismos (tanto de identificação quanto de defesa) estão na base da intervenção. Supervisões em equipe, escutar-nos, não esquecer que não podemos fazer o trabalho de ninguém, nem somos as salvadoras das mulheres que atendemos, que podemos o que podemos e na maioria das vezes basta “ser”, escutar com presença, acompanhá-las até onde podemos e aceitar que também, como elas, temos limitações (SABATER et. al, 2015, p. 173)³¹.

³¹ No original: “Cuando el trabajo es generador de una angustia insostenible hay que pararse, hacerse un chequeo. La forma en la que podemos enfrentar la frustración es parar-se a tratar de entender qué está pasando, qué mecanismos (tanto de indentificación como de defensa) estan en la base de la intervención. Supervisar con un equipo, escucharnos, no olvidar que no podemos hacer el trabajo de nadie, ni somos las

Considerar os próprios limites de fato é um aspecto importante quando pensamos no cuidado das psicólogas. Partindo de sua longa trajetória de trabalho com violência de gênero, Diana falou um pouco sobre a importância de conseguir separar o que é de competência dela e da equipe e o que é de competência da política, tendo clareza de seus limites nesse trabalho, de até onde é possível ela intervir:

[...] eu tenho uma ideia de que, assim, eu faço até onde é minha competência e dá pra mim, passou daqui, não é minha atribuição, eu não faço porque é uma estrutura de uma política. Então tem uma coisa que é um mecanismo meu, que eu não sei, que durante anos [trabalhando com a temática] você vai também aprendendo - porque no começo você não dorme, você fica preocupada, você não sei o que, né? Então, tem um amadurecimento, eu acho, nesse sentido de entender o que que é meu, o que que é da política, o que que é possível de fazer, né?

Assim como Clarice, Diana também considera uma estratégia de cuidado de si importante falar e trocar com as colegas de trabalho e, também, não deixar de colocar os problemas do trabalho nas reuniões ou para as gestoras, buscando resolver os problemas e incômodos no momento em que eles acontecem ao invés de levá-los para casa e ficar remoendo o que aconteceu. Também mencionou a supervisão como um espaço necessário para o cuidado da equipe.

Os espaços de compartilhamento de casos, impressões, afetos e outras questões relativas ao trabalho, seja por meio de reuniões de equipe ou de supervisões, foram citados pela maioria das psicólogas como fundamental para o cuidado das trabalhadoras. Alice, por exemplo, comentou que em um dos centros de referência em que atua, não estava sendo possível organizar espaços de troca entre as profissionais, pois a equipe estava muito reduzida e cada uma estava trabalhando em um horário diferente, de modo que não conseguiam encontrar todas em um mesmo horário para uma reunião de equipe. Destacou que quando esses espaços de troca e discussões não acontecem, há uma desmobilização não só das profissionais, como também da política, considerando que não há participação e questionamento. Alice disse que fica angustiada com a ausência desses espaços, pois percebe que essa troca é muito necessária para a equipe.

salvadoras de las mujeres que atendemos, que podemos lo que podemos y la mayor parte de las veces es suficiente con “estar”, escuchar con presencia, acompañarlas hasta donde podamos y aceptar que también, como ellas, tenemos limitaciones” (SABATER et. al, 2015, p. 173). Traduzido livremente pela autora.

Portanto, a equipe pode ser um dispositivo de cuidado das psicólogas e demais profissionais que atuam junto a mulheres em situação de violência de gênero, considerando que, nos espaços de trabalho, os enfrentamentos coletivos são importantes para produzir outros modos de lidar com as mulheres acompanhadas e com as próprias profissionais, que, com frequência, se sentem adoecidas pelos processos de trabalho. Além disso, as ações coletivas das equipes podem romper com determinadas dinâmicas de organização da gestão relacionadas com o adoecimento, possibilitando a produção de bons encontros nas relações de cuidado entre profissional-usuária e entre as próprias profissionais (AMORIM; LAVRADOR, 2017). Já a ausência dessas ações coletivas pode contribuir para manter as psicólogas isoladas em uma micropolítica reativa que além de produzir adoecimento, produz um cuidado despotencializador junto às mulheres em situação de violência de gênero.

Além dessas estratégias de cuidado relacionadas com a equipe, uma outra estratégia muito citada nas conversas com as profissionais foram os processos terapêuticos individuais. Cíntia falou um pouco sobre a importância desse tipo de cuidado inclusive para que a profissional consiga ter clareza de suas limitações:

[...] é importante que esse profissional tenha um percurso pessoal de psicoterapia ou psicanálise ou o que seja, pra que ele possa compreender que muita coisa vai acontecer durante os processos de atendimento que vão ser projetados em você; são situações que as mulheres, enfim, as pessoas, facilmente transferem pra você e que não tem a ver com você, tem a ver com os processos dela. Então, esse trabalho, esse cuidado, que nem sempre você tem condição de bancar porque é um custo e os serviços em geral não se responsabilizam por essa, por esse cuidar dos cuidadores... Quem cuida de quem cuida? É importante, porque se você não tiver essa firmeza de saber quem você é, qual lugar que você tá ocupando, muita coisa vai bater em você, você vai encontrar muitas falas que vai te remeter a uma série de coisas de pessoas que você conhece muito de perto, ou que você mesma viveu, porque afinal de contas a gente não pode deixar de reconhecer que a experiência da violência contra a mulher é uma experiência de todas as mulheres. [...] E, assim, eu sei disso também porque eu trabalhei, essa equipe que eu trabalhei dezesseis anos, ela mudou muitas vezes, pessoas saíram, pessoas entraram e etc., e eu lembro das dificuldades das minhas colegas, tanto assistentes sociais, quanto advogadas e outras psicólogas, que assim, lutaram pra sair mais rápido, porque aquilo, aquilo realmente tem um desgaste, né? E eu penso que não é pra qualquer um trabalhar com violência, ainda que tenha, inclusive porque você também precisa reconhecer seus limites, ainda que você tenha um trabalho com psicoterapia pessoal, de psicanálise pessoal, e esse trabalho eu acho que vai te dar esse senso de limite, de você perceber se esse tema é um tema suportável pra você, se você vai saber lidar com isso...

Um ponto importante a se considerar, a partir da fala de Cíntia, é que a responsabilidade de cuidado das profissionais não deveria ser só individual, que as políticas públicas também devem se responsabilizar por esse apoio. Porém, infelizmente, na prática, em grande parte das situações são as profissionais que buscam e arcam, por conta própria, com os custos desse suporte. Muitos serviços sequer oferecem espaço formais para as reuniões de equipe e discussões de casos. Diante dessas ausências as próprias profissionais criam estratégias diversas para suprir essas lacunas das políticas: organizam espaços coletivos de supervisão com grupos de colegas fora do espaço de trabalho; trocam impressões dos casos com outras colegas entre um atendimento e outro; levam alguns casos para discutir na supervisão dos casos do consultório particular, como Sara destaca: *“eu faço supervisão particular, pago a supervisão particular, falo alguns momentos dos casos, na maior parte do tempo eu falo dos casos do consultório, mas também trago casos e situações do serviço. E eu acho que isso dá uma contribuída boa, assim, sabe?”*.

Além dos dispositivos coletivos de troca - como as reuniões, discussões de caso, supervisões - e da terapia, as psicólogas com quem conversei citaram outras estratégias que utilizam como práticas de cuidado de si, tais como: capoeira, atividades físicas, yoga, cursos de especialização na área, cursos livres, laços fortes de amizade e cumplicidade com colegas de trabalho e até joguinhos de celular. Todas essas atividades, por mais heterogêneas que possam parecer estão relacionadas com a manutenção de um equilíbrio físico e emocional que o trabalho com violência de gênero exige das profissionais.

Portanto, considerando que o cuidado tecido junto às mulheres em situação de violência de gênero, depende do posicionamento das profissionais que as acompanham; e se apostamos que esse posicionamento deve ser sustentado por uma atitude sensível, responsável e comprometida com uma perspectiva crítica de gênero, é fundamental também incluir as profissionais nessa rede de cuidado. Esse cuidado torna-se ainda mais premente quando pensamos que a maioria das profissionais que trabalham no enfrentamento à violência de gênero também são mulheres que, vivendo em uma sociedade patriarcal, de alguma forma também são atravessadas por opressões e violência de gênero de diferentes tipos. Produzir cuidado para quem cuida, oferecer um espaço para ouvir as angústias, os receios e as tensões destas trabalhadoras, acolhê-las nas redes de afetos e de serviços e produzir subjetividades afirmativas (AMORIM, LAVRADOR, 2017), coloca-se assim como um dos fios de sustentação do cuidado que se tece junto às mulheres em situação de violência de gênero.

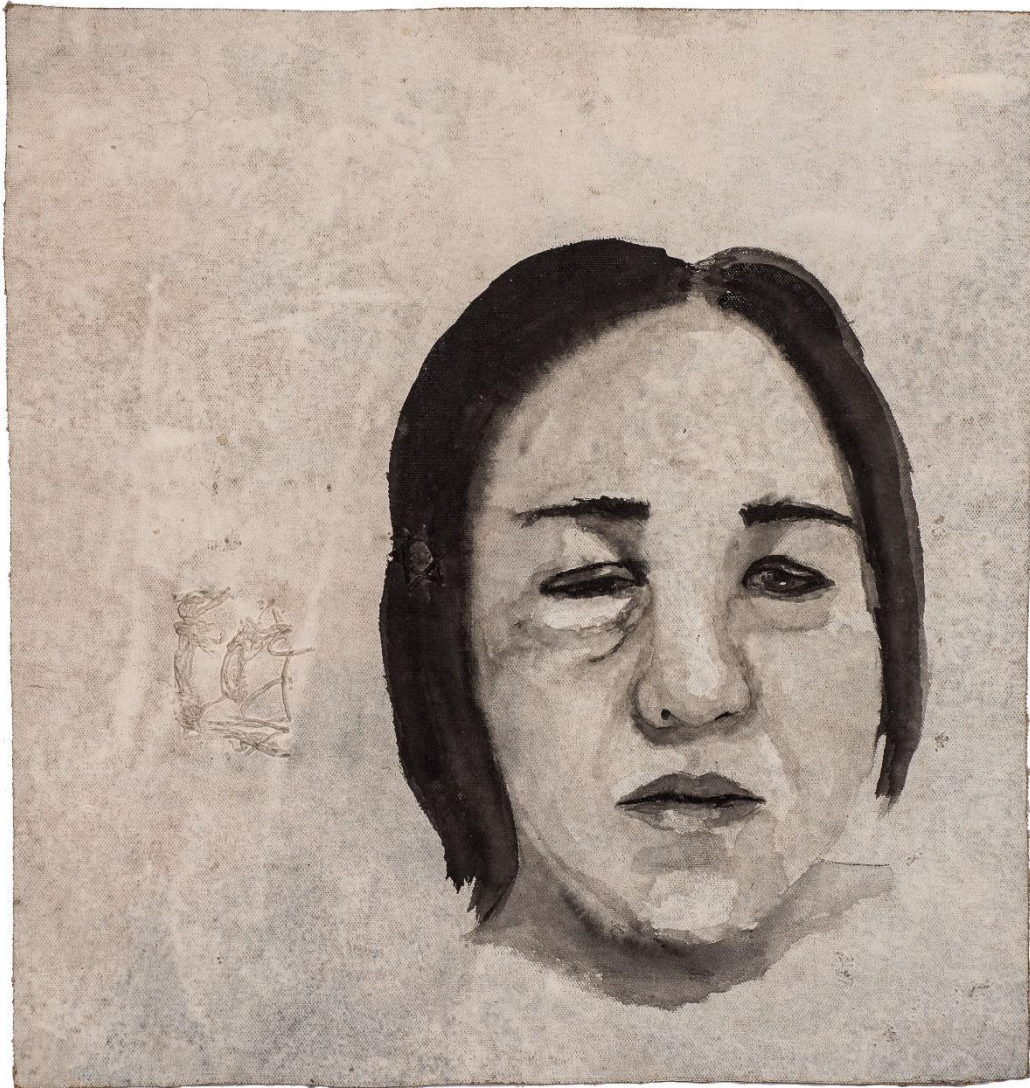


Figura 6 - Imagem da Exposição “Em Nome das Rosas”, da artista Eugênia França. A pintura sobre lona de caminhão tem o fundo claro um pouco manchado e com costuras e a imagem, em diferentes tons de preto, retrata o rosto de uma mulher branca, de frente, com os cabelos lisos no comprimento do queixo, um dos olhos machucado, inchado e quase fechado, nariz largo e lábios finos. Suas feições são tristes.

Minha história não é diferente da de tantas outras mulheres que ainda se calam por medo, vergonha e influência dessa sociedade patriarcal que sucumbe almas.

Eu fui estuprada pelo meu pai adotivo ainda na infância e cresci sofrendo abusos e investidas dele.

Leva-se muito tempo em dores, sofrimentos e agonias.

A mulher passa anos desconstruindo a si mesma nessa busca pelo entendimento.

Foram muitos anos até chegar nesse aprendizado.

Até entender porque ninguém levantou a mão e disse PARE quando eu não podia dizer.

Até eu deixar de ser vítima também.

Até eu entender que a sociedade está errada e não eu. Até eu tomar coragem e denunciar o meu pai.

Essa é uma jornada de uma vida inteira.

E não é só minha.

Trata-se de uma luta pelo humano e pelo resgate desse humano.

ALAGOAS, FEVEREIRO DE 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PISTAS PARA UM CUIDADO MENOR

[...] uma cartografia não se conclui, não tem um fim, mas [...] sempre abre linhas de continuidade a serem seguidas. Ela lança linhas inconclusas que cada leitor apropria à sua maneira junto com a possibilidade de propagação de novas problemáticas. Um mapa aberto suscetível de receber mudanças constantemente por meio da interação de cada leitor-cartógrafo. Um desenho inacabado à espera de contribuições inusitadas feitas singularmente pelos seus leitores. Só assim há a possibilidade de emergência de sentidos legítimos que não retornem sempre ao mesmo (LUCIANA OLIVEIRA, 2013, p. 102).

Uma tecitura complexa como a do cuidado produzido por psicólogas junto a mulheres em situação de violência de gênero, composta por tantos fios, pontos, nós e emaranhados, não comporta arremates permanentes ou definitivos, de modo que nenhuma consideração pode ser tomada como conclusiva. É inquestionável que as interseccionalidades, as intersetorialidades, as tutelas, os controles, as resistências e as invenções que perpassam o cuidado, transbordam a tecitura dessa escrita. Refletir, problematizar e experimentar deslocar e transformar as estratégias de cuidado, sempre partindo de uma perspectiva interseccional e de uma direção ética que não negligência a agência das mulheres, é tarefa constante a ser assumida pelas profissionais e pelas pesquisadoras da área. Mesmo diante de tantos desafios, especialmente considerando o cenário político contemporâneo, devemos construir diariamente uma psicologia comprometida com as lutas das mulheres, sobretudo no campo das políticas públicas. Espero que tudo o que escrevi aqui esteja conectado menos ao que é, do que ao que está em via de ser, e que os processos de cuidado que me propus a seguir nesta cartografia não se deixem estancar definitivamente nos locais em que estão inseridos, mas que busquem sempre o movimento das novas composições, das reconfigurações. É nesse sentido que espero que as contribuições desta pesquisa possam ser úteis à (re)invenção de intervenções e práticas de cuidado no campo da psicologia e das políticas públicas.

É importante, de qualquer forma, arrematar provisoriamente os fios do cuidado dessa investigação no sentido de contribuir para a afirmação de uma psicologia feminista. Um arremate que possibilita que seus fios sejam destecidos e retecidos a partir de novos problemas, dando espaço para novas questões. Também abordo os limites dessa pesquisa e possíveis desdobramentos acadêmicos e políticos das problematizações tecidas aqui.

Ao colocar em evidência a possibilidade de produção de múltiplos processos de cuidado pelas psicólogas junto às mulheres em situação de violência de gênero, cartografamos as linhas das intervenções e práticas singulares produzidas pela própria

pesquisadora/trabalhadora social e por psicólogas com experiência no atendimento a esse público. Conversei com essas colegas sobre o nosso fazer e, a partir dessas conversas e de minhas próprias experiências, teci memórias narrativas e problematizações de nossas práticas de cuidado em articulação com as contribuições de autores da filosofia da diferença, da análise institucional e, especialmente, com autoras feministas que propõem epistemologias que desestabilizam as lógicas hierárquicas produzidas tanto pelo pesquisar, quanto pelo cotidiano dos serviços que compõem as políticas públicas para mulheres.

Logo no início do trabalho, com a discussão do acompanhamento de Rose, um dos primeiros casos que acompanhei no centro de referência da mulher em que trabalhei, vimos o quanto a violência contra a mulher é um fenômeno complexo e multifacetado, que se manifesta de diversas formas e cujo enfrentamento escapa aos protocolos, exigindo das psicólogas reinvenções constantes do cuidado: reinvenções do modo de estar junto com as mulheres, uma vez que, diante das complexidades das violências, as prescrições e normativas, apesar de necessárias, não são suficientes. Percebemos, assim, que é na singularidade do caso a caso, numa postura micropolítica e em diálogos permanente com os protocolos das políticas, prescrições e normativas de manuais que o cuidado é tecido e levado adiante; e que é preciso aceitar que o tempo do nosso trabalho também depende de um outro, já que se trata de um cuidado produzido “com” as mulheres acompanhadas e não “sobre” elas, de modo que nossas intervenções devem operar em uma temporalidade que acompanhe o tempo próprio dos processos afetivos e subjetivos desses sujeitos.

Nessa mesma direção, vimos o quanto as políticas públicas para as mulheres assumem um papel fundamental no apoio a esses sujeitos, quando de fato são comprometidas com o oferecimento de um suporte para lidar com as complexas situações de violência que as mulheres vivenciam. É fundamental equacionar desigualdades de gênero em articulação com outras dimensões das relações sociais que constituem as mulheres em sua diversidade e que também suscitam desigualdades profundas, como é o caso da raça, classe social, deficiência e orientação sexual. Se, por um lado o perfil sociodemográfico das profissionais de psicologia que trabalham com mulheres em situação de violência é composto majoritariamente por mulheres brancas e pós graduadas; por outro, grande parte das mulheres atendidas nas políticas públicas são negras e de classes menos favorecidas, muitas delas com baixa ou nenhuma escolarização, o que agrava os impactos das subordinações e violências de gênero. É, pois, necessário o entendimento de que não compomos um bloco homogêneo com as mulheres que

acompanhamos, que enquanto mulheres, possuímos diferentes pontos de partida, que precisam ser levados em consideração para evitar a reprodução de valores e de posicionamentos racistas, classistas e capacitistas em nossas intervenções.

A formação das profissionais de psicologia assume, assim, um papel bastante relevante. Considerando a importância das psicólogas sustentarem em suas práticas e intervenções – não apenas junto às mulheres em situação de violência de gênero - uma perspectiva interseccional, é preciso que as formações em psicologia deem espaço para temáticas de gênero, raça, sexualidade, classe, deficiências, entre outras, proliferando entendimentos e questionamentos sobre nossas posições no mundo.

Foi possível observar múltiplos sentidos atribuídos à produção de cuidado direcionado às mulheres em situação de violência de gênero. As narrativas evidenciaram o quanto cuidado e controle podem constituir práticas de difícil distinção no contexto das políticas públicas. Sob a égide do cuidado são operacionalizadas intervenções que podem reforçar exclusões, culpabilizações, violências e outras opressões, especialmente quando possuem aprioristicamente um fim: que a mulher se separe do companheiro e autor de violência e/ou que o denuncie; que invista todo o seu dinheiro no cuidado da família e dos filhos; que não faça uso de drogas; e tudo aquilo que diz respeito aos bons costumes e valores socialmente aceitáveis. Nessa perspectiva, o cuidado é produzido a partir da gestão das existências das mulheres, da valoração de suas vidas. Porém, também vimos possibilidades de estranhamento às práticas instituídas e naturalizadas, e apostas em linhas de cuidado aliadas à vida enquanto potência de singularização.

Nesse sentido, foi principalmente com as alternativas comprometidas com a heterogeneidade das mulheres em situação de violência de gênero, que este trabalho buscou contribuir por meio da problematização de práticas desenvolvidas pelas psicólogas, dando destaque para a possibilidade de produção, no campo da psicologia, de intervenções e processos de cuidado que se aproximem das propostas feministas. Afinal, embora a psicologia tenha nascido de uma ciência tradicional, moderna, positivista, com forte marcas androcêntricas, racistas e classistas, transformou-se num amplo leque de perspectivas em que existem dissidências de pensamento, o que possibilita o agenciamento de práticas feministas com perspectivas críticas em psicologia, produzindo intervenções que se contrapõem à (re)produção de hierarquias e do sexismo, favorecendo a composição de psicologia(s) feminista(s).

Assim, discutimos e problematizamos nesse trabalho algumas direções éticas e políticas apostando na afirmação de um *cuidado menor*. A partir da literatura de Franz

Kafka, Gilles Deleuze e Félix Guattari (2014) trazem o conceito de “menor” não em um sentido pejorativo ou de desqualificação, mas sim como uma escrita que produz uma desmontagem da língua estabelecida, majoritária. Trata-se de uma literatura de resistência, constituída a partir da diferença, não como um modelo, mas como uma possibilidade de desviá-lo. As principais características dessa literatura menor estão relacionadas com uma desterritorialização da língua; uma ramificação política e o recurso a um agenciamento coletivo de enunciação. Nessa perspectiva afirmamos um *cuidado menor* junto às mulheres em situação de violência de gênero, deslocando o cuidado de modelos e protocolos universalistas para percorrer linhas de derivas menores, singulares, sempre a partir do encontro entre mulheres e profissionais.

O *cuidado menor* não é um ato solitário. Sua composição é sempre coletiva, por meio de processos de desterritorialização do cuidado protocolar, que abrem espaço para as psicólogas operacionalizarem suas práticas numa micropolítica tecida no encontro, nas brechas de um contexto maior. É um engajamento nos gestos cotidianos, que possibilita resistências diárias contra práticas totalizantes, incluindo práticas violentas e opressoras, que também se fazem presentes nas políticas públicas, como vimos em algumas narrativas compartilhadas neste trabalho. São produções de cuidado não assujeitadoras, que incluem os desejos e interesses de quem está sendo cuidada, e que são tecidas no “entre” das lutas cotidianas, menores, que se opõem a modelos dominantes e capturados de pensar o cuidado.

Importante destacar que esse *cuidado menor* se nutre de saberes múltiplos, que não são necessariamente validados por diplomas, não se limitando ao conhecimento acadêmico, mas acoplando diferentes saberes, buscando assim escapar das hierarquizações e divisões realizadas pelos poderes estabelecidos. E como é um cuidado tecido na singularidade de cada situação, de cada caso, no encontro entre diferenças, não se configura como um modelo, uma forma a ser reproduzida: seus efeitos não são previsíveis. Trata-se de uma aposta ética tecida no passo a passo do acompanhamento das mulheres.

Assim, apresento em seguida as direções éticas e políticas que se destacaram nesta pesquisa como pistas para a produção e afirmação de psicologia(s) feminista(s). Essas direções foram discutidas conceitualmente e problematizadas em articulação com a prática das profissionais especialmente na terceira e na quarta entrada desta tese, sendo retomadas aqui de forma bastante sintética. Considerando que a questão humana deve prescindir de fórmulas simplificadoras, sendo importante desconfiar de saídas rápidas e consensuais (KATIA

AGUIAR; VANESSA FONSECA; RAPHAELLA DAROS, 2018), o objetivo dessas sínteses não é protocolarizar ou pedagogizar os processos de cuidado, caindo no risco de produzir modelos universais e reducionistas. São pistas, sopros, linhas dispostas aqui como uma caixa de ferramentas com o propósito de gerar movimentos, deslocamentos, outros desenhos possíveis, nas tecituras de cuidado produzidas pelas profissionais. Cabe às leitoras e leitores elegerem o que lhes afeta e o que lhes convém para reinventar e potencializar suas práticas nos seus cotidianos de trabalho, com a compreensão de que estas direções não possuem aplicação universal, não são totalizadoras e que seu uso deve ser sempre articulado com as singularidades de cada caso ou situação. Vale destacar também que, na prática, essas direções éticas acabam acoplando-se umas às outras, de modo que, dificilmente é possível isolá-las nas nossas tecituras de cuidado.

Reconhecer a agência das mulheres

É fundamental reconhecermos a capacidade de agência das mulheres, de construírem seus próprios caminhos e de produzirem novos arranjos para suas vidas, mesmo quando esses caminhos não coincidem com o que acreditamos ser a melhor alternativa. É importante sempre ter em mente que o que está em jogo nas nossas intervenções, nos casos que acompanhamos, é a vida e a subjetividade das mulheres e não as nossas, não as das profissionais que acompanham o caso. É preciso atenção para não assumir posturas salvacionistas por meio de nossas intervenções e para não tecer um cuidado baseado na vitimização. Devemos sempre lembrar que a própria busca, por parte da mulher, por um atendimento, comporta uma agência no interior de um contexto de sofrimento, intrínseco a opressões estruturais de várias ordens. Ao invés de buscar salvar as mulheres por meio de nossas práticas, devemos produzir um cuidado baseado na corresponsabilidade entre as profissionais e as mulheres; um cuidado que se dá mediante a vinculação das usuárias às profissionais, ao mesmo tempo em que essa vinculação permite graus de autonomia. Compartilhar a responsabilidade pelo cuidado, em um processo construído junto, passo a passo, gradual, contínuo, que pode envolver “retrocessos”, mas que tira a mulher do lugar de apenas receber cuidado, e a coloca em uma posição que assume que ela também produz cuidado, também cuida de si, é fundamental nesse processo de reconhecimento da agência das mulheres.

Sustentar a angústia e a tensão

É necessário estarmos atentas e sensíveis aos momentos em que as mulheres precisam tomar decisões importantes, relativas à situação de violência e a sua proteção,

como por exemplo: denunciar ou não o companheiro/autor de violência; se separar ou não deste; ir ou não ir para um abrigo de proteção com os filhos menores de idade; mudar de emprego; mudar de cidade, entre outros. É preciso levar em consideração que escolhas não são atos isolados e que não dependem só das mulheres pois dizem respeito a toda uma rede articulada, de modo que há uma complexidade envolvida em cada tomada de decisão das mulheres em situação de violência, que impactará diretamente não só as suas vidas, mas também as vidas de outras pessoas com quem elas se importam e se preocupam. Muitas vezes todo esse processo produz angústia não só nas mulheres, mas também nas trabalhadoras sociais que as acompanham nas políticas públicas. Enquanto profissionais, precisamos sustentar a angústia e a tensão que acompanha as mulheres diante de situações em que elas precisam tomar decisões importantes, inventando, junto com elas, modos de lidar com esse mal-estar: modos sempre singulares que não negligenciem as conexões que perpassam a história de cada sujeito e que tornem possível um existir mais potente.

Operacionalizar a transdisciplinaridade

Levando-se em consideração a complexidade transdisciplinar do fenômeno da violência contra a mulher, o exercício da transdisciplinaridade na psicologia é um aliado potente no trabalho com as mulheres em situação de violência de gênero. A atitude transdisciplinar da psicóloga está relacionada com a exploração de territórios e conhecimentos vizinhos da clínica, como a filosofia, a arte, a política, a sociologia, a antropologia e outros saberes, incluindo os saberes das mulheres que acompanhamos, a partir dos quais é possível tecer agenciamentos e conexões potencializadoras de nossas estratégias de intervenção.

Adotar um olhar interseccional

Antes de estarem inseridas no fenômeno da violência as mulheres têm muito o que enunciar sobre as pertencas e vivências que as constituem. Isto significa que é importante considerar que o apoio e o cuidado não respondem apenas à demanda direta da violência de gênero, que há outras violências que permeiam as relações e causam impactos nesses sujeitos. A interseccionalidade nos permite reconhecer que, além da discriminação de gênero, outros fatores relacionados as identidades sociais das mulheres, tais como “classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ no modo como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação” (CRENSHAW, 2002, p. 173). A interseccionalidade se operacionaliza por meio do olhar das profissionais que atuam diretamente com as mulheres nas políticas públicas; um olhar

que não pode deixar de fora uma análise contextual que considere a articulação entre diferenças. Sustentar uma perspectiva interseccional nas políticas públicas possibilita o reconhecimento da diversidade de experiências das mulheres, a impossibilidade de produzir modelos padronizados de intervenção e a necessidade de considerar as especificidades das experiências de vida desses sujeitos. É nesse sentido que é necessário construir ferramentas para analisar e compreender as relações diferenciadas de poder que situam as mulheres em posições desiguais - inclusive no que diz respeito à relação das próprias profissionais com as usuárias, considerando que as primeiras ocupam lugares de privilégio com relação às segundas.

Estabelecer relações baseadas na sororidade

A sororidade é entendida neste trabalho como solidariedade política entre as mulheres, que vai além do reconhecimento positivo de experiências de mulheres e também da compaixão compartilhada em caso de sofrimento comum, fundamentando-se no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal, não importa a forma que a injustiça se manifesta - racial, de classe, sexualidade (hooks 2019a). Para que nossas intervenções abarquem a sororidade, precisamos refletir sobre como podemos promover alianças que contribuam com o crescimento de outras mulheres estando em uma posição de privilégio. Um primeiro passo importante nesse sentido, é desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo, estando sempre atentas às nossas atitudes e dispostas a reconhecer os nossos privilégios com relação às mulheres que atendemos. É necessário também sair de nossa zona de conforto, abrir mão de privilégios que a branquitude nos garante, para ir ao encontro das necessidades de outras mulheres, criando e sustentando vínculos de solidariedade, sem precisar eliminar nossas diferenças, sem ser necessário vivermos sob a mesma opressão para combatermos a opressão em si (hooks, 2019b).

Favorecer processos de empoderamento

O empoderamento enquanto ferramenta de emancipação política e social defendido pelas feministas negras e interseccionais não se propõe a criar relações assistencialistas, paternalistas ou de dependência entre os sujeitos, nem demarcar prescrições homogêneas sobre as possibilidades de contribuição e de atuação de cada um para as lutas no interior dos grupos minoritários. Também não se trata de subtrair o poder de um para dar a outro, invertendo os polos de opressão: trata-se sim de uma postura de enfrentamento a opressão a fim de eliminar a situação injusta e equalizar as existências em sociedade. Considerando que o empoderamento não deve ser compreendido como uma doação, algo que possa ser feito a alguém por outra pessoa, enquanto psicólogas e

agentes das políticas públicas não empoderamos as pessoas, mas o que podemos fazer é criar um ambiente que favoreça os processos de empoderamento das mulheres, ou, se não estivermos comprometidas com um cuidado potencializador, criar obstáculos para o desenvolvimento desses processos. Portanto, o processo de empoderamento, embora possa receber estímulos externos diversos (das políticas públicas, da academia, das artes, da psicologia, das vivências cotidianas, etc.) é uma movimentação interna de tomada de consciência ou do despertar de diversas potencialidades que definirão estratégias de enfrentamento das práticas do sistema de dominação machista e racista. Nessa perspectiva, os processos de empoderamento devem fornecer estratégias para a libertação individual a serviço da emancipação coletiva (BERTH, 2018).

Focar nas singularidades das mulheres

A ênfase na singularidade de cada mulher atendida é fundamental quando consideramos que as experiências de cada sujeito são únicas, específicas, ligadas a momentos e a contextos singulares. Enquanto profissionais, precisamos experimentar relações de cuidado por meio da abertura e disponibilidade para perceber, acolher e acompanhar os processos singulares expressos de múltiplos modos pelas (diversas) mulheres atendidas. As mulheres precisam encontrar espaço para dizerem sobre si mesmas, sobre suas próprias experiências, sendo ouvidas com atenção e cuidado, e não sendo mais uma vez silenciadas e oprimidas. Para tal, é necessário que façamos uso de uma linguagem acessível, que possibilite a produção de diálogos autênticos em que as mulheres se sintam encorajadas a falar, cada uma a seu modo, manifestando seus desejos, afetos, dilemas e novas possibilidades. Levar em consideração as tramas e condições singulares que aparecem nos atendimentos é fundamental para a construção de nossas intervenções e dos encaminhamentos do caso.

Permitir-se ser afetado

A presença das “emoções vitais”, dos afetos, nas relações e nos diálogos com as mulheres indica reconhecimento da validade de seus argumentos e se opõe ao binarismo que separa afetos e intelecto. Além de ouvir, é importante que sejamos afetadas pelas histórias, pelas questões e pelos dilemas que as mulheres trazem, sem sair da posição de profissional, do lugar de quem cuida, mas permitindo que nossos corpos sejam atravessados por aquela narrativa, pelo sofrimento da outra. Permitir que nossos corpos sejam porosos às questões trazidas pelas mulheres diz da nossa sensibilidade para ouvi-las e acolhê-las integralmente. Nesse sentido, é importante que no trabalho desenvolvido junto às mulheres tenhamos espaço para cuidar de nossos próprios afetos, para colocá-los

em análise, o que nos permite aguçá-los de modo a favorecer os bons encontros, que podem produzir efeitos potentes nas mulheres.

Experimentar empatia

A capacidade de empatia é fundamental para o trabalho com mulheres em situação de violência de gênero, que precisam acreditar que as profissionais têm alguma empatia para que consigam expressar suas questões, suas singularidades e seus afetos, e, conseqüentemente, se impliquem em uma produção compartilhada de cuidado. A perspectiva de empatia enquanto uma construção intelectual, ética e política (RIBEIRO, 2019), que vai além da noção de colocar-se no lugar do outro ou até de mensurar o que o outro sente, pode nos ajudar a produzir alianças com as mulheres que atendemos, cujas realidades são muito diferentes das nossas. Nesse sentido, ser empática convoca a profissional a se deslocar do lugar de especialista e abrir-se para ressonâncias intensivas com a alteridade, que possibilitam a cooperação numa esfera micropolítica. Para tal, é preciso ir ao encontro da diferença, sem negar as tensões próprias da relação com o outro, o que implica em dialogar com as mulheres buscando compreender suas experiências, para que possam ser reconhecidas e legitimadas na construção das intervenções e dos encaminhamentos do caso.

Tecer confiança com as mulheres

A confiança é um afeto que pode contribuir muito para a implicação da mulher no cuidado produzido a partir do encontro com as psicólogas. Após sofrerem tantas opressões e violências, é comum que algumas mulheres cheguem nos serviços de atendimento desconfiadas e com algumas resistências. Para começar a dissipar esses afetos reativos é de suma importância acolhê-las e explicar de uma forma sincera e realista a função do serviço e o nosso papel enquanto profissionais, bem como a questão do sigilo que envolve todo o acompanhamento. Tecer confiança nesse encontro exige que nos coloquemos ao lado das mulheres como parceiras, nos deslocando do lugar de especialista, de modo a possibilitar a construção de um plano de experiência comum que permite a abertura de um canal de comunicação em que as mulheres de fato se sintam à vontade para se expressar. Uma forma de fomentar essa confiança é por meio da aproximação entre profissionais e usuárias, reconhecendo a violência de gênero como uma experiência possível de ser vivenciada por qualquer mulher. Assim, podemos nos incluir em alguns processos narrados por elas, substituindo o “você” pelo “nós”, por exemplo: “para nós mulheres essa questão é realmente difícil”. Esse reconhecimento, ao nos aproximar das mulheres que atendemos, traz a possibilidade de *co-fiarmos* o cuidado

junto com elas, estabelecendo alianças, agenciamentos, com esses sujeitos, que podem produzir efeitos potentes nas nossas intervenções. Trata-se de expandir a noção de sofrimento para uma coletividade, o que permite tanto desviar as mulheres da culpa, quanto fortalecê-las num processo de implicação mútua e na criação de alternativas em um plano de comum. Porém, sempre é importante lembrar da necessidade de considerarmos as interseccionalidades em jogo em cada caso, que interferem diretamente no modo singular com que cada mulher experiencia a violência de gênero.

Efetivar a intersectorialidade e a transversalidade de gênero e raça

Dada a complexidade do fenômeno da violência de gênero e considerando que o objetivo é proporcionar um cuidado integral às mulheres em situação de violência, é fundamental que a intersectorialidade e a transversalidade de gênero e raça não se efetivem apenas entre os serviços especializados, mas que os serviços da rede não especializada também estejam articulados às ações de enfrentamento à violência contra a mulher. Não existem áreas nas políticas públicas independentes e neutras da condição de gênero e raça. A inclusão da perspectiva de gênero e de raça, de modo integral, nas políticas é necessária para que o enfrentamento à violência contra a mulher seja cada vez mais incorporado no âmbito dos diferentes serviços de atendimento, por meio do cuidado rotineiro das mulheres. Não podemos esquecer ainda do papel relevante que os serviços não especializados desempenham no enfrentamento a violência de gênero pela maior proximidade espacial das mulheres, já que, ao contrário de muitos serviços especializados, eles costumam estar localizados nos territórios onde as mulheres vivem. Assim, em seus cotidianos, as mulheres podem ter maior facilidade de acesso a eles do que aos serviços especializados. Por mais que haja dificuldades e desafios para a efetivação da intersectorialidade e da transversalidade, é preciso que as equipes se empenhem na construção de ações conjuntas, que dialoguem na diferença e busquem saídas coletivas, evitando-se assim intervenções fragmentadas e desarticuladas das condições de vida das mulheres, que podem acabar por produzir revitimizações e reforçar as opressões sofridas pelas mulheres que buscam ajuda nos serviços; um cuidado que se distancia de uma perspectiva integral e humanizada desses sujeitos.

Instituir estratégias de gestão que valorizem e promovam o cuidado de si

Escutar as mulheres em situação de violência, acompanhá-las, permanecer ao seu lado enquanto enfrentam dilemas e precisam tomar decisões difíceis, não nos deixa indiferentes, mas nos mobiliza e produz questões e deslocamentos na nossa subjetividade e em distintos campos de nossas vidas, inclusive nas próprias intervenções que

produzimos junto às mulheres. É preciso considerar que existem sofrimentos que são gerados pelo tipo de trabalho envolvido nessa produção de cuidado e não pelas limitações da profissional, e que o próprio modo de organização e de funcionamento das políticas podem apresentar lacunas, precariedades, contradições e desvalorização profissional que impactam no trabalho e na saúde mental das psicólogas, interferindo na relação com as usuárias dos serviços. Portanto, enquanto profissionais, precisamos estar sempre em contato com os nossos corpos, buscando perceber como somos afetadas, e colocando-nos também em análise ao estarmos atentas aos efeitos do campo em nós. Os processos de análise de implicação, colocam-se, pois, como ferramentas fundamentais nos processos de produção de cuidado das mulheres e das próprias profissionais.

Produzir medidas concretas de proteção e de cuidado para as trabalhadoras - oferecendo espaços de escuta e de compartilhamento das angústias, receios e tensões destas profissionais, acolhendo-as nas redes de afetos e de serviços e favorecendo a produção de subjetividades afirmativas -, coloca-se como um dos principais fios de sustentação do cuidado que se tece junto às mulheres em situação de violência e também deve ser responsabilidade das políticas públicas, e não somente das profissionais individualmente, como comumente acontece. É fundamental que as psicólogas possam integrar uma equipe que se coloque como apoio a sua atuação, afastando de um fazer solitário; uma equipe em que seja possível compartilhar as dificuldades do próprio trabalho e colocar em análise seus próprios posicionamentos e afetos. Quando a confiança e a aposta nos trabalhos umas das outras perpassam o acolhimento e cuidado recíprocos entre as trabalhadoras, podem se configurar bons encontros que possibilitam a tecitura coletiva das intervenções. Além dos dispositivos coletivos de troca, como as reuniões, discussões de caso, supervisões, em que a equipe se coloca como dispositivo de apoio das profissionais, as psicólogas podem lançar mão de uma variedade de práticas de cuidado de si, como terapia individual, cursos, exercícios físicos, práticas integrativas, entre outras atividades que contribuem para a manutenção do equilíbrio físico e emocional que o trabalho com violência de gênero exige das profissionais.

Essa aposta em direções menores do cuidado, que podem ser tomadas como pistas, possibilita agenciamentos com as singularidades das vidas das mulheres que ficam invisíveis nos protocolos e normativas dominantes. Conexões entre diferenças, encontros entre potências menores – das mulheres atendidas e das psicólogas - que possibilitam a tecitura de um comum que favorece expansões de vida e a constituição de novos

territórios existenciais. Assim, é possível tecer resistência diante de processos de cuidado que se configuram como formas instituídas e naturalizadas, dando lugar à operacionalização de práticas de cuidado comprometidas com o posicionamento ético-político de afirmação da vida enquanto potência de singularização. Nesse sentido, considerando essas direções éticas como pistas que contribuem para a construção de um *cuidado menor*, vale dizer que nada impede que outras profissionais que trabalham com mulheres em situação de violência de gênero, mas não são psicólogas, especialmente assistentes sociais, também se inspirem nessas direções para a tecitura de suas práticas de cuidado.

Mais algumas considerações, relacionadas aos procedimentos que envolvem o trabalho com mulheres em situação de violência de gênero, também devem ser retomadas aqui. A primeira delas diz respeito à importância de produzir um cuidado que vá além da retirada das mulheres de situações de risco. Concomitantemente à proteção das mulheres, o trabalho desenvolvido nas políticas públicas para mulheres envolve uma produção de cuidado que é muito mais complexa e que, como vimos, deve considerar as outras opressões que atravessam a vida desses sujeitos. Uma segunda observação relevante diz respeito à necessidade de sempre considerar os impactos de possíveis quebras de sigilo nos casos de risco acompanhados, tendo em vista que esse risco pode ser ampliado por intervenções precipitadas das profissionais que podem expor ainda mais as mulheres às violências e opressões que já vivenciam. Por fim, destaco o papel relevante dos dispositivos grupais na produção de enfrentamentos e de resistências à violência de gênero, ao possibilitar que as mulheres rompam com o isolamento e elaborem, ressignifiquem, debatam e troquem experiências e saberes com outras mulheres, configurando-se como um espaço coletivo de cuidado. O trabalho com grupos também possibilita que as mulheres, mesmo que gradativamente, comecem a compreender a violência não somente como uma questão pessoal, de cada uma delas, mas como um problema amplo, que impacta a vida de muitas mulheres, mesmo existindo diferenças entre elas, passando a inserir a violência de gênero também num contexto mais amplo, no contexto social e político em que vivem.

Apesar desse trabalho enfatizar a possibilidade de produção, nas políticas públicas, de processos potencializadores junto às mulheres em situação de violência de gênero, sabemos que, nas circunstâncias atuais, os desafios colocados à produção de um *cuidado menor* só aumentam. Além do contexto de desmonte das políticas públicas, de retrocessos no âmbito de direitos humanos cuja conquista estava em andamento e do

desrespeito à própria democracia, que fazem parte de um jogo político neoliberal e conservador, nesse ano de 2020, ainda vivemos uma pandemia de proporções inimagináveis. Sabemos que os efeitos deste cenário de crise não são democráticos e que são sempre maiores e mais duradouros para grupos marginalizados, em especial as mulheres, que neste momento vem sendo fortemente afetadas tanto pelas demandas crescentes de cuidado, que reforçam papéis e estereótipos de gênero socialmente construídos que as mantêm em posição de subalternidade, quanto pelo agravamento dos índices de violência doméstica e familiar devido ao isolamento social. Como vimos na quarta entrada, considerando que o cuidado também abarca hierarquias intragênero, são as mulheres negras e de classes populares as que mais sofrem os impactos deste contexto de crise.

Logo, uma trama ainda a ser pesquisada, por exemplo, seriam as possibilidades de cuidado efetivas neste momento de pandemia, em que as políticas públicas e as práticas das psicólogas acabam sendo limitadas, tendo em vista a necessidade de isolamento, ao mesmo tempo em que violência doméstica contra as mulheres se agrava, exigindo alternativas e respostas rápidas para a proteção desses sujeitos que se encontram em situações de violência e risco. Percebo que essa é uma preocupação que tem pautado discussões e debates online promovidos tanto pelos Conselhos de Psicologia, quanto por representantes das Redes de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, e que investigações acadêmicas sobre a temática contribuiriam para a construção de alternativas de enfrentamento a esse fenômeno neste contexto desafiador. Uma outra possibilidade de pesquisa seria explorar a comparação entre experiências de cuidado produzidas por psicólogas negras e brancas junto a mulheres em situação de violência de gênero.

É importante também dizer dos limites desta pesquisa, pois esta tese também se constitui deles. Não foi possível realizar a devolução do texto às profissionais e ao profissional que contribuíram para a sua construção antes da finalização desta tese. Esse retorno às participantes da pesquisa é tomado como um posicionamento ético importante, que abre o texto a interferências e produz um saber compartilhado, tirando o pesquisador do lugar de único detentor do saber e de quem tem a soberania sobre as experiências. Mas infelizmente não consegui fazer essa partilha por questões relacionadas às exigências formais de prazos, produção e fluxos de trabalho em um contexto de pandemia. Sem dúvida, as interferências das psicólogas e do psicólogo no texto, teriam potencializado as discussões e problematizações tecidas aqui, mas segui da forma como foi possível levar adiante esta investigação.

Esta tese deu destaque para as articulações possíveis entre psicologias e feminismos nas tecituras de cuidado junto às mulheres em situação de violência. Há muito mais para ser tecido sobre essa articulação entre campos complexos. Trouxe aqui o que foi possível. Busquei marcar uma posição dentro da minha área de atuação na psicologia, contribuindo com um campo minoritário das psicologias com mais uma produção com perspectiva crítica e feminista. Houve um esforço em pensar um *cuidado menor*, que se configure como afirmação e resistência. Fui guiada por um horizonte ético-político que orienta a construção de práticas não instituídas na psicologia, buscando contribuir com os processos de transformação social por meio de uma psicologia engajada e pelo desejo de operacionalizar uma psicologia feminista. Que esta escrita seja mais um ponto na tecitura extensa e complexa dos fios, nós e emaranhados que se enredam entre mulheres, violências e (s) psicologia(s) feminismo(s).

POSFÁCIO: BASTIDORES DA ESCRITA DE UMA TESE

Em tempos de crise, afirmar a vida e enfrentar o presente. O que há de vital em nós? No nosso caso, a pandemia insurgiu a conexão virtual de seis mulheres pós-graduandas para a partilha do que grita e silencia nossos corpos e nossas escritas. Vivendo em diferentes cidades, em construção provocativa, juntas, tecemos textos contra-hegemônicos. Esses fragmentos foram escritos na intensidade, com os sentidos, o ouvido, as mãos; pelas cores, texturas, espessuras; em experimentações e acontecimentos. Uma escrita coletiva, afetiva, que tece e destece palavras, entremeia ideias, multiplica sentidos, desburocratiza histórias. Tecido forjado nas linhas da contração e da expansão, no qual, enquanto tecelãs, estamos continuamente a nos inscrevermos e nos apagarmos, nos diferenciando de nós mesmas. Assim, resistimos aos aprisionamentos estruturais e experimentamos a tecitura rizomática, inventando múltiplas entradas e sustentando a aposta viva de nos fazermos escritoras a partir do rigor dos afetos que movem nossos corpoescritas.

Fragmentos coletivos de uma pandemia (corpoescritas³² de nós)

**Fernanda Rocha da Silva³³; Juliana Pereira Dias Lima³⁴; Kelly Dias Vieira³⁵;
Luciana Oliveira³⁶; Paula Gontijo Martins³⁷; Priscila Tamis³⁸**

Estar à vontade para a escrita do possível. Para a escrita de um possível: um parágrafo, uma frase que seja. Para que não fiquemos coladas na obrigação de escrever, e estejamos mais ligadas na vontade de fazer algo juntas, enfim. De colocar no papel o que a gente já vem fazendo juntas. A proposta é que possamos pensar um pouco mais livremente sobre a escrita nesse momento das nossas vidas, porque a obrigação às vezes nos afasta dessa possibilidade.

Quando a gente aprende a palavra, aprende a fazer beleza e também aprende a machucar. Quando a gente aprende a necessidade do ser de enfrentamento às agruras, aprende a inevitável dureza da ternura revolucionária que não trabalha com paz. Viver a guerra em

³² TAMIS, Priscila. *O Belo Surto - experiências finitas de um corpoescrita*. (Título provisório). Tese em construção. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2016 - atual.

³³ Mestranda em Administração na Universidade Federal de Minas Gerais.

³⁴ Mestranda em Psicologia na Universidade Federal Fluminense.

³⁵ Doutoranda em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

³⁶ Doutoranda em Psicologia na Universidade Federal Fluminense.

³⁷ Doutoranda em Administração na Universidade Federal de Minas Gerais.

³⁸ Doutoranda em Psicologia na Universidade Federal Fluminense.

nós em tempos de guerra. Não existe dom para escrever, cada liga de palavra feita em linguagem é um rasgo na pele. A pele riscada pelas palavras, a dor de ter tantos alguéns para se lembrar.

Toda semana você começa assim triste. E toda semana você começa assim. Triste.

Olha bem pra esse rosto. O que você acha que sabe não se fundou ainda. O que está vivo e que você não pode ver, a inflamação da carne, o correr dos dias entre máscaras e desinfetantes, esse estado de espera do dia que não quer chegar. O alvorecer. A redenção. O novo normal. Não escrevo para você, testemunho as marcas e me coloco para dentro, a pungente volta para o abismo das incertezas. Me sinto primitiva e bruta com as burocracias, a náusea das lutas que aqui estão e do que não alcançamos. O caos vexatório da liberdade que não conseguimos viver. Esses dias que estamos assim há anos. Sim, é sempre mais do mesmo. Dizem os intercessores de mim que quando acontece uma tristeza profunda um instinto selvagem por perseverar nos coloca em estado de percepção e criação de si. Será? Às vezes tenho vontade de que tudo exploda. Tomo um café pra ver se algo se acolhe, lavo a louça como quem expurga o que não entende do espírito de nossa relação, tomo banho para encontrar ajuda nos elementos vivos do fora, sinto o coração bater na própria escuta, alecrim para o corpo e lavanda para os pés, mandinga ritualística para sustentar os afetos que vive. Alimentos para a alma, afagos para o coração. O que cura é o corpo do amor, aquele que se levanta todos os dias com o olhar à altura dos olhos da vida e da morte. O cuidado é o nervo à flor da pele que pede ao olhar do encantamento delicadeza firme. Não perder a mão de si, não ser obrigada a dívidas ou culpas, não seres obrigado a me suprir. Nós, pequenas ilhas de desorientação na quarentena que não acaba. Tão amadoras. Não nos deixaremos morrer durante o plano de nos matarem, cantamos e escrevemos para os espíritos que nos guiam. Mano velho, mana velha, saúde! O campo das Humanidades está aqui por um fio, enquanto algumas ciências e suas tecnologias parecem nunca terem impedido a guerra e suas torturas. Tecnologias sociais explicam isso. Povos originários há centenas de anos denunciam a queda do céu.

Vai, tira o pó, passa o aspirador com a vitalidade de quem segue, maneja os sonhos, põe a escrita para antes das tarefas. Dança os abraços virtuais e os que de nós, como avesso rebelde do governo da morte, está para nascer e inventar sentido menos igual. Não adianta essa tentativa de nos roubar, de nos fazer zumbis, de nos esgotar. Nossos corpos estão em chamas, só que olha aí - não paramos de nascer.

Quando é que não há mais tempo?

Somos a história dentro das estórias que ficam no entre infinito das palavras.

E escrevemos. Escrevemos porque queremos. Porque ganhamos corpo. E nas palavras criamos vida. Interstícios de luz. Pequenos gérmenes de alegria.

*
*
*

Na quarentena. Eterna, quase eterna, infundável, recebo um vídeo de uma amiga que está isolada em Portugal. São mulheres dançando. São dançarinas. Enquanto dançam, juntas, em ritmos variados e se movimentam maravilhosamente, um texto incrível é narrado. Uma voz de mulher diz: “Ouço vozes”³⁹. “Nós somos quem luta porque somos quem pode falar. Nem sempre foi assim”. “Meu corpo é o corpo de todas que lutaram para eu estar aqui”. Essas frases invadem minha existência. Estão ecoando em minha cabeça faz alguns dias, uns 15 dias talvez. Entre sons de tambores e o som de um instrumento que parece árabe e que não me lembro o nome, assisto a dança que às vezes me lembra uma mandinga de capuêra e outras os movimentos frenéticos de um baile funk, ouço: “quiseram-nos caladas”, “nos tapam, nos matam, nos casam, nos calam, nos silenciam, nos castram”, “putas poderosas, bruxas”. Choro. Fico arrepiada. Choro e me emociono mesmo que seja a décima, a quinquagésima ou a milésima vez que assisto a esse vídeo. O texto narrado durante o espetáculo do qual sou plateia atenta a partir da tela do meu celular é de uma mulher chamada Piny, dançarina, performer, arquiteta, professora, coreógrafa, nascida em Lisboa. A narradora (me) diz: “Somos muitas e sempre uma, que foi carregada nove meses por uma mulher, e ela por outra, e ela por outra, e ela por outra, e ela por outra, e ela por outra e por outra e por outra e por outra e somos nós, as filhas das mães, as filhas das putas, as putas que também fomos, que somos”. Ancestralidade. “E não temos que ter vergonha do que somos, do que sempre fomos”. Somos mulheres. Brasileiras. Que nos atrevemos a escrever juntas. Decidimos escrever parte de nossos textos tesudos e dissertativos coletivamente. Escritoras do terceiro mundo que devem ousar escrever, como nos suplica Glória Anzaldúa (2000). Escrever nossas vivências, escrevivências, como nos convoca Conceição Evaristo (2017). Somos muitas e queremos que todas falem juntas a nós, para que não sejamos mais apagadas, para que nossas vozes alcancem os ouvidos necessários, para que nossas letras escrevam outras possibilidades para as próximas que virão. Escrever é um ato político, nos diz Grada Kilomba (2019).

*
*

³⁹ ORCHIDACEAE, Piny. *Manifesto Feminista*. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CAf-sJVfYWk/?igshid=2o5t5ypj89bk>. Acesso em: 06/10/2020.

*

Escrevo este texto na expectativa de partilhar com vocês um pouco das minhas angústias a respeito da experiência de escrever. Digo um pouco, pois elas são múltiplas, difusas, inomináveis, insuspeitas. De modo que, vez por outra, me dou conta de sua presença em mim de forma ostensiva, integral. Como a visita indesejada que chega em sua casa, abre a geladeira, toma a última cerveja, cospe no chão, xinga o cachorro, e se deita em sua cama sem ao menos tirar os sapatos. E por mais que você queira, ela não vai embora. Não importa que você não esteja feliz ou confortável. Ela veio para ficar.

Em outras vezes ela aparece assim meio que de relance, sorrateira, como em uma piscadela. E se torna quase impossível identificar seus modos de funcionamento. Seu sistema de opressão.

Penso também que logo de início me traio, porque escrever não é somente uma dor, escrever também é um prazer. Um deleite. Brincar com as palavras. Construir frases como quem esculpe um qualquer coisa a se dizer. Frases sem nenhuma importância. E quanto menos importância, mais brincante, mais prazer. Essa escrita não abre passagem à angústia e o corpo que a encarna é a potência de vir a ser, de deixar ser, de deixar-se. Ela é o que é e ponto. Sem falta, sem vazio. Sem o lamento inglório de não ser o que deveria ter sido. Às favas com os louros ressequidos dos textos relegados à condição de cópias, que por infortúnio não alcançaram a ascensão dos bons escritos. A escrita quando viva, pulsa e faz correr por caminhos desconhecidos, que se fazem no próprio ato de caminhar.

Sigo no pressuposto de que há uma qualidade de escrita que se faz enquanto potência através do próprio ato de escrever: livre, afirmativa, inventiva sem intencionalidade, no sentido de que ao texto não falta nada. Não lhe cabe atender a nenhum tipo de expectativa, ele simplesmente é. E que a experiência desta modalidade de escrita mobiliza uma certa qualidade de afetos. Consideremos a seguinte questão: que tipo de atravessamentos disparam modos tristes de experimentar o exercício da escrita? A que eles se conectam? Que afetos eles mobilizam? Que efeitos produzem em nossos textos, em nossos corpos, em nossas relações e em nossas vidas - potências de existir?

Proponho-me a analisar as questões colocadas acima a partir da perspectiva de que, para compreender tais processos, é imprescindível ampliar o campo problemático acerca dos afetos que me atravessam e que produzem determinados efeitos em mim. E para tanto é imprescindível rastrear as linhas do que me acontece mediante à necessidade de escrever. Investigar o que se passa em mim, de que forma, em função de quê. Ser sujeito e objeto de pesquisa ao mesmo tempo.

Escrita-vida. Escrita-respiração. O escrever não está dissonante da vida, do cotidiano. Escrita-elipse como a procura pelo fio propulsor do traço, da primeira palavra digitada ou escrita. Da primeira palavra respirada. Rotina-escrita: opostos? Integrados?

Pulsão de escrita-vivência, que faz nascer sentidos e significados de vida, que faz do fim, começo, e do começo, o fim. Viver sem escrita? Escrita sem viver? Onde encontrar alimento pro traço preciso das palavras senão na vida-escrita.

*
*
*

Escritavida, vidaescrita. As leio e pergunto onde e como a escrita dá passagem à vida, gera vida, possibilita. Onde e como a escrita nos atravessa como criação e reinvenção do que somos, do cotidiano, das possibilidades para os que ainda não chegaram.

Uma vez meu avô me deixou uma nota num presente de aniversário. Nela, estava escrito que ele e vovó me amavam e que deixavam escrito, pois, foi escrevendo que os homens encontraram a forma para imortalizar o que julgavam importante.

Os homens. A importância. Não me lembro do presente. Mas tenho o pequeno cartão onde escreveu guardado em um livro.

Ao lê-las me vem de súbito essa passagem. E também: os homens, a importância.

Depois da louça. Depois da roupa. Os bichos. Coisas da casa. Coisas de menina. Coisas sem sentido. Palavras que me despertaram e que agora vão secando junto com os pratos.

Escritavida, vidaescrita. Como fazer da escrita, vida?

Conversa. Penso na escrita como diálogo possibilitado. Como escuta do longe. Desejo ler mulheres. Das importâncias que não encaixaram.

*
*
*

As escritas são também as pessoas e suas circunstâncias, acontecem antes mesmo de acontecer, é o processo já de antes, é o corpo que se vai costurando até ser, corpoescrita que se faz no enquanto e seus ressoares, corpoescrita é o processo que está no infinito entre as palavras. Quando o corpo está no processo ou melhor ainda, cara companheira, caro companheiro, quando o processo está no corpo a narrativa produz e cria consistência antes que se possa tornar ela própria escrita, a confiança de afirmar valores que estão para a Vida. É linguagem de corpo, é língua pulsando palavra no corpo, corpo pulsando língua na palavra. Corpo e escrita - corpo e mente indissociáveis, produzindo manejo na diferença e na diferenciação de si.

Se vive se encarna se padece se percebe se ocupa.



Deixar solto o processo é rigorosamente
cuidar para que ele seja livre. Deixar o
processo acontecer e aparecer, deixar a
travação acontecer e aparecer, deixar o que
nos vitaliza e o que nos constrange
aparecerem como forças vivas que compõem
o deixar-se escrever-se. A vida tem texto.

*
*
*

Eu escrevo porque gosto. A escrita, para mim, funciona como um certo mecanismo capaz de favorecer a acomodação de experiências *indigestas* da realidade. Experiências fruto da desacomodação e de afectos que ainda não têm nome, e nos deixam sem lugar, como que de ressaca. Soma-se a isso o fato de que não sou uma pessoa dada às confidências nem aos desabaços, logo, a página em branco acaba ganhando pontos extras em uma relação estabelecida sem muitos concorrentes à altura. Desta forma, com o passar dos anos, fomos estreitando nossos laços em uma tríade quase perfeita: uma pessoa solitária, a escrita para o desabaço e os livros por companhia. Fui tomando gosto pelo processo imbricado na experiência de escrever: a construção das frases, formas de criar sentido, a troca de palavras. Enfim, eu definitivamente gosto de escrever, mas gosto de escrever quando é assim *pra mim*. E daí tem início a maioria dos meus problemas (pelo menos os problemas relacionados à escrita).

Tudo estaria muito bem SE toda essa relação com a escrita se estendesse também às ocasiões em que eu PRECISO escrever. Entretanto, isso está muito longe de ser o que acontece. Simplesmente as palavras me fogem, as ideias são como água no deserto do meu ser. Passo semanas sem abrir o computador. Eu, que escrevia textos sobre minhas questões de pesquisa muito antes da existência mais remota da possibilidade de haver

uma pesquisa. Anos antes. E escrevia por que? Porque gostava, porque queria, porque me ajudava a pensar, porque aquelas questões pulsavam em mim.

Me pergunto atualmente por quais caminhos trilhar para fazer doer menos. Para deixar fluir. Estou tão cansada de sofrer com coisas pequenas.

A vida é tão impermanente.

*
*
*

Em tempos de crise, afirmar a vida toma muitos sentidos. Nesse texto, cada uma de nós assume-se como uma fiandeira ou tecelã, trazendo nossos próprios fios para compor um tecido textual que se afirma como uma escrita contra-hegemônica, implicada com as diferenças e também com nossas composições múltiplas. Uma escrita que coloca em evidência modos de produzir conhecimento que não são dissociados de nossas vidas e de nossas marcas. Em nossos processos de pesquisa, fomos/somos afetadas por diferentes teorias e práticas, manuseamos diferentes textos, que nos exigem rigor na tecitura. Tal rigor não nos impede de pensar e de escrever com cuidado e com amorosidade. Escrevemos na intensidade, com os sentidos, com o ouvido, com as mãos, pelas cores, texturas, espessuras, em experimentações e acontecimentos. Um modo afetivo de escrever. Que tece e destece palavras, entremeia ideias, multiplica sentidos, de modo que a escrita vai ganhando a forma de um tecido múltiplo e infinito, no qual, enquanto tecelãs, estamos sempre a nos escrever e nos apagar, nos dissociando de nós mesmas, nos reinventando em diferentes lugares.

É curioso pensar que, no decorrer dos tempos, a atividade de tecer foi bastante relacionada ao universo feminino, pois para tecer as mulheres unem-se umas às outras para conversar, fiar, urdir, enfim, tecer diferentes tecidos. Nesse nosso movimento de tecer a escrita, às vezes realizado de forma solitária, outras coletivamente, mas sempre contando com momentos de partilha de experiências e histórias de vida, fomos nos tornando aliadas nas nossas produções textuais, enfiando-nos nas palavras umas das outras. Enfiar-se na escrita é enfiar-se no múltiplo, tecer novos fios, emaranhar, desmanchar e reinventar os sentidos, é confiar na transvaloração dos pontos. É que às vezes na construção dos pontos tecidos, um ou outro caminho desmancha-se, produzindo novas tramas: escrever de novo e de novo; compor e decompor relações por meio da escrita. Assim, num processo no qual tecer correspondeu à operacionalização de uma ética do cuidado, pois foi preciso cuidar de si, mas também cuidar das outras, dos fios tecidos na escrita das outras, cuidamos do nosso encontro, cuidamos do espírito de nosso tempo, reunimos nossas intensidades,

criamos condições de experimentação e, juntas, tecemos novos possíveis. Resistimos ao aprisionamento e experimentamos tecer rizomas, inventando múltiplas entradas e saídas e cultivando bons encontros por meio de uma escrita tecida na diferença.

*

*

*

PROVOCAÇÕES

Acho que falei demais ontem. Sempre tenho essa sensação. Lembro da Piny: “querem-nos caladas”. Isso dá uma sensação de alívio. É verdade. Sempre quiseram nos silenciar, a nós mulheres. Depois eu lembro dos anos e anos de minha análise pessoal e sei que tem muita verdade nessa minha íntima sensação. Que seja! Saí da conversa do grupo de Escritas Feministas ontem cansada e empolgada ao mesmo tempo. Escrevemos um texto incrível, coletivamente. Umhas há alguns dias, outras há algumas horas, outras há apenas dez minutos do encontro/reunião. Nos autorizamos. Pudemos escrever. Podemos escrever. Tem hora que acho que esse encontro é “potente demais” pra mim. Que não vou dar conta dessa intensidade. Mesmo assim eu sigo. E falo. E agora escrevo também. Sugeri que contássemos causos, que intensificássemos ainda mais os fluxos rizomáticos e potentíssimos dessa escrita-coletiva-nós-eu-nós-elas-juntas-encontro. Medo da intensidade? Quero mais é que se exploda! Decidido: cada capítulo da tese será aberto por um caso. E não será fechado nunca mais! Quero falar da minha avó! (Para ser continuado, conectado, picado, rasgado, cortado, emendado). Convido-as!!!

Gosto de ouvir, mas não sei se sou hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. [...] estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas. [...] Sim, invento, sem o menor pudor. [...] Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. [...] continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência (EVARISTO, 2016a, p. 7).

Costurar: Minha avó costureira, minha mãe também.

Eu tentei compreender a costura da vida, me enrolei, pois a linha era muito comprida. O que é que eu vou fazer para desenrolar,

para desenrolar?⁴⁰

A minha avó paterna era costureira. Excelente costureira. De renome. Fazia roupas, almofadas, capas para travesseiros, toalhas de mesa, vestidos de noiva, saias, saias rodadas para as seis netas dançarem lambada. Mentira, as saias para lambada eram só para mim e minhas primas, pois, minhas irmãs eram mais novas, não são dessa época. Guardo algumas roupas que ela fez pra mim até hoje. Cuidadosa, meticulosa. Uma vez ela fez uma saia pra mim com um tecido de fazer colchão que veio junto a uns retalhos que ela ganhou de alguém. Vaidosa. Usava muitos brincos, colares, pintava os lábios e os cabelos de vermelho. Puta! “Sua avó pinta o cabelo de vermeelho, lá lá lá lá!!!” Era essa frase que os meus primos da família materna gritavam para mim quando queriam me ofender, me provocar. Eu não entendia porque aquilo poderia ser um xingamento, mas, de fato, ela pintava os cabelos de vermelho. As unhas também, esqueci. Era uma baixinha invocada, generosa que só, tinha os seios fartos e uma pinta daquelas tipo anos vinte, no canto esquerdo da boca. Aquelas bem grandes. Uma vez alguém da família a levou para tirar fotografia para renovar um documento, nem lembro qual, e a pessoa que a fotografou “corrigiu” a foto tirando sua pinta do rosto. Veja só! Tirar uma pinta do rosto de alguém é a mesma coisa que tirar sua identidade. Eu tirei uma pinta que tinha no rosto! Aqui eu colocaria um emoji que tem no meu celular em que uma figura feminina coloca a mão no rosto dando um sentido de: “Vacilo! Nada a ver!” Bom, eu tirei a pinta do meu rosto e estava falando da minha avó. Costureira. Ela bebia cachaça também. Todos os dias. Um copinho pequeno, artesanal, tipo uma cuia. Bebia todos os dias antes do almoço um golinho de cachaça mineira. Dizia que era bom para a saúde e provavelmente estava certa. Morreu aos 96 anos, devido a uma infecção generalizada após uma cirurgia para retirada de cálculo na vesícula, meses de internação, tentativas de fuga do hospital e “arrancamento” da sonda inúmeras vezes. Acho que ela deprimiu em sua primeira experiência de internação hospitalar na vida. Isso nunca havia ocorrido antes até os seus 95 anos. Minha mãe é costureira também. Ela cuidou da minha avó, a ex-sogra, até o findar de sua vida. Minha avó chamava a minha mãe de mãe. Às vezes chamava de Rosa, mesmo sem ser esse o nome da minha mãe. Minha avó ensinou a minha mãe costuras que minha mãe considerava difíceis. Ela dizia: sua avó é muito habilidosa, tem coisas que só ela consegue fazer! Minha mãe costura bolsas, camisas, saias, calças, vestidos, pijamas,

⁴⁰ PERERÊ, Sérgio. *Costura da Vida*. In: *Costura da Vida*. Brasil: Napele Produções Artísticas, 2019.

uniformes, almofadas, lençóis, meticulosamente, fria, detalhista, não sossega enquanto sua costura não ficar perfeita. Eu queria falar da minha avó. A máquina de costura foi um objeto, um instrumento sempre presente em minha vida. Desde a máquina antiga da minha avó, com gavetinhas de madeira e pés pretos de ferro, até as semi-industriais da minha mãe, que fazem um barulho diferente da antiga, não menor, apenas diferente. Esse som, que quase ouço agora enquanto escrevo essas palavras, “barulhou” toda minha existência e me fez escutar a beleza, a delicadeza e a potência da costura-transformação do tecido em roupas e dos laços que podem ser criados entre as mulheres. Esse texto é fruto de uma escrita entre mulheres, que chamamos de escritas feministas. Somos mulheres que escrevemos, que costuramos nossas histórias, desde aquela “casa para botão”, difícil de ser feita por ser necessário muita habilidade e atenção, até o colorido das saias rodadas e da alegria de vermos nossos textos prontos! Estamos juntas, costurando, enlaçando, nos cuidando, como cuidou a minha mãe da minha avó, numa aposta viva de nos fazermos escritoras a partir dos afetos que nos movem.

Suco verde

Eu perco a noção dos dias. Dias em números ou dias da semana, tanto faz. Olho o calendário e não tem nada marcado. A conversa de ontem me fez sentir mais sozinha. Esqueço de celebrar as conquistas diárias. Comecei a fazer suco verde. Consigo cozinhar uma coisa ou outra. A casa, um pouco mais arrumada. As roupas, limpas. Mas fico triste com a falta de reconhecimento dele, que também é minha.

Ele disse algo sobre "aproveitar" enquanto ela fica aí “mirando para mim”. Mirando para mim. Me sinto incompetente. Eu realmente fico horas com ela. Todas as horas do meu dia.

Estou cansada. E teria que aproveitar para fazer a tese. Como se fosse simples. Como se fosse isso.

E eu, não falo. Não falo nada. Não explico. Também duvido. Estou cansada. Cansada de mim.

Observo. Para ele, parece que não mudou. Pega ela quando quer. Sai, faz suas coisas. Com ela, não deixa de *prender la estufa*⁴¹, ver seus vídeos, martelar. Ela no colo, como só um adendo. Para mim, não.

⁴¹ Acender a lareira.

Estou em atenção constante. Driblando minutos. Ontem consegui tomar banho enquanto ela dormia. Coloquei o feijão de molho e comecei o humos. Penso (para ajudar na calma): o único que preciso é sempre priorizar a comida. Ir fazendo, pouco a pouco, enquanto dá. Comida. Fico muito chateada de sentir fome. Ele faz. De última hora. Quando dá. Quando *le toca*. Eu não sinto segurança que vou ter o que comer no próximo almoço.

Agora, o melhor mesmo seria parar de escrever e começar a picar abóbora.

Agora, ele está trabalhando lá fora com a construção da casa. Trabalho pesado.

Sua mãe pergunta: “e a comida, quem faz?”

Ele se esforça, eu vejo. Mas sempre que pode, foge, sai. Volta depois. Eu fico aqui. Esse é “meu drama”.

Eu não escrevo, nem falo. Tento esquecer a sensação e aproveitar o carinho dela. “Passa rápido”, dizem. Que medo que passe. Que bom que passe. Que se transforme. Eu não escrevo. Tampouco falo. Não falo. Choro. Ela continua dormindo e me pergunto como “aproveito” esse tempo. Vou dormir o que na madrugada não pude. Ou cortar abóbora. Comemoro. Hoje fiz suco verde. Escrevi.

A oradora tardia

Quando a palavra falada nos falta, a escrita pode assumir esse lugar de expressão. Um dia conheci uma garotinha que tinha lá seus 7 anos. Dessas que a gente sabe que existe, que senta no canto da sala, escondendo-se dos olhares interrogativos das professoras, mas que tem sempre a resposta na ponta da língua. A gente não sabe se por medo ou por sorte, ela nunca respondeu. Sua voz, doce e macia, ficava guardada no peito, enquanto seus ávidos olhos, como que procurando reconhecimento e permissão nos olhos professorais, brilhavam, sussurrando as respostas.

Ela estava sempre ali no cantinho da sala, sentada entre seus semelhantes. Por mais que tentava se esconder dos olhares ameaçadores dos outros, deixava sempre um pé ou o pescoço de fora. Vocês já viram quando uma roseira escolhe morar no meio de outras flores? Ela vai crescendo, crescendo, até que suas rosas já não conseguem mais ouvir as melodias dos cravos e das violetas vizinhas. Foi assim com a garotinha. Ela queria brincar com as estrelas e o seu corpinho espichou. Cresceu rapidinho. E logo foi para o último lugar da fila. De lá, a garotinha achava que estava segura, longe dos olhares indagadores da professora. Porém, ela não sabia de uma coisa, que a sua altura desenvolvida facilitava o encontro, pois naquele plano já não havia outro ponto de parada e de esconderijo para

os olhos seus.

Os dias passaram, os meses findaram, aproximando-se o fim do ano letivo. Naquele tempo, celebrava-se o primeiro ano dos alunos. Era fundamental, a formatura. E tudo era feito ali, no pátio da escola e pelas professoras.

E em um encontro, a professora escolheu a oradora da turma dos alunos primeiros. A garotinha havia sido descoberta. Ela teria de abrir seu peito e deixar o timbre escondido de sua voz ressoar pelo salão, diante de tantos outros olhares. Não poderia mais se deixar misturar entre as linhas da escrita. Era preciso dizer aquelas palavras.

Esse encontro fez o coração da garotinha acelerar e sua voz emudecer. Ela trancou-se no silêncio tracejante dos desenhos, a pensar: - E agora, como me esconder daqueles olhares? Sonhando, a garotinha viu a formatura acontecendo. Naquele dia havia um instrumento que tinha a força de fazer sua voz fina e adocicada chegar até os ouvidos de todos que estavam no salão. Disseram que seu nome era microfone, mas para a garotinha tinha nome de pesadelo. Ela que antes dobrava a palavra falada, estava agora ali, em cima do palco, desenovelando a sua voz e falando em nome da turma.

Mas ela disse não. A garotinha não conseguiu retirar a palavra falada de dentro de seu peito. E cresceu assim: carregando o peso da palavra não falada e do texto não realizado. Outro dia encontrei com a garotinha. Ela já estava crescida. E ela me contou que o silêncio ainda faz eco em seu peito e que suas pernas ainda tremem diante de tantos olhares desconhecidos. Outro dia fiz uma sustentação oral. E aquela garotinha que outrora não conseguiu ler o discurso de formatura, foi agora a oradora de sua turma. Dessa vez ela estava vestida de uma capa preta.

A roupa nova da rainha

Quando eu era criança minha tia costurava. Me lembro bem daquela época e dela naquela época. Vívida, um sorriso largo, jovem que só, a pele muito morena, pintinhas pelo rosto, tão magra, cabelos longos cacheados e pretos. Solar. Tia Tininha. Ela parecia respirar amor e generosidade pelos poros. Hoje sei bem que enquanto isso ela sentia coceiras fortes e periclitantes pelo corpo, nada curava. Na minha terra chamam de sarna. Nada era tão no lugar assim. Ela trançava meus cabelos e fazia roupas coloridas, saias com roda, saias plissadas, mangas bufantes. Cada roupa me fazia sentir como uma criança encantada diante das coisas que via sem compreender. Por que afinal, nada era tão no lugar assim. Aprendi a ter gosto pelo o que escolhe cada corpo, depois aprendi que não tem feio, tem

composição, tem cuidado ou não nos pontos, tem o olhar para as cores. Aprendi a me virar nos pontos, a dar novos sentidos para uma peça, remendar uma meia furada, aprendi a desfiar uma calça até fazê-la outra, aprendi o charme da meia-calça arrastão. Aprendi um gosto, meio que assim, *color blocking*. Do cuidado na costura dos tecidos aprendi o cuidado na urdidura dos fios de histórias, o interesse pela cor dos tecidos vivos, a delicadeza em forjar armaduras e encantamentos. Tecedura – ato de delicadeza fina da artesã que cria para não afogar na dor. A alegria que um corpo é capaz de afirmar apesar do desamparo.

Sobre encontros

(de nós para todas as outras)

Quando um corpo encontra outro corpo, uma ideia outra ideia, tanto acontece que as duas relações se compõem para formar um todo mais potente, e ao contrário, quando um decompõe o outro destrói a coesão das suas partes (DELEUZE, 2002, p.25).

Senti o desejo de escrever sobre encontros. Sobre os nossos bons encontros. Sobre os afetos alegres em que mergulho quando estamos juntas e que aumentam minha potência de agir. Surgem ideias, sentidos, inspirações, caminhos, desejos. Efeitos de composição, ao invés da decomposição que sinto diante de algumas tarefas, obrigações e prazos da academia. Composição coletiva, que me desloca do “eu” para o “nós”. Leio vocês, escuto vocês e me afeto com vocês. Permito que meu corpo seja atravessado pelas narrativas e causos de vocês, pelas dores, sofrimentos, angústias, e também pelas alegrias, pelas pequenas conquistas e pelos prazeres cotidianos. Sinto que assim nos implicamos mutuamente. Nos misturamos. Nos acolhemos. Nos conhecemos. Sinto-me brincante. Nos sentimos umas nas outras. Compartilhamos palavras: nossas e de outras. Compartilhamos nossas vozes. E a cada palavra lida, a cada voz que ouço contando um caso, sinto que nossos *olhos d’água* (EVARISTO, 2016b) se encontram, como se estivéssemos frente a frente, mesmo estando cada uma em sua casa, em seu bairro, em sua cidade, e mesmo em estados e países diferentes. As telas e os áudios de nossos aparelhos celulares parecem se dissolver e não impedem que toda a porosidade dos nossos corpos se abra e se deixe afetar. Nos autorizamos a sentir e a chorar por questões que são de uma, mas que também são de todas nós. Nos conectamos e experimentamos a partilha

no encontro de nossos *olhos d'água*. Somos múltiplas. Somos juntas.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lia. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 451-470, 2016.

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

AGUIAR, Katia; FONSECA, Vanessa; DAROS, Raphaella. Linhas, riscos e rabiscos – considerações sobre o presente. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70 (no.spc.), p. 75-91, 2018.

AGUIAR, Katia Faria de; ROCHA Marisa Lopes da. Micropolítica e o Exercício da Pesquisa-intervenção. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 648-663, dez. 2007.

ALEMANY, Carmem. Violências. In: HIRATA, Helena. et al (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

AMORIM, Rafaela Gomes; LAVRADOR, Maria Cristina Campello. A perspectiva da produção de cuidado pelos trabalhadores de saúde mental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 2, p. 273-288, abr./jun. 2017.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 1. sem. 2000.

ARAUJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 14, out. 2008.

AZERÊDO, Sandra. **Preconceito contra a “mulher”: diferença, poemas e corpos**. São Paulo: Cortez, 2007.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BANDEIRA Lourdes. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 02, p. 401-438, 2009.

BARROS, Laura Pozzana; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 52-75.

BARROS, Letícia Maria Renault de; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. O problema de análise em pesquisa cartográfica. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Sílvia. **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o**

plano comum. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 175-202.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BELLACASA, Maria Puig de la. Nothing comes without its world: thinking with care. **The sociological review**, v. 60, n. 2, p. 197-216, 2012.

BENJAMIN, Walter. “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENTO, Maria Aparecida. **Branquitude: lado oculto do discurso sobre o negro.** In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida (Orgs.). **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 147-162.

BERNARDES, Anita Guazzelli. Cartografias de práticas de cuidado. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p.: 701-709, 2012.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BLANCHOT, Maurice. **O Livro Por Vir.** São Paulo: Martins fontes, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos.** 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003a.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003b.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 239- 276, jan./jun.2006.

BRASIL. Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 ago. 2006. Seção 1, p. 1-4. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 1 jun. de 2020.

_____. Ministério da Saúde. Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 nov. 2003. Seção 1, p. 11-12. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.778.htm>. Acesso em: 22 nov. 2020.

_____. Ministério da Saúde. Lei nº 13.931, de 10 dez. de 2019. Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para dispor sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 nov. 2019. Seção 1, p. 4. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Lei/L13931.htm>. Acesso em: 22 nov. 2020

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011.

Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2011. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html>. Acesso em: 28 set. 2020.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>>. Acesso: 28 set. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo como subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019a. p. 313-321.

_____. Mulheres em Movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b. p. 271-289.

CASTELO BRANCO, Guilherme. As resistências ao poder em Michel Foucault. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v.24, p. 237-248, 2001.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). LHULIER, Louise (Org) **Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres**. Brasília: CFP, 2013a.

_____. LHULIER, Louise (Org). **Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho**. Brasília: CFP, 2013b.

_____. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência**. Brasília: CFP, 2012.

_____. Resolução CFP – 8/2020. Estabelece normas de exercício da psicologia em relação às violências de gênero. In: **Diário Oficial da União**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-082020.pdf>> Acesso em 28 set. 2020.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ (CRPPR). Violência contra as mulheres: impactos da pandemia e mudança na legislação. **CRPPR**, Curitiba, 31 mar. 2020. Disponível em: <<https://crppr.org.br/violencia-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 28 set. 2020.

CONTI, Josselem; SILVEIRA, Marília. Ciência no feminino: do que é feita a nossa escrita? **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v. 11, n. 1, p. 53-68, jan./jun. 2016.

COOLE, Diana. Constructing and Deconstructing Liberty: A Feminist and Poststructuralist Analysis. **Political Studies**, v. 41, p. 83-95, 1993.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. In: Fineman, M. A. & Mykitiuk, R. (Orgs.), **The public nature of private violence**. Nova York: Routledge, 1994, p. 93-118.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n.1, p. 171-189, 2002.

DAROS, Raphaella Fagundes. **Implicâncias e implicações de uma trabalhadora social: a participação social do PAC Favelas – RJ em análise**. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBERT, Guita Grin; PULHEZ, Mariana Marques (Orgs.). **Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência**. 2ª ed. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2019.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira; MATTOS, Amana. Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. In: SIQUEIRA, Isabel Rocha de et al. (Orgs). **Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos**, vol. II. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019.

D'OLIVEIRA Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER Lilia Blima. Mulheres em situação de violência: entre rotas críticas e redes intersetoriais de atenção. **Rev Med**, São Paulo, v. 92, n. 2, p. 134-140, 2013.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

_____. **Insubmissas Lágrimas de Mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016a.

_____. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016b.

_____. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 47-72, 2004.

FARR, Robert M. **As raízes da psicologia social moderna**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FERREIRA, Maria Cristina. A Psicologia Social Contemporânea: Principais Tendências e Perspectivas Nacionais e Internacionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v. 26 n. especial, p. 51-64, 2010.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020.

FLORES, Joaquín Herrera. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros de (Org.). **Michel Foucault: Ética, Sexualidade, Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a, p. 264-287. (Coleção Ditos e Escritos V).

_____. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Coleção Ditos e Escritos, vol. IV).

_____. **Microfísica do poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUSS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. Polêmica, política e problematizações. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Michel Foucault: Ética, Sexualidade, Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b, p. 225-233. (Coleção Ditos e Escritos V).

FRANCO, Luciana de Oliveira Pires. **Por uma política da narratividade: pensando a escrita no trabalho de pesquisa**. Niterói: Eduff, 2016.

FROCHTENGARTEN, Fernando. A entrevista como método: uma conversa com Eduardo Coutinho. **Psicologia USP**, v. 20, n. 1, p. 125-138, 2009.

GONÇALVES, Betânia Diniz et al. Violência nas relações de gênero: intervenção psicossocial no contexto de uma política pública. In: CRP MG; CREPOP (Org.). **Experiências exitosas em psicologia e políticas públicas**. Belo Horizonte: CRP MG; CREPOP, 2011, v. 01, p. 65-84.

GONÇALVES, Juliana. Para pessoas negras o corpo é a primeira fronteira. In: BERTONI, Estevão. O que é ser antirracista? Estes 4 ativistas respondem. **Nexo Jornal**, 19 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/11/19/O-que-%C3%A9-ser-antirracista-Estes-4-ativistas-respondem>>. Acesso em: 20/11/2020.

GONÇALVES, Mariana Alves. **Psicologia favelada: ensaios sobre a construção de**

uma perspectiva popular em psicologia. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar; ARAS, Lina Maria Brandão de. O ventre negro e o roubo dos direitos reprodutivos: da escravização das mulheres negras à criminalização do aborto. **Caderno Sisterhood**, p. 110-120, mar. 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andréia (Orgs.). **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, GPP-Ger: Módulo V.** Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para Mulheres, 2011.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 1, p. 215-241, jan./abr. 2009.

HIRATA, Helena. Entrevista: Helena Hirata. **Trab. Educ. Saúde**, v. 17, n. 2, Rio de Janeiro, 2019.

hooks, bell. Alisando o nosso cabelo. **Revista Gazeta de Cuba** – Unión de escritores y Artista de Cuba, jan./fev. 2005. Disponível em: <<http://coletivomarias.blogspot.com.br/2008/05/alisando-o-nosso-cabelo.html>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

_____. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** 4 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.

_____. **Teoria feminista: da margem ao centro.** São Paulo: Perspectiva, 2019b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Orgs.). **Atlas da Violência 2019.** Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Combogó, 2019.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. **O que é psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural.** Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 206-242.

LIMA, Fátima. Vidas pretas, Processos de Subjetivação e Sofrimento Psíquico: sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres negras. In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia (Orgs.). **Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira.** Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 70-88.

LIMA, Juliana Pereira Dias. **Governos de Vida e Morte: Uma análise das práticas de cuidado à população em situação de rua no município de Macaé/RJ.** (Título provisório). 2018-Atual. Dissertação em construção. (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

LISBOA, Teresa Kleba. Violência de gênero ou feminicídio? Leis sobre violência e propostas de políticas públicas no Brasil e no México. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria.; AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.). **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade.** Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 61-79.

LHULLIER, Louise; ROSLINDO, Jéssica. As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. LHULLIER, Louise (Org.). **Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, psicologia e trabalho.** Brasília, 2013.

LOURAU, René. **Análise institucional e práticas de pesquisa.** Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MACERATA, Iacã Machado. **Como bruxos maneando ferozes: relações de cuidado e de controle no fio da navalha - uma experiência Psi em um dispositivo da Política de Assistência Social para crianças e adolescentes em situação de rua.** 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MACERATA, Iacã Machado; PASSOS, Eduardo. Intervenção com jovens em situação de rua: problematizando cuidado e controle. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n.3, p. 537-547, 2015.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Para uma psicologia da libertação. In: GUZZO, Raquel Souza Lobo; LACERDA JR, Fernando (Orgs.). **Psicologia social para a América Latina: o resgate da Psicologia da libertação.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

MARTINS, Paula Gontijo. **Entre cafezinhos e biscoitos maria, cartografando modos de ser mulher no Bailinho da tia Naná.** (Título provisório). 2017-Atual. Tese em construção. (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MATOS, Marlise. "Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?". **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

_____. Políticas Públicas para as Mulheres: um desafio à nossa institucionalidade de Estado. **Pensar BH/Política Social**, n. 20, p. 15-17, Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, mar. 2008. (Política Social – Especial Mulher).

MATTOS, Amana Rocha. **Liberdade: um problema do nosso tempo – Os sentidos de liberdade para os jovens no contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MATTOS, Amana Rocha et al. O cuidado na relação professor-aluno e sua potencialidade política. **Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 2, p. 369-377, abr./jun. 2013.

MAYORGA, Claudia. Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. **Athenea Digital**, v. 14, n.1, p. 221-236, 2014.

_____. Sobre mulheres, psicologia, profissão e a insistente ausência das questões raciais. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia: uma profissão de muitas mulheres**. Brasília: CFP, 2013, p. 173-199.

MCLAREN, Margaret A. **Foucault Feminismo e Subjetividade**. São Paulo, Intermeios, 2016. (coleção entregêneros).

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciênc. saúde coletiva [online]**, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 3, p. 635-655, 2012.

MISSAGIA, Juliana. Ética do cuidado: duas formulações e suas objeções. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 6 n. 3, p. 55-67, 2020.

MOL, Annemarie. **The logic of care: health and the problem of the patient choice**. New York: Routledge, 2008.

MOLINIER, Pascale. Cuidado, interseccionalidade e Feminismo. **Tempo social**, v. 26, n. 1, p. 17-33, 2014.

MOUFFE, Chantal. **The Return of the Political**. Londres; Nova York: Verso, 2005.

MOUNTIAN, Ilana. Drogas, gênero sexual e políticas públicas: desconstruindo discursos. In: Coletivo DAR (Org.). **Dichavando o poder: drogas e autonomia**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016, p. 324-340.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 43-64, jul. /dez. 2003.

NOGUEIRA, Conceição. A teoria da interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades: condições de produção de “novas possibilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica. In: BRIZOLA, Ana Lidia; ZANELLA, Andreia; GESSER, Marivete (Orgs.). **Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos**. Florianópolis: Editora ABRAPSO, 2013, p. 227-248.

_____. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador, Bahia: Editora Devires, 2017.

OLIVEIRA, Luciana da Silva. **Juventude, teatro e processos de subjetivação: encontros, conexões e (re)invenções de mundos**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

OLIVEIRA, Luciana da Silva; VIEIRA, Kelly Dias; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Os grupos de mulheres no enfrentamento à violência de gênero. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 2020. No prelo.

OLIVEIRA, Luis Henrique Silva de. “Escrevivência” em Becos da memória, de Conceição Evaristo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2. p. 621-623, maio/agosto, 2009.

PASINATO, Wânia. Juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher e a rede de serviços para atendimento de mulheres em situação de violência em Cuiabá, Mato Grosso. **Cadernos do OBSERVE nº 2**. Salvador: NEIM/UFBA, 2010.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A Cartografia como Método de Pesquisa-Intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 17-31.

PASSOS, Rachel Gouveia; PEREIRA, Melissa de Oliveira. Luta Antimanicomial, Feminismos e Interseccionalidades: notas para o debate. In: _____ (Orgs.). **Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 25-51.

PAULON, Simone Mainieri; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**. UERJ, v.10, n.1, p. 85-102, 2010.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. **Tramas e Dramas de Gênero e de Cor: a violência doméstica contra mulheres negras**. Brasília: Brado Negro, 2016.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

PORTO, Madge. Mulheres na Psicologia: conquistas e desafios. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, **Jornal do Federal**. Ano XXVI n. 110 p. 14-15, mai. 2015.

PRÁ, Jussara Reis. Metodologias Feministas, Gênero, Políticas Públicas e o Monitoramento da Lei Maria da Penha. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria.; AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.). **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, p. 81-101, 2010.

RAGO, Margareth. “Estar na hora do mundo”: subjetividade e política em Foucault e nos feminismos. **Interface**, Botucatu, [online], v. 23, p. 01-11, 2019.

RAUTER, Cristina. Clínica transdisciplinar: afirmação da multiplicidade em Deleuze/Spinoza. **Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência**, v. 8, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017. (Feminismos Plurais).

_____. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. Precisamos promover uma coexistência em nosso redor. **Geledés**, 4 set. 2018a. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/precisamos-promover-uma-coexistencia-ao-nosso-redor/>> Acesso em: 28 set. 2020.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018b.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 23, n. 4, p. 63-73, dez. 2003.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2007.

_____. Cidadania e alteridade: o psicólogo, o homem da ética e a reinvenção da democracia. In: SPINK, Mary Jane Paris Spink (Org.). **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 44-52, 2014.

_____. Transversalizando as políticas públicas: quando a intersetorialidade se torna rizomática. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 22, n. 3, p. 421-432, jul./set. 2017.

ROSSI, André. **Formação em Esquizoanálise? Cartografia da formação clínica do IBRAPSI como produtora de pistas para uma formação transinstitucional**. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

ROSSI, André; PASSOS, Eduardo. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Revista Epos**, v. 5, n. 1, p. 156-181, 2014.

SAAVEDRA, Luísa; NOGUEIRA, Conceição. Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras. **Memorandum**, n. 11, p.113-127, out. 2006.

SABATER, Inmaculada Romero et al. **Guia de intervención em casos de violência de gênero: una mirada para ver**. Madrid: Editorial Sínteses, 2015.

SADE, Christian; FERRAZ, Gustavo Cruz; ROCHA, Gerusa Machado. O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia. **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 66-91.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAGOT, Montserrat. **Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina: estudios de caso de diez países**. Washington: PAHO, 2000.

SALDANHA, Marília. **Sobre Psicologias e Psicoterapias Feministas no Brasil e Portugal**. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SALDANHA, Marília; NARDI, Henrique Caetano. Uma Psicologia Feminista Brasileira? Sobre destaque, apagamento e posição periférica. **Psicologia Política**, v. 16, n. 35, p. 35-52, jan./abr. 2016.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Revista Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005.

SCHUMAHER, Maria Aparecida. Branquitude para além do incômodo. **Geledés**, 14 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/branquitude-para-alem-do-incomodo/>>. Acesso em: 09 ago, 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Alcione Leite da. “A pesquisa como prática de cuidado na emancipação da mulher”. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara C. de Souza; RAMOS, Tânia Regina de O. (Orgs.). **Falas de gênero: teorias, análises, leituras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, p. 105-118.

SILVA, Fernanda Rocha da. **A criação de heterotopias literárias por meio das escrevivências. Gaguejando nos Estudos Organizacionais**. (Título Provisório). 2019-atual. Dissertação em construção. (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, Rafael Bianchi; CARVALHÃES, Flávia Fernandes de. Psicologia e Políticas Públicas: impasses e reinvenções. **Psicologia e Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 247-256, 2016.

SILVEIRA, Cristiane dos Santos. A discussão internacional sobre a ética do cuidado: aportes teóricos para a compreensão do trabalho de cuidado como experiência concreta. In: CONGRESSO DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, 3, 2018, Ouro Preto, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG : Initia Via, 2019, p. 16-32.

SOARES, Bárbara. **Enfrentando a violência contra a mulher: Orientações práticas para profissionais e voluntários(as)**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/CESeC, 2005.

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, Edição Especial, 2008.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STREY, Marlene Neves et al. **Psicologia social contemporânea: livro texto**. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TAMIS, Priscila. **O Belo Surto - experiências finitas de um corpoescrita**. (Título provisório). 2016-Atual. Tese em construção. (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

TEDESCO, Sílvia H.; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Sílvia. **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 92-127.

TIBOLA, Talita. Cuidado com dissenso: pensando mobilizações político-artísticas no Rio de Janeiro a partir de uma ética-prática do cuidado. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v. 11, n. 1, jan./jun. 2016.

UZIEL, Anna Paula; HERNÁNDEZ, Jimena de Garay; VIEIRA, Luciana Fontes. As Psicólogas e as configurações familiares: limites e trânsitos entre ser e estar psicóloga dentro e fora de casa. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia: uma profissão de muitas mulheres**. Brasília: CFP, 2013, p. 77-120.

VIEIRA, Kelly Dias. **O que fazem as(os) esquizoanalistas? Uma cartografia sobre a formação e prática de psicólogas(os) que se inspiram na Esquizoanálise**. (Título provisório). 2017 - atual. Tese em construção. (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____. **Potencialidades e desafios da intersectorialidade: interfaces entre equipamentos especializados da saúde mental e da assistência social em Contagem-MG**. 2015. Dissertação (Mestrado em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

WALKER, Leonore. **The Battered Woman**. Nova York: Harper & Row, 1979.

WOLF, Naomi. **O Mito da Beleza: Como as Imagens de Beleza São Usadas Contra**

as Mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

ZANELLO, Valeska. Saúde Mental, Gênero e Interseccionalidades. In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia (Orgs.). **Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira.** Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 52-69.

ANEXO A – Informações sobre a exposição Em Nome das Rosas, de Eugênia França

Fonte: <<https://emnomedasrosas.org/exposicao>> acesso em 19/10//2020. A exposição ficou disponível para visitação em meio digital no período de 22/07/2020 a 22/10/2020.

ELEGIA

Elegia é um pequeno poema consagrado ao luto e à tristeza. Há nele a beleza da arte e a dor do luto. Criação e destruição se acomodam em seus versos.

Nas palavras do poeta e artista Ferreira Gullar (1930-2016), “arte é uma coisa imprevisível, é descoberta, é uma invenção da vida. A poesia transfigura as coisas, mesmo quando você está no abismo. A arte existe porque a vida não basta”.

A vida não basta e, assim, a arte, a linguagem e as formas de expressão humana nos ajudam a entender a própria condição humana, sua maravilha e também suas injustiças.

Por isso, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – por meio do programa BDMG Plural – e o BDMG Cultural – pretendem captar a singularidade deste momento histórico, promovendo, por meios digitais, a exposição Em Nome Das Rosas.

Uma exposição feita por uma artista mulher para falar de todas as mulheres...

Afinal, a condição feminina e a violência que ela suporta gritam o tempo todo por todos os cantos da vida, mas ainda há os que insistem em fazer ouvidos mocos. Em pleno século 21, a mulher ainda sofre violências públicas e privadas de toda ordem. Mas é na violência doméstica, na vida privada, que este mal se prolifera sorrateiramente, escondido entre paredes e aparências, deixando corpos e almas profundamente machucados.

Em todas as classes sociais, em relações diversas e em culturas distintas, a violência contra a mulher persiste no tempo e teve um aumento exponencial durante o período de isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19. No momento em que precisamos nos proteger e buscar abrigo, muitas mulheres estão sujeitas a inseguranças físicas e emocionais.

Em Nome das Rosas traz a expressão desta realidade em centenas de rostos para não nos esquecermos das individualidades perdidas na reiteração da violência. As faces da violência precisam ser expostas e a percepção indigesta do quão somos violentos como sociedade é necessária para que nos tratemos coletivamente, para que não deixemos impunes aqueles que atacam e para que acolhamos com generosidade aqueles que sofrem.

Este é o poder da arte – desvelar a crueza das relações humanas para que nos lembremos da esperança de tornar a humanidade melhor. Estando ligados a uma proposta de desenvolvimento da sociedade o BDMG Plural e o BDMG Cultural entendem que não há desenvolvimento na violência, na discriminação e na desigualdade de forças.

Convidamos a todos a refletir, a se solidarizar, a acolher e a não se abster do que, no mundo de hoje, não há como não ver.

BDMG e BDMG Cultural

EM NOME DAS ROSAS

Os acontecimentos políticos da última década escancararam um lado obscuro e obtuso, até então ocultado, de nossa sociedade. Paulatinamente transformamos em hábito quase que cotidiano a agressão, a incapacidade de conviver com a diferença e a intolerância com o outro, atitudes que passaram a marcar as relações, tanto nas redes sociais quanto na vida real. Isso ocorre ao mesmo tempo em que a maior pandemia do último século assola o país e o mundo, obrigando a população a obedecer a uma força maior, invisível, que não escolhe suas vítimas. Há quase três meses do início do distanciamento social imposto por essa força que muitos teimam em negligenciar, esse lado já não tão oculto de nossa sociedade se escancara nos números da violência doméstica que crescem vertiginosamente. Números altos, números absurdos, números amedrontadores, que teimam em continuar crescendo e que, ao mesmo tempo, não comovem e não são capazes de gerar mais que notas de repúdio, ou sonoros: ‘isso é um absurdo!’, ‘quem é capaz de uma atitude como essa?’. Naturalizamos essa violência a ponto de transforma-la em mais uma dentre as várias com as quais temos que lidar diariamente. Números não contam histórias, números não personificam e materializam a violência, números são códigos que figuram em mais um gráfico que esquecemos com a próxima notícia.

O que Eugênia França faz nesta exposição é dar vida aos números, é transformar uma pequena parcela dessas mulheres em matéria, em narrativa, em retrato dessa violência. Faces deformadas, machucadas, muitas vezes inconformadas. Essa dor une diferentes tipos físicos, várias idades, o que transforma a exposição em um todo bastante uniforme, em que os traços da diferença aparecem nos detalhes. Pintadas sobre lonas de caminhão, as faces mostram, em um segundo plano, as marcas do longo uso das lonas, muitas vezes remendadas, que são como as cicatrizes que marcam as vidas de cada uma delas. Ao marcar a lona com vários tons de preto, Eugênia dá às pinturas uma delicadeza que, em um primeiro momento, parece não combinar com o assunto, mas que diz muito das histórias de cada uma dessas mulheres e funciona como uma espécie de camada material que transforma o luto em imagem. O título da exposição aponta para a dimensão contraditória dessas histórias, as quais não se resumem à dor, são, muitas vezes, histórias de amor, de superação, de empoderamento. Por meio das pinturas, expostas uma ao lado da outra, os números adquirem a dimensão dura e amedrontadora que os gráficos são incapazes de corporificar. Eugênia dá corpo aos números da violência, dá visibilidade às mulheres que pintou. Nesse momento singular da história do Brasil, ela exige que não naturalizemos essa violência.

Rachel Cecília de Oliveira

EUGÊNIA FRANÇA:

Nascida em Patos de Minas, MG, Eugênia França é graduada em Artes Plásticas pela Escola Guignard - UEMG e Serviço Social pela PUC-MG. Teve exposições individuais em espaços como o MAM Resende, RJ (2019); MAB - Museu de Arte de Blumenau, SC (2018); MARCO – Museu de Arte Contemporânea do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS (2017); e Pinacoteca de Maceió, AL (2017). Além de mostras coletivas em Brasília (2019), Toronto (2017) e Belo Horizonte (2013).

Fez residência artística na Arts Unfold em Toronto, Canadá (2017). É autora do livro “Nós Outros e Eu Mesma: Transformar o barro em cerâmica expressiva para refletir sobre as relações humanas na sociedade contemporânea” (2016).

CRÉDITOS:

“Em Nome das Rosas” é uma iniciativa do BDMG Plural em parceria com o BDMG Cultural com o objetivo de dar visibilidade à questão da violência doméstica.

O BDMG Plural institui diretrizes para a valorização de diversidade e inclusão, com o objetivo de atuar, construir, implementar e gerenciar ações que visem estimular práticas e ações de valorização da diversidade e equidade no âmbito do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

O BDMG Cultural é uma instituição mantida pelo BDMG com o objetivo de fomentar, registrar e valorizar os processos culturais em Minas Gerais.

BDMG

Presidente: Sergio Gusmão Suchodolski

Coordenadora do núcleo BDMG Plural: Camila Castro

Equipe BDMG Plural envolvida neste projeto:

Clarissa Perna, Francisco Roberto Rocha de Carvalho, Maria Helena Sander, Maria Isabel de Camargos, Mariane Ster Corgozinho Medeiros.

BDMG Cultural

Diretora-presidente: Gabriela Moulin

Diretora financeira: Clarissa Perna

Equipe BDMG Cultural envolvida neste projeto

Coordenador de artes visuais: Érico Grossi

Coordenadora de acervo: Larissa D’Arc

Assessor de Comunicação: Paulo Proença

Projeto Em Nome das Rosas

Artista: Eugênia França

Curador: Alan Fontes

Texto: Rachel Cecília de Oliveira

Leitura das cartas: Denise Dias Ferreira, Edilla Marice Gonçalves Fernandes

Design e website: Valquíria Rabelo e Thula Kawasaki - Estúdio Guayabo

Fotografia: Miguel Aun

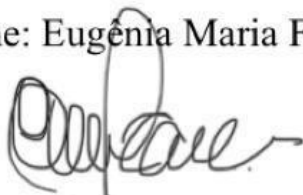
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E TEXTO DA EXPOSIÇÃO EM NOME DAS ROSAS

Neste ato, eu, Eugênia Maria França , brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade RG nº MG 5633999, Inscrita no CPF sob nº934918756-68, residente à Rua Aquário nº 205, Contagem, Minas Gerais. AUTORIZO o uso das imagens das minhas pinturas e dos textos das cartas que compõem a exposição

Em Nome das Rosas na tese de doutorado em psicologia de Luciana da Silva Oliveira, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade MG-12.227.726, inscrita no CPF 071.518.766-02, residente à Av. Carandaí, 488, apto. 101, Funcionários, Belo Horizonte – MG. A tese será defendida no Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense e a presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso das imagens e dos textos acima mencionados, com os devidos créditos, exclusivamente na tese mencionada. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos às imagens e textos que compõem a exposição em questão.

Contagem , 19 de novembro de 2020.

Nome: Eugênia Maria França.



Telefone p/ contato: 31 988057041
e-mail: eugeniafranca@yahoo.com.br

ANEXO B – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Mulheres em situação de violência de gênero e Cuidado: problematizando intervenções, processos e práticas “psi”

Pesquisadora Responsável: Luciana da Silva Oliveira

Instituição a que pertence a Pesquisadora Responsável: Universidade Federal Fluminense (UFF)

Telefones para contato da Pesquisadora: (21) 98623-1145 / (31) 98609-4028

Nome do(a) voluntário(a): _____ Idade: _____ anos

O(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “Mulheres em situação de violência de gênero e Cuidado: problematizando intervenções, processos e práticas “psi””, de responsabilidade da pesquisadora Luciana da Silva Oliveira.

Este estudo pretende investigar as intervenções, processos e práticas de cuidado produzidas por profissionais de psicologia junto às mulheres em situação de violência de gênero, especialmente no âmbito das políticas públicas. Serão problematizadas as práticas de cuidado produzidas por estes(as) profissionais junto às mulheres em situação de violência, buscando construir algumas direções éticas e políticas para este fazer, tomando como referência principalmente contribuições das epistemologias feministas e da filosofia da diferença.

Para esse estudo, além das narrativas produzidas pela pesquisadora a partir de sua experiência de trabalho com mulheres em situação de violência de gênero, serão convidados(as) alguns(as) profissionais de psicologia que trabalham ou já trabalharam com esse público. Sua participação nesta pesquisa consistirá em entrevistas e conversas realizadas com a pesquisadora. Na entrevista serão realizadas perguntas relacionadas ao tema da pesquisa. A estimativa é que a entrevista tenha duração de aproximadamente 1 hora. Ela será gravada em áudio para posterior análise. Se houver disponibilidade dos(as) participantes também poderá ser realizado um grupo de discussão coletivo sobre o tema. Fotografias poderão ser utilizadas como forma de registro das atividades.

Os arquivos digitais (gravações de áudio e, se for o caso, fotografias) ficarão na posse da pesquisadora. Os áudios e imagens ficarão armazenadas nos arquivos da pesquisa e só serão acessadas por pesquisadores autorizados pela pesquisadora responsável. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos(as) voluntários(as), a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. No caso de utilização de fotografias, só serão usadas aquelas imagens em que seja possível registrar as atividades desenvolvidas no âmbito dessa pesquisa, sem levarem a identificação dos(as) participantes.

Os possíveis riscos da pesquisa são aqueles que dizem respeito à mobilização de experiências subjetivas que podem ser dolorosas para os sujeitos. Tais riscos, no entanto, são minimizados uma vez que a pesquisadora é também psicóloga, com formação

profissional para lidar com situações que envolvem a subjetividade e com experiência para lidar com os afetos, sentimentos e desconfortos que falar sobre a temática da violência contra a mulher possa vir a desencadear, oferecendo o suporte necessário.

Os benefícios da sua participação são: a possibilidade de refletir e colocar em análise suas próprias práticas profissionais e suas relações com as mulheres em situação de violência de gênero, ampliando e potencializando suas possibilidades de atuação neste campo; e também a produção de problematizações e discussões de interesse da Psicologia, dos estudos feministas e das políticas públicas para mulheres, pois pretende dar visibilidade a questões concretas relativas ao enfrentamento à violência contra mulher, que são pouco exploradas nos processos de formação acadêmica e na sociedade em geral.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. A sua participação é voluntária e você está livre para não aceitar ou retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou penalidade pela sua decisão. Sua recusa em participar da pesquisa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição.

Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa, poderá perguntar a qualquer momento. Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Você poderá entrar em contato com a pesquisadora através do telefone ou do whatsapp (21) 98623-1145 e (31) 98609-4028, bem como do email: oliveira.luu@gmail.com. Ou, ainda, para obter informações específicas sobre a aprovação deste projeto ou sanar outras dúvidas, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina na Universidade Federal Fluminense (CEP FM/UFF), através do telefone ou fax (21) 26299189, bem como do email: etica@vm.uff.br. Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) são compostos por pessoas que trabalham para que todos os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos sejam aprovados de acordo com as normas éticas elaboradas pelo Ministério da Saúde. A avaliação dos CEPs leva em consideração os benefícios e riscos, procurando minimizá-los e busca garantir que os participantes tenham acesso a todos os direitos assegurados pelas agências regulatórias. Assim, os CEPs procuram defender a dignidade e os interesses dos participantes, incentivando sua autonomia e participação voluntária.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma delas será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, declaro ter sido informado(a) e concordo em participar, como voluntário(a), do projeto de pesquisa acima descrito.

_____, _____ de _____ de _____

Nome e assinatura do(a) participante

Nome e assinatura do(a) responsável por obter o consentimento

Testemunha

Testemunha